

QUINTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA: Miguel Angel MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H00)

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. O futuro da PAC após 2013 (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0204/2010) de George Lyon, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre o futuro da Política Agrícola Comum após 2013 (2009/2236(INI)).

É com prazer que acolhemos o senhor Comissário Cioloş. Em Estrasburgo, a Comissão designa um Comissário para assistir às sessões numa base *ad hoc*, mas penso que constitui um sinal de notável responsabilidade que o Comissário responsável pelo domínio em causa esteja presente e participe neste debate. Creio que é um pormenor extremamente positivo.

George Lyon, relator. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que comece por apresentar condolências aos meus colegas alemães e felicitações aos meus colegas espanhóis pelo excelente jogo de futebol de ontem à noite.

Gostaria de definir aquelas que considero serem as duas questões fundamentais a que temos de responder no que diz respeito à reforma da PAC. Para que serve a PAC? Por que motivo ainda é relevante no século XXI? Neste período de crise económica, de endividamento das finanças públicas e de orçamentos de austeridade, é vital que a PAC forneça respostas a estas questões se queremos que os contribuintes continuem a prestar o apoio de que os nossos agricultores tanto necessitam.

Um dos desafios fundamentais que a sociedade enfrenta é a questão de como prover à crescente procura mundial de alimentos que, de acordo com a FAO, deverá duplicar até 2050. O grande desafio, evidentemente, consiste em como satisfazer essa duplicação da procura de alimentos num contexto de menos terras, menos água e menos recursos energéticos devido ao impacto das alterações climáticas. Como fazemos a quadratura desse círculo e evitamos a tempestade perfeita prevista por Sir John Beddington, conselheiro científico principal junto do Governo do Reino Unido, que afirmou em 2009 que nos dirigimos para uma tempestade perfeita em 2030 porque todas estas coisas estão a acontecer ao mesmo tempo? Se não abordarmos este problema, podemos esperar situações de grave desestabilização, um aumento dos motins e problemas potencialmente significativos com a migração internacional, pois as pessoas abandonam a sua terra para fugir à escassez de alimentos e de água.

É esta a dimensão do desafio. Considero que combater as alterações climáticas e tornar a nossa produção agrícola mais sustentável são objectivos que devem estar no cerne da reforma a lançar. São passos fundamentais para continuarmos a ter a garantia da segurança alimentar para os nossos cidadãos europeus e ainda darmos um contributo para satisfazer a crescente procura mundial de alimentos.

A reforma deve também incentivar o crescimento verde através do desenvolvimento de fontes de energia renováveis em pequena escala, como o vento, a biomassa, o biogás e os biocombustíveis de segunda geração. Isto ajudaria a criar empregos e a proporcionar oportunidades reais aos agricultores para diversificarem e auferirem rendimentos adicionais. Temos igualmente de responder ao apelo no sentido do aumento da protecção do ambiente proporcionando aos agricultores a oportunidade de participar em regimes agro-ambientais, com o objectivo de que a maioria das terras agrícolas esteja coberta por estes regimes no decurso da próxima reforma. Utilizando a cenoura em vez do pau – este é um princípio muito importante, o incentivo da cenoura em vez do enorme pau de regras e regulamentos –, conseguiremos que os agricultores adiram a esta agenda.

A equidade também tem de ser um motor essencial da reforma: equidade para os Estados-Membros antigos e para os novos Estados-Membros na repartição dos pagamentos directos por toda a UE; uma repartição equitativa pelos agricultores e pelos Estados-Membros, com o fim dos pagamentos históricos até 2020. Não pode ser correcto e justificado continuar a efectuar pagamentos com base no estado da agricultura há dez anos. Precisamos também de um acordo justo para os agricultores que participam na cadeia alimentar poderem fazer frente ao poder das distribuidoras. Portanto, a equidade e o princípio da equidade devem estar no centro da reforma.

É ainda necessário abordar a questão da volatilidade do mercado, mas recomendo alguma precaução nesta matéria. Sim, continuamos a necessitar de intervenção e de ajudas privadas ao armazenamento. Sim, precisamos de estudar outros instrumentos, como seguros contra os riscos e mercados de futuros. Sim, precisamos da nossa rubrica de reserva orçamental específica para financiar acções em caso de crise. Mas devemos rejeitar qualquer ideia de um regresso à gestão em grande escala dos mercados a que assistimos no passado. Esse método já foi tentado e fracassou. Sugiro que não queiramos seguir novamente essa via.

Em conclusão, estou confiante em que esta Assembleia irá apoiar as nossas reformas, modernizando a PAC, conferindo-lhe um novo rumo para dar resposta aos novos desafios do século XXI. Ao apoiar este relatório, o Parlamento estruturará o debate e definirá a agenda, e convido o senhor Comissário a utilizar as nossas ideias como referência para as propostas relativas à reforma da PAC que publicará em Novembro.

Dacian Cioloș, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sinto-me, evidentemente, muito honrado por participar nestes debates, que me interessam particularmente, uma vez que me cabe elaborar propostas sobre a reforma da política agrícola comum. Como disse anteriormente nas minhas audições perante o Parlamento, considero que a relação com o Parlamento Europeu é essencial para, por fim, empreender uma reforma da política agrícola comum que esteja em maior sintonia com as expectativas dos cidadãos e seja ainda mais bem compreendida pelos cidadãos europeus.

Quero agradecer sinceramente ao senhor deputado Lyon o relatório que hoje submete a votação, assim como a toda a sua equipa e, evidentemente, a todos os membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que apresentaram alterações que enriqueceram o texto.

Saúdo também o apelo do relatório e a vontade de estabelecer uma melhor comunicação sobre a política agrícola comum e o futuro da agricultura na União Europeia. Penso que, para lá do seu importantíssimo conteúdo técnico, este relatório constitui já um óptimo instrumento de comunicação sobre a política agrícola comum, sobre o que foi esta política até à data, sobre a necessidade de uma tal política no futuro e sobre a necessidade de esta política evoluir.

Tomo nota, também, do apelo no sentido de uma reformulação da política agrícola comum em conformidade não só com o Tratado de Lisboa, que define objectivos claros para a PAC, mas também com a estratégia Europa 2020. Penso que temos aqui a oportunidade de melhor adaptar a nossa política agrícola comum às actuais expectativas dos cidadãos, para além dos seus objectivos tradicionais de garantir a segurança do aprovisionamento dos mercados.

Os senhores deputados recomendam medidas que contribuam para melhorar o funcionamento da cadeia alimentar e o equilíbrio entre os diferentes operadores que nela participam, assim como a transparência das posições e o poder de negociação dos produtores agrícolas. Estes são elementos que se reflectirão não só na reforma da PAC, como também noutras iniciativas que a Comissão irá propor.

Li também com muita atenção as propostas relativas ao futuro dos pagamentos directos como um instrumento não só para garantir a estabilidade dos rendimentos dos agricultores, como também para assegurar um nível mínimo de fornecimento de bens públicos. Temos aqui, creio, uma nova concepção de pagamentos directos e uma nova justificação assente na garantia de um rendimento mínimo de base para os agricultores, mas também no incentivo à produção de bens públicos.

Tomei nota da proposta de rever os critérios de distribuição dos pagamentos directos a partir deste novo critério, mas também para assegurar uma repartição mais equitativa entre Estados-Membros, regiões e categorias de agricultores, sem deixar de ter em conta a especificidade da agricultura nas regiões desfavorecidas e difíceis.

Registo ainda, como o senhor deputado Lyon disse, a necessidade de continuar a orientar a PAC para o mercado, o que deve ser feito de forma ponderada para evitar que os agricultores sejam confrontados com mercados muito caóticos. Deste ponto de vista, penso que a orientação para os mercados é plenamente compatível com a melhoria dos mecanismos de gestão do mercado como meio de assegurar, mais

especificamente, que estes mercados possam funcionar correctamente sem afectar, como disse, a concretização dos objectivos que visam manter a agricultura em todo o território europeu e preservar a sua diversidade.

Tenho alguns comentários a fazer sobre as alterações que foram apresentadas e que irão ser debatidas. Penso que a produção alimentar é um objectivo importante da PAC. Esta produção é remunerada directamente pelos mercados, mas devemos ter em conta também os bens públicos, que não são remunerados pelos mercados e que devem ser cobertos por uma contribuição financeira pública. Na produção agrícola, existem dois aspectos a ter em conta: a produção alimentar e a produção de bens públicos, com aspectos que são remunerados pelos mercados e outros que não o são e que devem ser suportados pelo erário público.

No que se refere à estrutura da política agrícola comum, disse várias vezes que, em minha opinião, a política agrícola comum deve comportar dois pilares, não só para tornar a concretização dos objectivos da PAC mais clara, mas também para assegurar uma gestão mais eficaz dos instrumentos que estão à nossa disposição. Dispomos de instrumentos que têm de ser aplicados anualmente, cujos resultados podem ser medidos todos os anos, mas dispomos também de algumas medidas que têm de ser aplicadas numa base plurianual, no quadro de programas que requerem vários anos para produzir resultados. Para assegurar uma melhor gestão dos recursos e dos meios à nossa disposição no quadro da política agrícola comum, penso que necessitamos destes dois pilares, que devem, evidentemente, ser complementares e cujos objectivos têm de ser mais bem definidos. Depois, e acima de tudo, é conveniente clarificar a forma como as medidas cobertas por estes dois pilares devem ser aplicadas.

No que diz respeito à condicionalidade, penso que esta teve um impacto positivo nos pagamentos directos. Definiu também claramente o ponto de partida dos bens públicos remunerados, justamente, pelo erário público. Como é evidente, podemos simplificar as medidas de condicionalidade. Podemos tornar o seu conteúdo mais claro para os agricultores, mas também para as autoridades nacionais ou regionais que as aplicam e controlam. Dito isto, penso que a eco-condicionalidade associada aos pagamentos directos de base constitui um bom ponto de partida para mais tarde definir claramente as outras medidas que incentivam a produção de bens públicos.

No que se refere às medidas de mercado, como disse, penso que é necessária uma orientação para os mercados, mas precisamos igualmente de proteger as redes de segurança e de estudar novas medidas que nos permitam alcançar o objectivo de um certo grau de estabilidade dos preços e dos rendimentos no mercado.

No que respeita às estruturas das pequenas, médias e grandes explorações agrícolas, estou de acordo em que devem melhorar o seu desempenho – e isto aplica-se também às pequenas explorações agrícolas –, mas devemos velar por que esta mudança ocorra no seu ambiente específico, por meio de uma maior valorização do seu potencial específico. É possível, por conseguinte, empreender uma reestruturação destas explorações agrícolas em estreita articulação com uma evolução no sentido dos mercados, mas sem transitar para um modelo único de agricultura, de modo a podermos manter a diversidade na agricultura.

Após estas notas, escutarei atentamente os vossos comentários e as vossas observações, e posso garantir-lhe, Senhor Deputado Lyon, que examinarei criteriosamente o conteúdo do relatório aprovado pelo Parlamento, o qual, sem dúvida alguma, terei como referência na elaboração de iniciativas legislativas da Comissão nos próximos meses.

Giovanni La Via, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, considero que o relatório Lyon tem o mérito de ter definido com clareza um conjunto de objectivos de política agrícola comum que é muito mais amplo do que no passado e que está em sintonia com a estratégia UE 2020.

Como o relatório deixa claro, esta política agrícola deve permanecer a nível europeu, pelo que é necessário travar todos aqueles que planearam a sua renacionalização e que procuraram apoio nacional para ela. O relatório declara vigorosamente que precisamos de recursos proporcionais aos objectivos muito mais amplos que foram definidos, nomeadamente a concretização de objectivos públicos e do objectivo de ter bens públicos sem o mercado. O relatório deixa igualmente claro que os recursos afectados à nova política agrícola comum devem estar em conformidade com os recursos de que esta política beneficiou até à data.

Michel Dantin, *em nome do Grupo PPE*. – (FR) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao senhor deputado Lyon, bem como à equipa de relatores-sombra, que considero ter colaborado eficazmente com o senhor deputado neste relatório.

No entender do nosso grupo, o relatório traduz uma ambição para a agricultura europeia. Foi redigido no seguimento das crises de matérias-primas de 2007 e de 2008 e no seguimento da crise agrícola de 2009, que nos ensinaram que o liberalismo não constitui a solução para a agricultura.

A nossa agricultura tem como principal finalidade fornecer – garantir – segurança alimentar a 450 milhões de europeus, mas temos também de ocupar o nosso lugar nos mercados solventes. É claro que as condições prevalentes desde meados do século XX evoluíram, que as técnicas evoluíram e têm de continuar a evoluir e a mudar e que os instrumentos de política agrícola têm também de evoluir. A agricultura tem de ser apoiada nesta evolução.

Se o primeiro pilar, financiado exclusivamente pelo orçamento da UE, deve acompanhar o nível das exigências sociais que impomos à agricultura, o segundo pilar, co-financiado, deve continuar a apoiar a modernização da agricultura e do sector agro-alimentar para ter em conta os novos contextos. Esta política terá também de ser mais justa – sim, disse justa – entre os países e entre os próprios agricultores. Evidentemente, a nossa vontade é restituir a esperança aos 14 milhões de agricultores e às suas famílias, nomeadamente para assegurar a sucessão dos 4,5 milhões de agricultores que contam hoje mais de 60 anos e que vão abandonar a profissão. A questão da mudança geracional será uma das nossas preocupações.

Wojciech Michał Olejniczak, em nome do Grupo S&D. – (PL) Senhor Presidente, os debates que realizámos nos últimos meses no Parlamento Europeu apontam inequivocamente para a necessidade de mudança na política agrícola comum. Nenhum de nós duvida de que a PAC deve ajudar a garantir a segurança alimentar nas próximas décadas, ao fornecer alimentos de qualidade e saudáveis, sem deixar de preservar a biodiversidade e de proteger o ambiente.

No futuro, a PAC deve responder melhor às necessidades sociais, como a criação de emprego e a posição das mulheres e dos jovens na agricultura. Quero sublinhar vigorosamente que têm de ser garantidos aos agricultores rendimentos estáveis e adequados em troca do seu trabalho árduo e do fornecimento de bens de qualidade.

O relatório que hoje aprovaremos inclui propostas apresentadas por deputados que representam grupos políticos e Estados-Membros individuais. Temos decisões importantes a tomar que determinarão a escolha de um caminho específico, para que as verbas futuramente afectadas à PAC tragam benefícios para os produtores agrícolas e para os consumidores.

Por último, gostaria de agradecer muito sinceramente ao senhor deputado Lyon por ter tornado possível uma tão boa colaboração.

Marit Paulsen, em nome do Grupo ALDE. – (SV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o senhor deputado Lyon deu alguns passos, talvez pequenos, mas mesmo assim extremamente importantes, no sentido da alteração da política agrícola. Precisamos da política agrícola comum europeia. Esqueçamos quaisquer ideias de renacionalização. Temos também de compreender que vivemos numa nova era, que comporta questões muito difíceis que é nosso dever solucionar. Aqui se inclui, evidentemente, encontrar alimentos para nove mil milhões de pessoas. Paralelamente, existem também os enormes desafios que enfrentamos no tocante ao clima e à preservação dos ciclos naturais.

Não encaremos a agricultura como um vilão ambiental e um problema ambiental. A agricultura e a silvicultura encerram as soluções fundamentais para os nossos problemas de grande monta.

Martin Häusling, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Deputado Lyon, em primeiro lugar, quero agradecer-lhe o relatório. Trabalhámos bem em conjunto como relatores e acredito que conseguimos um excelente compromisso que podemos apoiar plenamente. É importante que o Parlamento envie uma mensagem forte que dê a conhecer a nossa intenção de continuar a conduzir uma política agrícola comum.

Evidentemente, pela natureza das coisas, não conseguimos tudo o que queremos num compromisso. Contudo, o que acredito ser importante para nós, o que quero salientar, é o facto de termos a perspectiva de uma PAC mais verde – mais verde não só no sentido de uma política energética sustentável, mas também no sentido de uma política agrícola sustentável – e de começarmos não só a encarar a concorrência como uma posição competitiva no mercado mundial, mas também a prestar maior atenção à situação na agricultura europeia, concentrando-nos nas condições de concorrência no seio da agricultura europeia, não só através da adesão às regras da OMC no contexto da política agrícola futura, mas também, em última instância, através do desenvolvimento de uma sólida política agrícola comum europeia.

É importante que, no futuro, afectemos os pagamentos directos no âmbito do primeiro pilar em conformidade com uma política agrícola sustentável e tenhamos um segundo pilar forte para o desenvolvimento das zonas rurais, com ênfase no emprego.

O que não apoiaremos – e isto é algo que também deixámos claro na comissão – é uma política agrícola virada para o mercado mundial e baseada em subvenções à exportação. Continuamos a rejeitar esta estratégia e, ao contrário de muitos outros, somos mais críticos na nossa avaliação da história da actual política agrícola. Por outras palavras, queremos uma política agrícola que se afaste da industrialização, do aumento da concentração e de uma política de mercado puramente baseada na concorrência. Queremos pôr a ênfase no facto de a política agrícola ser verdadeiramente uma política para o futuro, que procura ser também uma política para as zonas rurais capaz de promover a segurança dos alimentos e a preservação dos solos, da água e da biodiversidade. Acreditamos que devemos desenvolver a política agrícola também para combater as alterações climáticas e, por último, mas não menos importante, que devemos encará-la como um mecanismo essencial para garantir empregos.

James Nicholson, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, o relatório em apreço permite ao Parlamento expor os nossos pontos de vista antes de a Comissão apresentar as suas propostas sobre o futuro da PAC no final do ano. Embora eu e o meu grupo entendamos votar a favor do relatório, quero deixar claro que existem algumas partes com que não concordamos. Certamente, a manutenção da estrutura do segundo pilar é crucial e revelar-se-á fundamental para o sucesso a longo prazo da PAC.

Todavia, na globalidade, considero que o relatório constitui um bom ponto de partida para um debate exaustivo sobre a questão e demonstra que a comissão é capaz de trabalhar em conjunto. Cabe-nos a nós, Parlamento, a enorme responsabilidade de velar por que qualquer futura reforma assegure a capacidade do sector da agricultura para competir e sobreviver no futuro. A PAC assistiu a mudanças de monta, e temos de velar por que ela esteja à altura de cumprir os objectivos visados no século XXI. Devemos lembrar-nos de que a PAC não se destina apenas aos agricultores: ela proporciona-nos um abastecimento alimentar seguro e estável e vastos bens públicos e benefícios ambientais. Para alcançar estes objectivos, entendo que o orçamento tem de ser, pelo menos, mantido, e quero agradecer ao relator um relatório muito bom e a sua cooperação.

João Ferreira, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Senhor Presidente, aceite as minhas felicitações.

As anteriores reformas da PAC conduziram à liberalização dos mercados agrícolas. Consagraram profundas injustiças na distribuição das ajudas – entre países, produções e produtores. Desmantelaram os instrumentos de regulação da produção, como as quotas e os direitos de produção, e os mecanismos de intervenção e de regulação dos mercados. Sujeitaram a agricultura às regras da OMC, onde foi sendo usada como moeda de troca de outros interesses.

O resultado está à vista: foi o imparável abandono da produção por parte de milhões de pequenos e médios agricultores, precariedade de rendimentos e volatilidade dos preços crescentes, o agravamento da dependência alimentar de inúmeros países e regiões.

Por tudo isto se impõe uma profunda modificação da PAC, que garanta a segurança e soberania alimentares, dando prioridade à necessidade de os países e regiões desenvolverem a sua produção para satisfazerem as suas necessidades, favorecendo-se a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural; que promova a diversificação da produção e evite o seu afunilamento, reconhecendo as especificidades dos diferentes sectores e regiões; que, através da modelação e do plafonamento das ajudas, ultrapasse os actuais desequilíbrios entre produções, produtores e países. Finalmente, que preveja mecanismos de intervenção que garantam preços justos à produção e proporcionem aos agricultores rendimentos que garantam a continuidade da produção e a regularidade do abastecimento alimentar.

Lorenzo Fontana, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o senhor deputado Lyon pelo seu trabalho, bem como o presidente e o secretariado da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Estou também grato ao senhor Comissário Cioloş, que estabeleceu com a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural uma boa relação de trabalho, o que é muito importante. Espero que no futuro, no decurso das próximas fases do processo legislativo, a Comissão continue a conceder especial atenção aos produtores e aos consumidores, que foram, sem qualquer dúvida, fortemente penalizados devido à estrutura do mercado e à recente crise.

A região de onde provenho, Veneto, tem 1 50 000 explorações agrícolas que, graças aos seus esforços, não só fornecem produtos de qualidade, como também asseguram a protecção do ambiente rural, um bem que, no nosso entender, deve ser salvaguardado e promovido.

Todavia, para poderem prosseguir as suas actividades, os nossos agricultores pedem-nos maiores garantias contra a volatilidade dos preços e a manutenção das ajudas directas. É igualmente essencial manter o segundo pilar da política agrícola comum. A política de desenvolvimento rural tem de ser salvaguardada acima de tudo porque contribui para o desenvolvimento dos diferentes tipos de agricultura local presentes no território europeu, que são chamados a cumprir normas de qualidade cada vez mais elevadas.

Num mercado competitivo em que frequentemente se encontram em desvantagem, os nossos agricultores apelam, no quadro das acções prioritárias, à redução do encargo burocrático que sobre eles impende e que seguramente contribui para diminuir a sua competitividade.

Diane Dodds (NI). - (EN) Senhor Presidente, quero agradecer ao relator o seu relatório. Foi realmente positivo ter um relator bom ouvinte, como evidenciam as suas deslocações pelos Estados-Membros e os resultados constantes do relatório.

O futuro da agricultura e da PAC deve proporcionar aos agricultores um rendimento viável e seguro. Os pagamentos no âmbito do primeiro pilar devem continuar a constituir um pagamento directo que propicie aos agricultores um nível mínimo de segurança do rendimento. Para tal, necessitaremos de um orçamento da PAC que seja, pelo menos, mantido ao nível actual ou, mais importante ainda, aumentado para ter em consideração o alargamento da União.

A volatilidade no seio dos mercados tem sido prejudicial à indústria em toda a Europa, pelo que é necessário conservar as redes de segurança para manter a estabilidade e assegurar a rentabilidade. A distribuição dos fundos de PAC deve ter em conta os custos de produção nos Estados-Membros.

A definição de "equitativa" deve ser mais aprofundada pela Comissão, e o pagamento por superfície, que resultaria na redução do pagamento único recebido pelos agricultores da Irlanda do Norte, seria prejudicial a um sector em que muitos agricultores se encontram no limiar da viabilidade. Existem na Irlanda do Norte muitos agricultores que são proprietários de explorações agrícolas de pequenas dimensões, mas que praticam uma agricultura intensiva, e um tal pagamento não reflectiria o seu trabalho, nem o encargo financeiro que enfrentam. As variações regionais devem, por conseguinte, ser tidas em consideração e contempladas na PAC pós-2013.

Albert Deß (PPE). - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Ciolos, Senhoras e Senhores Deputados, estamos hoje perante um importante debate sobre o relatório do senhor deputado George Lyon, e gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer sinceramente a disponibilidade para chegar a um compromisso que demonstrou neste documento. Conseguimos alcançar um bom compromisso, que pode ser apoiado por muitos grupos, e tenho esperança de que esse compromisso obtenha o apoio de uma ampla maioria na votação que terá lugar hoje ao meio-dia.

A política agrícola comum na Europa foi e é um dos mais importantes pilares do processo de unificação europeia. Neste relatório, descrevemos os efeitos da política agrícola comum pós-2013. O sector agrícola europeu produz alimentos de qualidade, protege zonas rurais vitais e muitos empregos, mantém e promove a nossa paisagem cultural e a nossa biodiversidade e pode prestar um contributo para a preservação dos combustíveis fósseis através da produção de matérias-primas e fontes de energia renováveis. Para que a agricultura europeia possa continuar a desempenhar estas funções no futuro, é necessário encontrar um conceito para o período pós-2013 que lhe permita cumprir todas estas tarefas.

Congratulo-me com o facto de o senhor Comissário Ciolos ter expressado claramente que deseja a continuação de um sistema de dois pilares. O meu grupo apoiará este sistema. O primeiro pilar funciona como contrapeso às restrições a que a agricultura europeia está sujeita comparativamente a outras regiões agrícolas do mundo, enquanto o segundo pilar envolve a criação de um catálogo de medidas para permitir que os 27 Estados-Membros assegurem à agricultura a ajuda adicional indispensável ao cumprimento das suas funções. A grande maioria do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) votará a favor.

Luis Manuel Capoulas Santos (S&D). - Senhor Presidente, Senhor Comissário, caras e caros Colegas, os Socialistas e Democratas sentem-se particularmente satisfeitos por verem as suas principais propostas reflectidas no relatório Lyon: 80 a 90 % das nossas alterações foram consideradas e pudemos subscrever 49 dos 50 compromissos votados na Comissão da Agricultura.

Regozijamo-nos, em particular, com o facto de o relatório Lyon consagrar de uma forma clara a vontade de manter o carácter verdadeiramente comunitário da PAC e de a mesma dever continuar a ter um orçamento adequado. A condenação do critério histórico para atribuição das ajudas aos agricultores e a sua substituição por novos critérios, essencialmente de natureza ambiental, a intenção de proceder a uma redistribuição mais justa e equitativa dos apoios entre agricultores e Estados-Membros, como já foi aqui reiterado por vários colegas, o reconhecimento de que a regulação dos mercados e a gestão dos riscos e crises deverão contar com instrumentos de política adequados. Uma nova legitimação dos apoios, baseada na compensação pela prestação de serviços e fornecimento de bens públicos, de que a sociedade no seu todo beneficia e que o mercado não remunera.

A Comissão fica, assim, com bastantes elementos de inspiração para a sua comunicação, a apresentar em Novembro, e congratulo-me com o facto de o Sr. Comissário já ter manifestado disponibilidade para acolher as nossas recomendações.

Espero, daqui por seis meses, poder felicitar o Comissário Ciolos com a mesma satisfação com que hoje felicito o Colega Lyon pelo seu excelente trabalho, que dignifica e reforça o papel do Parlamento no preciso momento em que, com o Tratado de Lisboa, assumimos responsabilmente poderes de co-decisão.

Britta Reimers (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer ao nosso relator a sua colaboração construtiva e os importantes aspectos salientados pelo seu relatório sobre o futuro da PAC após 2013. O relatório apela à continuação do desenvolvimento da política agrícola comum existente em vez de ao desenvolvimento de uma nova política. Isto é positivo.

A principal função da agricultura é e continua a ser a produção de alimentos para os nossos cidadãos. A crescente necessidade de bens públicos, o aumento da população e a simultânea escassez de recursos naturais dificultam a concretização deste objectivo. Exige-se dos agricultores que produzam cada vez mais com cada vez menos. Tal não é possível sem que se verifique um aumento da eficiência. O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho são responsáveis por assegurar as condições-quadro necessárias a esse aumento. Se nós, na Europa, queremos manter um sector agrícola saudável e diversificado no futuro, temos também de ter em conta as necessidades dos agricultores, nomeadamente impondo o nível mínimo necessário de burocracia e permitindo o máximo possível de liberdade empresarial para que possam auferir rendimentos condignos.

Alyn Smith (Verts/ALE). - (EN) Senhor Presidente, não serei excepção nas felicitações dirigidas ao meu colega escocês, senhor deputado George Lyon, por um relatório muito sólido. Existem neste relatório muitos motivos para estarmos satisfeitos, e faço eco dos comentários proferidos por vários colegas esta manhã. Agrada-me particularmente a referência muito clara à produção de alimentos como a principal finalidade da política agrícola comum. Tudo o resto é muito digno, muito desejável, mas secundário.

Devemos estar bem cientes de que a segurança alimentar é uma parte integrante da nossa segurança nacional europeia e o principal benefício público da PAC, o que, só por si, justifica os fundos disponibilizados. Recordo em particular os comentários do senhor deputado La Via a respeito do orçamento, que poucos colegas reiteraram esta manhã. Talvez seja um estereótipo escocês focar tanto o orçamento, mas, a menos que tenhamos fundos suficientes afectados a esta política, tudo é inútil. Agradeceria algumas palavras do senhor Comissário sobre a forma como propõe defender a aprovação desse orçamento, tendo especialmente em conta que vários Estados-Membros, incluindo o Reino Unido, pretendem pôr termo aos pagamentos directos aos agricultores.

Pode, contudo, estar certo do apoio desta Assembleia à manutenção de uma PAC viável e de um orçamento viável, o que constitui uma boa base para a prossecução do debate.

Janusz Wojciechowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, também eu gostaria de expressar a minha consideração pelo senhor deputado Lyon pelo seu relatório, que contém uma visão dos desafios mais importantes que a agricultura europeia enfrenta.

Senhoras e Senhores Deputados, temos um problema que diz respeito à eliminação das disparidades nas subvenções concedidas aos diferentes Estados-Membros, e é um problema muito grave. Se olharmos para as subvenções actuais – e se mantivermos este sistema –, veremos enormes diferenças. Existem países em que a subvenção é superior a 500 euros por hectare pós-2013 e existem países – principalmente os novos Estados-Membros – em que é inferior a 100 euros. É necessário fazer face a este problema e solucioná-lo. Não podemos continuar com diferenças tão grandes a longo prazo. Será difícil resolver este problema.

Quero agradecer ao senhor deputado Smith, que identificou o problema do orçamento. Não resolveremos este problema sem um orçamento maior, porque é difícil tirar àqueles que têm mais; o que é preciso é dar àqueles que têm menos. Para citar a divisa da Revolução Francesa: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" – não temos um problema com a liberdade, mas estamos mais necessitados em termos de igualdade e de fraternidade, e apelo aos senhores deputados dos velhos Estados-Membros a que ajudem a resolver este problema num espírito de igualdade e de fraternidade.

Bairbre de Brún (GUE/NGL). – (GA) Senhor Presidente, também saúdo este importante relatório, embora esteja um pouco decepcionada com o facto de ele não expor uma visão para a política agrícola comum (PAC) que ponha termo ao despovoamento das zonas rurais e assegure aos agricultores activos a possibilidade de fornecerem os bens e os serviços de que a sociedade precisa.

Precisamos de uma PAC que assegure a produção de alimentos de qualidade em conformidade com normas elevadas, a preservação e a manutenção das terras e a protecção da água, do solo e da biodiversidade; uma política comum que assegure o emprego nas zonas rurais e o reforço da economia rural e uma política comum que fortaleça a luta contra as alterações climáticas.

É necessário alterar a PAC para ajudar aqueles que dela precisam com urgência. Actualmente, a maior quota vai para os grandes proprietários e para os produtores. Um orçamento adequado para a PAC é também importante, e expresse os meus agradecimentos ao senhor deputado Lyon.

Giancarlo Scottà (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Deputado Lyon, Senhoras e Senhores Deputados, num contexto como o actual, as explorações agrícolas necessitam de um apoio forte para inovar e progredir.

É necessário que o papel dos agricultores sofra uma mudança radical: ao sistematizar a produção agrícola, os agricultores tornam-se empresários agrícolas e, assim, promovem o desenvolvimento económico. Considero fundamental que a recuperação de muitas superfícies abandonadas seja utilizada para a criação de ramos agrícolas curtos e fechados – por outras palavras, sistemas que ligam directamente o cultivo agrícola às vendas. Estes sistemas podem funcionar e generalizar-se a toda a União Europeia.

Considero que, no quadro da nova política agrícola comum, a Comissão deve apoiar a criação de cooperativas agrícolas para reduzir os custos de produção e tornar os agricultores mais competitivos. A Comissão deve empenhar-se na definição de um orçamento que seja suficiente para a concretização destes objectivos. O financiamento da nova PAC tem de estar ligado aos resultados, a fim de evitar o desperdício e várias formas de especulação.

Além disso, neste período de crise, muitos jovens querem regressar à agricultura. No entanto, enfrentam vários obstáculos: a terra é demasiado cara, e as políticas de desenvolvimento rural são difíceis de gerir; o facto de existirem longos tempos de espera pelas terras e de estas serem concedidas com base nos rendimentos e não nas ideias dos jovens empresários impede este grupo de concretizar o seu potencial. Considero que a Comissão deve adoptar uma abordagem solidária e flexível à ajuda aos jovens agricultores. É necessário, também, lançar uma política de informação, que comece nas escolas e nas universidades, a fim de promover...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) Partilho a opinião dos meus colegas que salientaram a qualidade deste relatório e o consenso alargado que obteve na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Por um lado, é um relatório ambicioso porque tenta encontrar soluções para os grandes desafios actuais; por outro lado, é um relatório equilibrado que tenta responder às preocupações legítimas dos novos Estados-Membros no que se refere a beneficiar equitativamente da política agrícola comum.

Quero sublinhar, em particular, os artigos referentes à arquitectura da política agrícola comum. A PAC tem de continuar a assentar nos seus dois pilares. A abolição destes pilares acabaria por destruir a PAC ou por transformá-la numa política desprovida de qualquer oportunidade para ajudar a modernizar a agricultura e fomentar a sua competitividade. A abolição do pilar do desenvolvimento rural seria um erro e abrandaria a modernização da agricultura em toda a Europa, mas, acima de tudo, nos novos Estados-Membros.

Outro ponto fundamental consiste em manter o orçamento da PAC, pelo menos, ao nível actual. Os agricultores europeus são obrigados a cumprir as mais elevadas normas de qualidade, o que se reflecte na qualidade dos alimentos que os europeus ingerem e na nossa competitividade global. Todavia, os agricultores

precisam de apoio para serem capazes de cumprir estas normas. Uma política agrícola comum bem estruturada e adequadamente financiada significa alimentos seguros e de qualidade para os europeus.

Considero que a votação deste relatório permitirá ao Parlamento enviar ao Conselho e à Comissão um sinal claro e inequívoco quanto à nossa posição como representantes dos cidadãos da Europa.

Paolo De Castro (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nos próximos anos, os desafios que acompanham o desenvolvimento do sistema agrícola europeu serão enormes: a crescente procura de alimentos terá de ser satisfeita através da utilização sustentável dos recursos naturais, em paralelo com um aumento do nível de desempenho ambiental.

Esta perspectiva, que reforça a relação entre o sector agrícola e a produção de bens públicos, confere à agricultura uma nova importância estratégica: a criação da futura política agrícola comum representa hoje a solução para estes grandes desafios que a nossa sociedade enfrenta e desempenhará um papel decisivo na resposta ao que é já uma crise alimentar. Por conseguinte, trata-se de produzir mais, poluindo menos: este é o difícil objectivo que a agricultura europeia terá de concretizar nos próximos anos.

Com base nestas premissas, a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a que tenho a honra de presidir, desenvolveu um trabalho intenso e conciso – que o senhor deputado Lyon, com o envolvimento de todos os grupos, conduziu de forma excelente – na forma do relatório apresentado hoje ao Parlamento. Estamos convictos de que é um relatório que ajudará a lançar as fundações da futura PAC e que fornecerá indicações claras à Comissão Europeia para a preparação da comunicação de final do ano sobre o futuro da PAC após 2013.

Liam Aylward (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, também eu quero agradecer ao meu colega, senhor deputado George Lyon, o seu excelente trabalho neste relatório. A PAC enfrenta muitos desafios e, numa Europa alargada, é fundamental que a UE mantenha uma política agrícola forte e dotada de recursos adequados, que corresponda às necessidades dos agricultores, das comunidades rurais e da sociedade e garanta a segurança alimentar. Importa também evitar a renacionalização da PAC através do co-financiamento. A política agrícola comum tem de continuar a ser uma política comum europeia.

Nos últimos 50 anos, a PAC aumentou a produtividade, contribuiu para assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, garantiu a segurança dos abastecimentos e forneceu aos consumidores alimentos de qualidade a preços razoáveis. Os cidadãos europeus retiram grandes benefícios da agricultura, sob a forma de segurança alimentar, de protecção do ambiente, de luta contra as alterações climáticas, de preservação das comunidades rurais e de apoio às famílias de agricultores.

Para a PAC continuar a ser benéfica para os cidadãos europeus e a satisfazer as suas necessidades, tem de ser fortemente apoiada, o que, evidentemente, implica um orçamento forte. Em segundo lugar, a transparência e a proporcionalidade devem estar no centro da futura PAC. A política agrícola europeia deve apoiar os agricultores com o principal objectivo de produzir alimentos de qualidade e não os entravar ou sobrecarregar com requisitos administrativos excessivos e burocracia.

Por último, os agricultores europeus produzem alimentos de mais elevada qualidade e de acordo com as normas mais exigentes. É necessário que todas as importações para a UE apresentem a mesma qualidade e sejam produzidas de acordo com as mesmas normas que os produtos da UE. Temos também de assegurar condições concorrenciais equitativas, uma concorrência leal e a futura viabilidade da agricultura europeia.

Hynek Fajmon (ECR). – (CS) A maior injustiça da actual política agrícola comum consiste no facto de as subvenções serem distribuídas de forma desigual e injusta entre os velhos e os novos Estados-Membros. Este ano, os agricultores dos novos Estados-Membros que aderiram à UE em 2004 receberão apenas 70 % do que os agricultores recebem na velha União Europeia dos chamados Quinze. Os búlgaros e os romenos receberão uns meros 40 %. Ao mesmo tempo, todos operam no mercado comum da União Europeia. Acredito firmemente que esta injustiça tem de ser eliminada com a maior brevidade possível. Todos os agricultores da União devem usufruir de uma posição de total igualdade e das mesmas condições no que se refere à concessão de subvenções. Em consequência, apoio a alteração 6, que solicita a concretização deste objectivo o mais rapidamente possível, e espero que os meus colegas a apoiem.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, a política agrícola comum foi concebida para salvaguardar a independência da Europa na produção de alimentos. Na década de 1970, quase 70 % do orçamento da UE foi consagrado à agricultura. Contudo, no seguimento de uma série de reformas competitivas, as despesas agrícolas no orçamento caíram para 35 % no período de programação financeira 2007-2013.

Infelizmente, a PAC revista está a ser concebida nas mesmas condições de competitividade que a política anterior. É insultuoso que a crise económica esteja a ser utilizada como pretexto para reduzir os subsídios aos agricultores. Além disso, são estes últimos os culpados das actuais condições de crise.

O objectivo fundamental da nova PAC deve ser a promoção de um modelo global compatível com alimentos saudáveis, a protecção do ambiente e a luta contra as emissões de dióxido de carbono. Não podemos esquecer que o modelo agro-químico da agricultura convencional é grandemente responsável pelo efeito de estufa e pelas alterações climáticas e tem de mudar, precisamente porque funciona contra os agricultores, as pessoas e a biodiversidade do planeta.

John Stuart Agnew (EFD). - (EN) Senhor Presidente, declaro um interesse como agricultor activo. Os planos para o futuro da PAC têm de funcionar a um nível prático e têm de ser comportáveis financeiramente. Diz-se no exército que sem nomes, não há castigo; contudo, um membro do Grupo PPE votou contra este relatório na comissão. Tal pode dever-se ao facto de, no actual clima financeiro, os custos constituírem uma preocupação e o entusiasmo do relatório com objectivos não agrícolas ao abrigo do segundo pilar desviar fundos dos agricultores.

A obsessão do relatório com as alterações climáticas poderá conduzir ao acatamento de pareceres que obriguem os produtores de culturas arvenses a bombear os gases de escape dos tractores para o subsolo, o que resultará no aumento do consumo de combustível e na destruição dos fundos marinhos. A minha experiência pessoal como testemunha das tentativas dos fornecedores de injectar águas residuais no subsolo para cumprir as regras da UE diz-me que problema nos espera. Os criadores de gado ruminante podem ser obrigados a reduzir as emissões de metano por meio da substituição do feno e da silagem por rações à base de cereais, mais caras. Se tem de existir uma PAC, que ajude os agricultores e não os prejudique.

Esther Herranz García (PPE). - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, nos próximos meses, entraremos num debate circunstanciado sobre a nova PAC. É importante alcançar um acordo satisfatório, pelo que espero que a Presidência belga consiga concretizar o que a Presidência espanhola não conseguiu. Espero que a Presidência belga consiga conduzir os debates de modo a que os Estados-Membros se comprometam a manter no futuro uma política agrícola comum verdadeiramente forte, com um orçamento suficiente para satisfazer as necessidades dos 27 Estados-Membros, novos e antigos; espero também que não se repita a situação verificada em 2005, quando os fundos se revelaram insuficientes e foi necessário inventar a modulação.

Na próxima reforma da PAC, está em jogo a viabilidade de um sector que não só fornece bens e serviços intangíveis, como a protecção do ambiente, como também deve garantir o abastecimento alimentar dos cidadãos europeus. Testemunhámos, no passado, situações dolorosas de escassez, pelo que é necessário que o Parlamento Europeu faça da segurança do abastecimento baseado na produção da UE o principal objectivo da próxima reforma, sem deixar de lado outras contribuições, como a luta contra as alterações climáticas.

Stéphane Le Foll (S&D). - (FR) Senhor Presidente, julgo compreender que teve uma noite curta e feliz. Agradeço ao senhor Comissário ter escutado todo o debate e quero felicitar o senhor deputado Lyon pelo trabalho que realizou no quadro do relatório que apresenta esta manhã.

Qual é o objectivo? Fazer compreender que, no mundo de hoje, a agricultura, a alimentação e o ambiente constituem desafios para toda a Europa. É esse o objectivo. O que queremos dizer com isso? Rejeitar uma renacionalização da PAC e aumentar o co-financiamento, é o primeiro ponto. Manter um orçamento agrícola que esteja à altura destes desafios e desta questão crucial que é a segurança alimentar é o segundo ponto. Assegurar que a agricultura possa fornecer os bens públicos de que a sociedade precisa é o terceiro elemento. O quarto elemento consiste em regular e evitar a volatilidade dos mercados, o que considero essencial. Temos de regressar a este assunto e precisamos de ir um pouco mais além.

O último ponto diz respeito ao primeiro e ao segundo pilares. Previno todos os que defendem esta estrutura – e talvez tenham razão – de que, em última instância, no quadro do debate orçamental, existe o perigo de o primeiro pilar ser substancialmente reduzido e de tudo ser transferido para o segundo pilar, sendo este co-financiado, o que contrariaria o objectivo que fixámos de evitar a renacionalização da política agrícola comum. Digo isto esta manhã porque é este o debate que estamos a realizar.

Senhor Comissário, gostaria de terminar com uma ideia simples. A PAC foi criada no contexto da Comunidade Económica Europeia. Estamos agora na União Europeia. Penso realmente que deveríamos ter uma grande política...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Richard Ashworth (ECR). - (EN) Senhor Presidente, neste mundo em mudança, é absolutamente vital que a política agrícola comum evolua, para poder ser relevante no contexto dos desafios do futuro e para não viver no passado.

A política agrícola comum reformada terá um papel de importância primordial a desempenhar no confronto com questões como a segurança alimentar, a volatilidade dos mercados e as alterações climáticas, mas quero referir três outros princípios que, no meu entender, não são menos importantes.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que a melhor forma de alcançar os objectivos da política agrícola comum é criar um sector agrícola viável e dinâmico e penso que não devemos perder de vista esse objectivo.

Em segundo lugar, para o alcançarmos, a política agrícola comum tem de ser mais simples, mais justa e mais transparente para os agentes do sector.

Por último, a PAC tem de proporcionar uma boa relação custo/benefício. Todas as nações e todos os sectores estão a atravessar tempos economicamente difíceis, e aconselho esta comissão a ser absolutamente realista quanto às suas expectativas relativamente ao orçamento europeu. No meu entender, isso significa que devemos velar por que os fundos sejam utilizados eficazmente. O relator produziu um excelente relatório. Felicito-o pelo seu trabalho e é com satisfação que dou o meu apoio.

John Bufton (EFD). - (EN) Senhor Presidente, o futuro da política agrícola comum verá um maior enfoque na ligação entre a PAC e a política em matéria de alterações climáticas. Na minha circunscrição eleitoral no País de Gales, os regimes existentes e o segundo pilar serão substituídos pelo regime Glastir, que se centra em objectivos de combate às alterações climáticas e na captação de carbono. Os agricultores serão pagos por hectare pela conservação da água, pela reflorestação, etc. Ao reformar a PAC pós-2013, importa não sacrificar o primeiro pilar em benefício da promoção de novos objectivos do segundo pilar.

O pagamento único é vital para muitos agricultores dependentes de subsídios que podem ser retirados de um dia para o outro. Se os agricultores galeses estiverem descontentes com as medidas do regime Glastir, disporão de alternativas sensatas ou serão penalizados de alguma forma por não adoptarem o regime? A escolha sem uma alternativa não constitui escolha alguma.

O País de Gales tem uma sólida história de agricultura e muitas comunidades dependem em larga medida da actividade agrícola. As actuais reformas da política agrícola exclusivamente baseadas na ideologia das alterações climáticas podem comprometer a tradição agrícola e o futuro económico do País de Gales.

Iratxe García Pérez (S&D). - (ES) Senhor Presidente, a PAC tem vindo a realizar esforços de ajustamento desde há anos e estamos agora a entrar numa nova fase neste processo de reforma permanente.

Senhor Comissário, o relatório Lyon reconhece o papel que a agricultura, como sector estratégico, pode desempenhar no contributo para as prioridades da nova estratégia Europa 2020. Queremos uma PAC forte após 2013, que preserve o seu carácter comum, sem prejuízo da especificidade de alguns sectores ou de algumas regiões. A orientação para o mercado manter-se-á inalterada. Contudo, a crescente volatilidade dos mercados, aliada às exigências dos compromissos internacionais da União, pode ter um impacto negativo nos rendimentos dos agricultores.

Precisamos de uma rede de segurança adequada. As ajudas directas devem ser integralmente financiadas pelo orçamento da União, e a PAC tem de dispor de uma dotação orçamental adequada para fazer face aos novos desafios e objectivos, a um nível pelo menos igual ao de 2013, uma vez que novos cortes poderiam comprometer a sua eficácia.

Senhor Comissário, os nossos agricultores terão, uma vez mais, de envidar esforços de adaptação. Quaisquer alterações que tenham lugar devem ser acompanhadas de períodos de transição realistas.

Quero agradecer ao senhor deputado Lyon e a todos os relatores-sombra o seu trabalho. Produziram um relatório que o Parlamento pode apoiar e que constituirá um sinal positivo para pôr termo à incerteza dos agricultores europeus.

Presidente. - Temos um problema: 23 deputados pediram para usar da palavra no período "catch the eye". Como sabem, o Regimento prevê a intervenção de cinco deputados. Além disso, estavam previstos 57 minutos para todo o debate e vamos já em 59 minutos, sem que o senhor Comissário e o relator tenham ainda intervindo para encerrar o debate.

Como a questão me parece muito importante – e a prova disso é o número excepcional de pessoas que pediram para usar da palavra –, vamos conceder a palavra a 10 deputados, o dobro do que está previsto.

Jarosław Kalinowski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário Ciolos, o abandono do método histórico para determinar os níveis de apoio e a introdução de uma nova distribuição equitativa dos recursos da política agrícola comum entre os agricultores de toda a União Europeia, sem distinguir entre “antigos” e “novos” Estados-Membros, constitui um dos mais importantes desafios para a política agrícola comum pós-2013.

Sou favorável ao modelo de apoio baseado em dois pilares, em que os pagamentos são concedidos aos agricultores e são destinados ao desenvolvimento e à modernização das explorações agrícolas e não aos proprietários, que recebem os fundos, mas não os investem na agricultura, travando avanços essenciais. Ao aceitar novos desafios, a política agrícola comum deve manter a sua preocupação com os valores ambientais e a segurança alimentar. Além disso, proponho que não se mexa nos instrumentos de regulação dos mercados já experimentados e testados. As quotas leiteiras são um exemplo. Se forem eliminadas, com que as substituiremos? Evidentemente, existem algumas ideias, mas não temos qualquer certeza...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Vasílica Viorica Dăncilă (S&D). – (RO) Quero felicitar o relator, os relatores-sombra e todos os que participaram neste projecto que é particularmente importante para o futuro da PAC.

Num mundo globalizado, a União Europeia, com o seu mercado único, tem de adoptar medidas uniformes para salvaguardar a segurança do abastecimento alimentar e promover recursos renováveis. Deve igualmente combater as alterações climáticas e acelerar os seus esforços de investigação a fim de tirar o máximo partido das oportunidades que a investigação pode oferecer.

A PAC tem de oferecer perspectivas e um quadro estável, o que incentivará o desenvolvimento da produção agrícola através do aumento da produtividade e da competitividade e assegurará o correcto funcionamento do mercado, garantindo, desse modo, a independência estratégica do abastecimento em todos os sectores-chave de produção.

Penso que é fundamental mantermos os dois pilares da política agrícola comum, estabelecendo uma distinção clara entre o primeiro pilar, que é suficientemente forte para assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores de todos os Estados-Membros...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

José Bové (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero, evidentemente, agradecer ao nosso relator, senhor deputado Lyon, com quem todos trabalhámos, creio, de comum acordo para tentar avançar, e gostaria de dizer rapidamente, em apenas algumas palavras, que nos encontramos perante uma evidência.

A evidência consiste em que a Europa é hoje um importador líquido de matérias-primas agrícolas. Precisamos de uma política agrícola e alimentar ambiciosa para sermos capazes de satisfazer as necessidades alimentares dos nossos cidadãos.

Além disso, temos hoje uma PAC que é necessário reformar por três razões. É uma PAC injusta económica, social e ambientalmente. Economicamente: os montantes concedidos aos produtores são inferiores aos seus custos de produção, e a PAC deve permitir solucionar este problema. Socialmente: as ajudas são repartidas de forma injusta entre países, entre regiões e entre agricultores. 80 % das ajudas são afectadas a 20 % dos agricultores. Ambientalmente: precisamos de uma PAC que respeite os solos, que respeite...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Senhor Presidente, muito sucintamente, o seguinte aplica-se à política agrícola comum: temos agora mais países, mais prioridades e menos fundos. Quer isto dizer que a PAC necessita de uma reforma completa e essa reforma exige que se comece do zero. Uma vez que os alimentos constituem o bem colectivo mais importante do sector agrícola, é necessário assegurar a produção alimentar, tendo especialmente em vista a segurança alimentar nas próximas décadas.

Além disso, queremos alimentos de qualidade na Europa e atribuímos grande importância ao bem-estar dos animais e ao ambiente. No entanto, os nossos agricultores não são sempre recompensados pelo mercado por estes contributos para o bem público. Os seus concorrentes a nível mundial não têm de fazer face a

requisitos deste tipo ou, caso tenham, esses requisitos são muito menos rigorosos. Em consequência, necessitamos de apoio onde o mercado falha. O facto de o relatório solicitar ajudas por hectare é positivo. Isto contrariará uma maior intensificação da agricultura e colocará numa perspectiva mais realista a concretização de objectivos ambientais. É assim que podemos recompensar os nossos agricultores.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Todos sabemos que a política agrícola comum da União Europeia é uma questão muito complexa e delicada. A continuação da aplicação do chamado princípio histórico relativamente ao apoio à agricultura – mesmo após o alargamento da UE – trouxe desequilíbrios consideráveis à política económica europeia.

Consequentemente, é necessário introduzir critérios objectivamente equitativos no sistema de repartição do apoio financeiro aos agricultores com a maior brevidade possível, uma vez que isso criará as condições propícias a uma concorrência económica adequada entre agricultores no mercado único europeu.

O financiamento deve ser repartido de forma adequada e equilibrada para que todos os agricultores de todos os países da UE tenham direito ao mesmo nível de apoio e possam competir equitativamente entre si.

Em minha opinião, devemos, por isso, apoiar a alteração 6 ao relatório apresentado, que contribuirá para a justiça do mecanismo de apoio à produção agrícola europeia.

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política agrícola precisa de um quadro coerente. Isto deve reforçar a UE no seu conjunto, sem deixar de ter em conta as diferenças regionais. O segundo factor é particularmente importante para o meu país, a Áustria, quando se consideram programas ambientais e de investimento específicos.

A política agrícola enfrenta enormes desafios. Segundo as estimativas, a população mundial crescerá para nove mil milhões de habitantes, enquanto, simultaneamente, nos encontramos confrontados com os efeitos das alterações climáticas, como a escassez de água e as secas. Para resolver estes problemas, é fundamental não só que a UE coopere mais eficazmente a nível interno, mas também que actue de forma coerente a nível mundial.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, o debate de hoje foi muito encorajador de todos os quadrantes da Assembleia, de um ponto de vista agrícola. Saúdo, em particular, a ênfase conferida à motivação dos jovens para a actividade agrícola, o que é absolutamente vital; que não deve existir uma renacionalização da PAC; que o senhor Comissário tenha afirmado que os dois pilares devem ser mantidos, pois sem o primeiro pilar não haverá necessidade do segundo pilar, já que a agricultura não seria rentável e, conseqüentemente, os bens públicos não estariam garantidos; e, como afirmo a senhora deputada Dodds, é necessário analisar o que queremos dizer com "equitativa", particularmente tendo em conta as diferenças em termos de custos e de poder de compra na União.

Além disso, o senhor deputado Lyon foi o único a referir a base histórica. Penso que, neste momento, é muito importante para os agricultores que lhes seja enviado um sinal claro quanto ao que provavelmente irá acontecer, para não ficarem entregues à especulação selvagem, sem saber se devem comprar ou vender gado com base no modelo histórico. Por conseguinte, gostaria de ver um sinal claro do senhor Comissário a esse respeito, com a maior brevidade possível.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, gostaria também de agradecer ao nosso colega senhor deputado Lyon e de o felicitar pelo seu excelente relatório, que constitui um primeiro passo positivo no sentido de uma reformulação da PAC.

O objectivo da nova PAC é criar uma grande política europeia agrícola, alimentar, social e ambiental e não uma Europa resumida a um mercado livre descontrolado. Queremos uma PAC mais legítima em termos dos recursos públicos prometidos e que foram aceites pelos contribuintes, mais equitativa na repartição dos fundos europeus entre os 27 Estados-Membros e entre os agricultores e mais eficaz na boa utilização dos fundos públicos.

Terão de ser criados novos mecanismos públicos para regular a produção agrícola a fim de garantir a segurança alimentar dos consumidores. Defendemos uma PAC forte que disponha do orçamento necessário à concretização dos seus objectivos. Para tal, o relatório do senhor deputado Lyon sublinha bem a emergência dos novos desafios que a PAC irá enfrentar: em especial, as alterações climáticas, a gestão da água, a energia de fontes renováveis, a biodiversidade e a erosão dos solos.

Este relatório apela a uma PAC mais simples e mais responsável, que dê resposta de forma mais eficaz às necessidades dos agricultores europeus, tendo em conta a coerência e a preservação ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE). – *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política agrícola comum (PAC) é fundamental e continuará a sê-lo por muito tempo, nomeadamente no que diz respeito ao emprego. Na Europa, o emprego agrícola sofreu uma redução de 25% em menos de 10 anos, com a perda de quase 4 milhões de empregos. Para podermos solucionar a questão urgente do desemprego, não podemos deixar a PAC à deriva e temos de investir na Política Agrícola Comum, através da disponibilização dos recursos adequados que permitam alcançar um crescimento duradouro. Por isso, a nova PAC terá de assegurar, pelo menos, o mesmo nível de financiamento do passado.

No entanto, Senhor Comissário, o pedido que o Parlamento hoje lhe dirige não é no sentido de garantir o mesmo nível de financiamento, mas de o aumentar. O requisito final e não negociável é que o financiamento corresponda ao financiamento existente, embora o pedido seja no sentido do aumento – do aumento significativo – do financiamento para a agricultura. O relatório Lyon contém elementos extremamente positivos, medidas que visam a contenção da volatilidade dos preços, o apoio ao sector, a garantia de um rendimento adequado para os agricultores e a garantia dos actuais...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Luís Paulo Alves (S&D). - Senhor Presidente, nós também defendemos uma Política Agrícola Comum forte, dirigida não só aos agricultores, mas também aos mais de 500 milhões de cidadãos da Europa, dotada de um orçamento ambicioso, capaz de responder ao aumento dos desafios que enfrentamos e, sobretudo, que se pratica em todas as regiões da Europa. Assegurar isso é fundamental para os Açores, que têm na sua agricultura um pilar insubstituível do seu modelo de desenvolvimento sustentável.

Esta nova PAC deve abandonar os critérios históricos de atribuição de fundos, que têm prejudicado fortemente Portugal e os agricultores portugueses. A nova PAC deve atender à especificidade da agricultura, garantindo um conjunto de ferramentas de regulação de mercado e de gestão de riscos, capazes de assegurar o correcto funcionamento do mercado e a estabilidade da produção agrícola.

A PAC pós-2013 deve potenciar a competitividade do modelo agrícola europeu, garantindo no mercado interno a correcta distribuição do valor que é gerado nas relações estabelecidas ao longo da cadeia alimentar, devendo na abertura aos mercados externos (...)

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. - Recebi dois pedidos para intervir relativos à observância do Regimento. Em primeiro lugar, tem a palavra a senhora deputada McGuinness.

Mairead McGuinness (PPE). - *(EN)* Senhor Presidente, apenas um ponto de ordem; sei que outros colegas partilharão da minha inquitação relativamente ao “catch the eye” e o Senhor Presidente tem todos os poderes nesta matéria, mas os deputados que integram a Comissão da Agricultura, que trabalharam efectivamente neste dossiê durante muito tempo e que estiveram presentes neste debate desde o seu início, merecem, a meu ver, que os seus pareceres abalizados sejam ouvidos, e não usei o “catch the eye” porque o senhor não iria olhar para mim, apesar de ter reparado que havia outros seis olhos virados para si, Senhor Presidente. Será que posso pedir à Comissão, enquanto faço uso da palavra, para comentar a possibilidade de as áreas menos favorecidas passarem para o pilar um? Apresentarei uma declaração escrita sobre esta questão. Caros Colegas, espero poder contar com o vosso apoio.

Presidente. - Senhora Deputada McGuinness, posso garantir-lhe que estive quase sempre a olhar para si e que a vi pedir a palavra.

No entanto, o problema é que este ponto não está estruturado dessa forma: ou seja, não está estruturado para dar prioridade aos deputados da comissão correspondente, mas para dar prioridade aos deputados que usam o “catch the eye” para o Presidente antes dos outros. É assim o Regimento. Além disso, está estipulada a intervenção de cinco oradores, apesar de já termos dado a palavra a dez.

Esta questão é muito importante. O tempo concedido aos grupos foi partilhado entre os deputados para que todos dispusessem de um minuto, mas quase ninguém falou menos de um minuto e meio e, portanto, não

existe forma de responder positivamente, como todos gostaríamos, a quem quiser intervir fora do tempo atribuído aos seus respectivos grupos.

Agora tem a palavra o senhor deputado Obermayr também relativamente à observância do Regimento.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, presumo que se esteja a referir a mim. Gostaria de retomar as afirmações da oradora anterior. Como é natural, gostaria de lhe agradecer, Senhor Presidente, a sua generosidade ao permitir o uso da palavra por dez oradores, em vez de cinco. Entendemos, obviamente, as suas limitações em matéria de tempo, mas espero que entenda também a nossa posição. Esta questão é muito importante. Existem partes da Europa que estão a ser sujeitas a encargos consideráveis e que se encontram extremamente ameaçadas. Como é natural, isso também se aplica para além do trabalho das comissões.

Em segundo lugar, o Senhor Presidente referiu que o problema relativo ao procedimento “catch the eye” ainda não foi resolvido. Gostaríamos de pedir a resolução desta questão o mais rapidamente possível, uma vez que não sei se seria melhor começarmos a vir para a fila no dia anterior ou apresentar o pedido com três dias de antecedência e depois passar aqui a noite, para podermos finalmente ter oportunidade de intervir. Também é importante que, se vão ser ouvidos apenas 10 oradores, sejamos informados quem são esses 10.

Seria útil e justo adoptar as estruturas adequadas o mais rapidamente possível. Dessa forma, o Senhor Presidente irá sentir menos pressões e será muito mais popular se permitir que mais pessoas possam intervir. Gostaríamos também que fosse prevista uma solução que seja justa para nós. Apelo à sua complacência e agradeço, uma vez mais, a sua compreensão.

Presidente. - O Senhor Deputado tem toda a razão. Esta ideia de pedir a palavra pelo método de “braço no ar”, tentando captar o olhar do Presidente (“catch the eye”), é totalmente subjectiva, porque o Presidente tem olhos, mas os seus olhos não são amplos e multifacetados como os dos répteis, querendo isto dizer que os que captam o seu olhar são os que captam o seu olhar; o secretariado pode dar uma ajuda preciosa neste aspecto. No entanto, tem razão: é uma questão que ainda não foi alvo de um tratamento razoável – eu estou ciente disso – pela Mesa do Parlamento.

Por exemplo, o que a senhora deputada McGuinness afirmou, que deveria ser concedida prioridade aos membros da comissão correspondente, parece-me perfeitamente razoável, mas isso ainda não se encontra previsto. O que está previsto é o Presidente presidir ao debate da forma que considera mais adequada, o que coloca, evidentemente, o Presidente em situações extremamente complicadas.

Além disso, os próprios deputados não cumprem o Regimento, uma vez que o cartão azul não deve ser utilizado para pedir a palavra durante o “catch the eye”. O cartão azul deve ser utilizado para interromper o orador que está a intervir no momento, para lhe colocar uma pergunta de 30 segundos. Porém, há aqui deputados que estão constantemente a mostrar o cartão azul.

Vamos ter de realizar um pequeno curso para que os deputados entendam que o cartão azul tem uma utilização específica, e que, para pedir a palavra durante o “catch the eye”, é necessário levantar a mão, levantar o cartão branco ou utilizar qualquer outro meio em vez do cartão azul.

No entanto, não quero prolongar o debate. Já nos atrasámos muito e poderia ter havido duas ou três intervenções durante o tempo que despendemos nesta questão.

Dacian Cioloș, Membro da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, não sei bem se foram colocadas muitas perguntas. Constatei, sobretudo, que foram afirmados alguns princípios que, tal como verificámos, ficaram bem reflectidos no relatório.

Em todo o caso, a ideia principal que retirei deste debate é que necessitamos de uma política agrícola comum, uma política agrícola que deve ser uma política comunitária, e que também necessitamos de um orçamento que deve ser compatível com os objectivos que definimos para a agricultura. Por isso, considero que necessitamos de um orçamento realista. A meu ver, um orçamento realista é um orçamento que esteja em linha com os objectivos definidos para a política agrícola comum.

O que verificamos é que estamos a exigir cada vez mais dos nossos agricultores. Como é natural, estamos também a exigir que os recursos disponibilizados sejam utilizados de forma mais eficaz e contabilizados de forma mais clara. Aliás, constato a presença aqui do meu colega Lewandowski, Comissário responsável pelo Orçamento, que talvez tenha vindo especificamente para nos confirmar que a PAC terá um orçamento compatível com os objectivos que definimos.

Registei também que, para a agricultura – a política agrícola comum – alcançar os objectivos que fixámos, temos de ter em conta todas as diferenças entre todos os tipos de agricultura que existem na União Europeia. Devemos ter em conta essa diversidade, para que, nas regiões onde ela se manifesta, estes diferentes tipos de agricultura possam contribuir para alcançar os objectivos, não apenas no que respeita ao aprovisionamento do mercado, à produção e à segurança desse aprovisionamento, mas também um avanço no sentido de um melhor reconhecimento do ambiente, da gestão dos recursos naturais e das capacidades de desenvolvimento económico nas zonas rurais. Temos de reflectir sobre o modo como o sector da agricultura e agro-alimentar podem contribuir para esse fim.

Registei ainda que todas estas ideias sobre o futuro da política agrícola comum têm também de incentivar os jovens, têm de fornecer perspectivas aos jovens que querem estabelecer-se, que querem investir na agricultura, para que a actividade agrícola seja também uma actividade do futuro e para conseguirmos alcançar os nossos objectivos.

Quero ainda enviar uma mensagem clara e responder à pergunta do senhor deputado Kelly sobre as ajudas directas. Parece-me que não há dúvida de que para termos uma agricultura mais justa e uma política agrícola comum mais transparente e mais eficaz, temos de definir critérios claros para a distribuição dessas ajudas directas em conformidade com os objectivos que vamos definir. Portanto, a meu ver, as referências históricas não constituem critérios justos, transparentes ou objectivos. Temos de substituir estas referências históricas por objectivos muito mais claros, que criem uma certa equidade e permitam que a diversidade agrícola que existe na União Europeia seja mais levada em consideração. Isso irá proporcionar aos Estados-Membros e às regiões os meios necessários para obterem um melhor retorno dos recursos de que dispõem.

Para concluir, gostaria de reiterar a nossa necessidade de uma política agrícola comum para a Europa. Necessitamos de uma política agrícola comum para toda a União Europeia e, naturalmente, de uma política agrícola comum que não impeça as outras regiões do mundo de desenvolverem a sua própria agricultura.

George Lyon, relator. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria apenas de aflorar alguns dos principais temas que os colegas referiram durante este debate. Uma nova importância estratégica para a produção de alimentos e para a PAC: com certeza. Dois pilares: sem dúvida, estou totalmente de acordo. A produção de alimentos no cerne da PAC: sim, é exactamente esse o objectivo da PAC. O resto são complementos cujo objectivo é dispormos de um sector agrícola rentável, que seja capaz de proporcionar benefícios ambientais, combater as alterações climáticas e todos os outros aspectos que referimos no relatório.

Um orçamento forte: sim, com certeza; é justo para os novos e para os antigos Estados-Membros: foram muitos os deputados que levantaram essa questão e é uma questão que temos de tratar. Tem de ser objectivo e transparente quanto ao modo como os fundos são repartidos entre os Estados-Membros. Têm de dar resposta aos desafios da estratégia “Europa 2020”. É absolutamente fundamental que a agricultura e a CAP sejam encaradas como parte da solução para a concretização desses objectivos, e não parte do problema.

Gostaria de prestar homenagem aos senhores deputados Michel Dantin, Martin Häusling, Wojciech Michał Olejniczak e Jim Nicholson, meus relatores-sombra. Desenvolvemos uma extraordinária colaboração na elaboração do que considero ser um relatório extremamente consistente, que apresenta uma visão clara do rumo que este Parlamento pretende dar à PAC após 2013. Diria que coloca o Parlamento numa posição muito forte para discutir e negociar com a Comissão e com o Conselho “Agricultura”. Gostaria de o convidar, Senhor Comissário, a acompanhar-nos, e juntos conseguiremos, seguramente, transmitir essa visão.

(Aplausos)

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje, quinta-feira, 8 de Julho de 2010, às 12H00.

Gostaria de apresentar, uma vez mais, o meu pedido de desculpa aos deputados a quem não pudemos dar a palavra. Tal como a senhora deputada McGuinness afirmou, poderão apresentar por escrito a sua contribuição.

Irei apresentar essa questão à Mesa, uma vez que se trata de algo que tem de ser esclarecido. Irei ainda propor à Mesa – e espero contar com o apoio de todos – que não se dê a palavra no procedimento de “catch the eye” a deputados que não estejam presentes no início do debate, quando o relator está a apresentar o seu relatório, ou quando o Comissário está a intervir. Estamos perante uma situação em que alguns deputados ficaram indignados por não lhes ter sido dada a palavra, mas não ficaram para ouvir nem o Comissário nem o relator a explicar e a apresentar as conclusões. Há que fazer um esforço de rigor, mas todos nós temos de o fazer.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Sergio Berlato (PPE), *por escrito*. – (IT) A política agrícola comum (PAC) é uma das políticas mais importantes da União Europeia, se considerarmos que a despesa agrícola representa cerca de 43% do orçamento comunitário. Nos termos do artigo 33.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, os objectivos da PAC são assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores europeus e um nível de vida equitativo à população agrícola.

A recente crise económica e financeira esteve na origem de uma redução de, em média, 12,2% nos rendimentos dos agricultores entre 2008 e 2009, do estabelecimento de condições mais rigorosas em matéria de acesso ao crédito e de um aumento da taxa de desemprego nas zonas rurais. A volatilidade dos preços dos produtos nos mercados agrícolas aumentou significativamente e deve continuar a aumentar. Considero, portanto, que na futura PAC deve estar prevista uma rede de segurança mínima para gerir a incerteza dos preços de mercado e para fornecer soluções rápidas e eficazes às crises económicas no sector.

Segundo as estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, até 2050, a população mundial aumentará dos actuais 6 mil milhões para 9 mil milhões e a duplicação da procura de géneros alimentícios irá exigir um aumento correspondente na produção mundial de alimentos. Portanto, a segurança alimentar constituirá o principal desafio para a agricultura do futuro e a União terá o ónus de continuar a garanti-la para bem dos cidadãos europeus.

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), *por escrito*. – (RO) A adaptação da PAC às novas realidades sociais e económicas é uma medida necessária. Na realidade, temos de dar resposta a algumas questões importantes para poder fazê-lo. Estou totalmente de acordo com a necessidade de velar pela segurança do aprovisionamento alimentar. No entanto, até que ponto queremos ser independentes e de que forma estamos dispostos a pagar mais por isso?

Até à data, a PAC tem mantido elevados os preços de alimentos que são mais baratos noutros países. A UE não pode promover o comércio livre e proteger simultaneamente o seu mercado agrícola. Há que encontrar soluções que permitam à UE a aplicação de normas de qualidade adequadas a nível mundial para podermos minimizar as discrepâncias entre os preços dos produtos agrícolas nos diversos países.

No entanto, o que mais me preocupa é o impacto que as reformas da PAC tiveram nos agricultores. A dissociação dos pagamentos só produziu resultados positivos na canalização dos pagamentos directos para os grandes proprietários de terras, que não são, seguramente, agricultores. A dissociação é necessária para evitar a sobreprodução. No entanto, convido a Comissão a apresentar alguns critérios mais justos para que os agricultores possam ser os verdadeiros beneficiários da PAC. Necessitamos de estímulos destinados aos agricultores, especialmente a fim de incentivar a deslocação dos jovens para as zonas rurais. No entanto, isso não irá acontecer se mantivermos o actual sistema de pagamentos directos, que é absurdo.

Nessa Childers (S&D), *por escrito*. – (EN) A política agrícola comum (PAC) tem potencialidades para proporcionar soluções para muitos dos problemas que afectam actualmente as explorações agrícolas europeias, e isso é óbvio, mais do que em qualquer outro Estado-Membro, na Irlanda, onde existe um igual empenhamento no sentido de assegurar um acordo sobre a PAC que seja justo e completo e de avançar através da aplicação das alterações necessárias na agricultura do século XXI. Porém, para conquistar a confiança e o compromisso da comunidade agrícola europeia, a nova PAC tem de proporcionar estabilidade aos agricultores e preços justos, tal como acontece actualmente, para as mercadorias que estes produzem. Em contrapartida, os cidadãos europeus terão acesso não apenas a produtos fiáveis e de qualidade, que têm a garantia de ter sido produzidos de acordo com as práticas agrícolas de qualidade da UE, mas beneficiarão também das implicações sociais e culturais da PAC, como as incluídas no segundo pilar. A UE necessita, acima de tudo, de manter a confiança dos agricultores europeus. A comunidade agrícola está ciente de que, com este novo acordo, a mudança está a caminho e, neste momento, está pronta para acolhê-lo. Para tirar partido desta relação positiva, as instituições da UE têm de produzir um acordo que seja moderno e simultaneamente completo e justo para todos.

Béla Glattfelder (PPE), *por escrito*. – (HU) A Europa irá continuar a necessitar de uma política agrícola comum eficaz após 2013. É por isso que o orçamento da UE para a agricultura deve ser pelo menos mantido no nível actual.

A Europa tem uma responsabilidade especial no fomento da segurança alimentar no mundo. Isto porque é na Europa que se conseguem produzir os géneros alimentícios mais seguros, de acordo com as normas de

protecção ambiental mais rigorosas. Portanto, a principal tarefa da PAC é preservar a capacidade de produção agrícola da União Europeia.

É, por conseguinte, fundamental que os pagamentos directos não diminuam.

No caso do apoio ao desenvolvimento rural no âmbito do segundo pilar, há que garantir a sua utilização principalmente para fins agrícolas.

Os agricultores devem ser protegidos das flutuações extremas dos preços de intervenção que têm sido comuns nos últimos anos. Necessitamos de instrumentos de intervenção no mercado, e em determinados sectores, como o do vinho e do leite, são necessárias medidas para limitar a oferta. Essas medidas reduziriam as perdas dos agricultores resultantes das flutuações dos preços.

O comércio europeu de bens alimentares está muito mais concentrado do que a indústria de transformação de produtos alimentares ou a produção agrícola. Muito frequentemente, centenas de agricultores estão a competir com uma grande cadeia de hipermercados, e a sua posição negocial é muito menos favorável. É por isso que devemos contribuir para melhorar a cooperação entre os agricultores. No entanto, isso exige uma derrogação das rigorosas normas comunitárias em matéria de concorrência no domínio da agricultura.

As importações de países terceiros devem estar sujeitas aos mesmos regulamentos rigorosos no domínio da protecção ambiental, segurança alimentar, bem-estar dos animais, entre outros, que os agricultores europeus têm de cumprir.

Elisabeth Jeggle (PPE), *por escrito*. – (DE) O relatório de iniciativa do senhor deputado Lyon implica a participação do Parlamento na fase inicial do debate relativo ao futuro da PAC. Gostaria de agradecer a todos os que participaram pelo trabalho realizado. Foram estabelecidas metas ambiciosas para toda a Comunidade.

A meu ver, existem três pontos fundamentais a considerar, se quisermos continuar a garantir um desenvolvimento agrícola global e sustentável em toda a Europa. 1. É essencial velar por que a PAC seja adequadamente financiada após 2013 e por que o acordo produzido seja adequado.

2. A estrutura em dois pilares, já devidamente testada, deve ser mantida com um primeiro pilar sólido e um segundo pilar igualmente forte. Só conseguiremos preservar o modelo agrícola europeu se velarmos pela produção dos nossos alimentos de acordo com os mais elevados requisitos no primeiro pilar e, no segundo pilar, se proporcionarmos boas perspectivas para o desenvolvimento das zonas rurais e para a criação de postos de trabalho e infra-estruturas para os agricultores e não agricultores, para homens e mulheres e, em particular, para os jovens.

3. As grandes flutuações nos mercados liberalizados e os efeitos das alterações climáticas continuam a exigir uma rede de segurança. Em resultado das alterações climáticas, têm surgido novas metas no que respeita à orientação do mercado, à segurança dos produtos, à protecção dos animais e à necessidade de protecção ambiental e da biodiversidade. Face a estes desafios, uma política agrícola eficaz é a melhor para o futuro e a que melhor serve os interesses de todos os nossos cidadãos.

Sandra Kalniete (PPE), *por escrito*. – (LV) Esta resolução defende uma transição para o critério de superfície como base para a determinação dos pagamentos de ajuda directa durante o próximo período de programação financeira. Prevedemos, portanto, a possibilidade de um período de transição. Esse prazo é fundamental, mas sete anos seria um período de transição excessivamente longo. Arrastar a aplicação do novo método poderá afectar negativamente a realização de um importante objectivo da reforma da PAC – o apoio específico, equitativo, equilibrado, simples e transparente. Entre os argumentos a favor da manutenção do orçamento da PAC no nível de 2013 contam-se as expectativas justificadas dos novos Estados-Membros de que o apoio da PAC irá, no seu caso, ser comparável ao prestado aos antigos Estados-Membros. Estou convicta de que a PAC pode ser forte e realmente comum apenas se tiver por objectivo velar pela concorrência leal entre todos os agricultores europeus. A concorrência sem distorções na Europa constitui também uma condição para a competitividade dos agricultores europeus nos mercados mundiais. Gostaria de destacar a vontade política expressa na resolução de reforçar a posição dos produtores primários na cadeia de abastecimento alimentar, para que as organizações de produtores primários possam tornar-se mais eficazes e possam negociar com as grandes empresas de venda a retalho e de transformação em condições de igualdade. Espero que o elemento de desenvolvimento rural no âmbito da PAC seja consolidado e que a estratégia de desenvolvimento rural vise principalmente as comunidades rurais, a melhoria ambiental, a modernização e reestruturação da agricultura, o reforço da coesão, o aumento da venda de produtos e da competitividade, a preservação e

criação de postos de trabalho nas zonas rurais e as alterações climáticas, a energia de fontes renováveis e a biodiversidade.

Filip Kaczmarek (PPE), *por escrito*. – (PL) O futuro da política agrícola comum após 2013 é extremamente importante para nós. Existem muitos aspectos importantes que dependem da PAC, nomeadamente a estrutura do orçamento da União Europeia e o futuro da agricultura, dos agricultores e das zonas rurais. Todo o Parlamento Europeu tem de estar ciente da importância da PAC para o futuro da UE. Fundamental é, naturalmente, a questão dos pagamentos directos, assim como a necessidade de eliminar as disparidades entre os diferentes países. Actualmente, as diferenças entre os níveis de pagamentos nos diferentes Estados-Membros são demasiado grandes. Estas diferenças comprometem o sentido de solidariedade, igualdade e comunidade. Do que os agricultores necessitam é, sobretudo, de rendimentos estáveis, tanto agora como a longo prazo. Sem que esteja satisfeita essa condição, é extremamente difícil modernizar as explorações agrícolas e será difícil manter a influência positiva da agricultura no ambiente natural e cultural. Portanto, esforcemo-nos por contribuir para que as futuras alterações na política agrícola comum conduzam à criação de rendimentos estáveis para os agricultores europeus. Muito obrigado.

Mairead McGuinness (PPE), *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com o presente relatório, que constitui um elemento para analisar a forma e a natureza da política agrícola comum. Este relatório confirma a existência de uma PAC após 2013, que deverá continuar a ser uma política comum, e a manutenção do seu orçamento pelo menos nos níveis actuais. O relatório revela firmeza quanto à manutenção da unidade da política da UE, rejeitando quaisquer tentativas de a renacionalizar. Os agricultores devem ganhar ânimo pelo facto de o Parlamento entender as suas inquietações. A PAC pós-2013 deve apoiar os produtores activos e recompensá-los pelos géneros alimentícios que produzem e pela grande quantidade de bens públicos que fornecem à sociedade – nomeadamente as elevadas normas em matéria ambiental e de bem-estar dos animais. Será essencial a adopção de medidas de apoio ao mercado no que respeita à criação de redes de segurança adequadas contra a extrema volatilidade do mercado, que será provavelmente uma característica do mercado no futuro. Apenas 7% dos agricultores da UE têm idade inferior a 35 anos – este dado funciona como uma chamada de atenção, para assegurarmos que estejam reunidas as condições para manter os jovens na agricultura. É fundamental que se dedique uma especial atenção às gerações jovens na PAC após 2013, de modo a salvaguardar o desenvolvimento da agricultura de uma forma inovadora e eficiente.

Ivari Padar (S&D), *por escrito*. – (ET) Para começar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Lyon por ter elaborado um relatório muito equilibrado. Acredito que esse facto já nos permitiu criar uma boa base de discussão para um futuro próximo. A alteração da política agrícola é, provavelmente, uma das maiores tarefas da presente sessão plenária. É um facto que só iremos começar a retirar frutos dessas leis muito mais tarde, talvez dez anos depois. Apesar de a tarefa mais importante da agricultura ser fornecer alimentos, a importância da agricultura para o interesse público está a ser alvo de um reconhecimento cada vez maior, independentemente de se manifestar na política social, no ambiente ou na cultura. Uma parte relativamente pequena da população alimenta efectivamente 100% da população, utiliza o solo numa perspectiva económica e salvaguarda o equilíbrio social das zonas rurais em toda a União Europeia. O relatório constitui uma boa base para futuros debates. Obrigada pela vossa atenção.

Ulrike Rodust (S&D), *por escrito*. – (DE) Quero agradecer ao relator. Muitas ideias do meu grupo foram incorporadas no presente relatório e agora obtivemos um resultado muito positivo.

O nosso principal objectivo deve ser a produção de alimentos de elevada qualidade na Europa.

No debate sobre a organização da reforma agrária, fizeram-se várias alusões à compensação dos bens públicos. A meu ver, este debate está no bom caminho.

Só quando os cidadãos da UE estiverem convictos de que se estão efectivamente a desenvolver esforços e de que o dinheiro não está simplesmente a ser distribuído de forma generalizada a política agrícola comum terá o reconhecimento que merece.

O desenvolvimento das zonas rurais desempenha um papel cada vez mais importante. A fim de evitar a degradação e desertificação da nossa agricultura, temos de desenvolver novos instrumentos que impeçam o êxodo rural.

As zonas rurais activas são um ambiente atractivo para viver, não apenas para os agricultores, mas também para pessoas que não queiram viver nas cidades.

Devemos aprovar o relatório na sua forma actual com uma grande maioria em plenário, a fim de enviar um sinal claro para o exterior.

Csaba Sógor (PPE), *por escrito*. – (HU) Quando se deu início ao processo de integração europeia, a política agrícola comum não só assegurou o abastecimento alimentar da população, mas lançou também as bases para uma agricultura europeia moderna e para outras políticas específicas. No entanto, a União Europeia recebeu recentemente 12 novos Estados-Membros. Isso significa que a UE recebeu uma nova população agrícola de 7 milhões de pessoas, para além dos 6 milhões que já tinha antes de 2004. Além disso, na sequência da adesão dos novos Estados-Membros, a superfície agrícola da UE, de 130 milhões de hectares, registou um aumento de 40%, subindo para 185 milhões de hectares. Na altura da adesão, os novos Estados-Membros previam que, daí por algum tempo, os seus produtores passassem a receber o mesmo nível de apoio da PAC que os agricultores dos antigos Estados-Membros. No entanto, isso só será possível se os recursos destinados à política agrícola não forem reduzidos a partir de 2013. A UE deve levar em consideração as diferentes situações e necessidades dos Estados Membros, uma vez que a agricultura europeia só irá promover os interesses dos Estados-Membros, dos agricultores e dos cidadãos se os recursos não forem distribuídos de forma injusta, devido às diferenças nos níveis de modernização.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D), *por escrito*. – (HU) A política agrícola comum exige uma reforma fundamental e corajosa que leve em conta a situação específica dos novos Estados-Membros. A manutenção da PAC só é razoável aos olhos dos contribuintes europeus e defensável em negociações com os ministérios das Finanças, se conseguirmos mostrar que, para além de segurança alimentar na Europa, a agricultura também pode proporcionar bens públicos sociais e ambientais à sociedade. Penso que apenas uma grande reforma conseguirá salvar a política agrícola comum. Os investimentos agrícolas dos novos Estados-Membros devem ser apoiados com benefícios subsidiados, caso contrário, a agricultura europeia irá funcionar com duas ou, levando em consideração a situação da Roménia e da Bulgária, com três taxas de desenvolvimento diferentes. Esta discrepância irá aumentar ainda mais o fosso entre a UE-15 e os 12 novos Estados-Membros. A concretização da agricultura ecológica na Europa e a produção de bens públicos ambientais exigem novos investimentos, sobretudo nos novos Estados-Membros. Os agricultores não devem ser punidos, devendo-lhes, pelo contrário, ser atribuídos incentivos financeiros que os ajudem a adquirir máquinas que permitam o cultivo de uma forma respeitadora do solo e do ambiente, a substituição do banco de material genético de espécies cultivadas e investimentos que visem a protecção do ambiente e a pureza da água.

Artur Zasada (PPE), *por escrito*. – (PL) Na reforma da PAC, não podemos esquecer os princípios da integração, da solidariedade e da comunidade. Os pagamentos directos afectam significativamente a segurança do abastecimento alimentar. Contribuem não apenas para estabilizar os rendimentos dos agricultores, mas também compensam os custos associados à obrigatoriedade do cumprimento das exigências cada vez maiores impostas à agricultura. Se não eliminarmos as disparidades entre os níveis de apoio directo, este instrumento – o principal instrumento financeiro da PAC – irá continuar a dividir a União Europeia em antigos e novos Estados-Membros. O abandono dos critérios históricos de distribuição não só constituiria um gesto simbólico de uma maior integração, mas contribuiria também para garantir condições de igualdade em matéria de concorrência num mercado único comunitário. Além disso, é fundamental que a estratégia de desenvolvimento rural continue a ser um elemento essencial da PAC, apoiando o desenvolvimento económico e social num sentido lato. A reestruturação e modernização contínua das explorações agrícolas, bem como as muitas inovações destinadas a aumentar a eficiência e a melhorar a competitividade numa União alargada, desempenham aqui um papel fundamental. Um segundo pilar forte proporciona uma oportunidade para ajudar os jovens agricultores a iniciar-se na agricultura, assim como para melhorar a qualidade de vida, mobilizar a sociedade e melhorar a situação das mulheres nas zonas rurais.

4. Consequências para a agricultura da UE da reabertura das negociações com o Mercosul tendo em vista a conclusão de um Acordo de Associação - Preparativos para a próxima Cimeira EU-Brasil, a 14 de Julho de 2010, em Brasília (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- da pergunta oral (O-0079/2010/rev.2 - B7-0315/2010) apresentada pelos deputados McGuinness, Deß, Papastamkos, Mathieu, Nedelcheva, Dantin, La Via, Jeggle, Jahr, Klaß, Köstinger, De Lange, Silvestris, Lulling, Glattfelder, Herranz García, Mato Adrover, Dorfmann, Kalinowski, Daul, Patrão Neves, Siekierski, Béchu, Niculescu, Mayer e Audy, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), Nicholson e Wojciechowski, em nome dos Conservadores e Reformistas Europeus, Bové, em nome do Grupo dos

Verdes/Aliança Livre Europeia, Lyon, em nome do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa, e Capoulas Santos e Kadenbach, em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, à Comissão sobre as consequências para a agricultura da UE da reabertura das negociações com o Mercosul com vista à celebração de um acordo de associação, e

- da pergunta oral (O-0091/2010 - B7-0317/2010) apresentada pelo deputado Yáñez-Barnuevo García, em nome do Grupo da Aliança Progressista e Democratas no Parlamento Europeu, à Comissão sobre os preparativos para a próxima Cimeira UE-Brasil, em 14 de Julho de 2010, em Brasília.

Mairead McGuinness, autora. – (EN) Senhor Presidente, agradeço o seu esclarecimento sobre a intervenção de um minuto, mas não posso deixar de aproveitar esta oportunidade: apenas um ponto de ordem. Fui uma das autoras da primeira pergunta oral. Não me agrada nada o facto de termos uma discussão conjunta com as duas perguntas. Ando, já desde Maio a envidar esforços para colocar a questão do Mercosul na agenda. Penso que não deveria tratar-se de uma pergunta conjunta e oponho-me ao que aconteceu esta manhã, que considero um enorme exagero. Não sei como isso aconteceu nem porque aconteceu. Fiquei extremamente insatisfeita com a situação. Poderei voltar a essa questão no debate? Gostaria de ser esclarecida quanto a esta matéria e espero poder contar com o apoio dos meus colegas.

Presidente. – Senhora deputada McGuinness, tal como sabe, porque é uma deputada veterana a este Parlamento, foi a Conferência de Presidentes que determinou esta organização do debate, e é de acordo com essa decisão que se está a proceder. Registei, como é natural, a sua insatisfação relativamente a esta questão, mas apelo à sua compreensão para o facto de não iniciarmos agora um debate sobre essa matéria, porque senão nenhum dos deputados que deverão falar poderá intervir.

James Nicholson, autor. – (EN) Senhor Presidente, penso que estamos aqui em apuros esta manhã devido à ausência de um processo de consulta. Parece-me lógico, como pensam os autores da pergunta sobre o Mercosul, que tivesse havido pelo menos a decência de sermos consultados relativamente à razão deste facto. Sei que a Conferência dos Presidentes é soberana, mas, Senhor Presidente, o senhor é um distinto membro da Mesa deste Parlamento, e espero que transmita à Mesa a mensagem de que quando a agricultura é debatida no Parlamento, há que prever tempo suficiente para o debate.

É óbvio que o tempo não foi suficiente, esta manhã. O Senhor Presidente viu as solicitações e viu o problema. Será que conseguimos fazer com que este Parlamento trabalhe para os deputados e não para a administração do Parlamento? Somos nós que fomos eleitos para representar o nosso povo, não a administração, que recebe salários chorudos...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Senhor Deputado Nicholson, registei as suas palavras e irei, naturalmente, transmitir as suas preocupações à Mesa do Parlamento. Não é a administração que organiza os debates. A administração auxilia os órgãos políticos na organização dos debates.

Mairead McGuinness, autora. – (EN) Senhor Presidente, não é por ser Verão e estarmos todos contrariados. É só porque fazemos observações muito válidas e levamos o nosso trabalho a sério. Vou demorar 30 segundos, porque tenho duas páginas em branco. Coloquei cinco perguntas à Comissão. Não tenciono pronunciar-me antes de ouvir as respostas. Voltarei a intervir no final do debate.

Presidente. – Muito obrigado, Senhora Deputada McGuinness. Irei conceder-lhe posteriormente o tempo que não utilizou agora.

James Nicholson, autor. – (EN) Senhor Presidente, parece-me que muitos foram apanhados de surpresa com a decisão recente da Comissão de reabrir as negociações com o Mercosul com vista à celebração de um acordo de comércio livre. Uma vez que estamos a entrar numa fase em que vamos assistir à reforma da PAC, e estivemos ainda agora a debater essa questão, todos sabemos que a agricultura será uma parte importante desse acordo.

Apesar de reconhecer que os serviços da Comissão estão no seu direito de reabrir a discussão, deveriam ter informado o Parlamento das suas intenções. Esta questão pode abrir uma caixa de Pandora em muitos sectores da agricultura europeia, pelo que questiono seriamente a sensatez de celebrar qualquer acordo futuro.

Existem actualmente problemas sérios no Brasil e na Argentina no que diz respeito à rastreabilidade dos animais e no domínio da saúde e segurança. O mais recente relatório da missão da FAO no estado de Santa Catarina concluiu que existe muito pouco controlo do gado que atravessa a fronteira da Argentina para o

Brasil ou até mesmo os diferentes estados do Brasil. Da mesma forma, não foram aplicadas as normas em matéria de marcação auricular. Estes são apenas alguns exemplos dos muitos que poderia enumerar a partir do relatório da FAO de Outubro passado.

Quero dizer muito francamente ao Senhor Comissário que se continuar a optar por essa via, irá encontrar muitos obstáculos pelo caminho. Consigo, até certo ponto, entender a razão pela qual esta opção pode parecer aliciante, uma vez que as discussões da OMC não registam qualquer avanço, mas na realidade acredito que esta solução tem potencialidades para destruir a OMC. Se o Mercosul conseguir celebrar um acordo com a UE, por que motivo deverão estes países continuar a participar nas negociações da OMC?

Há que entender que não haverá qualquer redução no nível das normas em matéria de bem-estar, saúde ou rastreabilidade dos animais. É necessário proteger os consumidores e produtores da União Europeia e não me parece que um acordo comercial com o Mercosul vá conseguir isso. Na realidade, irá produzir um efeito totalmente oposto.

José Bové, autor. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a reabertura das negociações com o Mercosul num momento em que a União Europeia se está a preparar para redefinir a sua política agrícola revela uma perigosa falta de coerência por parte da Comissão. A Europa já importa 500 000 toneladas de carne de bovino. Uma abertura ainda maior do nosso mercado constituiria uma desvantagem para os criadores de gado das zonas menos favorecidas da Europa, sem qualquer garantia de respeito pelas normas sociais e sanitárias. Não podemos aceitar isso.

A Europa compra 38 milhões de toneladas de soja e alimentos para o gado. Estas importações provenientes do Brasil e da Argentina monopolizam mais de 19 milhões de hectares. Encontram-se concentradas nas mãos de três empresas: a Cargill, a ADM e a Bunch. Entre 2001 e 2004, a plantação de soja destruiu mais de 1,2 milhões de hectares de floresta tropical e equatorial. É uma das principais causas do aumento das emissões de gases com efeito de estufa e da perda de biodiversidade.

O Parlamento Europeu decidiu apresentar um relatório sobre a recuperação da autonomia no que respeita às proteínas vegetais destinadas à alimentação para o gado. Esta decisão é motivada pela necessidade de dispormos de uma agricultura respeitadora do ambiente e de combatermos as alterações climáticas. Estes esforços serão completamente aniquilados por este projecto de acordo bilateral. Uma vez mais, a Comissão Europeia está subestimando a sua agricultura e os seus agricultores, a fim de obter contrapartidas aleatórias para empresas de serviços. Estas concessões não irão servir os interesses das famílias de agricultores do Mercosul, mas apenas os dos grupos agro-industriais. Para constatar essa realidade basta ler o relatório apresentado pelo Grupo Tyson, uma sociedade norte-americana e um peso pesado no mercado internacional da carne, que anunciou os seus recentes investimentos no Brasil para – e passo a citar o que consta do seu relatório – utilizar este país como plataforma de exportação para a Europa.

Outras empresas, como o Grupo Doux, já tinham antecipado esta manobra através da compra do grupo brasileiro Frangosul em 1998. Muitos criadores de aves, nomeadamente na Bretanha, pagaram um preço elevado por esse negócio.

A Europa parece querer prosseguir com a sua política de deslocalização ao intensificar os ataques contra os agricultores. Temos de interromper esse processo insano, disponibilizando aos nossos cidadãos alimentos com qualidade, produzidos localmente.

George Lyon, autor. – (EN) Senhor Presidente, tentarei ser breve. Existem inquietações reais relativamente à reabertura das negociações com o Mercosul.

Eu represento a Escócia, que possui uma produção extensiva de carne de bovino. Trata-se de um sistema de produção de custo elevado, e é fundamental que continue, se a Escócia não quiser assistir ao abandono de grande parte das suas terras devido à inundação do mercado por importações baratas. Existe uma preocupação real com o facto de podermos vir a sacrificar a nossa indústria de carne de bovino escocesa devido à necessidade de negociar e celebrar um acordo com os países do Mercosul.

Por isso, gostaria de levantar uma série de questões sobre esse problema, que não é um problema apenas para a Escócia, mas também para os irlandeses ou franceses e para toda a Europa. Gostaria particularmente de lhe perguntar por que razão parece não ter havido uma consulta ao Parlamento e à sua Comissão da Agricultura antes de serem anunciadas as negociações para o acordo. Pelo menos por uma questão de cortesia, o facto de o Parlamento ser previamente informado teria seguramente contribuído para uma relação mais sã entre o Parlamento e a Comissão nesta matéria.

Em segundo lugar, que mandato de negociação disporão os negociadores no que respeita aos produtos agrícolas? Poderá alguém dizer-me o que estão os negociadores autorizados a negociar? Quantas toneladas de carne de bovino? Quanto acesso? Não há uma tarifa ou há tarifas mínimas? Poderá alguém dizer-me qual é o mandato?

Duas outras questões. Para quando a realização de um estudo de impacto para apurar as eventuais consequências de um acordo, independentemente da sua dimensão? Deveríamos, no mínimo, ficar a saber quais são as consequências antes de assinarmos seja o que for, especialmente num momento em que estamos a renegociar a PAC e a determinar de que forma se irá decidir o futuro apoio à agricultura. Ambos estão intimamente relacionados, e temos de saber quais serão as consequências.

Para concluir, qual será a participação do Comissário da Agricultura nesta questão? Até à data, muito pouco nos foi dito sobre o seu papel nesta negociação e sobre qual será a sua eventual responsabilidade na definição do mandato para os vossos negociadores. Irá este Parlamento ser consultado antes da celebração do acordo final? Gostaria de ouvir algumas respostas a estas perguntas.

Presidente. - Chamo a atenção de todos para o facto de os oradores que intervieram até a este momento, nomeadamente o senhor deputado Capoulas Santos, serem os autores da primeira pergunta que estamos a debater; o orador que se seguirá, o senhor deputado Yáñez-Barnuevo García, é o autor da segunda pergunta.

Luis Manuel Capoulas Santos, Autor. – Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, a América Latina no seu todo e os países do Mercosul em particular são parceiros estratégicos da União Europeia, partilham connosco uma história e valores civilizacionais comuns. É, além disso, um espaço geopolítico onde a liberdade, a democracia e o respeito pelos direitos humanos têm vindo a conhecer progressos assinaláveis. Faz, por isso, todo o sentido o aprofundamento dos laços políticos e culturais e o aproveitamento das vantagens recíprocas no plano económico.

Saúdo, por isso, a decisão europeia de reabrir as negociações para o acordo de associação com o Mercosul, ainda que lamente e condene os recentes actos proteccionistas da Argentina, totalmente contrastantes com o espírito de abertura manifestado pela parte europeia.

Contudo, não posso deixar de alertar a Comissão para as consequências potencialmente negativas para o sector agrícola europeu, caso esta negociação não seja devidamente acautelada. Todos conhecemos a dimensão do desequilíbrio da nossa balança comercial com o Mercosul e as condições de produção e as exigências colocadas aos agricultores de um e do outro lado do Atlântico.

Por esta razão, para além das perguntas que foram formalmente colocadas por escrito, em particular a que diz respeito à forma como a Comissão pensa abordar a questão dos produtos sensíveis, gostaria de saber como tenciona reagir ao compreensível gesto da Argentina.

Luis Yáñez-Barnuevo García, autor. – (ES) Senhor Presidente, hoje é um dia para felicitações: a primeira ao Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, senhor Moratinos, que conseguiu trazer uma série de prisioneiros políticos cubanos para Espanha, ou está prestes a fazê-lo; e também a Guillermo Fariñas, o prisioneiro político que, com a sua greve de fome e a sua tenacidade e sacrifício conseguiu a libertação desses prisioneiros.

Gostaria, sobretudo, retomando o tema que nos traz aqui, de felicitar o Conselho por ter dado início às negociações relativas a um importante acordo comercial, que também é um acordo político e de cooperação, entre a União Europeia e o Mercosul, que ficou decidido na Cimeira de Madrid do passado dia 18 de Maio. Contrariamente ao que se tem dito, o Parlamento manifestou repetidamente o seu apoio a essas negociações, no âmbito da Delegação para as Relações com os Países do Mercosul, da Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) e das próprias sessões plenárias de várias sessões parlamentares. Estamos a falar sobre o que pode e deve ser o maior acordo comercial a nível mundial, que irá trazer desenvolvimento, bem-estar, progresso e emprego para 800 milhões de pessoas e aumentar tremendamente o intercâmbio de bens, mercadorias e serviços entre ambas as regiões.

A agricultura é apenas uma parte desse macroacordo. Durante as negociações, há que procurar acordos equilibrados, mas não na perspectiva do proteccionismo, que é inimigo do desenvolvimento e do bem-estar: o proteccionismo europeu e também o proteccionismo de alguns países do Mercosul. Além do mais, a indústria e os serviços representam 97% do produto interno bruto europeu e a agricultura apenas 2,1%. Portanto, há que enfrentar os receios de forma adequadamente proporcional e justificada.

Senhor Comissário, a próxima Cimeira União Europeia-Brasil, de 14 de Julho, deve, portanto, servir, para promover e acelerar estas negociações, cuja conclusão assumiu uma importância ainda maior durante a crise económica que estamos a atravessar; esse acordo contribuirá para a resolução da crise.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, uma vez que se trata de uma discussão conjunta, e com o acordo do Presidente, gostaria de abordar no início da sessão as consequências para a agricultura de um acordo de associação com o Mercosul e a próxima cimeira. Assim, estou disposto a responder em qualquer formato decidido pela Presidência.

Começando com o Mercosul, o relançamento das negociações com vista à celebração de um acordo de associação é de extrema importância para a UE, tanto numa perspectiva política como económica. Do ponto de vista político, o Mercosul é o maior projecto regional de integração na América Latina, o que torna desnecessário insistir na importância geopolítica de reforçar os nossos laços com aquele continente. Temos acordos em vigor com o Chile e com o México e concluímos recentemente negociações com a Colômbia, Peru e América Central, por isso, é lógico cooperarmos também com o Mercosul.

Em termos económicos, um acordo poderá beneficiar consideravelmente a UE e o Mercosul. Neste período económico difícil, não podemos dar-nos ao luxo de ignorar as potencialidades deste acordo para as nossas duas regiões, em matéria de emprego e crescimento.

O Mercosul é uma entidade económica dinâmica e de grande dimensão, com um produto interno bruto combinado de 1,3 biliões de euros e com taxas de crescimento do PIB que deverão atingir cerca de 5% em 2010 e 4% em 2011. É um parceiro cada vez mais importante para a UE. Em termos de exportações da UE, pode equiparar-se à Índia e encontra-se à frente de países como o Canadá ou a Coreia. Nos últimos quatro anos, até ao eclodir da crise, as exportações da UE para o Mercosul aumentaram mais de 15% por ano.

No que respeita aos investimentos estrangeiros directos, o Mercosul é também um parceiro fundamental. Os investimentos da UE no Mercosul ascendem a mais de 165 mil milhões de euros – mais do que os investimentos da UE na China, Índia e Rússia em conjunto. Dada a sua dimensão e as suas potencialidades, e também o facto de o Mercosul ser ainda um mercado relativamente protegido, os ganhos económicos para as empresas da UE podem ser dos mais importantes em resultado dos acordos de comércio livre recentemente concluídos ou em fase de negociação da UE com parceiros comerciais importantes, como a Coreia ou a Índia.

O relançamento destas negociações constitui também um sinal do compromisso de ambas as regiões de continuar a promover o comércio livre e de rejeitar o protecçãoismo. A Comissão tomou esta decisão após uma análise exaustiva e um debate interno em profundidade. Para chegar a essa decisão, a Comissão avaliou positivamente as indicações fornecidas pelo Mercosul, durante o diálogo informal a nível técnico, relativamente a questões como o comércio de bens, os contratos públicos ou alguns sectores dos serviços.

Permitam-me acrescentar que, imediatamente após a tomada de decisão pelo Colégio, debati aprofundadamente com a Comissão INTA o relançamento das negociações. Posso até acrescentar que o Conselho é da opinião de que tratei o Parlamento Europeu muito melhor do que os tratei a eles, o que os deixou pouco satisfeitos. Fi-lo com base no mandato que temos, por isso não necessitamos de um novo mandato. Foi uma decisão legítima do Colégio, e o Parlamento foi cabalmente informado logo de seguida.

No entanto, deve ficar muito claro que a atitude colaborante dos nossos parceiros do Mercosul permite seguramente o relançamento das negociações, embora não esteja, como é natural, garantido o êxito da conclusão. Isso é completamente diferente. Para que exista uma conclusão, teremos de negociar um acordo ambicioso, nomeadamente em sectores como o comércio de bens e os serviços ou a propriedade intelectual, incluindo as indicações geográficas.

A primeira reunião com o Mercosul teve lugar na semana passada em Buenos Aires. Foi uma ronda bastante técnica, destinada a restabelecer a comunicação após mais de cinco anos de interrupção, em que se identificou o ponto em que as negociações tinham sido suspensas em 2004, sobre questões processuais e sobre as modalidades a adoptar para as negociações daqui em diante. Iremos, naturalmente, manter o Parlamento Europeu e o Conselho plenamente informados sobre a evolução das negociações.

No que diz respeito às vossas perguntas específicas, a Comissão está a trabalhar com base nas directrizes em matéria de negociações adoptadas pelo Conselho já em 1999. Estas directrizes incumbem a Comissão de negociar um acordo equilibrado e de âmbito vasto com o Mercosul, que vise a liberalização substancial de todas as operações em conformidade com os compromissos assumidos pela UE na OMC. Este procedimento aplica-se a todas as áreas abrangidas pelo acordo, nomeadamente a agricultura.

A Comissão sabe bem que a agricultura é em tema sensível nessas negociações e irá ter esse factor em conta na negociação com o Mercosul. Tenhamos ainda em conta que também temos importantes interesses agrícolas ofensivos no Mercosul, como o vinho, o queijo, as frutas e produtos hortícolas e as indicações geográficas. Neste contexto, estamos cientes de que poderá ser necessária a adopção de medidas de acompanhamento para os sectores mais sensíveis. É, no entanto, demasiado cedo para discutir os domínios que estas medidas poderão abranger. Estamos apenas a dar início às negociações e ainda não entramos em discussões sobre a substância.

De momento, ainda não apresentámos propostas no domínio da agricultura e havia uma pergunta – colocada não sei por quem – sobre a posição do Comissário da Agricultura a este respeito. Não é o Comissário para o Comércio que decide as propostas agrícolas que irão ser colocadas sobre a mesa. Essa questão tem de ser objecto de um acordo entre o Comissário da Agricultura e eu próprio e, se não concordarmos, vai para o Colégio de Comissários e é o Colégio de Comissários que toma a decisão. É assim que se procede, por isso o senhor Comissário Dacian Cioloş está plenamente envolvido nessas discussões.

Sabemos também que teremos de ter em conta as anteriores propostas no domínio da agricultura apresentadas pela UE na Ronda de Doha, da qual o Mercosul deverá ser um dos principais beneficiários. Neste contexto, permitam-me esclarecer que o relançamento das negociações com o Mercosul não compromete, de forma alguma, o nosso empenho numa conclusão com êxito da Agenda de Doha para o Desenvolvimento. Por uma questão de princípio, só negociamos acordos de comércio livre que sejam compatíveis com as regras da OMC e que, com base no acervo da OMC, ultrapassem largamente a cobertura prevista na Ronda de Doha. Acredito que, se fizermos as escolhas acertadas, será possível concluir com êxito ambas as negociações.

Quanto à segurança alimentar, escusado será dizer que as importações têm de respeitar plenamente os requisitos da UE em matéria de segurança alimentar. Que fique bem claro que não existe qualquer intenção de negociar os nossos requisitos no domínio da saúde e da segurança, nem com o Mercosul nem com mais ninguém! A abordagem da UE em todas as negociações comerciais não vai seguramente no sentido da diminuição do nível de protecção da UE. As normas da OMC concedem-nos o direito de estabelecer o nosso nível de protecção próprio, desde que este se baseie em dados científicos reconhecidos; trata-se de um direito inviolável.

Por fim, no que diz respeito ao impacto de um possível acordo, já foi realizada uma avaliação do impacto sustentável de um acordo comercial entre a UE e o Mercosul, que se encontra disponível ao público desde Março de 2009. Além disso, nos próximos meses, a Comissão irá complementar esta avaliação de impacto com um estudo económico mais específico.

Agora, gostaria de me debruçar sobre a Cimeira UE-Brasil e começar com uma breve descrição das nossas relações. O Brasil possui uma incontestável importância internacional, de acordo com a dimensão do seu território, a sua população e o seu desempenho económico. Apoiar o multilateralismo, é membro do G20 e é um dos principais intervenientes no debate mundial sobre as alterações climáticas, a governação económica, a reforma da ONU, questões relacionadas com o comércio e a erradicação da pobreza. Além disso, o Brasil actua frequentemente como uma ponte informal entre os países ocidentais e os países emergentes e em desenvolvimento. O Brasil é um dos nove países com os quais a UE celebrou uma parceria estratégica. A parceria remonta a 2007 e o plano de acção conjunta, que traduz a parceria em acções concretas, a 2008.

A multiplicidade de iniciativas conjuntas, o nível de compreensão mútua e o aprofundamento do relacionamento, que inclui 18 diálogos em curso, são testemunhos da nossa satisfação com a execução do plano de acção conjunta. Esta será a quarta Cimeira UE-Brasil, na qual iremos fazer um ponto da situação sobre os progressos das nossas relações e discutir os principais desafios globais. O momento para essa avaliação é particularmente adequado, uma vez que o mandato do presidente Lula se aproxima do fim.

No que respeita às questões ambientais, na terceira cimeira em Estocolmo planeámos a cooperação com vista à Cimeira de Copenhaga de Dezembro passado e uma iniciativa no domínio da bioenergia que conta com a participação do Brasil, da União Europeia e da União Africana. As próximas conferências de Cancún e Nagoya sobre as alterações climáticas e a biodiversidade constituem uma prioridade na agenda da Cimeira, dado que uma melhor coordenação com o Brasil é fundamental para a obtenção de um resultado satisfatório.

Na sequência de uma sugestão do Presidente Lula na Cimeira UE-Mercosul, em Madrid, estamos a analisar a adopção de uma posição comum com o Brasil para Cancún. A Comissão da União Africana recebeu a nossa proposta conjunta sobre a cooperação trilateral em matéria de bioenergia, e esperamos que se pronuncie em breve.

Quanto à cooperação em fóruns multilaterais, estamos a manter os esforços de coordenação antes da Cimeira do G20 de Seul para congregar o apoio do Brasil com vista à obtenção de uma representação adequada da UE no sistema da ONU e a uma participação determinada numa conclusão da Ronda de Doha. O Brasil está a procurar reforçar a sua influência com o sistema de governação global e necessita do nosso apoio para obter um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enquanto economia emergente avançada, assume uma posição muito diferente da UE relativamente à reforma do Banco Mundial e do FMI.

No essencial, o que é certo é que temos objectivos comuns enquanto parceiros relevantes a nível mundial e que temos de encontrar formas de resolver as nossas diferenças de opinião e de procurar a convergência. Na Cimeira, iremos reiterar o nosso compromisso no reforço da não proliferação e incentivar uma cooperação mais estreita. O Brasil opôs-se às sanções contra o Irão aprovadas em Junho passado pelo Conselho de Segurança da ONU. No entanto, a UE congratulou-se com os esforços desenvolvidos pelo Brasil e pela Turquia, que conduziram à Declaração de Teerão, apontando as suas deficiências, mas também sublinhando o seu valor enquanto potencial instrumento de fortalecimento da confiança e convidando o Irão a aproveitar a oportunidade para retomar negociações sérias. Apesar de divergirmos do ponto de vista tático, possuímos bases de entendimento comuns relativamente aos princípios consagrados no Tratado de Não-Proliferação Nuclear e à necessidade de que o Irão demonstre a natureza pacífica do seu programa nuclear.

Referi-me de forma exaustiva às negociações com o Mercosul na primeira parte da minha intervenção, mas esta questão irá, naturalmente, ser levantada nas discussões da Cimeira. Infelizmente, não estarei presente em Brasília, mas dado que nos reunimos recentemente para as primeiras conversações técnicas após uma longa pausa, não é muito provável que se tomem decisões definitivas na Cimeira relativamente a essa negociação. A Cimeira tratará também questões de natureza regional: Cuba, Honduras, Paraguai e Venezuela. O papel do Brasil na estabilização do Paraguai, a sua recusa de reconhecer o novo Governo das Honduras, o seu envolvimento com Cuba e com a Venezuela são tópicos que constam da agenda.

Por fim, ainda estão a ser finalizados trabalhos difíceis sobre algumas questões, relativamente às quais esperamos que a Cimeira se pronuncie. Em primeiro lugar, a assinatura de um acordo horizontal no domínio da aviação civil e um acordo sobre segurança aérea. Em segundo lugar, o anúncio de um programa de trabalho conjunto sobre cooperação triangular com países em desenvolvimento. Em terceiro lugar, em 14 de Julho será assinada em Bruxelas uma carta de intenções entre a Comissão e o Conselho Nacional de Justiça brasileiro que visa a promoção da cooperação trilateral em matéria de apoio eleitoral e de reforma da justiça.

As nossas relações com o Brasil não terminam com a Cimeira; temos outras iniciativas em paralelo que ajudam a conferir uma dimensão mais completa aos nossos compromissos bilaterais, regionais e globais, mas já esgotei largamente o tempo de que dispunha para a minha intervenção. Tentarei dar outros exemplos em resposta às vossas perguntas.

Georgios Papastamkos, em nome do grupo PPE. – (EL) Senhor Presidente, no que diz respeito aos países do Mercosul, gostaria de destacar o elevado défice da balança comercial face à União Europeia no sector dos produtos agrícolas. No entanto, a Argentina está a bloquear as importações de alimentos provenientes de países terceiros, prejudicando assim seriamente as exportações de produtos agro-alimentares europeus, nomeadamente a compota de pêssego grega. Gostaria de perguntar ao senhor Comissário se levantou esta questão na semana passada durante a primeira ronda de negociações em Buenos Aires. Além disso, a posição da Argentina suscitará questões relativamente à incompatibilidade das suas medidas com as normas e obrigações ditadas pela Organização Mundial do Comércio?

Um breve parêntesis: Senhor Comissário, as negociações com os países andinos e da América Central já estão concluídas. A bem da verdade, as cedências feitas pela Europa no sector agrícola estão a causar preocupações legítimas e a levantar questões específicas. Qual a justificação para as quotas concedidas pela Europa nos sectores do arroz e do açúcar, que excedem as capacidades produtivas desses países? Incluem os acordos uma cláusula de exportador líquido, a fim de evitar o desenvolvimento de um triângulo comercial? Pode a Comissão garantir-nos a manutenção dos preços das importações no sector das frutas e produtos hortícolas?

Senhor Comissário, também eu gostaria de juntar a minha voz às dos meus colegas que referiram a necessidade de estreitar a cooperação interinstitucional entre a Comissão e o Parlamento Europeu. A Comissão tem de entender que os termos da cooperação interinstitucional se alteraram no âmbito do Tratado de Lisboa, assim como a cultura interinstitucional. Quanto mais rapidamente a Comissão enveredar por essa via, mais produtiva e correcta será a cooperação entre as duas instituições.

Edite Estrela, em nome do Grupo S&D. – Senhor Presidente, a primeira Cimeira UE-Brasil, promovida pela Presidência portuguesa em 2007, veio colmatar uma inexplicável lacuna. O Brasil era o único país BRIC com o qual a Europa não tinha uma parceria estratégica.

O reforço do diálogo UE-Brasil faz todo o sentido, pois permite aprofundar a cooperação em sectores-chave, como segurança energética e desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas, etc.

O peso demográfico, o desenvolvimento económico e a estabilidade política fazem do Brasil um protagonista incontornável na cena internacional.

No momento em que se vai realizar a 4.^a Cimeira UE-Brasil, importa fazer um balanço dos progressos alcançados e analisar como poderemos desenvolver esta parceria para enfrentarmos desafios comuns e harmonizar posições, com vista, por exemplo, à Conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas que terá lugar no México, no final deste ano. Esta cimeira é também uma oportunidade para fazer avançar as negociações com o Mercosul, no sentido da conclusão de um acordo de associação, e ultrapassar as divergências existentes.

Marielle De Sarnez, em nome do grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, acabámos de assistir a um debate neste Parlamento sobre a política agrícola comum em que reiterámos a importância de apoiar um modelo europeu, único no mundo.

No entanto, a Comissão decidiu, simultaneamente e sem qualquer debate público prévio, reabrir as negociações com o Mercosul, cujas consequências poderão ser desastrosas para a nossa agricultura e, em particular, para a nossa pecuária europeia, que já se encontra em dificuldades. As importações de carne de bovino irão aumentar 70% e as importações de carne de aves 25%. Irão inundar a Europa a um custo inferior, porque não são produzidas de acordo com o mesmo nível de exigências sanitárias, ambientais e sociais.

Senhor Comissário, gostaria, portanto, de lhe manifestar a minha preocupação. A nossa agricultura encontra-se em grandes dificuldades. Desestabilizá-la ainda mais terá consequências graves. Não podemos desenvolver a política comercial europeia sem levar em conta e defender um dos nossos principais recursos. É necessário que a Comissão escute esta mensagem e esta exigência.

Elie Hoarau, em nome do grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, muitos dos nossos colegas estão preocupados com as consequências para a agricultura europeia da reabertura das negociações de um acordo de associação com o Mercosul.

O meu grupo e eu partilhamos estas preocupações. Existem, efectivamente, receios – e, na qualidade de deputado de uma região ultraperiférica, tenho a experiência dos acordos sobre o comércio de bananas – de que um acordo com o Mercosul possa desferir um duro golpe em muitos sectores da agricultura europeia. É por essa razão que é absolutamente necessária a realização de uma avaliação de impacto. Existem também receios de que a agricultura do Mercosul se torne mais produtivista – demasiado produtivista – devido a este acordo, em detrimento das pequenas propriedades rurais dos países dessa região. Há, portanto, que encontrar um equilíbrio para que este acordo não transforme os continentes latino-americano e europeu em superpotências definidas essencialmente pelo dogma mercantil.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, as intervenções da China na América Central e na América Latina trouxeram um novo impulso às negociações da UE. Com mais de 200 milhões de consumidores, os países do Mercosul, que, como sabemos, partilham muitos dos nossos valores e interesses, são o mercado mais importante para os nossos produtos nacionais na América Latina. Estamos a visar a maior zona de comércio livre do mundo, com um total de 700 milhões de habitantes e um volume de comércio no valor de 100 mil milhões de euros.

Trata-se, como é natural, de um argumento importante a favor de um acordo de comércio livre, algo que deve ser apoiado em princípio. Porém, mantém-se a questão relativa ao motivo pelo qual temos acordos em separado com o México, o Chile, o Mercosul, o Peru e a Colômbia, em vez de um acordo comum. Além disso, se forem celebrados acordos individuais, os Estados mais pequenos têm de ser incluídos, não apenas através de associações comerciais. Existe aqui claramente uma falta de coerência.

E também não podemos perder de vista os receios do sector agrícola em relação às importações de carne barata. Afinal de contas, apesar de policiarmos os nossos agricultores com regras e regulamentos burocráticos em matéria de normas de qualidade e de protecção ambiental e animal, o mesmo não se aplica à carne produzida nos países do Mercosul. Não podemos comprometer ainda mais a auto-suficiência da UE, que já não é absoluta, e temos de evitar o aumento do número de agricultores europeus que abandonam as terras.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, todos nos congratulamos com a libertação dos presos políticos em Cuba. No entanto, já que se fala de felicitações, não ouvi nem uma dirigida à Igreja Católica nem, em particular, ao papel desempenhado por este Parlamento, que foi fundamental na defesa decidida de todos aqueles que lutam pela sua liberdade e dignidade em Cuba.

Em relação ao tema do Mercosul, há alguns esclarecimentos que se impõem. Tal como foi explicado pelo senhor Comissário De Gucht, a Comissão apresentou algumas directrizes para a negociação com vista à celebração de um acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul, que foram aprovadas pelos Conselho e pelo Parlamento. As negociações têm estado num impasse há seis anos e é evidente que foram reabertas no âmbito da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, América Latina e Caraíbas, com o apoio também do Parlamento.

Neste momento, o objectivo, é chegar a um acordo equilibrado que contemple, de forma geral, os interesses de todos os sectores da União Europeia. Não entendo por que motivo determinados sectores ou grupos de interesse devem sair prejudicados dessa negociação. Há 10 anos que não é assim, e não há nenhuma razão para que assim seja no futuro. Essa situação irá depender da firmeza dos nossos negociadores. Em todo o caso, se esta situação vier a confirmar-se, é evidente que a Comissão terá de apresentar medidas compensatórias para os sectores afectados.

Assim se fez com os países terceiros, com os países da África, Caraíbas e Pacífico, e nos acordos mais recentes, com a comunidade andina. E se assim se fez com estes países, mais motivos teremos para defender os produtores, neste caso de bananas, da União Europeia.

PRESIDÊNCIA: Libor ROUČEK

Vice-Presidente

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, durante a sua reunião de 4 de Maio de 2010, o Colégio de Comissários decidiu reabrir as negociações para a celebração de um acordo de associação entre a União Europeia e os países do Mercosul. Tudo nos leva a crer que, se essas negociações resultarem em acordo, os produtores agrícolas europeus serão confrontados com problemas significativos, nomeadamente nos sectores da carne de bovino, da carne de aves, dos cereais e das frutas e produtos hortícolas. Poderão seguir-se também repercussões negativas indirectas noutros sectores, como o da carne de porco, por exemplo. Estou aqui a alertar para a concorrência desleal que o terceiro mercado integrado do mundo poderá acarretar.

Com efeito, apesar de a Europa querer ser vista como pioneira em matéria de exigências sanitárias, de higiene, de rastreabilidade, de respeito pelo ambiente e também de normas sociais, através da imposição aos seus produtores de um sistema de condicionalidade extremamente restritivo, a produção de carne de bovino – mais especificamente a produção de carne de bovino brasileira – continua a não satisfazer plenamente as normas veterinárias e sanitárias.

Ao aceitar as importações de países do Mercosul que não cumprem as normas europeias, corremos o risco de ter de assumir uma responsabilidade acrescida na defesa dos interesses dos nossos consumidores e o risco de penalizar os produtores europeus através da aplicação de dois pesos e duas medidas.

Senhor Comissário, gostaria de lhe pedir a maior vigilância quanto a esta questão.

Liam Aylward (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o aumento do acesso do Mercosul ao mercado da UE dizimaria as indústrias nacionais, particularmente – no meu caso, e o que mais me preocupa – a indústria da carne de bovino na Irlanda e não só. Isto não é alarmismo. A Irlanda exporta cerca de 90% de sua produção de carne de bovino, e as quotas de carne pretendidas pelo Mercosul estarão em concorrência directa com a indústria de carne irlandesa.

Os agricultores europeus estão a operar em conformidade com rigorosos critérios de saúde e segurança. Cumprem todas as normas que lhes são estabelecidas e garantem aos consumidores a segurança e elevada qualidade dos produtos.

No passado, a Comissão assegurava constantemente aos consumidores europeus e aos deputados a esta Assembleia a qualidade das importações para a União Europeia. No entanto, as organizações de agricultores e os deputados provaram que a Comissão estava errada no que respeita à equivalência de normas e de qualidade entre as importações e os produtos da UE, o que resultou na redução do número de unidades exportadoras no Brasil de 3 000 para menos de 1 000.

Portanto, Senhor Comissário, a minha pergunta é a seguinte: dada a experiência do passado e a actual natureza esporádica das missões do SAV, como conseguirá a Comissão garantir aos consumidores que todas as importações que entram na União Europeia são de qualidade uniforme e cumprem as normas da UE? Permita-me apenas dizer, Senhor Comissário, que os antecedentes não me inspiram uma grande esperança ou uma grande confiança no futuro.

Daniel Caspary (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, foram reabertas as negociações com os países do Mercosul e, se eu estiver a interpretar corretamente as críticas de hoje, a questão principal tem a ver com o facto de a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural não ter sido informada. Concordo que temos de melhorar a coordenação de todos estes temas no Parlamento Europeu.

Como é natural, a abertura de negociações com o Mercosul é uma questão extremamente importante para os nossos colegas da Comissão da Agricultura. Contudo, assim como existiu um défice de informação em relação a esta matéria na Comissão de Agricultura, os meus colegas da Comissão do Comércio Internacional também não foram informados da apresentação hoje de uma pergunta oral. Parece-me que temos todos, a Mesa e os grupos no Parlamento, de ter maior cuidado, para conduzirmos políticas coerentes e para que todas as comissões pertinentes participem com regularidade.

Gostaria de destacar um ponto em particular. Estou realmente grato por a Comissão ter reatado as negociações. Em 5 de Maio deste ano, esta Câmara apoiou a reabertura das negociações no relatório Salafranca. Por outras palavras, a Comissão está a fazer exactamente o que o Parlamento decidiu por ampla maioria. Não obstante, diria que não pretendemos obter um acordo a qualquer preço. Como é natural, os interesses da agricultura, da indústria e do sector dos serviços devem ser tidos em conta como um todo. O facto de conseguirmos considerar os interesses do sector agrícola nos acordos de comércio livre é comprovado pelo acordo de comércio livre com a Coreia do Sul, por exemplo, onde a resposta do sector agrícola tem sido muito positiva e onde estão a ser identificadas novas oportunidades de mercado.

Do mesmo modo, recebemos também reacções positivas em relação ao acordo de comércio com a América Central, onde se estão também a abrir novos mercados, por exemplo, no sector do leite. Ficaria muito grato se a Comissão intensificasse os seus esforços nas próximas semanas para levar em consideração todos os interesses, ou seja, os da indústria e do sector dos serviços, bem como os da agricultura.

Iratxe García Pérez (S&D). – (ES) Senhor Presidente, a reabertura das negociações entre a União Europeia e o Mercosul inscreve-se num contexto positivo que irá permitir o reatamento do diálogo relativamente às relações comerciais.

Até agora, só se reataram as conversações, e é bom que o debate de hoje sirva para a Comissão tomar devidamente nota do que pensamos.

Apesar de a União Europeia ter interesses em sectores como o vinho, o azeite, as carnes especiais, e as conservas de frutas e produtos hortícolas, é lógico supor que, em caso algum, estes compensarão o impacto que se prevê na produção pecuária e agrícola da UE, como é o caso do açúcar ou dos cereais.

Gostaria de pedir à Comissão que se esforçasse por alcançar um acordo equilibrado no seu conjunto e tivesse em conta a sensibilidade de determinados produtos. Esse acordo deverá incluir os mecanismos necessários para impedir falhas, como controlos rigorosos dos níveis de qualidade sanitária e fitossanitária dos produtos importados.

Outra questão importante é evitar que os resultados se sobreponham com Doha e que a União Europeia duplique as suas concessões no domínio da agricultura. Posto isto, faço eco das críticas às medidas restritivas adoptadas pela Argentina contra certos produtos europeus e espero que a Comissão aja com firmeza com vista à pronta resolução desta situação.

Albert Deß (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, é claro que os países do Mercosul são parceiros comerciais importantes para nós. No entanto, Senhor Comissário, não podemos permitir que esta actividade comercial com os países do Mercosul se transforme numa via de sentido único. Também são falsas as afirmações frequentes feitas em público de que a Europa se está a excluir dos mercados agrícolas. Compramos mais de 90% das exportações agrícolas africanas e 45% das exportações agrícolas da Europa Central e da América do Sul. A Europa não está, seguramente, fechada ao comércio externo.

O que eu critico, Senhor Comissário, é a política de informação adoptada. Não tem sido positiva. Apesar da minha qualidade de responsável pela elaboração de políticas agrícolas, foi quando abri os jornais que fiquei

a saber do início das negociações. De futuro, não deveríamos ter que contar com a imprensa para obtermos as informações que nos dizem respeito. Pedia-lhe, Senhor Comissário, que informasse o sector agrícola aqui representado neste Parlamento sobre o andamento das negociações.

Outro ponto que critico é o facto de o objectivo em causa ser o comércio livre que não está assente em normas. Como é possível exigirmos elevados níveis de protecção dos consumidores, de protecção dos animais e de protecção do ambiente na Europa, mas não exigirmos os mesmos requisitos nos produtos de importação? Permita-me citar apenas um exemplo a este respeito. No ano passado, o Parlamento aprovou a legislação sobre produtos fitofarmacêuticos mais rigorosa do mundo. Muitos ingredientes activos são proibidos na Europa. Senhor Comissário, no futuro não pode suceder serem fornecidos à Europa produtos alimentares provenientes de países em que são utilizados ingredientes activos que, por razões de protecção dos consumidores, são proibidos na UE. A protecção dos consumidores é inviolável, e seria bom termos esse facto bem presente nas negociações. Não teremos então nada a temer dos nossos concorrentes, e nós, agricultores europeus, iremos defender a nossa terra contra essa concorrência.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhor Comissário, existe um provérbio húngaro que diz que quanto mais longa é a explicação, mas provável é que a pessoa que a dá esteja a mentir. O Senhor Comissário não está a dizer a verdade! A Comissão Europeia só teve um comissário honesto, o senhor Comissário Dacian Cioloș, que afirmou que temos de escolher entre a OMC e o Mercosul, caso contrário, iremos destruir a agricultura europeia. A verdade é essa, Senhor Comissário Karel De Gucht. No que lhe diz respeito, a Presidência espanhola e a Comissão violaram o Tratado de Lisboa porque o Parlamento Europeu foi deixado de fora. O senhor deputado Caspary pode dizer que a Comissão dos Assuntos Externos concedeu a autorização, mas não foi atribuído qualquer mandato ao Parlamento. Essa é a outra razão da minha pergunta. Aliás, gostaria de acrescentar que os novos Estados-Membros só têm aqui a perder. Somos a favor da liberalização, mas se Espanha e Portugal têm interesses especiais, devem deixar a União Europeia fora desses interesses. Devem resolver essa questão por si próprios. Não há necessidade de disponibilizar um quadro comunitário para esse fim.

Béla Glattfelder (PPE). – (HU) A Comissão Europeia definiu os mandatos de negociação há cerca de 11 anos. O mundo mudou nos últimos 11 anos. A protecção ambiental e a protecção do clima tornaram-se questões de grande importância, e a própria União Europeia mudou, uma vez que o número dos seus Estados-Membros aumentou de 15 para 27. A Comissão Europeia não teve em conta esta evolução. Não requereu um novo mandato. Trata-se de um erro grave. Negociações baseadas em mandatos com 11 anos não podem continuar; têm de terminar. Há que criar um novo mandato, tendo em conta os interesses dos 12 Estados-Membros que aderiram à UE nos últimos anos, bem como as considerações globais em matéria de protecção do clima, de protecção ambiental e de bem-estar dos animais. Sem um mandato adequado, só podemos chegar a acordos inaceitáveis.

Mairead McGuinness, autora. – (EN) Senhor Presidente, fiz bem em deixar a minha intervenção para mais tarde, depois de ouvir o que eu esperava serem respostas. Registei o tempo de que a Comissão dispôs – mais do que qualquer um de nós aqui nesta sala – e lamento não ter obtido respostas concretas a cinco perguntas muito directas.

Relativamente ao mandato, deixe-me dizer que um mandato que remonta a 1999 está extremamente desactualizado e, na realidade, grande parte do actual Parlamento nem estaria aqui em 1999. Voltem a analisar esta questão. O último orador referiu alguns dos pontos que eu queria tratar.

Uma vez que o senhor não fez referência à avaliação de impacto para além de afirmar que essa avaliação foi feita, permita-me que fale de algumas das consequências para os nossos produtores agrícolas. O Fórum para a Carne do Mercosul, que representa o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, instou os negociadores a não desperdiçarem o que constitui uma oportunidade extraordinária para estes países. Comparem essa situação com a satisfação, ou antes, com o medo, a ansiedade e a revolta entre os produtores da UE.

O que vai acontecer é que irá haver perda de postos de trabalho na Europa rural e uma redução na nossa capacidade de produção de produtos alimentares. Analisem as consequências sobre o ambiente, domínio em que a Europa se considera líder a nível do combate às alterações climáticas, os problemas relacionados com a estrutura agrária nesses países, o abate das florestas, o impacto para as populações indígenas e o trabalho forçado e, especificamente, a carne de bovino.

Para aqueles que não se aperceberam, este acordo constitui um ataque ao segmento de alta qualidade do nosso mercado de carne de bovino. Se comprometermos esse segmento do nosso mercado, iremos destruir

a produção de carne de bovino e o mercado na União Europeia. Os EUA e o Japão não vão celebrar acordos porque protegem os seus produtores e os elevados requisitos que são importantes para eles.

Este Parlamento impõe aos nossos produtores normas rigorosas no domínio da produção de alimentos. Já no passado não soubemos defender os nossos produtores. A actuação da Comissão foi considerada deficiente, e não podemos permitir um acordo deste tipo em detrimento da produção da UE num momento em que estamos a reformar a nossa política agrícola. Não existe coerência entre a agricultura e a política comercial. Este Parlamento tem de insistir nessa coerência.

Christophe Béchu (PPE). – (FR) Senhor Presidente, gostaria apenas de dizer que porventura não organizámos hoje devidamente a nossa ordem do dia.

Se celebrar acordos de comércio livre significa que deixamos entrar na Europa produtos que não respeitam nem as nossas normas sociais nem as nossas normas ambientais, nesse caso a reforma da Política Agrícola Comum será inútil.

Claramente, não podemos continuar a adoptar esta atitude hipócrita, em que, por um lado, impomos aos nossos agricultores restrições ambientais no que respeita à rastreabilidade sanitária e de segurança, com o fundamento de que é necessário proteger os consumidores, e, por outro lado, permitimos a livre entrada no nosso continente de produtos que não satisfazem esses requisitos.

É esta precisamente a questão que se coloca por detrás das negociações com o Mercosul. Apesar de nos dizerem que o Parlamento foi convenientemente informado e que tudo aconteceu da forma mais transparente e clara possível, o modo como tudo se iniciou não nos leva a apreciar positivamente um processo comercial que está a decorrer em simultâneo com as negociações que têm lugar na OMC. Em nome da coerência e da defesa dos consumidores e dos nossos agricultores, julgo que não podemos continuar neste caminho.

Spyros Danellis (S&D). – (EL) Senhor Presidente, embora a realização de um acordo de comércio com o Mercosul resulte no benefício mútuo de ambas as partes, terá o mesmo enorme repercussão no sector agrícola. Até o senhor Presidente da Comissão Durão Barroso reconheceu este facto ao afirmar que a Comissão pretende tomar medidas específicas para fazer face às repercussões negativas que se farão sentir em particular na agricultura.

Para ser franco, alguns sectores agrícolas já estão a ser prejudicados por acordos bilaterais e, além disso, as restrições mais apertadas que a produção agrícola da União Europeia tem de respeitar não salvaguardam a sua qualidade superior em comparação com a produção mais barata de países terceiros.

Senhor Comissário, como tenciona tratar esta questão e que tipo de critérios objectivos pretende a Comissão aplicar para evitar que esta discriminação contra diversos sectores agrícolas se amplie?

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, esta manhã, como sabe, a nossa discussão centra-se na PAC pós-2013, mas este debate está em boa medida a ser subvertido pelo tema da reabertura das negociações com o Mercosul. Pergunto, onde está a coerência?

Há algumas semanas, depois do anúncio da reabertura das negociações com o Mercosul, nas quais o Senhor Comissário iria participar, tive uma breve reunião consigo. Nessa reunião, o Senhor Comissário disse-me que, para se obter um acordo ambicioso, provavelmente teriam que ser feitas concessões na agricultura. É por isso que estou muito preocupada. Já que fala em possíveis concessões na agricultura, gostaria que esclarecesse esse ponto.

Na sua resposta, falou nas próximas cimeiras sobre as alterações climáticas. Está a fazer alguma avaliação em matéria de fugas de carbono, desflorestação e perda de biodiversidade no âmbito da futura importação de produtos agrícolas de países do Mercosul? O meu país é a Irlanda e nós exportamos 90% da nossa carne de bovino. Investigações recentes mostram que as emissões efectuadas pelo Brasil são três a oito vezes mais elevadas que o equivalente irlandês. Pergunto se alguma destas considerações será tida em conta nas suas avaliações de impacto.

Giancarlo Scottà (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a presidência espanhola decidiu assinar este acordo. Esta decisão causou alguma preocupação, como já ouvimos, e ao apresentarem esta pergunta os meus colegas deputados pedem que se clarifique a questão do possível impacto das negociações nos produtores e produtos europeus.

Gostaria de sublinhar que a abertura de relações de comércio livre entre as duas partes permite que sejam importados para a Europa produtos animais que contêm antibióticos promotores do crescimento ainda não suficientemente testados e produtos agrícolas geneticamente modificados que podem pôr em risco a segurança alimentar dos agricultores. Por isso, apelo à Comissão que adopte uma posição firme que salvaguarde a qualidade da produção europeia. A Comissão terá igualmente de assumir a garantia de que os elevados padrões de produção europeus são reconhecidos no plano internacional e de que os mesmos padrões são exigíveis a todos os produtos importados.

Por último, penso que a Comissão deve tomar em consideração as preocupações manifestadas pelas diversas associações representativas do sector de forma a assegurar negociações transparentes e justas que não prejudiquem a economia europeia.

Diane Dodds (NI). - (EN) Senhor Presidente, estou muito preocupada pelo facto de a Comissão se revelar inflexível na intenção de prosseguir as negociações tendentes a obter um acordo de comércio com base num mandato datado de 1999, o que sem dúvida terá um impacto negativo na agricultura de toda a União Europeia.

É simplesmente inaceitável que se sacrifique a agricultura para obter contrapartidas noutras matérias. A indústria da carne de bovino no Reino Unido enfrenta actualmente uma quebra nos preços ao produtor. Se ocorrer um aumento das importações na sequência das presentes negociações, penso que assistiremos a um êxodo dos agricultores nesta indústria. O que vai a Europa oferecer a estas pessoas? Não é injusto que os nossos agricultores tenham de competir com países cujos produtores não têm de obedecer aos mesmos padrões de qualidade, de segurança e de rastreabilidade aplicáveis aos agricultores da União Europeia? A Comissão, que declara agir na defesa dos interesses dos cidadãos da União Europeia, deve fazê-lo de facto. Devemos pôr fim a estas negociações e cuidar dos nossos agricultores.

Czesław Adam Siekierski (PPE). - (PL) As negociações com os países do Mercosul foram suspensas em 2004. Este ano foram reabertas e estão a ser conduzidas com base num mandato datado de 1999. Uma decisão tão importante deveria ter sido antecedida de um debate sobre política no Parlamento Europeu e no Conselho. Compreendo que o que está em causa nestas negociações é de grande importância, porque os países do Mercosul constituem um enorme mercado, um mercado para os produtos industriais e serviços da União Europeia. No entanto, também deveríamos proteger os interesses dos nossos agricultores e a agricultura e o sector alimentar.

O estabelecimento de um acordo bilateral de comércio preferencial com os países do Mercosul poderá ter consequências muito danosas, designadamente no que respeita aos sectores da carne de aves, da carne de bovino e da carne de suíno, aos sectores do açúcar e dos lacticínios e também ao sector do etanol. Se isso acontecesse, seria necessário arranjar formas de compensar os agricultores. Os peritos consideram que tal acordo poderá implicar consideráveis perdas de rendimento para os agricultores. Essas perdas serão ainda maiores se o acordo tiver carácter bilateral e ao mesmo tempo for realizado ao nível da OMC.

Karin Kadenbach (S&D). - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, como signatário da presente pergunta gostaria de voltar a uma questão específica, a saber, a da segurança alimentar.

Senhor Comissário, na sua intervenção inicial de hoje, disse-nos que os produtos importados para a União Europeia têm de respeitar as nossas exigências e que a OMC nos reconhece o direito de defender o nosso quadro normativo desde que este se baseie em dados científicos. No entanto, quando considero a nossa produção agrícola e os produtos em si mesmos, nem tudo pode ser provado cientificamente. Igualmente importantes são as condições gerais de criação dos animais, por exemplo, bem como as condições gerais de funcionamento da agricultura.

Na Europa, temos alguma excelente legislação no que respeita ao futuro da biodiversidade. Gostaríamos de ouvir algumas respostas da sua parte sobre a forma como pretende dar aplicação a estes princípios de segurança alimentar, protecção do consumidor, protecção animal e protecção do ambiente neste acordo de comércio. Os políticos devem ser capazes de decidir mesmo quando não se dispõe de provas científicas. Não queremos carne clonada dos países do Mercosul.

Jean-Pierre Audy (PPE). - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, um político socialista francês disse um dia: "Quando estamos em minoria politicamente, não temos razão do ponto de vista jurídico." O Senhor Comissário compreendeu que consideramos que o mandato já não é válido. O mandato tem de ser renovado e lamento a ausência do Conselho, que deveria dar as instruções necessárias.

Gostaria também de chamar a atenção para os aspectos políticos do Mercosul. No comércio, o elemento central é a confiança. Qual é a força política do Mercosul para negociar com a União Europeia? Há três regiões no globo: a União Europeia, que quer um comércio integrado, a NAFTA (Acordo de Comércio Livre da América do Norte) e o Mercosul. O Mercosul quase se dissolveu na Cimeira de 2007. Os países não se entendem em matéria de adesões. A Venezuela quase não aderiu.

Como podemos nós negociar numa zona politicamente tão instável? Primeiro, é preciso aferir a estabilidade política do Mercosul e então depois concluiremos acordos comerciais.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, penso que falámos bastante sobre sustentabilidade. Discutimo-la durante duas horas, mas há uma coisa que com toda a certeza não é sustentável e que é exactamente o mesmo problema com cada Presidente: o facto de não sabermos quando devemos pedir a palavra para que o nosso pedido seja satisfeito.

Fui agora ignorado pela segunda vez, apesar de ter pedido a palavra a tempo e horas. Considero isto uma afronta. Claramente, é necessário pedir a cada Presidente, incluindo ao Presidente anterior, que estabeleça regras claras e que tenha em conta quando temos de pedir a palavra durante o procedimento “catch-the-eye” (braço no ar).

É inaceitável para mim, imediatamente após um debate, após o ponto anterior da ordem do dia, ter de pedir educadamente uma oportunidade para falar, apenas para ser ignorado. Diga-nos por favor quando vai ignorar as pessoas. Diga-nos por favor se existe a vontade clara de não permitir que alguém fale sobre um assunto tão importante como a sustentabilidade. Sustentabilidade é o que claramente não haverá aqui se tivermos que pedir a cada Presidente que nos reconheça o nosso direito parlamentar e nos permita usar da palavra. Gostaria de fazer um pedido urgente de clarificação a este respeito, porque é um procedimento injusto.

Presidente. – Colegas, a título de esclarecimento, tenho 18 pessoas na lista. Compreendo que todos queiram usar da palavra, mas dispomos de cinco minutos para o procedimento de braço no ar – um minuto para cada – e portanto posso aceitar cinco oradores. Hoje aceito oito. Tentei distribuí-los na proporção do peso dos grupos políticos e, por isso, como repararam, há três oradores pelo Grupo PPE, dois pelo Grupo PSE, um pelo Grupo ALDE, um pelo Grupo EFD e um pelos deputados não-alinhados. Por isso, penso que fiz o máximo que podia.

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, tentarei responder a algumas das questões, porque houve um grande número de questões postas, mas muitas também já foram respondidas na minha declaração inicial.

Primeiro que tudo, sobre o mandato. Vários senhores deputados criticaram o facto de que estamos a trabalhar com base num mandato datado de 1999. As directivas de 1999 incumbem-nos de – e cito – “negociar um acordo equilibrado e abrangente com o Mercosul com o objectivo de liberalizar substancialmente todo o comércio, em harmonia com os compromissos assumidos pela União Europeia no âmbito da OMC. Isto aplica-se a todas as matérias abrangidas pelo acordo, designadamente a agricultura”. Esta norma continua em vigor. É o que nós continuamos a ter de fazer e, por isso, nada mais precisa de ser acrescentado a este mandato.

Entretanto, temos o problema das alterações climáticas e o mundo mudou desde então. Sim, também reparámos nisso e levaremos isso em conta nas negociações. Isso não é razão para alterar o mandato.

Houve outro deputado que disse que o Conselho deveria estar aqui presente e que deveria dar-nos instruções. O Conselho não tem que nos dar instruções. Temos um mandato para negociar e, quando a negociação terminar e se chegar a um bom termo, nós rubricaremos o resultado, o Conselho assinará e o Parlamento ratificará. Não recebemos instruções do Conselho. E felizmente que é assim, porque está em causa uma matéria comunitária que é da exclusiva competência da União Europeia e a respeito da qual a Comissão é dotada de competências muito claras. Respeitaremos esses princípios.

Estou preparado para discutir qualquer um destes pontos em detalhe. Fi-lo com a Comissão do Comércio Internacional (INTA) e estou pronto para lá voltar. Vós sereis informados do conteúdo das negociações e daquilo que em cada momento estiver em discussão, mas cada um tem o seu papel a desempenhar e nós exerceremos as funções que estão cometidas à Comissão neste aspecto.

Quanto ao problema das medidas proteccionistas recentemente tomadas pela Argentina, tais medidas e práticas constituem uma clara preocupação para a União Europeia e imediatamente solicitámos uma clarificação à Argentina. No dia 12 de Maio, o Director-Geral do Comércio enviou uma carta ao seu homólogo

argentino. Foi efectuada uma diligência formal pela delegação da União Europeia em Buenos Aires e realizaram-se várias reuniões com a Missão da Argentina e o seu embaixador em Bruxelas para manifestarmos a nossa profunda preocupação. Insistimos também no sentido de que o compromisso de rejeição de todas as formas de protecção conste expressamente do comunicado conjunto da União Europeia e do Mercosul.

Na última semana, levantámos esta questão bilateralmente em Buenos Aires com as autoridades argentinas competentes, junto da imprensa e no âmbito da primeira ronda de negociações entre a União Europeia e o Mercosul. A nossa mensagem foi muito vigorosa e muito clara. Defendemos que estas medidas, independentemente de terem ou não um fundamento no direito positivo, violam o espírito que preside à negociação de um acordo de comércio livre com a União Europeia e correm o risco de ter um impacto fortemente negativo no processo negocial.

Tínhamos a intenção de voltar a discutir o assunto com a Argentina em 6 de Julho no comité conjunto, mas a Argentina anunciou o seu adiamento na semana passada. Insistiremos para que essa reunião se realize o mais brevemente possível.

Além disso, as referidas medidas parecem, à primeira vista, ser incoerentes com os compromissos da Argentina no quadro do G20 e eventualmente com os seus compromissos ao nível da OMC. Continuaremos a acompanhar este assunto com muita atenção e, se houver a intenção de manter estas medidas e práticas, analisá-las-emos com todo o cuidado antes de decidir qual a melhor solução possível para enfrentar este problema.

Mantém-se a posição da Comissão de que devem ser evitadas medidas proteccionistas, em particular no actual contexto económico mundial, e um dos elementos referidos, o défice com a Argentina, é certamente uma boa razão.

Sobre o açúcar:

(FR) A Comissão está perfeitamente consciente da sensibilidade da questão do açúcar e, por isso, a proposta que fez à Colômbia e ao Peru limitou-se a contingentes anuais isentos de impostos para quantidades não significativas, não permitindo reduções tarifárias para quantidades que excedam o contingente. Estão previstos contingentes similares no quadro das negociações com a América Central. O somatório das quantidades de produto originárias da Colômbia, do Peru e da América Central é inferior a 2% do consumo europeu.

No que respeita às medidas fitossanitárias, ambientais e outras ...

(EN) Tornei muito claro nas minhas declarações que vamos ser firmes no que respeita aos requisitos de segurança alimentar, que são os únicos cujo cumprimento pode ser constringido no âmbito da OMC. Faremos isso. Se olharmos para as importações de carne de bovino – e digo isto em parte em resposta ao senhor deputado Marc Tarabella, que aliás abandonou entretanto o plenário –, constatamos que, na sequência de problemas havidos com a execução do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) no que respeita à carne de bovino brasileira, as importações decresceram significativamente. Por isso, vamos obrigar ao seu cumprimento: estamos a monitorizar essas medidas, estamos a impô-las e continuaremos a fazê-lo.

Mas temos de perceber, também neste Parlamento Europeu, que um determinado número de requisitos europeus foram decididos internamente e são o resultado de um processo político em que o Parlamento Europeu se envolveu profundamente e que não podemos impô-los por via da OMC.

Teremos de nos cingir àqueles que podemos impor e fazer respeitar no âmbito da OMC: será certamente o caso da segurança alimentar. Nos restantes casos, a União Europeia tem de reflectir sobre o que realmente pretende fazer. Temos de perceber que, se impomos esse tipo de requisitos à nossa agricultura, isso tem determinadas consequências económicas e financeiras. Mas esses não são os requisitos que podemos impor aos outros países.

De entre as questões colocadas pelos senhores deputados, tentei responder à maioria das que foram mais repetidas, mas evidentemente que estou pronto para continuar a discussão. Presumo que não seja esta a última vez que discutiremos o tema Mercosul neste plenário.

Presidente. – Senhor Comissário, estou certo também que não será esta a última vez que o faremos.

Está encerrado o debate conjunto.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – A retoma das negociações no mês de Setembro entre o Mercosul e a UE constitui um processo da maior importância para a UE. Por um lado, num mundo multipolar em que os países BRIC ganham cada vez mais peso, é essencial para a UE estabelecer uma relação privilegiada com os países da América Latina, onde detém mais investimento do que na Rússia, Índia e China em conjunto, o que asseguraria, com uma relação comercial privilegiada, a consolidação de uma enorme vantagem económica à escala global. Por outro lado, temos o nível de abertura comercial relativo aos bens agrícolas e a definição de regras sanitárias e fitossanitárias necessárias ao intercâmbio entre os blocos. A competitividade do Mercosul nos mercados agrícolas reforçou-se e aumentou nos últimos anos, sendo por isso essencial *um estudo de impacto* sobre as consequências de um acordo para a actividade agrícola europeia, que de forma alguma está em condições de neste momento sofrer mais abalos. Não devemos por isso precipitar-nos num processo de conclusão demasiado rápido, que não leve em linha de conta eventuais impactos negativos na agricultura europeia, nem num proteccionismo excessivo que comprometa a importante posição que a União pode assegurar nesta zona do globo.

Jarosław Kalinowski (PPE), *por escrito*. – (PL) Reabrir as negociações com os países do Mercosul sem consultar os Estados-Membros foi um jogo muito sujo. As negociações foram suspensas em 2004 quando se percebeu que o comércio entre a União Europeia e os membros do Mercosul poderia ter efeitos adversos na nossa agricultura. Os sectores mais sujeitos a perdas são os da carne de bovino, carne de suíno e carne de aves, bem como os do leite, fruta e legumes e os do açúcar e bioetanol. Calcula-se que a assinatura deste acordo pudesse causar prejuízos entre vários milhares de milhões de euros e esta mesma quantia várias vezes multiplicada. A liberalização do comércio entre a União e o Mercosul deve ser antecedida de uma análise rigorosa dos efeitos de tal acordo no mercado da UE e de cuidadosas consultas aos representantes das partes envolvidas. Abrir o nosso mercado às importações não é uma iniciativa inteiramente negativa, desde que as mesmas exigências sejam aplicáveis a todos os países. Caso contrário, os custos das concessões efectuadas no âmbito da OMC serão suportados pelos nossos agricultores.

Alan Kelly (S&D), *por escrito*. – (EN) Estas negociações com o Mercosul pressagiam um futuro pavoroso para a agricultura europeia. Devo dizer que a atitude da Comissão nesta matéria tem sido chocante. Aparentemente, estão a preparar um acordo com a intenção de usar as normas por que se rege a agricultura como moeda de troca de um acordo com os países do Mercosul. Considero esta atitude chocante. Dá a impressão que os agricultores são as primeiras vítimas dos acordos de comércio mas que são os primeiros a ser responsabilizados quando estes correm mal. Gostaria de ver uma atitude mais coerente e solidária da parte da Comissão relativamente ao futuro da agricultura familiar. É animador ver aqui tantos deputados com raízes agrícolas de todos os grupos apoiarem a defesa da agricultura. Ignorar as preocupações do Parlamento não dará bom resultado, Senhor Comissário De Gucht, e exorto-o a consultar-nos com mais frequência se pretende que o Parlamento dê o seu consentimento a algum potencial acordo.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) Parece que as negociações com o Mercosul só têm um objectivo: desproteger a agricultura europeia. Não me interessa se os lucros do sector da indústria e dos serviços serão muito altos – preocupa-me sim qual será a dimensão dos prejuízos para a agricultura. Neste momento, ninguém é capaz de calcular os prejuízos que um acordo potencial com os países do Mercosul poderá trazer para os produtores agrícolas internos. O sensível sector agrícola não pode ser abandonado nas negociações. O mesmo se aplica aos consumidores europeus, que se vêem diante de alimentos não produzidos ao abrigo das exigentes normas de produção da União Europeia. Por um lado, é perigoso para a saúde dos cidadãos da União Europeia, porque as condições de produção dos alimentos importados não são claras e, por outro lado, a agricultura europeia é tratada em condições de desigualdade, porque a produção e as normas de processamento da União Europeia não se aplicam às importações agrícolas provenientes dos países do Mercosul. A alguém que se prepare para abandonar tudo em favor de um lucro ou benefício, temos a seguinte frase para o descrever: “Venderia a sua própria avó”. Fique à vontade para vender a sua avó, Senhor Comissário, mas não abandone a nossa agricultura europeia.

Tokia Saïfi (PPE), *por escrito*. – (FR) O reinício das negociações com o Mercosul, decidido unilateralmente pela Comissão Europeia, não augura nada de bom para a agricultura europeia, que atravessa uma crise sem precedentes. Para além do facto de não ter havido qualquer debate político anterior à reabertura destas negociações, este acordo coloca claramente em risco os interesses agrícolas europeus. São impensáveis novas concessões no domínio da agricultura depois das cedências feitas em Julho de 2008 no quadro da Ronda de Doha para o Desenvolvimento.

Nessa altura, atingimos um “limite absoluto” de concessões e, por isso, excedê-lo seria matar a nossa agricultura. Embora possa não ser essa a intenção mórbida da Comissão, questiono todavia a sua capacidade para evitar que a União Europeia pague a dobrar. Por certo, quando confrontados com tentativas de protecção, a melhor resposta à crise económica é abrir as fronteiras ao comércio, mas não a qualquer preço e não em detrimento da União Europeia. Como membro da Comissão do Comércio Internacional, da qual depende a aprovação ou rejeição do acordo de comércio livre entre a União Europeia e o Mercosul, opor-me-ei a um acordo bilateral de redução de preços, que sacrificaria a agricultura europeia e traria escassa vantagem para o resto da economia europeia.

5. Regime de importação para a UE de produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da PCP (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0207/2010) do deputado Alain Cadec, em nome da Comissão das Pescas, sobre o regime de importação para a UE de produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da Política Comum das Pescas (2009/2238(INI)).

Alain Cadec, relator. – (FR) Senhor Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, uma das ideias fortes deste relatório é a necessidade de estabelecer uma ligação essencial entre a política comercial comum e a Política Comum das Pescas.

Nesta perspectiva, só podemos saudar o facto de a senhora Comissária para os Assuntos Marítimos e Pescas, Maria Damanaki, que é a nossa interlocutora habitual, e o Comissário do Comércio, Karel de Gucht, estarem hoje juntos na bancada da Comissão. Dois comissários para um só relatório, quanta honra! Devo dizer que esta dupla representação da Comissão é surpreendente e lisonjeira e, além disso, bastante invulgar.

Voltemos ao relatório. As importações de produtos da pesca e da aquicultura provenientes de países terceiros representam mais de 60% do consumo da União Europeia. Este preocupante nível de dependência da União Europeia em relação às importações resulta de um duplo fenómeno: em primeiro lugar, houve um decréscimo na produção da União Europeia e, em segundo lugar, o mercado da União Europeia tem estado crescentemente aberto às importações, como consequência das políticas comerciais levadas a cabo pela Comissão na última década.

Esta evolução está a dificultar a vida aos pescadores da União Europeia, que, paradoxalmente, estão a encontrar dificuldades para vender as suas capturas a preços suficientemente remuneradores, ainda que para muitas espécies a procura exceda a oferta. Os pescadores europeus aceitam sofrer restrições ambientais, sociais e sanitárias, mas ressentem-se amargamente de estas não se aplicarem em igual medida aos produtos massivamente importados de países terceiros.

O que está aqui em causa é muito simplesmente a sobrevivência de um sector europeu das pescas economicamente viável, que emprega muitas pessoas em toda a indústria, que disponibiliza alimentação segura e de boa qualidade e que contribui para a preservação da identidade cultural das nossas regiões litorais.

Senhoras e Senhores Deputados, a sobrevivência do sector europeu das pescas não é negociável. Essencialmente, pedimos o seguinte. Em primeiro lugar, a manutenção por parte da União Europeia de uma importante protecção pautal para os produtos da pesca e da aquicultura, de forma a que as vantagens concedidas a determinados países terceiros, em particular os países em desenvolvimento, continuem a ter conteúdo e a que os mecanismos da OMC possam continuar a assegurar o abastecimento da nossa indústria transformadora. Temos de manter estes produtos ao abrigo da delicada questão pautal aplicando a fórmula suíça e exigindo que sejam tratados como produtos sensíveis.

Em segundo lugar, as preferências comerciais concedidas a determinados países terceiros devem, no mínimo, depender do respectivo cumprimento em termos estritos das normas ambientais, sociais e sanitárias.

Em terceiro lugar, apelamos a que a responsabilidade pela condução das negociações relativas aos produtos da pesca e da aquicultura seja transferida do Comissário para o Comércio para o Comissário para os Assuntos Marítimos e Pescas. Isso permitiria que as características específicas dos produtos da pesca e da aquicultura fossem melhor consideradas. Penso que esta é a altura certa para rever os termos deste debate fundamental. De facto, estamos à beira de uma importante reforma da Política Comum das Pescas.

Além disso, constatamos que a Ronda de Doha no quadro da OMC está parada, o que nos dá a oportunidade para repensar algumas concessões inoportunas que a Comissão se preparava para fazer em nome da União

Europeia. Além disso, por iniciativa do senhor Comissário Karel De Gucht, hoje aqui presente, a Comissão Europeia está a abrir um período de consultas públicas tendo em vista o estabelecimento de novas directrizes para a política comercial comum no quadro da Estratégia “UE 2020”. O Parlamento Europeu dispõe agora de poderes de co-decisão no que respeita quer à política comercial quer à política das pescas e tem a plena intenção de fazer com que a sua voz seja escutada e de assegurar que o seu ponto de vista nestas matérias seja respeitado.

Na minha opinião, a primeira demonstração do que acabo de dizer deveria passar por a Comissão e o Conselho tomarem na devida consideração as recomendações constantes deste relatório. De qualquer modo, estaremos extremamente vigilantes nos próximos meses e pessoalmente pretendo continuar a trabalhar nestas matérias.

Maria Damanaki, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao senhor deputado Alain Cadec e às comissões do Parlamento Europeu responsáveis por este relatório de iniciativa parlamentar. O Senhor Deputado lamentou que o Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas não aluda às preocupações de que aqui se fez eco. O meu objectivo hoje é garantir-vos que a Comissão está empenhada no trabalho, levando em plena consideração todas as políticas que possam repercutir-se na reforma da Política Comum das Pescas. Como já disse, o objectivo da reforma é inverter a espiral negativa em que nos encontramos. O nosso sector das pescas não é ecologicamente sustentável nem se está a desempenhar bem do ponto de vista económico. Precisamos de um sector das pescas forte, que garanta uma exploração sustentável dos recursos e permita um nível de vida decente aos nossos pescadores, suas famílias e comunidades envolvidas.

Precisamos de um sector das pescas preparado para enfrentar os desafios do mercado: tanto nacional como internacional e tanto no momento presente como no futuro. Ouço as suas preocupações sobre a concorrência desleal dos países terceiros e a falta de condições equitativas no que respeita a aspectos sociais, requisitos ambientais e de sustentabilidade e a normas de protecção sanitária. Permita-me que lhe diga que esta mesma preocupação foi expressa por todos os Estados-Membros que usaram da palavra no último Conselho da Agricultura e Pescas. Precisamos de uma resposta a este respeito.

Ao alterarmos o quadro normativo das pescas europeias no âmbito da reforma da Política Comum das Pescas, um dos maiores desafios que se nos colocam é precisamente fazer o nosso melhor para garantir condições de concorrência equitativas para todos os produtos colocados no mercado da União Europeia. A este respeito, por exemplo, deveríamos todos trabalhar em conjunto para pôr em prática, plena e eficazmente, a nossa legislação contra a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada.

Gostaria também de dizer que continuamos empenhados em promover o respeito por todos os princípios e instrumentos internacionais de boa administração marítima e pesqueira por parte dos nossos parceiros, bem como a sua conduta responsável em termos de protecção ambiental e de condições sociais.

Apoio fortemente o seu apelo para um reforço da coerência das nossas políticas. Precisamos de trabalhar em conjunto com uma visão global e integrada. Dois terços do peixe consumido na Europa, como já referimos, já são importados para garantir um fornecimento constante de matéria-prima à nossa indústria transformadora e preços justos aos consumidores. No entanto, um terço do mercado da União Europeia ainda é abastecido por um sector da União que representa empregos e esta parte do tecido social de muitas regiões da Europa. Portanto, embora estejamos a meio de uma importante reforma da nossa Política Comum das Pescas, a política comercial da União Europeia deve continuar a ter em conta a natureza complexa do sector das pescas da União e as suas realidades económicas e sociais. Tenciono colaborar de forma estreita com o meu colega Comissário De Gucht, dedicando o tempo que for preciso para fazer as necessárias adaptações, tendo em conta o ritmo da reforma em curso da Política Comum das Pescas.

No que respeita às negociações da OMC, estamos particularmente atentos às discussões em curso sobre subsídios. Em nosso entender, devemos ser sempre capazes de apoiar as iniciativas amigas do ambiente e orientadas para a inovação empreendidas pelos nossos Estados-Membros. No que respeita à revisão da política de mercado, concordo com o projecto de relatório segundo o qual a nova política de mercado da Política Comum das Pescas deve reformular os instrumentos da actual organização comum de mercado. A revisão deve ter o objectivo de reforçar as organizações de produtores na sua capacidade para fazerem melhor a ligação entre a oferta e a procura em termos de qualidade e quantidades. Deve também apoiar a oferta e a estabilidade de mercado e rever as disposições relativas aos padrões de marketing e à informação a prestar aos consumidores.

Isto leva-nos à rotulagem. Os consumidores querem saber mais sobre os produtos da pesca e da aquicultura que compram. Querem saber onde o peixe foi capturado ou criado; e querem também saber se os produtos

respeitam o ambiente e se foram pescados de forma sustentável. A Comissão está pronta a trabalhar em iniciativas legislativas que garantam aos consumidores o acesso à informação de que precisam.

Finalmente, uma palavra sobre a aquicultura. A Comissão está absolutamente empenhada em alcançar os objectivos da estratégia de desenvolvimento sustentável da aquicultura, como já se referiu no relatório do Parlamento Europeu. Também partilhamos a opinião de que o desenvolvimento da aquicultura na União Europeia pode levar à redução da dependência em relação às importações e melhorar a resposta ao aumento constante da procura do lado do consumidor.

Antes de terminar, gostaria de sublinhar que o debate de hoje será um importante contributo para a preparação da reforma da Política Comum das Pescas, mas também enviará um importante sinal político – um sinal positivo – aos homens e mulheres do sector europeu das pescas, que estão prontos para uma disciplina mais rigorosa mas também aguardam uma mensagem de esperança para o seu futuro.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão saúda a decisão do Parlamento Europeu de preparar um relatório de iniciativa própria sobre o regime de importação dos produtos da pesca e da aquicultura. O debate aberto pelo Parlamento Europeu fornece uma boa base para começarmos a reflectir no modo como devemos abordar as negociações relativas ao comércio no contexto da reforma da Política Comum das Pescas.

Gostaria de convidar os deputados ao Parlamento Europeu a terem em conta as seguintes observações sobre as questões levantadas no projecto de relatório do PE.

A Comissão está consciente da natureza particular do sector das pescas e da sua importância, especialmente para as comunidades costeiras. Esta sensibilidade é tomada em consideração na execução da política comercial comum.

Gostaria de destacar que a política comercial da União Europeia tem de harmonizar os diversos interesses das várias partes envolvidas no sector das pescas afectadas pela política, designadamente os produtores, os industriais e os consumidores. O objectivo da Comissão na prossecução da sua política comercial aplicável aos produtos da pesca e da aquicultura é o de obter um resultado equilibrado entre, nomeadamente, uma política de abastecimento adequada, a situação e os interesses dos produtores da União Europeia e a procura dos consumidores, sem esquecer os objectivos potenciais da política de desenvolvimento.

Todos reconhecemos que a União Europeia está fortemente dependente da importação de produtos da pesca e da aquicultura para poder satisfazer a sua procura de mercado, representada não só pelos consumidores mas também pela indústria transformadora. Dadas as tendências existentes e o aumento potencial da dependência, a actual reforma da Política Comum das Pescas é uma boa oportunidade para a União Europeia melhorar o desempenho económico do sector e a sua capacidade para competir globalmente.

Não devemos ignorar a probabilidade de que a globalização continue a ampliar-se no futuro dadas as actuais tendências globais no comércio internacional, tanto a nível multilateral como a nível bilateral ou regional. No contexto das negociações de um acordo de comércio livre, a Comissão teve, está a ter e deverá ter em conta a natureza complexa do sector das pescas da União Europeia durante as negociações de acesso ao mercado e assegurar o equilíbrio entre os diversos interesses afectados pela política comercial, como acabei de referir. No contexto destas tendências globais do comércio internacional, a Comissão esforçar-se-á por assegurar o tempo que for preciso para fazer as necessárias adaptações, tendo em conta o ritmo da reforma em curso da Política Comum das Pescas.

Permitam-me que refira com brevidade uma das principais sugestões contidas no relatório, que é a possibilidade de desligar os produtos da pesca do âmbito das normas NAMA aplicáveis aos produtos industriais no quadro da Ronda de Doha para o Desenvolvimento. Serei muito honesto convosco nesta matéria. Nesta fase das negociações, além de ser muito difícil separar os produtos da pesca das normas NAMA, outras abordagens tais como a criação de um grupo específico de negociação poderiam resultar na sujeição da União Europeia a uma tremenda pressão para liberalizar mais o seu mercado.

A Comissão tomará boa nota da sugestão do projecto de relatório para a transferência da responsabilidade para a negociação dos produtos da pesca e da aquicultura do Comissário do Comércio para o Comissário para os Assuntos Marítimos e Pescas. De acordo com o princípio da colegialidade que rege o trabalho da Comissão, todos os membros da Comissão são solidariamente responsáveis pelas decisões e acções empreendidas. Isso significa igualmente que o Comissário do Comércio e o Director-Geral do Comércio, que são responsáveis pelas negociações dos produtos da pesca e da aquicultura, não actuam sozinhos, mas

negociam em estreita cooperação com o Comissário para os Assuntos Marítimos e Pescas e o Director-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas e com o seu envolvimento directo em todas as fases das negociações.

A Comissão garante ao Parlamento Europeu que as necessidades específicas do sector das pescas são tomadas em consideração no decurso das negociações relativas ao comércio. Com efeito, a Comissão defende os interesses do sector das pescas da União Europeia nas negociações relativas ao comércio, levando em conta as suas sensibilidades tanto quanto possível, mesmo quando enfrenta grande pressão da parte dos nossos parceiros comerciais.

Na defesa dos interesses do sector das pescas da União Europeia nas negociações relativas ao comércio, a Comissão também procura remover qualquer barreira comercial mantida pelos nossos parceiros comerciais que possa ameaçar o potencial de exportação da indústria da União Europeia, com o objectivo de garantir condições equitativas no comércio bilateral e multilateral dos produtos da pesca.

Finalmente, o relatório expressa preocupações das partes interessadas no que respeita à garantia de condições equitativas para os produtos da União Europeia e as importações de países terceiros. A União Europeia está firmemente empenhada na promoção tanto das condições de trabalho como dos padrões ambientais no âmbito das negociações relativas ao comércio com países terceiros em paralelo com a abertura do mercado – por exemplo, no quadro de um capítulo de desenvolvimento sustentável incluído nos nossos acordos de comércio ou em determinados fóruns internacionais onde estas questões são tratadas, tais como a ONU, a FAO e organizações regionais de gestão das pescas, nos quais a União Europeia é um participante activo.

Gostaria de concluir manifestando a minha boa vontade e disponibilidade para voltar a discutir com os ilustres deputados ao Parlamento Europeu o papel da Comissão no contexto das negociações relativas ao comércio na parte que respeita aos produtos da pesca e da aquicultura.

Yannick Jadot, *relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional*. – (FR) Senhor Presidente, Senhores Comissários, penso que deve ser realçada a convergência entre a Comissão das Pescas e a Comissão do Comércio Internacional deste Parlamento na presente matéria e no que respeita às propostas apresentadas no mesmo âmbito.

Foi dito que as pescas são um sector de extrema importância para o ordenamento do território, o emprego e a identidade cultural na Europa. É também um sector que tem um impacto extremamente forte nos recursos piscícolas e hoje uma grande maioria das unidades populacionais de peixes encontra-se consideravelmente sobreexplorada. Muitas vezes as pessoas quiseram fazer-nos crer que o objectivo último de uma política comum das pescas europeia seria adaptar o sector das pescas ao comércio globalizado em matéria de produtos das pescas, cujos efeitos extremamente cruéis podemos hoje constatar, seja em termos sociais, económicos ou, evidentemente, ambientais.

Por isso, somos defensores activos de uma integração muito mais profunda de critérios sociais e ambientais nos acordos de comércio relativos aos produtos da pesca. Apoiamos a ideia de retirar os produtos da pesca do âmbito das normas de acesso ao mercado não-agrícola (NAMA), porque um peixe não é uma meia ou uma máquina de lavar, e isso é absolutamente crucial para a segurança alimentar e a biodiversidade. No entanto, temos de ser claros. Ao trazermos esta temática para as negociações internacionais, a nossa política europeia tem de ser exemplar e temos de nos esforçar para que haja mais pescadores e para que sejam melhor pagos, que não explorem as populações de peixes acima dos limites, quer nas nossas águas territoriais quer naquelas onde adquirimos direitos de pesca.

Antonello Antinoro, *em nome do grupo PPE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao senhor deputado Alain Cadec pelo trabalho – pelo excelente trabalho – que fez em assunto tão importante como o regime de importação para a União Europeia de produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da Política Comum das Pescas.

Preparei a minha intervenção quanto à necessidade, por exemplo, de garantir que os produtos importados cumpram as mesmas normas sanitárias e as mesmas exigências, mas verifico que isso já foi falado anteriormente e, por isso, seria bastante despropositado e uma perda de tempo para nós insistir em tal assunto. No entanto, tenho de referir um aspecto fundamental, que julguei detectar na intervenção do senhor Comissário De Gucht e que foi abordado pelo colega deputado que falou antes de mim, a saber, que existem alguns conflitos menores entre as competências dos dois Comissários ou entre as competências que os dois Comissários deveriam ter.

Sem hipocrisia, penso que é importante realçar este aspecto, porque, como foi dito, o sector das pescas tem um papel fundamental a desempenhar se queremos que os nossos pescadores não continuem a reduzir a sua capacidade de captura porque os obrigámos a isso em nome dos nossos mares. Se não queremos que as pessoas continuem a olhar os nossos pescadores como as Cinderelas da Europa, por assim dizer, então teremos de dedicar mais atenção a esta matéria.

A senhora Comissária Damanaki e o senhor Comissário De Gucht manifestaram ambos a sua intenção de se dedicarem em pleno a esta questão na sua totalidade, mas considero que é importante possuir uma única linha de abordagem. Penso também que o aspecto relacionado com o Comissário para os Assuntos Marítimos e Pescas, com tudo o que isso implica subsequentemente em sede parlamentar, é crucial para garantir que o problema seja resolvido e que este relatório se torne uma importante perspectiva para o futuro.

Luis Manuel Capoulas Santos, em nome do Grupo S&D. – Senhor Presidente, Senhora e Senhor Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, os produtos da pesca e da aquicultura são um importante complemento da dieta alimentar europeia, como todos sabemos, o que obriga a importar mais de 60 % das nossas necessidades, como já muito bem referiu a Sra. Comissária. Este simples facto ilustra bem a importância do relatório do Deputado Cadec, com quem, enquanto relator sombra, tive o prazer de trabalhar na busca de um consenso tão amplo quanto possível para defesa do sector, do emprego que gera e, sobretudo, dos consumidores europeus.

O Grupo socialista e democrata associa-se, por isso, aos pressupostos e às conclusões essenciais do relatório, em particular no que diz respeito às preocupações e recomendações quanto à necessidade de garantir a qualidade, a sanidade, dos produtos da pesca e da aquicultura importados, e aos critérios ambientais que devem ser exigidos para a captura, produção e transformação desses mesmos produtos.

O relatório aborda, de forma correcta e igualmente merecedora de apoio, outras questões, que não tenho oportunidade agora, por falta de tempo, de explicitar. Por estas razões, obviamente que o meu Grupo votará favoravelmente o relatório. E aproveito para felicitar o colega Cadec pelo excelente trabalho que produziu.

Pat the Cope Gallagher, em nome do grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, para começar queria felicitar o senhor deputado Alain Cadec pelo seu relatório. O decréscimo verificado nos preços do peixe nos últimos anos é directa e substancialmente causado pela concorrência das importações tanto de produtos da pesca como da aquicultura. Os produtores destes produtos não estão sujeitos aos regimes exigentes que se aplicam aos operadores da União Europeia em áreas como a conservação dos recursos e as normas sanitárias. Estes produtos entram no mercado europeu a preços não económicos para os produtores europeus.

Esta questão deve ser examinada no âmbito da reforma da Política Comum das Pescas e sei que a senhora Comissária Damanaki a abordará. Há uma enorme confiança nos produtos importados, como foi destacado pelos dois Comissários, mas, quando vejo que o meu próprio país importa 46 000 toneladas por ano ao preço de 181 milhões de euros, parece existir aí uma falta de sensibilização entre os consumidores para distinguir entre peixe importado e peixe selvagem.

Se queremos resolver este problema, temos de considerar a redução da taxa de dependência das importações de 66% para 50% ao longo de um período de, digamos, 10 anos, mas para isso é necessário fazer com que a burocracia que actualmente asfixia o sector se simplifique e que todas as direcções-gerais e de facto todos os departamentos governamentais dos vários Estados-Membros colaborem em conjunto na defesa dos melhores interesses deste sector.

Isabella Lövin, em nome do grupo Verts/ALE. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, saúdo o relatório do senhor deputado Alain Cadec sobre a importação de peixe para a União Europeia. As capturas europeias diminuíram a uma taxa alarmante – em 26% desde 1997. Mais de 60% de todo o peixe hoje consumido na Europa é importado. Não precisa de ser assim. Se explorarmos os nossos próprios recursos piscícolas a um nível compatível com o rendimento máximo sustentável (RMS), as capturas europeias poderão duplicar em comparação com os valores de hoje, ao mesmo tempo que passaríamos a ter unidades populacionais de peixes vigorosas e viáveis.

Com este objectivo presente, temos agora de assegurar que não transferimos os nossos problemas de sobreexploração dos recursos para outros países. O relatório Cadec refere vários instrumentos importantes que a União Europeia pode utilizar. O primeiro é o Regulamento INN. Todo o peixe colocado no mercado da União Europeia tem de estar certificado quanto ao local e ao momento da sua captura e a quem a levou a cabo. Este é um primeiro passo, mas é insuficiente. Em muitas zonas do globo, a pesca ilegal é um problema que os países pobres não têm recursos para enfrentar. Em países onde a corrupção está disseminada, não é

difícil obter os documentos de que um exportador de peixe necessita. Por isso, a União Europeia, enquanto principal importador de peixe a nível mundial, tem de chamar a si a responsabilidade de fornecer apoio técnico e financeiro tangível e de contribuir com os recursos necessários para facilitar o cumprimento e o controlo nos países em desenvolvimento.

O segundo instrumento já está pronto na ONU. Temos bons acordos internacionais, mas também precisamos de os executar. Durante o ano de 2006, a União Europeia diligenciou no âmbito da ONU no sentido da realização de um acordo de execução para, entre outras coisas, o *Código de Conduta da Pesca Responsável* da FAO. Continuaremos a acompanhar esta questão.

Marek Józef Gróbarczyk, em nome do grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer calorosamente ao senhor deputado Alain Cadec pelo seu relatório tão corajoso, que é de extrema importância para a Política Comum das Pescas, cuja reforma está em curso. Mesmo quando o relatório estava a ser elaborado, podiam ser observados muitos aspectos da Política Comum das Pescas que, na nossa perspectiva, diferem significativamente da opinião da Comissão e isso, infelizmente, também se exprime na forma final do relatório. Na opinião dos pescadores, este relatório crucial deveria ter uma grande repercussão na estrutura da futura Política Comum das Pescas em termos de organização do mercado.

Senhora Comissária, repetiu em muitas reuniões que em vez de criticarmos quando se discutiam as quotas individuais transferíveis deveríamos apresentar propostas de soluções no âmbito da futura política. Estou convencido que a utilização das ideias contidas neste relatório é uma alternativa ao conceito que a Comissão nos quer impor.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, Senhores Comissários, em primeiro lugar queria agradecer ao relator pelo seu relatório. Em 24 de Julho de 2008, em resposta à crise económica que a frota pesqueira da Europa enfrentava, o Conselho das Pescas da União Europeia aprovou medidas temporárias e específicas destinadas a desenvolver e a reestruturar a frota. No momento em que muitos pescadores tentavam tirar partido destas medidas, foram atingidos pelas consequências da recessão global. O preço dos camarões ou lagostins vendidos pelos meus pescadores na Irlanda do Norte para outras partes da Europa caiu. Isto ocorreu enquanto as importações de marisco e de peixe aumentavam consideravelmente.

A Europa precisa de peixe. Precisamos de importações de peixe, mas eu afirmaria que estas não devem ser feitas a qualquer custo. Por um lado, os meus colegas querem impedir os nossos pescadores de receberem qualquer subsídio. No entanto, a contradição está em que, ao mesmo tempo que procuramos eliminar estes subsídios, a política europeia permite importações de produtos da pesca e da aquicultura não regulamentados que enfraquecem a indústria da pesca sustentável e economicamente viável pela qual lutamos.

A Europa não pode juntar dois mundos. Há aqui uma incoerência e é para mudar esta situação que apoio o relatório do senhor deputado Alain Cadec.

Carmen Fraga Estévez (PPE). – (ES) Senhor Presidente, este relatório surge em resposta à frustração e à falta de protecção do sector das pescas da União Europeia.

Senhora Comissária, este sector não pede protecção, mas sim, nesta fase, dado o historial de indiferença da parte dos responsáveis da Direcção-Geral do Comércio, que não se afunde ainda mais.

A este respeito, apoiamos em particular o pedido feito no relatório do senhor deputado Alain Cadec para que as negociações relativas aos capítulos das pescas sejam transferidas do âmbito de competências da Direcção-Geral do Comércio para a da Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, como sucede com a agricultura, porque também aqui estamos a tratar de produtos particularmente sensíveis, como é o caso tradicional do atum.

Sobre o tema do atum, temos o exemplo escandaloso da derrogação às regras de origem, sem que as condições tenham sido levadas em conta, nos acordos com a Papua Nova Guiné e as Ilhas Fiji, o que só contribui para favorecer os nossos principais concorrentes: a Tailândia e as Filipinas.

Senhora Comissária, está ciente de que, para além do estrangulamento do sector na União Europeia, graças à sua política, a Papua Nova Guiné está a entrar numa fase de criação de emprego de muito baixa qualidade e de desenvolvimento sustentável nulo? Está ciente dos relatórios das organizações não governamentais que operam na região sobre o trabalho infantil, a insalubridade e a falta de higiene nas fábricas, o desastroso impacto ambiental na costa de Madang e a pesca ilegal? É da sua responsabilidade evitar estas situações?

Pat the Cope Gallagher (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, o comportamento dos deputados deste Hemiciclo hoje é vergonhoso. Não aconteceria em qualquer outro parlamento do mundo. Se não há respeito pela presidente da Comissão das Pescas e pelas pescas em geral, proponho que a sessão seja adiada até que as pessoas tenham respeito por esta Casa e deixem de fazer estas reuniões.

(Aplausos)

Presidente. – Senhor Deputado Pat Gallagher, temos de continuar. Gostaria de pedir a todos os colegas o favor de ficarem em silêncio para que possamos trabalhar mais 10 minutos e terminar este importante relatório e importante trabalho.

Ulrike Rodust (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, a política europeia das pescas enfrenta enormes desafios. Os nossos pescadores têm de fazer face à diminuição das populações de peixes e ao mesmo tempo de lidar com a concorrência no mercado global que nem sempre é leal. Precisamos de proceder urgentemente a reformas radicais para pôr fim à sobreexploração dos recursos piscícolas nas águas europeias e garantir a sobrevivência das pescas europeias.

Concordo com a senhora Comissária Damanaki em que não deveríamos pedir demais aos nossos pescadores exigindo-lhes por um lado que façam reformas radicais e ao mesmo tempo liberalizando o comércio. Fazer ambas as coisas ao mesmo tempo coloca um fardo muito pesado sobre os nossos pescadores. A melhor maneira de aumentar a competitividade é permitir a recuperação das populações de peixes. Outro modo de permitir a sobrevivência das pescas europeias seria através de um melhor marketing. Em certas circunstâncias, os consumidores europeus estão preparados para pagar mais pelo peixe europeu se estiverem melhor informados sobre a sua origem.

Britta Reimers (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhores Comissários, gostaria de felicitar o senhor deputado Alain Cadec pelo seu relatório bem sucedido e equilibrado. Gostaria também de lhe agradecer pela sua excelente cooperação.

Há grandes desafios envolvidos no regime de importação para a União Europeia de produtos da pesca e da aquicultura. Com um volume de 12 milhões de toneladas e um valor de 55 mil milhões de euros, o mercado das pescas da União Europeia é o maior do mundo. Este mercado está a aumentar rapidamente e é crescentemente dependente das importações provenientes de países terceiros. Por isso, é para nós importante controlar as condições em que os produtos provenientes de países terceiros são produzidos e importados.

Apresentámos agora duas alterações no plenário. Respeitam à necessidade de reconhecermos a situação económica especial das regiões periféricas da Europa. No entanto, não responsabilizamos a liberalização do mercado por todas as dificuldades. A invasão do mercado da União Europeia por produtos da pesca, que foi qualificada de desleal, também não tem um efeito directo...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) Senhor Presidente, não disponho de muito tempo e, por isso, gostaria apenas de destacar um dos temas do relatório do senhor deputado Alain Cadec. O peixe não deve ser tratado da mesma forma que os outros produtos industriais, mas deve estar sujeito às normas de comércio da OMC que se aplicam aos produtos sensíveis. A política comercial da União Europeia presta pouca atenção à natureza específica deste sector sensível e aos interesses dos produtores da União Europeia. Por isso, é boa ideia avaliar a conveniência da não continuidade da sujeição dos produtos da pesca às normas de acesso ao mercado não agrícola e industrial para facilitar o alinhamento comercial daqueles produtos com os requisitos aplicáveis aos géneros alimentícios e produtos sensíveis.

Catherine Trautmann (S&D). – (FR) Senhor Presidente, gostaria de felicitar o nosso colega deputado Alain Cadec pelo seu excelente trabalho.

O texto hoje posto à votação evidencia uma certa mudança na forma como a nossa instituição entende o conceito de comércio livre. Sem ser proteccionista, a linha aqui defendida pode ser considerada menos ingénua.

Todos concordamos em que a produção europeia é insuficiente e, melhor do que recorrer de imediato às importações, temos primeiro de tentar intensificar os nossos esforços para salvaguardar e regenerar as populações de peixes, designadamente através da utilização da aquicultura, de forma a garantir a sustentabilidade do sector e dos seus postos de trabalho na União e tornar a pesca europeia menos dependente de países terceiros.

Quanto às importações, temos de garantir que o mercado europeu de produtos da pesca e da aquicultura não sofra os efeitos da concorrência desleal em consequência de condições sanitárias e sociais menos rigorosas e de tarifas aduaneiras ridiculamente baixas. Por isso, apoio a ideia de um rótulo europeu, que reflecta a conformidade dos produtos com as nossas normas tanto ambientais como sociais.

Maria do Céu Patrão Neves (PPE). - Senhor Presidente, Senhora Comissária, a Europa é hoje o maior mercado europeu para os produtos da pesca e da aquicultura, importando cerca de 60 % do pescado consumido. A produção comunitária de pescado não é, nem será num futuro próximo, suficiente para satisfazer a procura deste tipo de produto, pelo que o recurso à importação se torna uma necessidade.

Neste contexto, importa salvaguardar dois aspectos fundamentais. Primeiro: a criação de condições indispensáveis para garantir ao consumidor comunitário o acesso aos produtos da pesca e aquicultura importados e de qualidade. Segundo: o estabelecimento de um quadro de concorrência leal, quer para os produtos importados quer para os que são produzidos e capturados pelos sectores da pesca e da aquicultura europeia.

Assim, impõe-se que os produtos da pesca e aquicultura importados pela União Europeia cumpram as mesmas exigências ambientais, sociais, sanitárias e de qualidade impostas à produção comunitária. Impõe-se ainda uma reforma da organização comum dos mercados dos produtos da pesca e aquicultura, em particular uma revisão dos mecanismos utilizados para contrariar fenómenos como a supressão gradual dos direitos aduaneiros e a concorrência, cada vez maior, das importações.

Este relatório do Parlamento Europeu, exemplarmente conduzido pelo meu colega Alain Cadec, é oportuno e contempla um conjunto de propostas importantes para o desenvolvimento sustentado da pesca e dos sectores a ela conexos, incluindo o da comercialização.

Josefa Andrés Barea (S&D). - (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária Damanaki, Senhor Comissário De Gucht, obrigada por estarem aqui neste debate de um relatório muito importante sobre o regime de importação.

As pescas são um assunto importante, com o qual se relacionam duas questões essenciais que devem ser destacadas: o facto de não sermos auto-suficientes e de a concorrência desleal ser muito actuante, o que nos leva a ter que proteger a pesca na Europa e prevenir a concorrência desleal.

Gostaria de dizer o seguinte ao senhor Comissário do Comércio: não pode continuar a considerar a pesca como um "produto não sensível"; esta não pode continuar a ser enquadrada no âmbito das normas de acesso ao mercado não-agrícola; não pode ser considerada um produto industrial; tem de ser considerada um "produto sensível" e tem de ser enquadrada no âmbito das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização da Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

Não podemos pois ser sustentáveis, não podemos garantir a manutenção das espécies e não podemos participar numa verdadeira actividade de mercado se não considerarmos o peixe como um "produto sensível".

Robert Atkins (ECR). - (EN) Senhor Presidente, lembro de novo à Conferência de Presidentes, através da sua pessoa, que há pessoas que precisam de se reunir. Foi-nos dito inicialmente que haveria votações às 12H00. Cada cinco minutos o seu início é adiado por cinco minutos. Há pessoas que têm aviões para apanhar; é desconfortável; faz do Parlamento um objecto de escárnio. Haja mão nisto!

(Aplausos)

Presidente. - Informámos que as votações seriam adiadas até às 12H15 ou 12H20 e, por isso, prossigamos por favor com as respostas dos nossos Comissários. Estou certo que poderemos votar às 12H20.

Maria Damanaki, Membro da Comissão. - (EN) Não posso satisfazer o pedido do senhor deputado, mas o que posso fazer é tentar ser muito breve.

Gostaria de dizer que estamos a tomar boa nota de todas as preocupações manifestadas pelos senhores deputados. Como o senhor Comissário De Gucht e eu própria já dissemos, estamos a procurar obter um equilíbrio. Precisamos de um sector das pescas que seja viável e temos, por outro lado, algumas obrigações para com a OMC e outras organizações internacionais. Queria garantir a todos que estamos a fazer o nosso melhor para contribuir para que a reforma da Política Comum das Pescas se faça no sentido de proporcionar o melhor futuro possível aos nossos pescadores.

Alain Cadec, *relator*. – (FR) Senhor Presidente, considero o comportamento dos nossos colegas deputados absolutamente desrespeitoso e inaceitável num Parlamento como o nosso. O que estais a fazer aqui é escandaloso. Vós fazeis-me sentir envergonhado. Apenas estais preocupados em votar e ir embora. Estamos a trabalhar num relatório importante e, por isso, tendes ao menos a decência de escutar as pessoas ou então de deixar a Câmara.

Em todo o caso, Senhoras e Senhores Deputados, passada a minha ligeira explosão, não tenho dúvidas de que dentro de minutos vós ireis votar esmagadoramente a favor deste relatório e queria aproveitar a oportunidade para agradecer aos nossos colegas da Comissão das Pescas e em particular à sua presidente, a senhora deputada Carmen Fraga Estévez, que concordaram em ocupar-se desta matéria e me confiaram a elaboração deste relatório.

Gostaria também de agradecer aos relatores-sombra, os senhores deputados Capoulas Santos, Reimers, Gróbarczyk e Lövin, pelos seus contributos em todas as discussões e alterações.

Gostaria também de agradecer a todos os que contribuíram para este relatório e aos representantes do sector que tornaram possível a realização do meu trabalho de pesquisa, em particular os funcionários da Direcção-Geral do Comércio e da Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas. Penso em Zoltan Somogy e Miriam Garcia Ferrer da Direcção-Geral do Comércio e em Pierre Amilhat, Christian Rambeau e Juan Ranco da Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas e gostaria de lhe agradecer a si, Senhora Comissária Damanaki, por estar aqui presente, e também a si, Senhor Comissário De Gucht, ainda que não esteja totalmente satisfeito com as vossas respostas, que não são verdadeiras respostas porque antecederam a minha intervenção.

De qualquer modo, gostaria também de agradecer a Mauro Belardinelli, do nosso grupo, a Ollivier Gimenez e aos meus assistentes Emilie Herrbach e Vincent Guerre, e de fazer uma menção especial a Philippe Musquar, que muito me ajudou neste relatório e me assessorou na sua concepção.

Terminarei a minha intervenção agradecendo-vos antecipadamente pelo vosso voto.

Presidente. – Em jeito de explicação, o senhor Comissário De Gucht não respondeu por causa do barulho nesta sala e, por isso, gostaria de pedir desculpa a ambos os nossos Comissários pelo barulho.

Está encerrado o debate.

Segue-se na ordem do dia o período de votação.

PRESIDÊNCIA: J. BUZEK

Presidente

6. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados da votação: ver Acta)

Tenho uma comunicação a fazer. A senhora deputada Eva Dudzinska está sentada à minha direita. Ela trabalhou no Parlamento Europeu durante quase 35 anos. Nos últimos 10 anos as suas actividades estiveram estreitamente ligadas ao plenário. Agora vai aposentar-se. Gostaria de lhe agradecer e de lhe desejar as maiores felicidades para o futuro.

(Aplausos)

6.1. Acordo UE-Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (A7-0224/2010, Alexander Alvaro) (votação)

– *Antes da votação:*

Alexander Alvaro, *relator*. – (DE) Senhor Presidente, os meus colegas talvez compreendam que, após a rejeição deste acordo pelo Parlamento Europeu em Fevereiro, é agora necessário tornar claro que entretanto trabalhamos em conjunto com a Comissão e conseguimos introduzir uma melhoria palpável no texto.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde que trabalharam neste assunto pela sua ajuda na elaboração de um acordo em circunstâncias difíceis que protege tanto o direito dos nossos cidadãos à privacidade como o seu direito à segurança. Gostaria de lembrar que esta foi a nossa primeira oportunidade de dar vida ao Tratado de Lisboa, porque senão ele não passaria de mais do que um texto sem vida.

– *Após a votação:*

Presidente. – Gostaria de agradecer e felicitar o senhor deputado Alexander Alvaro, bem como a relatora que o antecedeu, a senhora deputada Jeanine Hennis-Plasschaert, e todos os colegas deputados que tanto trabalharam para se obter este acordo. Muito obrigado.

Rui Tavares (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, chamo a sua atenção para uma alteração a este relatório que solicita ao Conselho e à Comissão que tratem com o Parlamento da nomeação do funcionário da União Europeia que será colocado em Washington para controlar a extracção de dados. Peço-lhe por gentileza que entre pessoalmente em contacto com o Conselho e a Comissão o mais breve possível para que essa iniciativa se realize com a adequada supervisão parlamentar.

Presidente. – Obrigado por me lembrar. Contactá-los-ei sobre este assunto.

6.2. Serviço Europeu para a Acção Externa (A7-0228/2010) (votação)

Presidente. – Gostaria de felicitar o relator, o senhor deputado Elmar Brok, e também os nossos negociadores: os senhores deputados Elmar Brok, Guy Verhofstadt e Roberto Gualtieri. Foi um excelente trabalho, para o qual também contribuíram muitas comissões do Parlamento Europeu. Obtivemos um consenso alargado. Gostaria de agradecer a todos. Gostaria também de salientar que no futuro próximo teremos os dois importantes relatórios que estão a ser elaborados pelos senhores deputados Ingeborg Gräßle e Bernhard Rapkay e, por isso, temos de continuar a trabalhar nesta matéria.

6.3. Kosovo (B7-0409/2010) (votação)

– *Antes da votação:*

Jelko Kacin (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, na segunda-feira de manhã houve uma tentativa de assassinato do nosso colega Peter Miletic, membro do Parlamento do Kosovo e líder do Grupo do Partido Liberal minoritário sérvio *Samostalna Liberalna Stranka*. Foi alvejado duas vezes e ficou ferido.

Ele é um dos nossos, um parlamentar. Um atentado a um deputado em qualquer parte do mundo significa sempre um atentado à democracia. Este atentado visou os esforços que têm sido feitos para trazer uma estabilidade duradoura à região dos Balcãs Ocidentais. Ele encontra-se numa unidade hospitalar de cuidados intensivos em Mitrovica. Desejamos-lhe uma recuperação rápida e total e manifestamos-lhe o nosso pleno apoio político e humano.

(Aplausos)

Presidente. – Somos todos unânimes com as suas palavras.

– *Antes da votação da alteração n.º 11:*

Pier Antonio Panzeri (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, peço que as palavras “todas as pessoas” sejam eliminadas quando essencialmente se faz referência ao diálogo. Assim, a frase definitiva deverá ser esta: “considera que ambas as partes devem adoptar uma atitude pragmática de diálogo em benefício do Kosovo e da Sérvia”.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

– Antes da votação do n.º 4:

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). - (DE) Gostaria apenas que fosse incluído o título oficial do parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça.

A formulação oficial é “A Conformidade com o Direito Internacional da Declaração Unilateral de Independência pelas Instituições Provisórias de Auto-Governo do Kosovo”

(O Parlamento aprova a alteração oral)

– Após a votação da alteração n.º 5:

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). - (EN) Senhor Presidente, isto refere-se aos acontecimentos violentos que muito recentemente tiveram lugar no Kosovo, um dos quais já foi mencionado pelo meu colega deputado Jelko Kacin, a saber, o atentado a tiro de que foi alvo o membro do Parlamento do Kosovo de origem sérvia Petar Miletić. Em conjunto com o restante Parlamento, desejo-lhe uma recuperação muito rápida.

Houve um outro incidente, ao qual não foi possível fazer referência antes de terminadas as alterações, e, por isso, passo a ler a seguinte alteração oral: “Expressa a sua profunda preocupação pela explosão mortífera verificada no Norte de Mitrovica, em 2 de Julho de 2010, durante as manifestações contra a abertura do centro de serviços civis, que causou a morte de uma pessoa e ferimentos noutras dez, bem como pelo ataque verificado em 5 de Julho de 2010 contra um membro do Parlamento do Kosovo de origem sérvia; condena firmemente todos os actos de violência e pede às partes que actuem de modo responsável; insta a EULEX a envidar todos os esforços necessários para diminuir a tensão e impedir novos actos de violência, e pede à polícia do Kosovo que dê início imediato, com a ajuda da EULEX, a uma investigação exaustiva e imparcial sobre os factos, a fim de que os seus autores respondam perante a justiça”.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

6.4. Albânia (B7-0408/2010) (votação)

– Antes da votação da alteração n.º 2:

Libor Rouček (S&D). - (EN) Senhor Presidente, estamos a proceder à alteração de uma palavra: “todo o material eleitoral” deverá ser substituído por “o material eleitoral”, portanto “o” em vez de “todo o”.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

6.5. Situação no Quirguizistão (B7-0419/2010) (votação)

6.6. O VIH/SIDA tendo em vista a XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA (Viena, 18-23 de Julho de 2010) (B7-0412/2010) (votação)

– Antes da votação:

Michael Cashman (S&D). - (EN) Senhor Presidente, dada a importância desta votação antes da realização da Conferência de Viena, solicito a votação nominal sobre a votação final.

Francesco Enrico Speroni, em nome do grupo EFD. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu grupo opõe-se a este pedido.

(O Parlamento rejeita o pedido)

Astrid Lulling (PPE). - (FR) Vamos ter calma! Como os luxemburgueses falam e escrevem em francês e em alemão, permitam-me que chame a vossa atenção, antes da votação desta tão delicada resolução, para a grande diferença que existe entre o texto em francês e o texto em alemão no que respeita ao n.º 17.

Na versão em alemão, afirma-se que os Estados-Membros e a Comissão são encorajados...

(DE) a apoiar medidas no domínio da segurança no aborto

(FR) ... a apoiar medidas tendo em vista a segurança no aborto. Fui informada de que esta parte final da frase não coincide nem com o texto em francês nem com o texto em inglês.

Senhor Presidente, se pudesse esclarecer se é ou não o texto em francês que prevalece, isso ajudaria sem dúvida muitos deputados a formarem a sua decisão no que respeita a esta votação.

Presidente. – Corrigiremos todas as traduções para elas ficarem de acordo com os textos originais. Verificaremos essa situação. Obrigado.

Michael Cashman (S&D). - (EN) Senhor Presidente, dada a votação que acabámos de efectuar, pergunto-me se o partido político que objectou removeria a sua objecção permitindo-nos agora fazer uma votação nominal sobre a votação final.

Francesco Enrico Speroni, em nome do grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, reitero a nossa oposição.

(O Parlamento rejeita o pedido)

– Após a votação:

Gay Mitchell (PPE). - (EN) Senhor Presidente, não quero atrasar os trabalhos e estou contente por ver que o senhor deputado Michael Cashman está com muito boa voz. Penso que seria bom se todos os deputados pudessem exercer livremente o seu voto em assuntos deste tipo. Dessa forma, a votação reflectiria a verdadeira opinião do Parlamento. Há uma parte da Casa que defende o voto condicionado e apenas um sector permite o voto livre. Se queremos determinar a verdadeira opinião do Parlamento em questões deste tipo, então deveria ser permitido o voto livre a todos os deputados.

(Aplausos)

– Após a votação:

Michael Cashman (S&D). - (EN) Senhor Presidente, se alguém é mencionado nesta Casa, é de seu direito responder. Eu fui mencionado. Por isso, queria dizer ao senhor deputado Gay Mitchell e a outros que, independentemente daquilo que qualquer partido decida votar, cada um de nós mantém a sua própria liberdade de voto e esta Casa votou democraticamente.

(Aplausos)

6.7. Entrada em vigor, em 1 de Agosto de 2010, da Convenção sobre as Munições de Fragmentação e o papel da UE (B7-0413/2010) (votação)

6.8. O futuro da PAC após 2013 (A7-0204/2010, George Lyon) (votação)

– Antes da votação:

Ulrike Rodust (S&D). – (DE) Senhor Presidente, não pedi a palavra para levantar um ponto de ordem, mas gostaria de chamar a sua atenção, Senhor Presidente, e a dos meus ilustres colegas, para o seguinte: há aqui um problema com a tradução. Apresentei uma alteração ao considerando A-E da proposta de resolução contida no relatório do senhor deputado George Lyon: “considerando que a PAC tem de se orientar para a manutenção e o desenvolvimento de uma agricultura multi-funcional, abrangente e sustentável em toda a Europa.” Infelizmente, nas traduções foi usada a palavra “abrangente”. No entanto, a palavra “flächendeckend” tem um significado completamente diferente na tradução alemã. Significa “em todas as regiões da Europa”. Deverá haver agricultura (agricultura “flächendeckend”) mesmo nas regiões montanhosas. “Abrangente” significa algo completamente diferente.

Presidente. – Obrigado pelo seu reparo. Corrigiremos os textos e harmonizá-los-emos com os originais.

– Após a votação do n.º 44:

George Lyon, relator. – (EN) Senhor Presidente, parece haver alguma confusão no que respeita ao que estamos realmente a votar. A interpretação diz-nos que era o n.º 44 e, no entanto, V. Exa. está a anunciar que o n.º 45 foi aceite. Há alguma confusão que V. Exa. precisa de desfazer, sendo necessário obter as votações correctas e identificá-las correctamente.

Presidente. – Estamos a votar o n.º 44, como vos disse. Repito: a alteração não prevaleceu, sendo aprovado o n.º 44. É este o resultado da votação.

Pablo Arias Echeverría (PPE). – (ES) Senhor Presidente, se acabámos de votar o n.º 44, o meu voto era a favor e, no entanto, marquei “contra” porque havia uma pequena confusão: foi-nos dito que estávamos a votar o n.º 45 quando na realidade estávamos a votar o n.º 44.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, se há tantos protestos – escutem por favor –, vamos votar novamente o n.º 44. Estamos a votar o n.º 44. A votação também não foi clara para mim, porque não levantastes as vossas mãos.

– *Antes da votação do n.º 59:*

Elizabeth Lynne (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, é necessário esclarecer uma coisa. Não sabemos se é V. Exa. que está a anunciar incorrectamente ou se é a interpretação, mas em inglês ouvimos outra vez 52. Não fomos avisados para votar o 59 e, por isso, não sabemos em que ponto nos encontramos neste momento.

Presidente. – Agora estamos a votar o n.º 59. É o n.º 59 que está no ecrã neste momento. É uma votação separada.

– *Antes da votação do considerando C:*

Elizabeth Lynne (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, permita-me dizer que o considerando A-E é antes do C. Ainda não votámos sobre o A-E.

Presidente. – Nós aqui temos uma informação completamente diferente. Agora temos de votar sobre o considerando C.

– *Antes da votação do considerando A-E:*

Albert Deß (PPE). – (DE) Senhor Presidente, visto que no início desta votação foi explicado que a versão em alemão era o texto original, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) prescindirá da votação por partes. O meu grupo está em condições de votar favoravelmente o considerando A-E.

Presidente. – Senhor Deputado Albert Deß, eu vou explicar. O pedido foi feito não apenas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), mas também por um outro grupo político e, por isso, continuaremos como previsto e faremos uma votação por partes, porque isso também foi solicitado por um outro grupo.

Albert Deß (PPE). – (DE) Nesse caso, pedirei ao meu grupo que vote duas vezes a favor. Como a versão em alemão é o texto original, não precisamos de votar contra na segunda votação.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes, ouçam por favor com atenção.

6.9. Regime de importação para a UE de produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da PCP (A7-0207/2010, Alain Cadec) (votação)

7. Rectificação (artigo 216.º do Regimento): Ver Acta

PRESIDÊNCIA: L. TÓKÉS

Vice-presidente

8. Declarações de voto

Declarações de voto orais

Relatório: Alexander Alvaro (A7-0224/2010)

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, votei a favor do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados relativos a mensagens de pagamentos e sua

transferência da União Europeia para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo.

Estamos bem cientes da ameaça que o terrorismo representa para a nossa própria segurança, bem como para a dos nossos parceiros do outro lado do Atlântico. Não preciso de vos recordar todo o rol de ataques terroristas que tiveram lugar em solo europeu no decurso da última década. Também é óbvio que os nossos parceiros americanos constituem um aliado estratégico muito importante, não só na área da segurança global, mas também economicamente e ainda noutras áreas.

O empenhamento nesta parceria estratégica foi claramente manifestado pelo senhor Vice-Presidente Joe Biden nesta Casa há apenas alguns meses. Por isso, devemos estar orgulhosos de termos finalmente dado o nosso assentimento ao acordo, que é tão importante para os esforços de detecção das actividades terroristas, em especial porque o novo acordo contém melhorias significativas e porque foram amplamente tidas em conta as clarificações propostas pelo Parlamento Europeu.

Gerard Batten (EFD). - (EN) Senhor Presidente, há muitas razões para votar contra esta resolução, mas são demasiadas para as referir a todas em apenas 60 segundos. Claro que temos de nos opor ao terrorismo, mas isso não pode servir de desculpa aos governos para espiarem os seus cidadãos. A informação confidencial em causa pertence ao cidadão, não à União Europeia, ao Parlamento ou ao próprio Estado-Nação.

Um tal acordo deveria ser concluído entre Estados-Nações soberanos, responsáveis perante os seus próprios povos através do processo democrático. Em qualquer caso, trata-se de um acordo que favorece uma das partes e não temos razões para crer que os Estados-Unidos o honrarão. O acordo viola a legislação do Reino Unido sobre a protecção de dados, que proíbe a partilha de informação sem consentimento com terceiros fora da União Europeia. O Governo britânico dispõe de uma cláusula que lhe permite manter-se fora do acordo e espero que saiba vencer a sua habitual falta de coragem e se oponha e vote contra da mesma forma que eu o fiz.

Filip Kaczmarek (PPE). - (PL) Aprovei o relatório do senhor deputado Alexander Alvaro. Para haver eficácia, temos de dispor de instrumentos exequíveis para combater o terrorismo. Um instrumento preventivo muito importante envolve a monitorização e a redução dos recursos financeiros que os terroristas obtêm e lhes pertencem. Muitas vezes, de facto, o dinheiro é o combustível das actividades terroristas. Se não houver dinheiro, a actividade terrorista é contida e é esse, claro, o objectivo dos nossos esforços. Uma melhor monitorização do fluxo do dinheiro pode representar um obstáculo fundamental à actividade terrorista e à preparação de actos dessa natureza e, por isso, estou muito satisfeito por termos conseguido alcançar um entendimento e adoptado tanto o acordo como o relatório.

Hannu Takkula (ALDE). - (FI) Senhor Presidente, votei a favor deste relatório elaborado pelo senhor deputado Alexander Alvaro. Penso que é muito importante que possamos combater juntos o terrorismo e é muito importante também que as nações que têm os mesmos valores possam colaborar entre si. É muito importante fortalecer as relações transatlânticas entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, cujos valores, como sabemos, são os mesmos.

Obviamente, a legislação sobre a protecção de dados tem de ser respeitada, mas tem de haver um limite: não nos podemos esconder por trás da protecção de dados no caso do terrorismo. Há que ser muito claro sobre isto. Creio e espero que desta forma possamos continuar a luta contra o terrorismo e com isso trazer paz a este mundo.

Daniel Hannan (ECR). - (EN) Senhor Presidente, é sempre difícil conseguir um equilíbrio entre liberdades cívicas e segurança. Desde o ataque às torres gémeas há nove anos que por várias vezes perdemos esse equilíbrio.

O equilíbrio perdeu-se por causa de uma errada equação da política, segundo a qual a acção desenvolvida pelos políticos deve estar em proporção com a medida da ofensa colectiva, mais do que com a necessidade de resolver um problema concreto. Esta Câmara cometeu esse erro, mas não esteve só. Os parlamentos nacionais fizeram o mesmo dos dois lados do Atlântico.

No entanto, neste momento, penso que temos o equilíbrio certo. Não nos apressámos, fizemos as ressalvas sensatas e julgo que estamos a possibilitar às forças de segurança a nível mundial que colaborem eficazmente na luta contra o terrorismo sem termos de suportar um preço inaceitável em termos de liberdades cívicas. É exactamente nesta matéria que a União Europeia se deve concentrar: na questão fronteiriça, que não pode ser deixada aos Estados-Membros. Se tivesse feito isso sempre, os outros não teriam tido tal problema.

Relatório: Elmar Brok (A7-0228/2010)

Joe Higgins (GUE/NGL). – (GA) Senhor Presidente, votei contra o relatório sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa. O Serviço Europeu para a Acção Externa deve ser considerado no contexto da Política Externa e de Segurança Comum e das alterações feitas a esta política comum pelo Tratado de Lisboa.

O Tratado de Lisboa proporciona mais recursos para reforçar a indústria de munições e militar na Europa e, por causa do tratado, será mais fácil para os maiores países europeus que são potências militares prepararem uma missão militar. Não há dúvida que no futuro as potências mais fortes da União quererão participar em campanhas militares fora da Europa quando acharem que isso está de acordo com os seus interesses económicos, exactamente como os Estados Unidos fizeram.

O Serviço Europeu para a Acção Externa será um instrumento de promoção dos interesses económicos, políticos e militares do capitalismo europeu e isso não contribuirá para a paz mundial bem pelo contrário.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, votei a favor do relatório do senhor deputado Elmar Brok. A posição convergente do Parlamento Europeu tirou o máximo partido das novas oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa. Apoiei em especial a supervisão política e financeira do Serviço Europeu para a Acção Externa a cargo do Parlamento Europeu. Estou satisfeito com a concordância da senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança para a criação de uma estrutura tão especial em favor dos direitos humanos e da democracia como a sede do SEAE. Mas, mais importante, continuamos a defender que o SEAE reflecta um equilíbrio geográfico adequado, com um quadro de pessoal que abranja representantes de todos os 27 Estados-Membros. Este processo mal começou. Penso que é importante que a revisão de 2013 cubra igualmente a questão da igualdade de representação.

Alfredo Antonozzi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor deste relatório porque estou convencido que a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) é um passo fundamental, um passo histórico no desenvolvimento e evolução da política externa da União Europeia.

Saúdo em especial o trecho deste relatório em que se sublinha a importância de garantir uma maior coerência política à acção externa da União Europeia como um todo através de consultas entre o SEAE e os serviços diplomáticos dos Estados-Membros. Isso evitaria a duplicação de trabalho ao mesmo tempo que asseguraria uma coerência a longo prazo na promoção dos interesses estratégicos e dos valores fundamentais da União Europeia no exterior.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, votei contra este relatório. Enquanto muitos aqui estão sem dúvida maravilhados com a criação do SEAE por ser mais um marco significativo no caminho da União, o eleitorado do Reino Unido fica mais zangado com a erosão da soberania nacional e está perplexo com a ideia de que a política externa do Reino Unido se deva – ou possa – tornar subserviente de alguém que não foi eleito pelo povo britânico.

O nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros assegura agora que trabalhará de perto com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança porque o SEAE irá ter uma grande importância no sucesso futuro do papel global da Europa. A ironia para os contribuintes do Reino Unido reside no facto de o mesmo governo que pediu aos departamentos que mostrassem os efeitos de um corte de 40% na sua despesa aprovar um serviço cujo custo orça em 900 milhões de euros e que não faz falta aos contribuintes britânicos nem eles querem. Aqueles de nós que se opuseram à criação do SEAE por uma questão de princípio em 2008 mantêm a sua oposição.

Eija-Riitta Korhola (PPE). – (FI) Senhor Presidente, na votação sobre a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa apoiei as alterações que versam sobre a inclusão dos parlamentos nacionais como órgãos de supervisão do Serviço. Por outras palavras, votei em conformidade com a posição do meu grupo na matéria. A necessidade é óbvia: é tempo de a União Europeia ser mais claramente reconhecida não só como um contribuinte global, mas também como um actor global. A mudança é necessária, como o mostrou o nosso papel de maior financiador da ONU, o que não tem sido suficientemente reconhecido.

Além disso, espero que a alteração deste papel também se reflecta na estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É de esperar que organizações internacionais como esta sejam capazes de rever os seus conceitos no que respeita às actuais estruturas globais.

Inese Vaidere (PPE). – (LV) Senhor Presidente, obrigada. O Serviço Europeu para a Acção Externa permite que a política externa da União Europeia se torne mais eficaz, mais unificada e mais coerente estrategicamente.

É a altura oportuna para provarmos que podemos trabalhar de forma coordenada e que a nossa influência no mundo não diminuiu. O Serviço Europeu para a Acção Externa representará a posição comum de toda a União Europeia. No entanto, sem ter em conta e harmonizar os interesses e as questões sensíveis dos vários Estados-Membros, o Serviço não poderá funcionar eficazmente. Esta prática deve tornar-se a prioridade da política externa da União Europeia. Uma representatividade geográfica adequada deve constituir um princípio fundamental claro na formação do Serviço. Logo desde o início da sua actividade, temos de assegurar a representatividade profissional e também proporcional dos corpos diplomáticos dos Estados-Membros neste serviço. O compromisso que foi introduzido – representatividade significativa – deposita uma responsabilidade especial na fundação deste serviço, a fim de que todos os Estados-Membros estejam na verdade adequadamente representados no serviço acabado de instituir, e estou grata ao senhor deputado Elmar Brok pelo seu esplêndido trabalho neste relatório. Obrigada.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, tomámos hoje uma decisão que acelerará a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Gostaria de chamar a atenção para alguns problemas importantes que devemos tomar em consideração.

Em primeiro lugar, a política externa exige a sua coordenação com muitas outras áreas e é difícil separá-la do trabalho na área, por exemplo, da política de desenvolvimento, da política comercial, do funcionamento das instituições financeiras globais ou dos assuntos económicos num mundo globalizado. Em segundo lugar, o serviço diplomático da União Europeia deve reflectir a natureza da União. Ao Parlamento Europeu pertence a responsabilidade pelas importantes funções legislativa, de supervisão e orçamental. Em terceiro lugar, a situação confusa no que respeita a quem tem o poder de controlo do SEAE causa grande preocupação. Isso pode levar ao estabelecimento de outra instituição da União Europeia. Em quarto lugar, há uma falta de clareza na definição de competências no domínio das formas de cooperação com os serviços diplomáticos dos Estados-Membros. Em quinto e último lugar, convém lembrar que a boa diplomacia se constrói ao longo de muitos anos. O SEAE deve assentar nos valores e na identidade da União Europeia.

Por último, gostaria de dizer que a nível mundial a União deveria estar melhor preparada no que respeita à gestão de crises e às capacidades civis e militares na área...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, votei favoravelmente o relatório sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa porque sei que resulta do Tratado de Lisboa, o Tratado Reformador. Apesar disso, tenho algumas questões e preocupações no que respeita a este novo serviço. Voltando aos primeiros dias, quando tudo começou a ser preparado, dizia-se que o Serviço seria de custo zero. No entanto, agora, todos sabemos que vai custar caro aos contribuintes europeus.

Obviamente, a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança precisa de recursos. No entanto, no momento em que estamos a criar novas instituições, novos sistemas, é sempre melhor esclarecer desde o início o que está em causa para evitar a impressão de que se avança com base em algo que pode ser considerado um conjunto de mentiras piedosas.

O que me preocupa no meio de tudo isto é que os maiores Estados-Membros terão uma palavra com ainda mais peso em matéria de negócios estrangeiros em consequência deste serviço. Por isso espero que quando se escolherem as pessoas para os vários cargos do Serviço o conjunto da Europa possa estar equilibradamente representado e que os parlamentos nacionais da Europa também possam ter um papel a desempenhar na matéria. Deste modo, poder-se-á garantir um funcionamento equitativo do Serviço.

David Martin (S&D). - (EN) Senhor Presidente, saúdo a votação sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa, mas, agora que procedemos a esta votação, penso que é importante passar da fase do procedimento e das estruturas para a fase do trabalho do Serviço. É importante que a senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, agora que tem uma equipa, ponha em acção os valores essenciais da Europa.

A sua principal preocupação terão de ser os direitos humanos. Em particular, ela prometeu que em cada representação no exterior haveria um encarregado para os direitos humanos. Ela tem de cumprir essa promessa, mas também terá de haver uma estrutura para esse funcionário comunicar com o centro de forma a assegurar alguma uniformidade na forma como a União Europeia trata os direitos humanos.

No momento actual, conduzimos um diálogo sobre os direitos humanos desprovido de qualquer sentido com muitos países, incluindo a China. O Serviço Europeu para a Acção Externa, se quer justificar o dinheiro

e o esforço nele investidos, tem de começar a fazer valer os valores europeus e os direitos humanos em particular.

Daniel Hannan (ECR). - (EN) Senhor Presidente, há alguma coisa de singular, de quase tocante, nestes debates sobre a criação de um Serviço Europeu para a Acção Externa, como se a União Europeia não dispusesse já do aparelho completo de um serviço diplomático. Basta ir a qualquer país terceiro e verificar que a embaixada da União Europeia sobressai de entre todas as legações dos Estados-Membros. O corpo diplomático da União Europeia já comprimiu os serviços nacionais. A senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, recebe cerca do dobro do salário de William Hague, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, e dispõe de um orçamento cerca de 20 vezes maior que o do ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Britânica.

De certo modo, isso não seria completamente negativo se a política externa comum da União Europeia fosse provavelmente superior à que é levada a cabo pelos Estados-Membros, mas não é isso que acontece. Como está a proceder? Isolando Taiwan e sendo cúmplice dos tiranos em Pequim, recusando falar com os dissidentes anti-Castro em Cuba, sendo cúmplice dos aiatolas em Teerão e canalizando dinheiro para o Hamas. Penso que poderíamos apenas tentar fazer melhor. Somos a quarta maior potência militar do planeta e a quinta maior na economia. Penso que podemos orientar a nossa política externa no sentido da defesa dos nossos próprios interesses!

Ingeborg Gräßle (PPE). - (DE) Senhor Presidente, votei contra o relatório do senhor deputado Elmar Brok por quatro razões. A arquitectura do Serviço tem numerosas fraquezas, que nos seus detalhes nos causam grande preocupação.

O segundo ponto é que o embaixador da União Europeia administrará os fundos da Comissão no futuro. Isso expõe estes fundos a inúmeros riscos e os meios de protecção contra esses riscos permanecem muito pouco claros.

O terceiro ponto é o abandono dos direitos deste Parlamento num regulamento do Conselho. Somos de facto co-legisladores no processo de co-decisão e, no entanto, permitimos que o regulamento do Conselho se adiantasse aos nossos direitos parlamentares. Por isso, no que respeita ao meu dossier – o Regulamento Financeiro –, gostaria de dizer que não me sinto vinculado pelas decisões de hoje.

O quarto ponto é o de como de facto nos tratamos uns aos outros no Parlamento. Na última legislatura parlamentar, aprovámos uma reforma parlamentar, bem como procedimentos que agora atropelámos, designadamente com o acordo da Mesa e do Presidente. Para quê realizar uma reforma parlamentar que determina certos procedimentos se, quando importava aplicá-los, os violamos e não os seguimos?

Por estas razões, não posso votar a favor deste relatório.

Proposta de resolução: Kosovo (B7-0409/2010)

Cristian Dan Preda (PPE). - (RO) Votei em sentido diverso do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) no que respeita à proposta de resolução sobre o processo de integração europeia do Kosovo. Infelizmente, não tive outra opção senão votar contra este texto.

Há algumas questões essenciais nesta resolução com as quais concordo e que penso que todos podemos apoiar. Os habitantes do Kosovo têm o direito a uma democracia viável, com um sistema judicial justo e imparcial e uma sociedade isenta de corrupção e onde os direitos humanos e os direitos das minorias em particular sejam respeitados. Em síntese, gostaria que a estabilidade duradoura e o desenvolvimento económico da província do Kosovo fizessem parte dos projectos europeus para os Balcãs Ocidentais.

No entanto, o meu país não reconheceu a independência do Kosovo. Nesta perspectiva, considero inaceitáveis as inúmeras referências feitas neste texto aos traços característicos de um Estado, tais como país, governo, cidadãos, fronteiras, etc.

Lamento que a posição dos Estados que não reconhecem a independência do Kosovo não seja digna de mais respeito.

María Muñiz De Urquiza (S&D). - (ES) Senhor Presidente, como referimos noutras ocasiões, nenhum voto da responsabilidade da delegação socialista espanhola pode ser interpretado como aceitação do reconhecimento internacional, implícito ou explícito, da declaração unilateral de independência do Kosovo.

Do mesmo modo, com o nosso voto contra gostaríamos de manifestar a nossa oposição ao pedido do Parlamento para que os Estados-Membros da União Europeia concedam o reconhecimento internacional a um território cuja secessão não é apoiada por qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nem por um acordo entre as partes. Declaramos que o direito internacional aplicável é o que resulta dos termos da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No entanto, não questionamos a existência de uma perspectiva europeia para os Balcãs e seus habitantes e pensamos que o diálogo inter-regional, tal como foi promovido pela presidência espanhola do Conselho na Conferência de Alto Nível realizada em Sarajevo em 2 de Junho último, pode ser um caminho eficaz nesse sentido.

Laima Liucija Andrikienė (PPE). - (EN) Senhor Presidente, votei a favor desta resolução. Gostaria de enaltecer o facto de o Parlamento Europeu participar com a Comissão e o Conselho na discussão da questão muito importante do futuro do Kosovo.

O Kosovo pode ser considerado a última peça do complexo puzzle político dos Balcãs. Por isso, é crucial que coloquemos a peça no seu exacto lugar e administremos o processo de uma forma harmoniosa e pacífica. A independência do Kosovo já foi reconhecida por 69 países, designadamente 22 Estados-Membros da União Europeia. É importante notar que a perspectiva de integração na União Europeia funciona como o maior incentivo para os países balcânicos empreenderem as reformas necessárias e também como factor de estabilidade na região.

O Kosovo não é uma excepção. Por isso, se queremos fixar o Kosovo na Europa e garantir a estabilidade regional nos Balcãs, é crucial que nos apresentemos com uma abordagem comum para toda a região e para o Kosovo em particular.

Bernd Posselt (PPE). - (DE) Senhor Presidente, como relator do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) gostaria de agradecer à senhora deputada Ulrike Lunacek pela sua excelente colaboração. O texto que aprovámos hoje é muito melhor do que o que nos chegou da comissão, porque ficou claro no texto que a divisão do Kosovo não é opção que se coloque. Este ponto é crucial. Pedimos – tal como já constava do projecto elaborado pela comissão – que os cinco Estados-Membros que ainda não reconheceram a independência do Kosovo o fizessem. É o que há de lógico a fazer, porque já em 2005 e em 2007 o Parlamento Europeu apelou ao reconhecimento do Kosovo por uma maioria de três quartos. Muitos Estados-Membros fizeram-no agora.

É, pois, necessário que a situação se clarifique, porque é preciso fazer notar que não haverá novas negociações sobre o estatuto do Kosovo. O senhor deputado Antonio Panzeri, por quem tenho a maior consideração, foi hoje citado nos meios de comunicação como tendo afirmado que é a favor da renovação das negociações sobre o estatuto do Kosovo. Seria altamente perigoso e, portanto, é essencial que se imponha aqui a clareza e que este relatório reforce a indivisibilidade e o reconhecimento do Kosovo, bem como a participação do Kosovo no processo de análise ou, por outras palavras, na estratégia de pré-adesão.

Daniel Hannan (ECR). - (EN) Senhor Presidente, desde os primórdios dos tratados de Paris e de Roma, o projecto europeu elevou o objectivo do supranacionalismo acima do da liberdade e da democracia e, na verdade, está a exportar a sua ideologia. Estamos de facto a manter um protectorado no Kosovo, tal como fazemos na Bósnia, com o único objectivo de manter artificialmente a integridade de um Estado multi-étnico.

Fui dos primeiros defensores da independência do Kosovo. Parecia-me muito claro que, se mais de 90% da população votou em referendo pelo auto-governo, este deveria ser-lhes reconhecido. Mas deveríamos seguramente estender esse princípio às minorias nacionais no interior do território reconhecendo fronteiras étnicas – por outras palavras, permitindo à população sérvia, comodamente agrupada nas imediações da própria Sérvia, que faça de direito aquilo que já está a fazer de facto e seja governada pelos seus próprios cidadãos.

Há um conflito entre supranacionalismo e democracia. Podemos forçar a integridade de um Estado multi-étnico – como a Federação Jugoslava o era e também o Império Otomano, o Império dos Habsburgos e a União Soviética –, mas logo que deixamos as pessoas exprimirem-se pelo voto elas optam pela auto-determinação democrática. Deveríamos reconhecer essa realidade.

Proposta de resolução: Albânia (B7-0408/2010)

Laima Liucija Andrikiienė (PPE).– (EN) Senhor Presidente, também votei a favor desta resolução porque penso que deveríamos reiterar mais uma vez o nosso apoio às aspirações de integração europeia dos países da região balcânica no quadro do processo de estabilização e associação.

A Albânia é certamente um país que fez progressos palpáveis no âmbito do processo de reforma. No entanto, é também um país que precisa de fazer mais para se aproximar mais das normas da União Europeia e dos critérios de adesão. É necessário um maior esforço para consolidar a democracia e o primado do Estado de Direito e assegurar o desenvolvimento sustentável do país. Deplora-se a crise política que se seguiu às eleições legislativas de Junho de 2009. Temos de tornar claro aos nossos parceiros albaneses que o funcionamento pleno das instituições representativas – e o parlamento é a mais importante delas – é a espinha dorsal de um sistema democrático consolidado e talvez o mais importante critério político para a integração na União Europeia.

Bernd Posselt (PPE).– (DE) Senhor Presidente, os socialistas ex-comunistas da Albânia estão a tentar comprometer o êxito do governo local. Isto é algo que rejeitamos, mas, infelizmente, é exactamente o mesmo que se passa no presente momento na Macedónia. Há dois dias, o líder socialista da oposição no país, Branko Crvenkovski, esteve aqui no nosso Parlamento. Manteve conversações confidenciais com o senhor Comissário Štefan Füle e mais tarde – o que viola todas as regras da União Europeia – foi emitido um comunicado de imprensa sobre estas conversas de foro interno pretendendo que o Comissário teria reconhecido ao líder da oposição albanesa o direito a prosseguir as suas polémicas políticas internas. Não era esse o caso e também o disse ontem ao senhor Comissário Štefan Füle. Um Comissário da União Europeia não pode ser instrumentalizado para fins de propaganda socialista e para fins políticos internos.

O Governo macedónio tem legitimidade democrática. Faz um trabalho de primeira classe e está a colocar o país na rota da integração na União Europeia. A oposição tem o direito de se opor, mas não tem o direito de instrumentalizar a União Europeia para esse objectivo.

Proposta de resolução: Situação no Quirguizistão (B7-0419/2010)

Laima Liucija Andrikiienė (PPE).– (EN) Senhor Presidente, votei a favor da resolução porque gostaria de me juntar aos meus colegas na condenação da violência que se desencadeou no Quirguizistão no mês passado.

É deplorável que centenas de quirguizes armados tenham tumultuado as ruas das cidades, disparando sobre civis e incendiando lojas, escolhendo os seus alvos puramente com base na origem étnica. Gostaria de manifestar as minhas condolências às famílias das cerca de 300 vítimas mortais e às 2 000 pessoas feridas ou hospitalizadas. É importante que a União Europeia mantenha a sua pressão sobre as autoridades quirguizes para estas procederem a uma investigação credível, imparcial e independente sobre os actos de violência.

Inese Vaidere (PPE).– (LV) Em consequência da agressão étnica em Junho último no Sul do Quirguizistão, centenas de pessoas perderam a vida, milhares ficaram feridas e dezenas de milhares foram obrigadas a fugir de suas casas. Isto prova a necessidade de a União Europeia se tornar mais activamente empenhada na resolução destes processos na Ásia Central. A ajuda ao Quirguizistão deveria ser endereçada às pessoas e não a um governo específico. Na recente reunião da delegação da Ásia Central em 22 de Junho último, o senhor embaixador do Quirguizistão, Azilov, insistiu em que a violência não era um acto de limpeza étnica e que os meios de comunicação estrangeiros não estavam a apresentar uma avaliação objectiva da situação. O Uzbequistão tem uma opinião diferente nesta matéria. Como o relatório aponta, alguns activistas dos direitos humanos foram detidos sem motivo legítimo no Quirguizistão. Estes factos devem ser considerados no momento da avaliação da estratégia da União Europeia relativamente ao poder político actual no Quirguizistão. Devem também ser mantidas conversações paralelas com outros Estados da região, em especial Rússia e China, vizinhos do Quirguizistão. Esses países também têm uma importante influência nesta região. O relatório apela ao Governo do Quirguizistão para que realize uma investigação credível e responsável sobre o conflito, com a possível presença de observadores estrangeiros. É por isso que apoio este relatório, porque esta investigação é extremamente necessária. Obrigada.

Proposta de resolução: O VIH/SIDA tendo em vista a XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA (Viena, 18-23 de Julho de 2010) (RC-B7-0412/2010)

Anna Záborská (PPE).– (SK) Após quase trinta anos de política activa da União Europeia, em especial nos Estados africanos, o relatório hoje votado fala de um crescimento no número de pessoas infectadas com

VIH/SIDA. Afirma que só em 2008 se registaram 2,7 milhões de novos casos de infecção. A União Europeia investiu milhares de milhões de euros e o número de pessoas infectadas está a aumentar.

Gostaria de perguntar se há razão para considerar que estejamos porventura a fazer algo de errado. Já passaram realmente 30 anos? Parece que a distribuição de preservativos não ajuda a combater a propagação do VIH/SIDA tanto como a fidelidade entre os parceiros.

Nem o direito ao aborto é solução, porque os médicos já podem garantir que uma mulher contaminada com o vírus VIH possa dar à luz um filho saudável. Os nossos amigos africanos dizem-nos muitas vezes: “Não bastava sermos pobres e vocês ainda querem que passemos a ser em menor número.”

Uma política de direitos sexuais e reprodutivos não ajudará África. Por isso, gostaria de pedir à Comissão Europeia que avaliasse a eficácia do dinheiro gasto na luta contra o VIH/SIDA.

Proposta de resolução: Entrada em vigor, em 1 de Agosto de 2010, da Convenção sobre as Munições de Fragmentação e o papel da UE (RC-B7-0413/2010)

Cristian Dan Preda (PPE).— (RO) Preferi abster-me na votação desta proposta de resolução porque o prazo previsto no n.º 2 do seu texto, que também refere a Roménia, pode ser demasiado limitativo no contexto das negociações que decorrem em Genebra sobre a convenção que visa proibir certos tipos de armas convencionais.

Penso que o mecanismo das Nações Unidas fornece um adequado quadro multilateral para examinar e negociar um instrumento jurídico internacional que estabelecerá o regime das munições de fragmentação, numa altura em que 110 países participam em negociações.

Relatório: George Lyon (A7-0204/2010)

Peter Jahr (PPE).— (DE) Senhor Presidente, a Política Agrícola Comum é uma história de sucesso. Agradou-me por isso ver o amplo apoio recebido no Parlamento, porque já conseguimos um grande acordo: primeiro, uma oferta estável de alimentos para a população, segundo, a manutenção e preservação da paisagem cultural e, terceiro, a renovação de recursos importantes e a protecção do ambiente e da flora e da fauna.

Claro, há tarefas novas e futuras. Estas incluem o crescimento verde, as energias renováveis e a luta contra a fome no mundo. Com a Política Agrícola Comum, estamos até certo ponto a criar uma fonte de empregos em toda a União Europeia que é independente da dimensão ou forma do empreendimento. O relatório do senhor deputado George Lyon define extremamente bem estas tarefas da Política Agrícola Comum europeia e reconhece explicitamente a estrutura de dois pilares da mesma política. Temos agora de trabalhar em conjunto para fornecer os recursos financeiros adequados para estas tarefas políticas.

Alfredo Antonozzi (PPE).— (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado George Lyon porque concordo com o relator quanto à necessidade de dispor de uma Política Agrícola Comum que, em primeiro lugar, prossiga o amplo processo de reforma que teve lugar nos últimos anos e, em segundo lugar, possa oferecer soluções concretas e inovadoras aos inúmeros desafios que têm de ser enfrentados nos próximos anos.

Penso, de facto, que os cinco elementos fundamentais descritos no relatório – a saber, a segurança alimentar, a sustentabilidade, a agricultura em toda a Europa, a preservação da biodiversidade e a protecção do ambiente e, por último, o crescimento verde – são um excelente ponto de partida para garantir uma futura Política Agrícola Comum que tome em consideração o contínuo e rápido desenvolvimento não apenas na Europa mas também, e mais especificamente, a nível mundial.

Christa Klauß (PPE).— (DE) Senhor Presidente, com o relatório do senhor deputado George Lyon sobre o futuro da Política Agrícola Comum europeia após 2013 possibilitámos a formação de uma opinião clara e proporcionámos à Comissão referências claras e exequíveis.

Votei a favor do relatório e apraz-me que este tenha obtido um amplo apoio aqui nesta Casa. Com exigências crescentes de um ambiente saudável, de alimentos saudáveis e de previsibilidade e sustentabilidade na produção agrícola, a União Europeia deve também estar preparada para subsidiar e apoiar estas áreas essenciais.

A Europa tem o dever de garantir a segurança alimentar dos seus cidadãos. Como área dotada de um clima naturalmente favorável, a Europa tem também a responsabilidade de garantir que as pessoas em todo o mundo sejam abastecidas com alimentos. No entanto, procedendo desta forma, a União Europeia tem de

trabalhar melhor e de um modo mais coerente com o resto do mundo. A Europa deve garantir um meio de vida satisfatório às comunidades rurais. Há uma coisa que devemos ter presente: se necessário, também poderemos importar alimentos, mas de uma forma que satisfaça as nossas condições. Temos de produzir e de manter um ambiente saudável aqui. Os nossos agricultores precisam de ter um salário justo.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Apoiei este relatório. No entanto, gostaria de dizer que defendo que se mantenha uma intervenção parcial nos mercados agrícolas em situações difíceis. Isto não é incoerente com os princípios do mercado livre.

Temos de dar mais atenção ao desenvolvimento das áreas rurais, à ampliação da infra-estrutura, aos temas educacionais e à situação demográfica. O número de jovens agricultores continua a diminuir, enquanto o número de agricultores mais velhos aumenta. As condições e nível de vida nas explorações agrícolas e nas áreas rurais são consideravelmente mais baixos – muito mais baixos e muito piores – do que nas áreas urbanas. Além disso, os rendimentos das famílias que vivem da agricultura correspondem a cerca de 60% dos das famílias que vivem de outros meios. Os agricultores protestaram contra isto.

Em resumo, deveríamos ter como objectivo o desenvolvimento sustentável da agricultura e das áreas rurais.

Inese Vaidere (PPE). – (LV) Senhor Presidente, obrigada. Apoio esta resolução porque realça algumas pré-condições para o futuro da Política Agrícola Comum que merecem apoio. Sublinha que o financiamento da política deve ser mantido durante pelo menos o próximo período financeiro de longo prazo. Em segundo lugar, exige que os pagamentos directos aos agricultores sejam totalmente financiados a partir do orçamento da União Europeia. Em terceiro lugar, menciona a defesa da concorrência leal, que é o aspecto mais significativo que falta à Política Agrícola Comum actual. Apesar de o meu país, a Letónia, ser um Estado-Membro da União Europeia desde há bastante tempo, os nossos agricultores recebem cerca de 90 euros por hectare em subsídios enquanto os agricultores gregos recebem cerca de 550 euros e os alemães e franceses acima de 300 euros por hectare. Estas discrepâncias destrutivas distorcem a concorrência e o mercado da União Europeia no seu conjunto. Além disso, aumentam o fosso entre os novos e os antigos Estados-Membros, ignoram os princípios da coesão, atrasam a sua aplicação e impedem o desenvolvimento económico dos países. A nova política deve ser construída de forma justa e equitativa para eliminar discrepâncias destrutivas e garantir a concorrência leal em toda a União Europeia.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, tenho a dizer que votei a favor do relatório do senhor deputado George Lyon. Nalguns pontos, eu tinha o que posso chamar reservas nacionais ou votei de uma forma ligeiramente diferente. Temos de perceber que, apesar de esta proposta do senhor deputado George Lyon ser excelente e exaustiva para a agricultura e a sua reforma na União Europeia, a Política Agrícola Comum não está totalmente adaptada a todas as situações em todos os aspectos – falo como cidadão de um pequeno país, a Finlândia, onde as condições de trabalho na agricultura são muito diferentes das dos grandes Estados-Membros como a França e a Alemanha. Por isso, aditei algumas derrogações ao meu voto.

Espero que no futuro o Parlamento Europeu e a União possam também prestar maior atenção à agricultura de pequena escala, aos países pequenos e à agricultura neles praticada, porque a agricultura constitui, de certo modo, uma política nacional de seguro de vida. Cada Estado-Membro tem necessidade da sua própria agricultura e tem de garantir que a mesma é preservada.

David Martin (S&D). – (EN) Senhor Presidente, votei contra o relatório do senhor deputado George Lyon porque todos os governos europeus estão a reduzir os seus orçamentos. No Reino Unido, os enfermeiros e os professores sofrem cortes salariais e nas pensões. Os efectivos das forças policiais estão a ser reduzidos e os reclusos estão a ser libertados porque mantê-los presos sai-nos muito caro. No entanto, aqui no Parlamento Europeu os representantes dos partidos Conservador e Liberal, que integram o Governo do Reino Unido, sentem-se no direito de votar para conter os gastos com a agricultura até 2013 e, para além de 2013, dentro dos níveis de 2013.

Acho isso absolutamente inaceitável. Acho mal que a comunidade agrícola deva sofrer apertos de uma forma que nenhum outro segmento da sociedade sofre. Se é justo que os funcionários públicos sofram reduções nos seus rendimentos, também é justo que os outros membros da nossa sociedade enfrentem os mesmos cortes. O Governo do Reino Unido e os outros governos europeus dizem que deve haver solidariedade. Mas para haver solidariedade, então todos deveríamos sentir a mesma dor.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, penso que se pode perceber a razão por que, quando os líderes políticos da Europa olharam para os seus países devastados pela guerra no fim da II Guerra Mundial, queriam promover a ideia de segurança alimentar e a Política Agrícola Comum.

No entanto, se olharmos para a política 60 anos depois, podemos ver o custo que ela tem para os cidadãos da União Europeia. Vemos que os cidadãos pagam por ela três vezes: uma vez em impostos para pagar a burocracia, uma vez em impostos para pagar os subsídios e por último os preços mais elevados que têm de pagar nas lojas. Seguramente, mais do que falar na reforma da Política Agrícola Comum, deveríamos procurar abolir-la. Deitar fora a PAC permitiria que os agricultores eficientes prosperassem. Permitiria aos contribuintes conservarem mais dinheiro e aplicá-lo de uma maneira mais útil, permitindo ainda preços mais baixos aos consumidores.

A reforma não é suficiente – é altura de acabar com a PAC.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE).– (FI) Senhor Presidente, votei a favor do relatório do senhor deputado George Lyon. É equilibrado e garante e assegura que em toda a Europa as pessoas podem trabalhar na agricultura e produzir géneros alimentícios, permitindo desta forma o abastecimento alimentar aos seus cidadãos.

Houve alguns pontos em que votei de forma diferente do meu grupo, porque penso que em certas situações são necessárias a regulação do mercado e a intervenção no mercado. São necessárias para garantir o abastecimento alimentar e o desenvolvimento sustentável.

Relatório: Alain Cadec (A7-0207/2010)

Peter Jahr (PPE).– (DE) Senhor Presidente, votei a favor do relatório e houve dois aspectos que foram de particular importância para mim. O primeiro é de natureza ambiental, social e qualitativa. A este respeito, é importante que os produtos importados satisfaçam os mesmos requisitos que os produtos produzidos na União Europeia, de outro modo para que serve gerirmos as nossas populações de peixes de forma sustentável enquanto outros parceiros comerciais quase exterminam as unidades populacionais existentes nos oceanos?

O segundo aspecto é de natureza económica. Se a taxa de auto-suficiência da União Europeia é de apenas 40% e se as populações de peixes nos mercados globais estão em risco, então parece claro que aqui também existe uma excelente oportunidade para a aquicultura. Temos de desenvolver este sector económico, dar-lhe apoio científico e, acima de tudo, estruturá-lo de forma sustentável, porque também há empregos na aquicultura, bem como, em última análise, valor acrescentado para a nossa União Europeia.

Inese Vaidere (PPE).– (LV) Obrigada. Este relatório realça que a viabilidade ecológica e económica do sector das pescas da União Europeia deve ser conservada, designadamente a pesca não industrial de volume constante nas águas costeiras e de um tipo que ajudaria a preservar a identidade cultural da região em causa e a garantir os postos de trabalho em todas as fases de produção e o abastecimento de produtos seguros e de alta qualidade. Infelizmente, a realidade é que os pescadores letões recebem quotas tão escassas e tão escasso apoio da União Europeia que é mais económico para nós abater as embarcações e parar de pescar. É uma situação verdadeiramente trágica, que implica a destruição de um sector tradicional da economia num país com uma linha costeira de 550 km. Com uma política da União Europeia que privilegia os produtores industriais com práticas de pesca frequentemente nocivas para o ambiente, sai lesada a pesca de pequena escala no seu conjunto. Por esta razão, apoiei este relatório, que apela à mudança da situação actual.

Seán Kelly (PPE).– (GA) Senhor Presidente, votei a favor deste excelente relatório do senhor deputado Alain Cadec e estive presente no debate que teve lugar esta manhã no Parlamento, mas não houve tempo para o procedimento de braço no ar e, por isso, aproveito esta oportunidade para dizer algumas palavras.

Em primeiro lugar, a primeira obrigação da União Europeia é cuidar dos seus próprios cidadãos, em especial no que respeita à indústria da pesca, porque trabalharam neste sector durante anos e os seus antepassados durante centenas e milhares de anos e devem ser protegidos.

Em segundo lugar, os produtos que entram na União Europeia devem estar sujeitos aos mesmos requisitos ou até mais exigentes que os produtos com origem no interior da União.

E, finalmente, devemos fazer mais para fomentar a aquicultura. Isso ajudaria bastante a resolver este problema.

Syed Kamall (ECR).– (EN) Senhor Presidente, gostaria de lhe agradecer a si e a todos os seus funcionários por toda a vossa paciência. Devo dizer que quando me deparei pela primeira vez com a ideia da PCP pensava que a letra C da sigla significava comunista e não comum na designação Política Comum das Pescas. Aqui realmente vemos a ideia de planeamento central, em que os planeadores centrais decidem a quantidade de peixe que os pescadores de cada nação podem pescar e, tal como o comunismo, tem sido um desastre. Conduziu a um esgotamento das reservas de peixe e cada vez mais pescadores se queixam da escassez das quotas que lhes foram atribuídas.

Seguramente é altura de aprender as lições sobre a preservação e conservação de peixe bem sucedidas. Olhemos para os sistemas baseados nos direitos de propriedade na Islândia e na Nova Zelândia, em que, tal como o anterior orador assinalou, as comunidades costeiras são objecto de cuidados, porque puderam adquirir os seus direitos de forma perpétua, que podem revender, comercializar ou deixar às gerações vindouras. Seguramente, é esta a melhor resposta porque tem sido um sucesso e permitiu a conservação do peixe, mais do que o sistema da Política Comum das Pescas, que tem constituído um falhanço dramático na Europa.

Declarações de voto escritas

Relatório: Alexander Alvaro (A7-0224/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votámos contra este vergonhoso acordo de terror que permite o fornecimento de dados pessoais sobre cada cidadão da União Europeia aos serviços secretos dos Estados Unidos no quadro da chamada “colaboração anti-terrorista”. Os representantes do capital no Parlamento Europeu que votaram o “acordo SWIFT” desconhecem o seu conteúdo, porque apenas deputados ao Parlamento Europeu “dignos de confiança” puderam ler o texto “confidencial”, embora o Parlamento Europeu o tenha rejeitado por duas vezes nos últimos seis meses. Foram persuadidos de que os EUA tinham garantido que “os serviços secretos assegurariam a protecção dos dados pessoais”.

A aprovação do “acordo de terror” confirma que o Parlamento Europeu supostamente de forma democrática legitima estas políticas profundamente reacionárias, anti-classes populares e euro-unificadoras. Além disso, assume um papel decisivo na institucionalização do quadro legislativo do terrorismo e da repressão de Estado que estrangula os direitos democráticos e as liberdades das classes populares. Nenhum “acordo de terror” respeita as liberdades das classes populares. Estas medidas têm como alvo a luta e a resistência dos povos, a sua vanguarda, o movimento comunista, e os poderes radicais que recusam curvar-se à barbárie do sistema capitalista explorador. Quanto mais o capital e a sua face política intensificam as medidas de repressão e tentam estrangular os direitos dos trabalhadores e consolidar e salvaguardar o seu domínio, maiores serão a resistência, a desobediência e a inevitável luta para derrubar o poder dos monopólios e as suas organizações reacionárias.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Em Fevereiro de 2010, o Parlamento Europeu recusou assinar um acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre a transferência de dados financeiros e solicitou o reinício das negociações. Hoje, os termos deste acordo foram consideravelmente melhorados, no interesse dos cidadãos europeus. Por isso, desta vez votei a favor do acordo, em particular porque prevê a criação a longo prazo de um sistema de extracção de dados inteiramente europeu. Este acordo é, pois, uma solução provisória, habilitando a União Europeia e os Estados Unidos para o combate ao terrorismo, mas não pode ser considerado definitivo.

Jean-Luc Bennahmias (ALDE), *por escrito*. – (FR) Decidi abster-me na votação do acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos sobre a transferência de dados bancários via SWIFT com a finalidade de combate ao terrorismo. O acordo representa um importante progresso em comparação com a versão anterior. Depois de fazer ouvir a sua voz, o Parlamento Europeu conseguiu obter certas garantias que reforçam a protecção dos dados e os direitos das pessoas envolvidas.

Apesar disso, na minha opinião, é inadequada a escolha da Europol como autoridade responsável pela transmissão dos dados. A Europol não é uma autoridade independente, mas sim uma organização policial que duvido que esteja em posição de avaliar imparcialmente a legalidade dos pedidos de transferência apresentados pelas autoridades dos Estados Unidos. Dada a natureza extremamente sensível dos dados pessoais a transferir, não pude votar este acordo favoravelmente.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) É um facto que, a seguir ao 11 de Setembro de 2001, nenhum ser humano toma como garantidas a sua segurança e a sua integridade física. A dificuldade de tomar qualquer medida para restaurar a confiança entre os europeus é pois a protecção da informação pessoal: é crucial garantir que essa informação se mantenha privada, mas o seu tratamento - especialmente no caso da informação financeira - é um meio decisivo para enfrentar o terrorismo internacional. Por isso, votei a favor do relatório do senhor deputado Alexander Alvaro sobre o acordo que define as condições dentro das quais o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos pode, a partir de 1 de Agosto, ter acesso aos dados financeiros de cerca de 8 000 instituições e bancos de 200 países, geridos pela Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT). Tendo em conta as garantias necessárias como a possibilidade de os cidadãos europeus apresentarem um recurso administrativo e receberem o mesmo tratamento que os cidadãos

dos Estados Unidos e a redução do período de retenção dos dados, a cooperação entre a Europa e os Estados Unidos constitui, neste caso, uma contribuição adequada para fazer face aos efeitos negativos da globalização.

Emine Bozkurt (S&D), *por escrito*. – (NL) A delegação do PvdA (Partido Trabalhista holandês) junto do Parlamento Europeu aprova este acordo na esperança de que no futuro próximo possamos ver o fim da transferência massiva de dados relativos aos cidadãos europeus. O acordo dispõe que a Europa desenvolverá o seu próprio sistema de recolha e triagem de informação bancária. Isso permitirá individualizar as transferências. Mantendo os dados sob a nossa própria supervisão, estaremos em melhores condições para proteger os direitos dos nossos cidadãos. A Comissão Europeia apresentará uma proposta com essa finalidade no prazo de um ano e deveremos estar em condições de pôr em prática esse nosso próprio sistema no prazo de três anos. A partir desse momento, a questão da reciprocidade tornar-se-á relevante. Os nossos supervisores europeus em território dos Estados Unidos estarão incumbidos do controlo diário da informação relativa a qualquer banco europeu. A Europol será responsável pela tarefa de examinar e aprovar os pedidos dos Estados Unidos. Por pressão do Parlamento Europeu, o acordo estabelecido será submetido à nossa revisão. Nem todas as nossas pretensões foram aceites, mas aquilo que conseguimos é uma garantia de que os Estados Unidos não se poderão imiscuir sem mais nos nossos dados. O novo acordo representa um equilíbrio entre a protecção da privacidade e a garantia da segurança. Entretanto, a luta contra o terrorismo continuará a ser a nossa preocupação prioritária.

Françoise Castex (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do senhor deputado Alexander Alvaro sobre o novo acordo SWIFT, que descreve as condições de transferência de certos dados bancários armazenados pela sociedade SWIFT no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos no âmbito da luta contra o terrorismo. No uso das novas competências conferidas para esse efeito após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, obrigámos a Comissão a renegociar com os Estados Unidos um acordo mais equilibrado. Embora este acordo seja satisfatório, há alguns pontos que poderiam ainda ter sido aperfeiçoados. O voto positivo de hoje não é um cheque em branco para os americanos: o Parlamento continuará extremamente vigilante nos próximos meses, particularmente no que respeita ao procedimento de alteração das competências da Europol, à designação da autoridade independente presente em Washington e ao estabelecimento de um programa europeu de detecção do financiamento do terrorismo.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Votei a favor do novo texto do SWIFT, pois foram negociadas salvaguardas com o Conselho Europeu e com os Estados Unidos, que não estavam presentes no acordo apresentado ao Parlamento Europeu há quatro meses. Este acordo sobre a transferência de dados bancários para os Estados Unidos prevê que a UE desenvolva um sistema para evitar qualquer transferência de dados em bruto, o que não acontecia no acordo anterior.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o relatório sobre a transferência de dados bancários da União Europeia para os Estados da América pelas mesmas razões que eu e o meu grupo nos opusemos à anterior tentativa de imposição deste acordo, apesar das melhorias “técnicas” introduzidas no mesmo. O Parlamento Europeu não deveria aprovar um acordo da Comissão Europeia que visa a entrega de dados pessoais ao Governo e serviços secretos dos Estados Unidos sob o pretexto da “luta contra o terrorismo”. Oponho-me à insistência da Comissão no sentido da transferência de informação em geral sobre transacções financeiras para os Estados Unidos da América, porque isso viola o respeito pelos dados pessoais e constitui informação e material que serão utilizados, sem qualquer controlo relevante, pelos serviços secretos dos Estados Unidos para os seus próprios fins.

Derek Roland Clark (EFD), *por escrito*. – (EN) O Partido da Independência do Reino Unido votou hoje contra o relatório do senhor deputado Alexander Alvaro porque não queremos dar aos Estados Unidos maior poder sobre os dados pessoais. Esta medida conduzirá a uma grave violação da privacidade pessoal. Os dados financeiros confidenciais e privados pertencem ao indivíduo e não à União Europeia ou ao Parlamento Europeu.

Opomo-nos firmemente ao aumento do terrorismo, mas a confidencialidade pessoal deve ser protegida quando não haja indícios prévios de comportamento ilícito. Se o Reino Unido quer participar num acordo com os Estados Unidos, terá de ser um acordo com absoluta reciprocidade e não um acordo praticamente de sentido único como aquele que a União Europeia aqui subscreveu. Trata-se de uma matéria cuja decisão pertence aos governos nacionais e não ao Parlamento Europeu.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Em Fevereiro votei contra o Acordo porque violava os princípios da necessidade e da proporcionalidade, e a integridade e segurança dos dados financeiros europeus. Este novo Acordo é melhor que o anterior. Melhorias como a definição mais limitada de terrorismo, a exclusão dos

dados SEPA, o mecanismo de monitorização e o reconhecimento de direitos aos cidadãos europeus. Este Acordo, porém, continua a possibilitar a transferência de dados em massa (*bulk data*). A escolha da Europol é errada. A Europol não é nem uma autoridade judicial nem uma autoridade de protecção de dados. Atribuir novas funções à Europol só deveria ser possível alterando a base legal com a participação do PE. A redacção do artigo 20.º do Acordo compromete a eficácia do reconhecimento dos diversos direitos que acabaram por ser contemplados a pedido do PE. Aguardo que a Comissão apresente uma iniciativa para criar um TFTP europeu, e que esta se revele uma solução mais sólida e que permita que a extracção de dados só possa ter lugar no território da UE. Por todas estas razões resolvi abster-me na votação, pois em plena consciência ainda não consigo aceitar que este Acordo tenha atingido um nível aceitável.

Mário David (PPE), *por escrito*. – A luta contra o terrorismo deve ser uma prioridade para a União Europeia. Neste sentido uma cooperação pró-activa com os Estados Unidos da América, nomeadamente no que respeita à partilha de informação e dados, é fulcral para o aumento da eficiência no combate ao terrorismo, para prevenir futuros atentados e assegurar a segurança dos cidadãos europeus. Assim, voto favoravelmente a generalidade das medidas propostas neste relatório. As alterações introduzidas a este Acordo não só reflectem a maioria das preocupações expressas pelo Parlamento Europeu aquando da sua rejeição no passado dia 11 de Fevereiro, como expressam a necessidade e proporcionalidade no tratamento de dados, nomeadamente no que respeita ao seu processamento, armazenamento e posterior eliminação. Sublinho ainda as garantias reforçadas que este novo acordo dá aos cidadãos europeus em matéria de protecção de dados, nomeadamente, o direito de recurso contra decisões judiciais e administrativas, a transparência e comunicação da informação aos cidadãos a quem diga respeito e a definição do âmbito de aplicação dos dados, delimitada a comportamentos directamente relacionados com o terrorismo ou o seu financiamento.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) Há seis meses, o Parlamento Europeu agiu como defensor dos direitos fundamentais ao rejeitar o acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos sobre a transferência e o tratamento de dados bancários – o chamado acordo “SWIFT”. Graças à acção dos deputados ao Parlamento Europeu e ao nosso grupo em particular, foi elaborada uma nova versão. Contém melhorias significativas quanto ao fundo, tal como a eliminação das transferências de dados “em bruto”. É pois concedida maior protecção aos direitos individuais, embora se reconheça a importância da detecção de dados financeiros na luta contra o terrorismo. Por isso, optei por votar a favor do novo acordo. No entanto, continuarei muito atenta aos seguintes pontos: as prerrogativas das autoridades europeias responsáveis pela protecção de dados e a escolha da Europol como autoridade de triagem; a eficácia do “direito à reparação” das pessoas cujo direito à privacidade foi ofendido; e a monitorização e a avaliação da relevância dos dados transmitidos às autoridades americanas.

Anne Delvaux (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da conclusão do novo Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento e a transferência de dados relativos a mensagens de pagamento para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo, porque penso que a nova proposta apresentada pela Comissão oferece maiores garantias aos cidadãos da União Europeia, em particular no que respeita à protecção de dados. De facto, penso que qualquer transferência de dados pessoais de cidadãos europeus para países terceiros por razões de segurança deve respeitar garantias processuais e direitos de defesa, bem como observar a legislação nacional e europeia aplicável em matéria de protecção de dados.

Há alguns meses, a primeira versão do acordo era demasiado vaga e não oferecia garantias semelhantes. Por isso, dissemos “Não”. Hoje apraz-me que as nossas propostas de melhoria tenham sido tidas em conta, designadamente a introdução de um sistema semelhante de troca a nível europeu e a garantia de que a monitorização de acompanhamento será confiada a funcionários europeus que devem poder opor-se à extracção de dados em território dos Estados Unidos.

Ioan Enciu (S&D), *por escrito*. – (EN) Concedi o meu apoio ao Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da União Europeia para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo. Graças aos esforços consideráveis do relator e dos membros da Comissão LIBE, o texto actual do Acordo contém melhorias significativas comparativamente à versão anterior do Acordo. O artigo 2.º, respeitante à criação de um quadro jurídico e técnico que permite a extracção de dados no território da UE, tem uma importância particular para o futuro do combate ao terrorismo, mantendo a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos à protecção dos seus dados pessoais. A Comissão deve levar a cabo esta tarefa com afinco e atempadamente. A inclusão do artigo 2.º no Acordo tem o potencial de reduzir grandemente a transferência de dados em massa para análise fora do território da UE. Os artigos 15.º e 16.º garantem aos cidadãos um maior acesso ao direito de rectificação e a uma transparência reforçada.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre o acordo SWIFT relativo à transferência de dados bancários para os Estados Unidos, porque considero que o acordo negociado com o Conselho e os Estados Unidos inclui agora salvaguardas relativas à protecção de dados dos cidadãos, eliminando a possibilidade de transferência de dados em bruto para países terceiros. Trata-se de um acordo importante na luta contra o terrorismo que assegura a protecção das liberdades fundamentais dos cidadãos europeus.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – O fenómeno do terrorismo e o impacto crescente que vem tendo nas sociedades europeias colocam particularmente em tensão valores essenciais como o do respeito pela privacidade individual e a necessidade de acautelar a segurança colectiva.

Neste contexto, o Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados mereceu uma prévia reprovação desta Câmara, que o não considerou suficientemente adequado. A nova versão apresenta melhorias face à anterior. Desejo que este Acordo justifique as razões da sua celebração e que as partes do mesmo saibam interpretar devidamente as suas disposições de modo a dificultar e combater a acção financeira dos terroristas.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A evolução deste processo é a demonstração positiva dos benefícios e vantagens da cooperação institucional para o sucesso da consolidação da integração europeia. Depois das preocupações e recomendações manifestadas pelo Parlamento Europeu, foi possível chegar a um acordo equilibrado com os Estados Unidos da América para a transferência e o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros, tendo sobretudo em conta que se trata de um processo para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo. Saliento que estão salvaguardados os direitos dos cidadãos, as condições de eventual transferência para países terceiros e os riscos de extracção indevida de dados e de espionagem económica. Está também garantida a possibilidade de corrigir situações de transmissões de dados que se venham a detectar posteriormente como indevidas. Este acordo assegura uma melhor regulação de procedimentos e uma cooperação profícua e saudável para o relacionamento institucional com os EUA.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – É inadmissível que, depois de há quatro meses o PE ter rejeitado o acordo SWIFT, agora o PE e o Conselho tenham chegado a acordo com as autoridades norte-americanas para celebrar um acordo que não garante a segurança e a privacidade, com o pretexto do combate ao terrorismo. É lamentável que agora a maioria do PE tenha votado este acordo.

A troca e acesso às bases de dados, quer pelas autoridades dos EUA quer pelas agências da UE, revela-se de grande incerteza, acarretando perigos não controláveis. Criminosos e inocentes, suspeitos e insuspeitos, todos entram num processo que não assegura, como vem sendo demonstrado, a sua eficácia.

A aplicação deste acordo, tal como dissemos anteriormente, significa a manutenção de medidas erradas que vêm sendo tomadas no âmbito da chamada *luta contra o terrorismo* com vista à supressão de direitos.

Defendemos a necessidade de combater todas as formas de criminalidade, mas isso deve ser feito sobretudo na origem e na prevenção de tais fenómenos, e não pela acentuação da vaga securitária que afronta as liberdades públicas e os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, empobrecendo ainda mais a democracia que temos.

Não aceitamos trocar a liberdade por mais segurança, porque, no final, perderemos ambas. Defendemos antes uma sociedade mais segura com amplos direitos e liberdades democráticas.

Evelyne Gebhardt (S&D), *por escrito*. – (DE) O combate ao terrorismo requer uma cooperação internacional regida por acordos. No entanto, esses acordos não devem prejudicar os direitos fundamentais dos cidadãos estabelecidos na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. Nos tempos modernos, em particular, estes direitos incluem igualmente a protecção de dados, que não é garantida adequadamente pelo acordo SWIFT negociado com os Estados Unidos. O combate ao terrorismo não se pode tornar uma desculpa para a protecção inadequada de dados. Outras falhas graves deste Acordo incluem, nomeadamente, a inspecção de dados bancários sem aprovação judicial, o longo período de retenção de dados, que é inadmissível nos termos do direito constitucional alemão, assim como a falta de uma oportunidade adequada para os cidadãos se defenderem em tribunal contra o uso ilegítimo de dados. Trata-se de violações graves de direitos fundamentais. No entanto, a União Europeia não tem o direito de restringir indevidamente direitos fundamentais existentes. Em consequência, continuo a rejeitar este acordo SWIFT.

Sylvie Goulard (ALDE), *por escrito*. – (FR) Hoje, depois de uma reflexão ponderada, votei a favor do acordo SWIFT revisto. Este compromisso decerto não é perfeito, mas temos de conjugar as exigências do combate ao terrorismo com as liberdades cívicas. Esta nova versão contém igualmente melhorias, em particular no que diz respeito à transferência de dados.

Dado tratar-se de uma questão tão delicada como a protecção de dados, gostaria que o rigor fosse ainda maior, especialmente nos seguintes pontos: atribuição a uma autoridade independente – não à Europol – da responsabilidade pela verificação da conformidade dos pedidos, ou a eficácia do direito de compensação para as pessoas cujos direitos foram violados.

Por solidariedade com o meu grupo político, a que devemos o combate travado em Fevereiro e, conseqüentemente, muitos dos avanços obtidos, decidi apoiar este Acordo. À semelhança dos meus colegas, estarei muito atenta à execução das condições deste Acordo pelos EUA, mas também acompanharei de perto os compromissos assumidos pelo Conselho e pela Comissão. Se as promessas não forem cumpridas, defenderei a cessação do Acordo quando for revisto.

Nathalie Griesbeck (ALDE), *por escrito*. – (FR) Segui com especial atenção as negociações entre a UE e os EUA sobre o acordo SWIFT desde a sua última rejeição, graças à acção liderada pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. Desde Fevereiro, o Parlamento Europeu, no exercício firme dos seus novos poderes, conseguiu efectuar avanços significativos e obter garantias adicionais: a abordagem dupla apoiada pelo nosso grupo, as revisões regulares do Acordo, uma avaliação inicial dentro de seis meses, um relatório intercalar depois de três anos, direitos de acesso e de rectificação, a possibilidade de bloquear a transferência de certos dados, fiscalização da extracção de dados por uma autoridade europeia nos EUA, etc. No entanto, apesar de terem ocorrido progressos significativos, este Acordo não é perfeito e contém muitas falhas. Foi após uma longa reflexão que decidi votar a favor do novo Acordo, por ser necessário um quadro jurídico para a luta contra o terrorismo e por estarmos possivelmente a dirigir-nos para um futuro sistema europeu de controlo de transferência de dados que permite a extracção de dados em solo europeu. Doravante, caberá às instituições europeias exercer um controlo rigoroso e vigilante da execução das condições do Acordo.

Matthias Groote e Bernhard Rapkay (S&D), *por escrito*. – (DE) A delegação do Partido Social Democrata alemão (SPD) no Parlamento Europeu está a favor do combate ao terrorismo internacional e da protecção permanente dos dados pessoais com o nível mais elevado possível de determinação e eficácia. Tendo em conta a importância da protecção de dados, a delegação do SPD não tomou a sua decisão de ânimo leve. Contudo, depois de uma ponderação longa e cuidadosa, estamos agora em condições de votar a favor do Acordo: os sociais-democratas conseguiram garantir a criação, directamente no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, de uma supervisão europeia permanente no que respeita à extracção de dados – incluindo a possibilidade de interromper a extracção de dados. Para nós, a prioridade principal era limitar a transferência de dados em massa. Os dados SEPA não são abrangidos pelo Acordo; a maioria das transferências nem sequer é afectada. O período de cinco anos de retenção de dados deverá ser revisto anualmente e, nessa ocasião, os dados que não sejam necessários serão eliminados antes do referido prazo. Além disso, está contemplada uma verificação anual do respeito de todos os critérios de protecção de dados, com a participação de supervisores da protecção de dados. Apesar de preferirmos que o papel de supervisão e a transferência de dados fossem atribuídos a uma autoridade judicial, a Europol tem de cumprir o seu mandato para a aprovação da transferência de dados, nos termos do Acordo, sob o escrutínio rigoroso da UE. A Europol dispõe de um sistema de protecção de dados fiável, mas terá de o alinhar com o Tratado de Lisboa para poder desempenhar as suas funções sob um escrutínio democrático pleno.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório Alvaro sobre o Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da União Europeia para os Estados Unidos para efeitos do combate ao terrorismo, pois considero que este Acordo estabelece agora um equilíbrio entre os objectivos da segurança no combate ao terrorismo e os objectivos da liberdade na protecção da privacidade dos cidadãos.

Ao contrário do acordo SWIFT que foi apresentado em Fevereiro e contra o qual votei, este Acordo confere mais protecção aos dados pessoais: os cidadãos terão o direito de acesso e de rectificação de dados que lhes dizem respeito, o seu direito ao recurso administrativo e judicial é garantido, e foram incluídas várias limitações e restrições em matéria de transferência de dados.

Não obstante, o Parlamento terá de permanecer vigilante no que respeita à modificação dos poderes da Europol, que é responsável pelo controlo das transferências, assim como ao futuro lançamento de um Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo da União Europeia.

Olle Ludvigsson e Marita Ulvskog (S&D), *por escrito*. – (SV) O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu conseguiu, em conjunto com a Presidência Espanhola, negociar melhorias ao acordo sobre o intercâmbio de dados bancários com os Estados Unidos. A quantidade de dados bancários a transferir foi limitada (não ocorrerá qualquer transferência de dados para transacções no seio da UE), e a União Europeia nomeou funcionários que examinarão e aprovarão as transferências em tempo real.

Apesar de se ter atingido algum progresso nas negociações, o problema fundamental da transferência de dados bancários em massa ainda permanece. Isso significa que os dados de cidadãos inocentes continuarão a ser transferidos para as autoridades dos EUA, o que nós, sociais-democratas suecos, consideramos inaceitável. Além disso, vemos deficiências graves, tanto no plano jurídico como no prático, em permitir que a Europol seja a autoridade que supervisionará as transferências.

Por estes motivos, escolhemos não votar a favor do acordo com os EUA em matéria de transferência de dados bancários.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Dadas as concessões e as disposições que a UE garantiu no que respeita ao acordo SWIFT em matéria de partilha de dados financeiros, é com satisfação que apoio agora este Acordo. Congratulo-me, em particular, por o nosso Grupo ter contribuído para a obtenção de garantias quanto à proibição de pesquisas aleatórias, à supervisão directa do programa por um funcionário da UE e à revisão anual dos períodos de retenção de dados. No entanto, a supervisão continuada deste Acordo será essencial para garantir que os termos permanecem aceitáveis para o Parlamento e para os cidadãos europeus.

Clemente Mastella (PPE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor porque considero que apoiar o acordo negociado entre a Comissão Europeia e os Estados Unidos é a medida certa e um sinal de um grande sentido de responsabilidade.

A transferência de dados pessoais é uma questão extremamente delicada na Europa, com as suas experiências dolorosas de regimes totalitários que manipulavam e distorciam esses dados. Ao abrigo do novo acordo, será possível transferir uma determinada quantidade de dados bancários para as autoridades dos EUA, desde que a transferência cumpra as normas rigorosas em matéria de protecção de dados que, enquanto deputados ao Parlamento Europeu, nos comprometemos a supervisionar. Essa informação só pode ser consultada se for considerada importante para efeitos de investigações de combate ao terrorismo: o acesso a esses dados está dependente da apresentação de provas satisfatórias por parte das autoridades dos EUA.

O novo acordo é uma vitória para todas as instituições europeias e, em particular, para o Parlamento Europeu. De facto, os nossos pedidos de uma protecção redobrada da privacidade dos cidadãos europeus foram atendidos, com a concessão de uma garantia dupla aos europeus: em primeiro lugar, uma transparência total no que respeita à forma como os seus dados são acedidos e utilizados e, em segundo lugar, os devidos procedimentos de recurso para que a sua privacidade seja efectivamente protegida. São garantias satisfatórias do cumprimento e salvaguarda dos dois requisitos de segurança e de protecção da privacidade.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Votei contra este relatório. Equivale à aprovação da interferência dos Estados Unidos na Europa com a cumplicidade de organismos como o SWIFT. Possibilita a transferência dos dados pessoais de qualquer cidadão para os Estados Unidos, devido à amplitude do âmbito de aplicação estipulado no acordo entre o Conselho e os Estados Unidos. Não exige qualquer garantia efectiva da protecção desses dados nem de oportunidades de rectificação. Este relatório e o acordo que ratifica simbolizam a submissão desta Europa ao imperialismo norte-americano.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A luta contra o terrorismo é uma preocupação da UE, bem como de todo o mundo democrático. Todos os mecanismos que ajudem na descoberta de possíveis atentados são primordiais no sucesso desta luta. O Acordo SWIFT é um instrumento muito poderoso na luta contra o terrorismo, pois permite aceder a informação financeira privilegiada, no que respeita a valores transferidos entre países. A renegociação deste acordo com os EUA é uma oportunidade única para que a UE contribua de forma eficaz para a descoberta de novos terroristas e de potenciais atentados. Há neste momento um grande desejo de cooperação por parte dos EUA, o que potencia um acordo que proteja de forma eficaz os dados transmitidos e onde haja o máximo de reciprocidade possível. O projecto de resolução hoje aprovado é um bom ponto de partida para as difíceis negociações que se avizinham com os EUA.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei uma vez mais contra o acordo SWIFT referente ao tratamento de dados bancários europeus e a sua transferência para os Estados Unidos com o pretexto da luta contra o terrorismo, pois considero o argumento dos Estados Unidos inaceitável e uma ameaça às liberdades e aos direitos dos cidadãos europeus. Através desta proposta, as forças mais conservadoras tentaram pô-los totalmente à mercê dos interesses norte-americanos sem considerarem a segurança nem a privacidade dos cidadãos. O Parlamento Europeu não pode permitir que as liberdades e os direitos cívicos dos europeus sejam afectados negativamente com o pretexto do combate ao terrorismo.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A protecção de dados com o acordo SWIFT não passa de um embuste. O armazenamento ilimitado de pacotes de dados durante um período de tempo tão prolongado sem qualquer intervenção judicial é contrário ao nosso entendimento de um Estado de direito moderno. O facto de ser a Europol, a autoridade policial europeia, – que tem um interesse próprio nos dados para o combate ao terrorismo – quem supervisionará o respeito das normas de protecção de dados e a existência efectiva de uma suspeita de terrorismo equivale a meter a raposa no galinheiro. Além disso, a ideia de que os comissários responsáveis pela protecção de dados, cujos poderes se revelaram, por várias vezes, insuficientes, podem impor o bloqueio ou a supressão de dados nos EUA é perfeitamente ridícula. Em suma, não há quaisquer perspectivas de um reforço da protecção de dados e, conseqüentemente, o acordo SWIFT recebeu um claro “Não” da minha parte.

Claudio Morganti (EFD), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório Alvaro porque considero-o importante para o combate ao terrorismo. O terrorismo é uma ameaça e, como tal, deve ser combatido. Os Estados Unidos são um parceiro essencial na luta contra o terrorismo; temos de cooperar com os EUA para identificar e impossibilitar eventuais financiamentos, que são o que na realidade mantém os terroristas.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) Com o pretexto do combate ao terrorismo, os dados bancários de cidadãos europeus honestos estão a ser transferidos indiscriminadamente para os Estados Unidos. O acordo SWIFT revisto altera em muito pouco esta situação. Não podemos prometer uma protecção de dados adequada aos nossos cidadãos porque: - Os dados sensíveis são armazenados em grosso, em vez de apenas em casos individuais onde existem motivos de suspeita. - Os dados serão armazenados arbitrariamente durante um total de cinco anos. - A observância em matéria de protecção de dados deverá ser garantida pela Europol, apesar de esta agência ter interesse nos dados em questão. O órgão executivo supervisiona-se, portanto, a si próprio; será este um verdadeiro organismo de controlo independente? - Os cidadãos da UE cujos direitos foram violados não têm, de facto, qualquer hipótese de sucesso numa acção judicial. Os cidadãos teriam, desde logo, de enfrentar os custos de instaurar um processo judicial nos Estados Unidos! O que foi primeiramente celebrado como um sucesso para o Parlamento Europeu em Fevereiro tornou-se agora um fracasso total. Até o relator admite que não está plenamente satisfeito. O Acordo não fornece qualquer protecção de dados real, efectiva, e como tal deveria ser rejeitado.

Alfredo Pallone (PPE), *por escrito*. – (IT) O acordo final satisfaz a maioria dos pedidos do Parlamento, protegendo a segurança e a vida privada dos cidadãos da UE e garantindo soluções juridicamente vinculativas para os problemas em análise. O Acordo também marca uma nova fase nos poderes do Parlamento, garantindo a supervisão democrática europeia de acordos internacionais. Para além das melhorias no Acordo em si, o Conselho e a Comissão assumiram um compromisso juridicamente vinculativo de criar o quadro jurídico e técnico que permita a extracção de dados no território da UE. Este compromisso irá, a médio prazo, garantir o cancelamento de transferências de dados em massa para as autoridades dos EUA. A criação de um sistema europeu de extracção representa uma melhoria muito significativa, pois a transferência continuada de dados em massa contraria os princípios subjacentes à legislação e prática da UE.

Georgios Papanikolaou (PPE), *por escrito*. – (EL) Votei a favor do novo acordo SWIFT na sessão plenária de hoje do Parlamento Europeu. Trata-se de um acordo muito importante que se destina a erradicar o terrorismo e o crime organizado através do combate ao financiamento ilegal. O facto de este novo acordo salvaguardar igualmente o respeito pelos dados pessoais dos cidadãos europeus é importante. O novo acordo faz referência à necessidade da criação de um Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP) europeu. É um compromisso que tem de ser concretizado no prazo de cinco anos. O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho têm assim o dever de dar um seguimento imediato à execução deste compromisso, para que a Europa tenha instrumentos ainda melhores para proteger a segurança dos seus cidadãos no futuro imediato.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente por estar em sintonia com o acordo alcançado e não poder deixar de cumprir o meu dever e responsabilidade de apoiar o acordo negociado entre a CE e os EUA. Somos conscientes da necessidade de equilíbrio entre o respeito da privacidade individual e a necessidade de acautelar a segurança colectiva, mas o fenómeno do terrorismo, com o qual muitos dos nossos concidadãos

convivem diariamente, implica medidas extraordinárias. Não posso deixar de referir que, pelo facto de ter estado empenhado no processo eleitoral interno do meu partido nacional (PSD), não pude votar favoravelmente, como era minha intenção, o acordo anterior. Sou consciente da sensibilidade desta questão na Europa, fruto de experiências muito marcantes de regimes totalitários que, sem qualquer legitimidade, invadiam a privacidade dos seus cidadãos. Não é este o caso. Estamos legitimamente a combater novas formas, cada vez mais inovadoras, de terrorismo, com o único propósito de assegurar a protecção das liberdades fundamentais dos cidadãos europeus. O actual acordo permite a transferência de informações bancárias, mas apresenta salvaguardas adequadas de segurança e de privacidade. Estipulam-se regras rigorosas para a protecção dos dados pessoais, condicionando-se o acesso à apresentação de provas de investigação contra o terrorismo pelas autoridades competentes.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) A adopção do novo acordo SWIFT por uma maioria no Parlamento é um golpe para as negociações sobre uma protecção vinculativa dos direitos fundamentais na cooperação de segurança internacional. Foram efectuadas algumas melhorias à primeira versão do Acordo, mas ainda persistem críticas fundamentais às transferências de dados em massa sem uma suspeita inicial e aos períodos prolongados de retenção de dados. A grandiosa coligação de conservadores, sociais-democratas e liberais aceitou, desta forma, requisitos inferiores aos actuais princípios do Estado de direito e está a apostar numa norma que viola o direito comunitário. Por isso, nós, os Verdes, votámos contra o novo acordo e, enquanto força progressista, procuramos o reforço da protecção da privacidade e a aplicação do princípio do Estado de direito na cooperação transatlântica.

Enquanto relator do Parlamento para o amplo acordo de protecção de dados planeado pela Comissão responsável pela justiça, Viviane Reding, preparei pessoalmente, com a Administração dos EUA e o Congresso norte-americano, normas vinculativas neste domínio. É, pois, com grande pesar que verifico que o Parlamento Europeu enfraqueceu a sua influência sobre os Estados Unidos ao aceitar hoje o acordo SWIFT. Uma verdadeira mudança no sentido de uma protecção vinculativa dos direitos fundamentais no combate ao terrorismo exige mais coragem e esforço.

Angelika Werthmann (NI), *por escrito*. – (DE) Não desejo, de modo algum, que o meu voto contra o novo acordo seja visto como um “Não” ao combate ao terrorismo. Os actos de terrorismo têm de ser impedidos e todos esses actos têm de ser condenados com a maior veemência. Por outro lado, temos a protecção dos direitos dos cidadãos. Os direitos dos cidadãos não são um dado adquirido – lutámos por eles. Estou convencida de que, se tivesse havido uma fase de discussão mais prolongada para este acordo, ambas as partes – os EUA e a Europa – poderiam ter obtido um resultado plenamente satisfatório.

Relatório: Elmar Brok (A7-0228/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Comunista Grego votaram contra a proposta de resolução comum dos conservadores, liberais e sociais-democratas para estabelecer um Serviço Europeu para a Acção Externa, que decorre do reacçãoário “Tratado de Lisboa”. Institui as disposições para a militarização da UE (uma comissão civil-militar, um centro de gestão de crises, um centro de satélites, uma comissão militar, um exército europeu, a EULEX, etc.), para aplicar a doutrina norte-americana da guerra preventiva. Trata-se de um instrumento das estratégias e das guerras da NATO. Concede à UE o direito de intervir a nível militar e civil com o pretexto do combate ao terrorismo, mesmo nos próprios Estados-Membros. O SEAE limita ainda mais os direitos de soberania etnocráticos dos Estados-Membros, ao atribuir responsabilidades à União Europeia em quase todos os sectores de política de um Estado. Será um instrumento para a aplicação da precedência da legislação comunitária sobre a legislação nacional dos Estados. Reforça os mecanismos imperialistas de intervenção e de repressão da UE (Frontex, etc.) e cria outros novos (como uma Procuradoria Europeia). Condenamos o procedimento inaceitável e dissimulado dos representantes do Parlamento Europeu, da Comissão, da Presidência e da Alta-Representante e Vice-Presidente da Comissão para ocultar o antagonismo e a oposição crescentes entre as principais potências imperialistas.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Apoiei o compromisso negociado pelos meus colegas senhores deputados Elmar Brok e Guy Verhofstadt com a Alta Representante, com o Conselho e com a Comissão Europeia e, por conseguinte, a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Este compromisso foi objecto de amplas negociações e presentemente parece-me satisfatório e equilibrado. Permite ao Parlamento Europeu reforçar as suas prerrogativas e preservar o método comunitário. Acima de tudo, era necessário garantir hoje a rápida criação deste SEAE a fim de dar lugar a nomeações e abandonar o sistema insatisfatório que funcionou nos últimos meses.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito.* – (LT) As negociações para a criação de um organismo único e independente, em conformidade com o estabelecido no Tratado de Lisboa, estão prestes a concluir-se. Espero que o Conselho respeite igualmente o Acordo e que a decisão sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa seja adoptada no final de Julho. Temos de velar por que o SEAE inicie o seu trabalho o mais rapidamente possível e o seu funcionamento contribua para a formação de uma política externa e de segurança europeia de alto nível, assegurando a coerência das acções externas da UE e o fortalecimento do papel da União Europeia no cenário mundial. O Parlamento Europeu tem de desenvolver esforços para reforçar o escrutínio parlamentar, ao implementar uma política externa e de segurança comum e ao exercer activamente funções legislativas, de elaboração do orçamento e de quitação. Temos de velar por que o trabalho do SEAE assente no princípio da neutralidade orçamental e de evitar a duplicação de tarefas, funções e recursos do SEAE face a outras instituições. Além disso, temos de resolver a questão da responsabilidade e da responsabilização, tanto no domínio da utilização dos fundos orçamentais da UE como da atribuição de poderes.

Elena Băsescu (PPE), *por escrito.* – (RO) Votei a favor da adopção do relatório elaborado pelo senhor deputado Brok porque constitui uma medida importante para o início das actividades do Serviço Europeu para a Acção Externa.

O Parlamento Europeu desempenhará um papel importante no funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa, pois será consultado antes que seja lançada qualquer missão da UE em países terceiros. Para além disso, o orçamento do SEAE estará sujeito ao controlo político do Parlamento.

A Roménia está preparada para disponibilizar os serviços de funcionários com as competências necessárias para exercer funções no Serviço Europeu para a Acção Externa, desde o momento da sua criação. O meu país demonstrou o seu empenho nas missões europeias de gestão de crises. Contribuímos com mais de 200 peritos, agentes da polícia, agentes da polícia militar, diplomatas, magistrados e soldados para a maioria das missões civis e militares da União Europeia.

Gostaria de terminar salientando que os princípios da competência e do equilíbrio geográfico têm de ser respeitados no quadro da política de recrutamento.

Dominique Baudis (PPE), *por escrito.* – (FR) Com as novas competências que adquiriu desde a adopção do Tratado de Lisboa, a União Europeia necessita de uma diplomacia forte. O Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) representa um avanço considerável nesse domínio.

Votei a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre o SEAE porque, para ser bem-sucedida na sua missão, a Alta Representante necessita urgentemente de adquirir um instrumento diplomático competente. A minha decisão baseia-se nas conclusões da Conferência de Madrid de 21 de Junho, em que se atingiu um equilíbrio institucional.

O interesse europeu do projecto inicial foi mantido. A Comissão, o Conselho e o Parlamento poderão agora trabalhar em conjunto para estabelecer um serviço diplomático europeu eficaz e operacional. Estou confiante de que as negociações subsequentes em matéria do estabelecimento do SEAE respeitarão este equilíbrio.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito.* – (IT) Desde o início que alguns aspectos da criação do Serviço Europeu para a Acção Externa foram duvidosos e controversos. Devemos examinar com alguma preocupação as possíveis contradições que podem surgir entre a actividade do futuro serviço diplomático da UE e a actividade tradicionalmente desenvolvida pelos Estados-Membros. Os Estados-Membros já não serão livres de definir a sua própria política externa? Esta situação que me preocupa pode não estar iminente, mas vale a pena reflectirmos sobre o impacto que a criação de um serviço europeu como este terá a médio e a longo prazo. Mais explicitamente: se a ideia é basicamente imitar o modelo dos EUA, em que a política externa é gerida directa e exclusivamente pelo Governo federal sem a interferência dos 50 Estados, então deveríamos recordar que o Governo dos EUA é eleito pelo povo e, a cada quatro anos, é concedida uma legitimidade democrática à política externa, que a Comissão Europeia, o Conselho Europeu – e até o futuro Serviço Europeu para a Acção Externa – não possuem. Assim, ao votar contra o relatório Brok estou a manifestar a minha preferência por uma política externa europeia intergovernamental, pois depender da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) a nível europeu não garantiria a supranacionalidade das decisões tomadas neste domínio tão delicado.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito.* – (RO) Os contribuintes europeus irão ter um maior controlo sobre a forma como os recursos financeiros da UE são gastos pelo Serviço Europeu para a Acção Externa. É louvável que o Parlamento Europeu tenha recebido maiores poderes orçamentais neste domínio num momento em que o orçamento do Serviço estará sujeito a escrutínio pelo poder legislativo. A União Europeia

emprega actualmente cerca de 7 000 diplomatas e funcionários públicos que garantirão a precedência dos objectivos da UE sobre os objectivos nacionais ou mesmo intergovernamentais. Todos os funcionários do Serviço Europeu para a Acção Externa terão uma responsabilidade política perante o Parlamento Europeu, com os seus amplos poderes na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Parlamento somou uma vitória ao impor a noção de que uma grande parte do trabalho do Serviço Europeu para a Acção Externa deve incluir a promoção dos direitos humanos e a salvaguarda da paz no mundo. Isto demonstra que a União Europeia está a assumir conscientemente o seu papel de extrema importância como exportadora de direitos humanos fundamentais que, infelizmente, são violados neste momento em muitos países do mundo.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a organização e funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa. Trata-se de um passo muito importante para reforçar o papel da Europa no mundo e para coordenar as políticas de relações externas dos 27 Estados-Membros. Nas negociações com o Conselho e a Comissão, o Parlamento Europeu viu reforçada a dimensão comunitária do Serviço para a Acção Externa, conduzindo assim a um papel acrescido do próprio Parlamento na dimensão política e orçamental desta nova entidade.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o relatório sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa porque este Serviço está a ser estabelecido com recurso a procedimentos obscuros, com competências confusas e um papel muito claramente limitado para o Parlamento Europeu, a única instituição eleita da UE, que se restringe apenas a aspectos orçamentais. Além disso, votei contra o SEAE porque se destina a ser um instrumento para uma maior militarização da União Europeia, pois inclui a acção militar, mesmo em casos de ajuda e intervenção humanitária. A União Europeia não deve associar a sua política externa ou de solidariedade em casos de crise a acções militares e a estruturas e mecanismos militarizados. Deve criar políticas e organismos que salvaguardem um papel autónomo e pacífico nas relações internacionais, muito afastado do oportunismo e das intervenções do exército dos EUA. Deve agir no respeito do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, em prol de um mundo de paz e de solidariedade.

Derek Roland Clark (EFD), *por escrito*. – (EN) Abstive-me na votação da alteração 80 porque, apesar de a possibilidade de escrutínio do controlo do SEAE pelos governos nacionais ter de ser garantida, esta alteração também garantia esse direito ao Parlamento Europeu. Não é aceitável para uma nação soberana que uma organização europeia fiscalize o seu serviço externo. O PE não tem essa competência.

Mário David (PPE), *por escrito*. – Foi com enorme satisfação que votei favoravelmente o Relatório Brok. Depois de alguns meses de debate no Parlamento, com o Conselho e com a Comissão, saiu finalmente *fumo branco* das negociações. Espero agora que o SEAE aplique a Carta dos Direitos Fundamentais, em conformidade com o espírito e a finalidade do Tratado de Lisboa, que o método comunitário seja privilegiado nas políticas de desenvolvimento e na programação da ajuda externa da União e que os Estados-Membros, (e mais concretamente alguns Ministros dos Negócios Estrangeiros de alguns Estados-Membros...) *assimilem* a criação desta nova entidade, bem como as novas competências e atribuições que foram conferidas à Alta Representante, por força da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Espero ainda que aquilo que alguns Estados-Membros ou responsáveis governamentais desses mesmos países consideram ser uma interferência na sua esfera de competências, enquanto Nação ou Governo, não subsista. E que o Governo de Portugal pugne por uma representatividade que nos prestigie pela qualidade, competências atribuídas e número proporcional dos agentes nacionais envolvidos. Enquanto Eurodeputados, não queremos um serviço que resulte apenas dos equilíbrios intergovernamentais, queremos sim um serviço da União!

Luigi Ciriaco De Mita (PPE), *por escrito*. – (IT) Uma política externa comum e uma política económica comum são os objectivos necessários ao processo de integração europeia. Devemos ter presente que a moeda única também foi escolhida para acelerar o processo de integração, que tinha atingido um impasse em Nice. Dada a forma como está a ser organizado, o Serviço Europeu para a Acção Externa corre o risco de adoptar uma abordagem de inércia, em vez de constituir o início de um processo virtuoso de unificação.

Proinsias De Rossa (S&D), *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com o relatório Brok na sua forma alterada. Era essencial resistir à proposta para incluir a política de desenvolvimento na nossa política externa. Necessitamos de um serviço de desenvolvimento autónomo sob a alçada de um Comissário independente responsável pelo Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária. Agora, em resultado deste relatório, o Comissário responsável pelo Desenvolvimento tem a seu cargo todo o ciclo de programação, planeamento e execução do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Temos de garantir que a execução se processa de acordo com o espírito e a letra do acordo. Subsistem alguns elementos da proposta que poderiam dar azo a interpretações diferentes. Contudo, as alterações

efectuadas pelo Parlamento Europeu reforçam a autoridade da Comissão sobre o orçamento operacional e, conseqüentemente, garantem a supervisão parlamentar e uma linha clara de responsabilização democrática.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a organização e funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), uma vez que o acordo alcançado vem reforçar a identidade comunitária do SEAE e a sua responsabilidade política e orçamental perante o Parlamento Europeu.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Em Novembro de 2006, o Parlamento aprovou uma resolução na qual era reconhecida a importância estratégica das línguas europeias de comunicação universal – inglês, espanhol, português e francês, por ordem do número de falantes – como veículo de comunicação e como forma de solidariedade, cooperação e investimento económico, e a Comissão Europeia reconheceu em 2008 que estas línguas são uma ponte importante entre os povos e as nações das diferentes regiões do mundo.

No momento do estabelecimento da organização e funcionamento do SEAE, creio ser fundamental que este tire o máximo partido da aptidão comunicacional das línguas europeias globais referidas e as adopte como línguas de trabalho. O regime e a prática linguísticos por que se regerá este Serviço dirão até que ponto aposta na comunicação com o exterior.

Dito isto, não posso senão regozijar-me com a criação do SEAE e desejar que este produza resultados à altura das expectativas que nele estão depositadas. A União Europeia terá muito a ganhar com um SEAE competente e eficiente, capaz de ser a sua voz no mundo e que coopere activamente com os serviços diplomáticos dos Estados-Membros.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A presente decisão tem por objectivo estabelecer a organização e o funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), órgão funcionalmente autónomo da União sob a autoridade do Alto Representante, criado pelo artigo 27.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia (TUE), tal como alterado pelo Tratado de Lisboa. O Parlamento Europeu tem também um papel a desempenhar na política de acção externa da União, nomeadamente no que diz respeito às suas funções de controlo político (previstas no artigo 14.º, n.º 1, do TUE), bem como nas suas funções em matéria legislativa e orçamental consignadas nos Tratados. O Alto Representante tem ainda de consultar regularmente o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e deve garantir que as posições do Parlamento sejam devidamente tidas em conta. O SEAE assiste o Alto Representante nesta tarefa. Devem prever-se disposições específicas no que diz respeito ao acesso dos deputados do Parlamento Europeu a documentos e informações confidenciais no domínio da PESC. Não tendo objecções a apresentar, votei favoravelmente a aprovação desta decisão.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Votámos contra este relatório que é o resultado de negociações entre o Conselho e a maioria do Parlamento sobre um dos pontos centrais do Tratado de Lisboa e uma peça fundamental no federalismo da União Europeia, que passou a ter personalidade jurídica, como defendiam na dita constituição europeia. Registe-se que este serviço vai envolver mais de cinco mil pessoas nas embaixadas da UE nos diversos países do mundo.

A agravar esta situação, registamos que não passaram propostas do nosso Grupo, designadamente as que defendiam que as estruturas militares da UE não deveriam fazer parte do Serviço Europeu para a Acção Externa nem sequer deveriam ter qualquer ligação institucional. O mesmo aconteceu relativamente às estruturas de informações secretas da UE.

É ainda particularmente preocupante que tenha sido rejeitada a proposta que apresentámos convidando o Conselho a cessar o desenvolvimento e a abolir as estruturas militares e civil-militares sob a sua competência, bem como a cessar o financiamento de actividades militares e civil-militares. É, pois, grande a preocupação que fica com o futuro da União Europeia e os caminhos que pretendem seguir.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), *por escrito*. – (PL) Em Laeken, há nove anos, durante a anterior Presidência belga, começou a ser elaborado o Tratado Constitucional, que se destinava a fortalecer a política externa da União Europeia, tornando-a coerente e visível na cena internacional. Apesar das múltiplas complicações no domínio das reformas dos tratados da UE, os belgas têm hoje a oportunidade de finalizar os seus esforços e de lançar o Serviço Europeu para a Acção Externa – no primeiro aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009. Nós, enquanto deputados ao Parlamento Europeu, agora com poderes reforçados pelo Tratado, podemos participar nessa tarefa. Depois de muitos meses de negociações da delegação do Parlamento Europeu com a senhora Baronesa Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o SEAE está a desenvolver-se da forma defendida pelo Parlamento. O relatório dos senhores deputados Brok e Verhofstadt é um documento

importante que resume todo este trabalho e é digno de apoio. Que ganhou o Parlamento nas negociações com a Alta Representante? Em primeiro lugar, um serviço diplomático da União Europeia, não um serviço intergovernamental, o que significa a garantia de que 60% dos cargos serão preenchidos mediante nomeação pela União Europeia. Em segundo lugar, a supervisão política e orçamental do SEAE pelo Parlamento, o que significa a competência para entrevistar candidatos para os cargos de chefe de delegação e para inspecionar as finanças da instituição, como sucede no caso da Comissão e do Conselho. Em terceiro lugar, uma distribuição equitativa de cargos no que respeita a nacionalidade e a género, assim como uma reavaliação da composição do Serviço em 2013 para corrigir quaisquer desequilíbrios.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Estou satisfeita com o acordo atingido entre as três instituições europeias e a senhora Baronesa Ashton sobre a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Trata-se de um serviço equilibrado no que respeita à sua organização e composição, e será concebido para auxiliar a senhora Baronesa Ashton no seu trabalho enquanto Alta Representante da União Europeia. Além disso, terá o efeito de fortalecer os poderes políticos e de controlo orçamental do Parlamento Europeu. Espero sinceramente que este serviço seja utilizado da forma que melhor promova os interesses da União Europeia. A União demonstrará deste modo uma verdadeira coerência política e falará a uma só voz na cena internacional. Só poderá surgir mais engrandecida deste processo e as suas medidas serão mais legítimas e eficazes.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) A proposta avançada pela senhora Baronesa Ashton é inaceitável. Implica a uniformização da diplomacia europeia sobre a sua égide e da Comissão, e a negação dos poderes dos Estados-Membros neste domínio. Este relatório tem o mérito modestíssimo de instar todos os Estados-Membros a fazerem-se representar entre os funcionários diplomáticos europeus que estarão às ordens da senhora Baronesa Ashton e da Comissão. É a isto que estamos reduzidos nesta Europa – a suplicar o direito ao silêncio, mas equitativamente! Votarei contra este texto.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A aprovação do Tratado de Lisboa trouxe a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa, lançando assim as bases para um serviço diplomático europeu forte. Com a criação do SEAE pretende-se assegurar a coerência da acção externa europeia e a condução da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei contra este relatório sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) porque considero que este organismo institucionalizará a militarização da União Europeia. Gostaria de manifestar, através do meu voto, a minha total rejeição do processo de negociação no domínio da criação do SEAE, pois os relatores e a senhora Baronesa Ashton cederam a pressões dos Estados-Membros e esqueceram totalmente as normas democráticas. O SEAE transformar-se-á numa instituição *sui generis* a funcionar fora dos mecanismos básicos de controlo de qualquer sistema democrático. Acredito que existe uma necessidade de garantir que o Parlamento Europeu, a única instituição da UE eleita democraticamente, e os parlamentos nacionais tenham controlo orçamental, assim como controlo político sobre o SEAE. O meu Grupo está particularmente preocupado com a considerável orientação militar do SEAE e com o facto de a maior parte da componente civil da política externa europeia surgir sob a alçada da Política Europeia de Segurança e Defesa – nomeadamente, todos os aspectos em matéria de cooperação para o desenvolvimento e de resolução de conflitos. É por estes motivos que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, que está empenhado nos valores da paz e da desmilitarização da UE, não apoia a criação do SEAE.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE), *por escrito*. – (FR) No seguimento dos debates difíceis sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa realizados nas últimas semanas nas comissões parlamentares competentes e nos vários grupos políticos, gostaria de agradecer ao nosso colega, o senhor deputado Brok, pelo seu forte envolvimento nesta questão. A votação de hoje estabelece as fundações de um serviço diplomático forte ao nível da União Europeia. Assim, a identidade comunitária do Serviço será reforçada e a sua responsabilidade política e orçamental perante o Parlamento Europeu será garantida. Além disso, pelo menos 60% dos funcionários deste novo serviço serão funcionários da UE. Não obstante, é lamentável que as audições no Parlamento Europeu dos representantes especiais para os negócios estrangeiros continuem “informais”; espero que esta questão seja resolvida em poucos anos. Apesar de tudo, o poder de controlo é reforçado, em particular no domínio das missões da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) financiadas pelo orçamento da UE.

Justas Vincas Paleckis (S&D), *por escrito*. – (EN) Decidi votar a favor do relatório sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) e apoio plenamente a criação desta inovação essencial do Tratado de Lisboa e esta decisão histórica para o futuro da Europa. Apenas sete meses após a entrada em vigor do novo Tratado,

juntos conseguimos chegar a um consenso, assegurando a responsabilidade política e orçamental do novo Serviço perante o Parlamento Europeu. Este papel de supervisão proporcionará um verdadeiro controlo democrático do Serviço, que considero extremamente importante.

O relatório assegura um equilíbrio geográfico, assim como uma maior coerência entre os diferentes aspectos do SEAE. Não se trata de duplicar os serviços diplomáticos no seio da UE, mas de fortalecer os serviços diplomáticos da UE. Este acordo é uma prova clara do empenho da União Europeia em reforçar o seu poder e promover os seus valores de uma forma mais eficaz. Permitirá que a UE exerça uma verdadeira influência na cena internacional. É uma oportunidade não só para a União Europeia, mas também para os seus Estados-Membros.

Alfredo Pallone (PPE), *por escrito*. – (IT) A coordenação oportuna dos diferentes domínios da política externa da UE pela Comissão é claramente importante. A criação do Serviço Europeu para a Acção Externa chefiado pela Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão tem a capacidade de tornar a acção externa da UE mais eficaz na cena mundial, sobretudo para evitar incoerências e duplicações de trabalho, e de garantir uma coerência a longo prazo na promoção dos interesses estratégicos e valores fundamentais da UE no estrangeiro.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – Como membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais, na qual o Serviço Europeu de Acção Externa foi amplamente discutido e onde pude expressar as minhas opiniões, e como membro do PPE, dou o meu apoio e voto favorável ao presente relatório. O Parlamento Europeu apresentou uma posição unida entre grupos políticos, que teve como interesse comum tirar o maior proveito das novas competências que o Tratado de Lisboa confere em especial a esta casa, tanto no que se refere ao controlo político como ao controlo financeiro do Serviço Europeu para a Acção Externa. Reitero a minha preocupação inicial e que tenho constantemente veiculado, inclusive através de propostas de alteração aos projectos de relatório, e que se prende com a necessidade de assegurar o equilíbrio geopolítico do Serviço Europeu para a Acção Externa que agora se inaugura. Sublinho o compromisso da Alta Representante para a criação de uma equipa baseada no equilíbrio geográfico, com representantes de todos os 27 Estados-Membros, banindo qualquer tipo de discriminação e promovendo igualmente a paridade.

Bernhard Rapkay (S&D), *por escrito*. – (DE) Enquanto relator da Comissão dos Assuntos Jurídicos sobre o Serviço Europeu para a Acção Externa, gostaria de salientar que, nomeadamente em resultado das alterações ao artigo 6.º da proposta da Alta Representante, o relatório que foi aprovado hoje não tem qualquer efeito vinculativo para mim enquanto relator ou para a globalidade do Parlamento Europeu nas discussões sobre a adaptação do Estatuto dos Funcionários. Isto inclui, em particular, as notas de rodapé que foram hoje aprovadas no texto. Um relatório sobre uma proposta legislativa em que o Parlamento Europeu foi apenas consultado não pode ter qualquer efeito vinculativo para os domínios em que o Parlamento Europeu, em virtude de uma base jurídica diferente, tem poder de co-decisão.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) A aprovação do Parlamento abre caminho a uma política externa europeia mais coerente e eficaz, que melhor corresponde às expectativas dos cidadãos. Contudo, seria possível um serviço melhor.

Lamentamos que a senhora Baronesa Ashton e vários governos nacionais não tenham tido coragem de adoptar uma solução mais ambiciosa. Apoiamos este compromisso porque o Parlamento conseguiu melhorar consideravelmente a proposta original da senhora Baronesa Ashton. Uma forte estrutura de direitos humanos, as salvaguardas da política de desenvolvimento e contra a renacionalização das políticas comunitárias, um escrutínio democrático redobrado, um orçamento de negócios estrangeiros mais transparente e um equilíbrio entre os dois sexos no recrutamento constituem alguns exemplos.

No entanto, o acordo tem as suas falhas. Os seus pontos fracos incluem as estruturas de gestão de crises com uma definição pouco clara, a falta de adjuntos permanentes da senhora Baronesa Ashton e o âmbito limitado dos serviços consulares que o SEAE prestará aos cidadãos. Muito dependerá agora de como o acordo será executado – a iniciativa volta a estar a cargo da senhora Baronesa Ashton, dos Estados-Membros e da Comissão. Têm de trabalhar juntos, de criar um *esprit de corps* comum e de superar a concorrência que os divide.

Angelika Werthmann (NI), *por escrito*. – (DE) Como sempre, é difícil contemplar e equilibrar os vários interesses e as posições diferentes. No entanto, na actual guerra de interesses não devemos e não podemos perder de vista o objectivo superior de obter uma política externa da UE eficaz e coerente. Os seguintes factores ainda não foram clarificados: • Funcionários – quem e quantos serão? • Igualdade – os funcionários devem ser seleccionados com base no princípio de igualdade entre os géneros. • Que poderes terá o SEAE? • A supervisão orçamental deve competir ao Parlamento Europeu. • Um aspecto muito importante para os

contribuintes: quais serão os custos? De qualquer forma, estes custos devem respeitar limites sensatos e compreensíveis. Neste aspecto, devemos utilizar sinergias para atingir um máximo de qualidade e de economia de custos.

Proposta de resolução: Kosovo (B7-0409/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O grupo parlamentar do Partido Comunista Grego votou contra a proposta de resolução por esta procurar consolidar a secessão ilegal do Kosovo imposta pela força e pelas armas da NATO e pela coerção da UE e de outras forças imperialistas. Esta resolução iliba a NATO da guerra e do desmembramento da Sérvia e apoia a presença de longo prazo das tropas e bases da NATO no Kosovo e em toda a zona, assim como as intervenções unificadoras europeias com o destacamento de forças através da EULEX. Esta resolução tenta desacreditar a sentença do Tribunal Internacional de Haia sobre a legalidade da secessão do Kosovo. A política imperialista da UE, que subjaz à resolução, exacerba os problemas dos trabalhadores no Kosovo – a exploração, a corrupção, o crime e o nível de reestruturações capitalistas, que lhes deixa a emigração como única saída. Exacerba a instabilidade na zona, a opressão dos sérvios e dos habitantes do Kosovo como um todo e os problemas causados pela presença da EULEX e da NATO.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) O Kosovo faz parte de uma zona geográfica muito delicada, em que a UE deveria manter uma atenção constante. Em primeiro lugar, gostaria de salientar a deplorável falta de coesão na UE no que respeita à linha política a adoptar para este país, denunciada por esta resolução. Com efeito, cinco Estados-Membros da União Europeia ainda não reconheceram a independência do Kosovo, apesar de ter sido requerida em 2008. Necessitamos, por isso, não só de uma coesão interna na União Europeia, como também, para a sua credibilidade perante o resto do mundo, de uma posição política comum, nomeadamente em questões tão básicas como a emissão de vistos. Também considero que o processo de integração europeia de todos os países dessa região é um elemento importante para a estabilização do território, uma estabilização que interessa à nossa comunidade como um todo. No que respeita ao Kosovo, a perspectiva de aderir à União Europeia é um forte catalisador para a execução das reformas necessárias, nomeadamente das reformas no domínio dos direitos humanos, que já foram abordadas e que temos de encorajar. É sem hesitações que apoio esta resolução, que trata estas questões importantes.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra a proposta de resolução sobre as perspectivas de integração europeia do Kosovo porque ela considera e trata o Kosovo como um Estado independente. Esta resolução não respeita a Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e insta até os cinco Estados-Membros da UE, incluindo a Grécia, que não reconheceram a independência unilateral do Kosovo a fazê-lo; por outras palavras, a violar uma resolução das Nações Unidas. Consequentemente, a resolução não contribui para a solução do problema e não contribui para a consolidação da estabilidade e da paz na região. Esta resolução insta ainda a uma presença reforçada da EULEX no Kosovo.

Mário David (PPE), *por escrito*. – Votei contra esta Resolução! Esta Resolução, o diagnóstico da situação e os caminhos apontados atestam como estavam certos os que se opuseram à secessão do Kosovo!

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – O Kosovo ainda não mereceu o reconhecimento unânime dos Estados-Membros, e a cautela que alguns ainda mantêm face ao novo país terá, certamente, motivos políticos e estratégicos, mas também apreciações de cariz mais prático e que se fundam, sobretudo, no modo preocupante como a corrupção e o crime organizado grassam naquele território, obstando a que o Kosovo possa afirmar com propriedade que é um Estado de Direito.

Tal como outros Estados na região balcânica, seria bom que o Kosovo desse provas de ter empreendido um caminho sem retorno no tocante à adopção de políticas e reformas que, por um lado, confirmassem a sua opção europeia e, por outro, fortalecessem o seu próprio corpo político, enraizando nos cidadãos a prática e o exercício da democracia e a rejeição da violência, em particular de natureza étnica, como modo de resolução de conflitos. O Kosovo ainda tem um longo caminho pela frente.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A presente resolução regista a declaração de independência do Kosovo de 17 de Fevereiro de 2008, a qual foi reconhecida por 69 países, e encoraja os Estados-Membros a cooperar na sua abordagem comum em relação ao Kosovo, tendo em vista a adesão do Kosovo à UE. Considero que, apesar do legado muito difícil do conflito armado, a perspectiva de adesão à EU constitui um incentivo poderoso para as necessárias reformas no Kosovo, e apelo a que sejam tomadas medidas práticas para tornar essa perspectiva mais tangível para os cidadãos, mediante a aplicação dos direitos humanos e o reforço do Estado de direito.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O simples facto de vários Estados-Membros da UE ainda não terem reconhecido a independência do Kosovo é suficiente para que se perceba como é inaceitável o conteúdo desta resolução. A maioria deste parlamento, lamentavelmente, dá assim cobertura, uma vez mais, a um acto ilegal à luz do direito internacional. Como se considera na alteração apresentada pelo GUE/NGL e rejeitada pela maioria, o restabelecimento do diálogo e das negociações, em conformidade com o direito internacional, é o único caminho susceptível de conduzir à estabilidade e à paz duradoura na região.

Lorenzo Fontana (EFD), *por escrito*. – (IT) A proposta de resolução da senhora deputada Lunacek demonstra claramente os avanços limitados do país e considero que os problemas salientados tornam a sua adesão à UE ainda menos plausível, uma vez que acentuaria o carácter heterogéneo da União, já agravado pelas últimas adesões. No seguimento do que afirmei a propósito da integração da Albânia na UE, considero que estamos perante uma encruzilhada: a Europa tem de escolher entre limitar-se a um organismo baseado meramente em critérios geográficos ou tornar-se mais orgânica, mais coerente e constituída por Estados que, na sua diversidade, demonstram ainda assim características partilhadas que são coerentes com o ideal europeu. O facto central de cinco Estados-Membros não reconhecerem a soberania do país mantém-se um obstáculo que, de momento, torna paradoxal a adesão do Kosovo à Europa. Por estes motivos, não posso apoiar a proposta de resolução da senhora deputada Lunacek.

Jaromír Kohlíček (GUE/NGL), *por escrito*. – (CS) O projecto de resolução do processo de integração europeia no caso do Kosovo é um documento em que a autora claramente não vive no mundo real e não se apercebe de que o Kosovo não é reconhecido como membro da comunidade internacional. O esforço para substituir as pressões por uma melhoria na situação económica interna, para permitir a coexistência dos habitantes originais, ou seja, sérvios, gorani, roma e outros grupos étnicos actuais, com a maioria albanesa, para impedir a opressão das minorias e assumir uma abordagem firme face aos clãs que distribuem drogas pela Europa – são estas as questões essenciais que podem contribuir para melhorar a situação na região e para fortalecer a cooperação transfronteiriça. Ainda não é possível retomar o registo de cidadãos, e o país está totalmente dependente de ajuda económica estrangeira. Falta vontade política para garantir, no mínimo, eleições locais legítimas e condições para o funcionamento das autoridades locais. O combate à corrupção e ao crime organizado permanece uma questão meramente formal neste território, e o mesmo se aplica à descentralização e à reforma da função pública. Não teve ainda, portanto, um impacto real na situação do país. A corrupção galopante e disseminada e o tráfico de armas e de drogas demonstram a instabilidade da região. É estranho que a moeda deste território seja o euro. Particularmente quando os requisitos básicos para a utilização da moeda única europeia não foram ainda minimamente cumpridos. É evidente que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não pode concordar com este projecto.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Fiquei muito desagradavelmente surpreendido por ler em jornais no início desta semana que um homem armado tinha disparado quatro tiros contra um deputado sérvio ao Parlamento do Kosovo. Este ataque teve lugar quatro dias antes da explosão ocorrida em Mitrovica durante uma manifestação sérvia. A UE necessita essencialmente de promover o processo de estabelecimento da democracia e de regresso à estabilidade no Kosovo. Por este motivo, a proposta de resolução deveria, em primeiro lugar, reflectir as realidades desse território, como a reforma morosa do sistema judicial e as dificuldades enfrentadas pelas missões europeias na comunicação com as autoridades locais em Pristina. A cooperação regional entre os países dos Balcãs Ocidentais é essencial para o seu desenvolvimento económico, mas especialmente para estabelecer um respeito mútuo e o respeito pelo Estado de direito. Em particular, a cooperação entre Belgrado e Pristina, especialmente ao nível local, tem uma importância essencial para os cidadãos, acima de tudo nos sectores mais afectados, como o ambiente, as infra-estruturas e o comércio. Por fim, mas não de somenos importância, quanto ao reconhecimento do estatuto do Kosovo, a mensagem da resolução que estamos a debater deveria ter especificado que não reflecte a posição de todos os Estados-Membros da UE.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Cinco Estados-Membros da UE, incluindo a França, não reconheceram a independência do Kosovo. Deste modo, é inaceitável que se apresente hoje um relatório que defende a integração do Kosovo na UE. Além disso, tenho demasiado respeito pelos habitantes dessa província para querer que tenham de aplicar os critérios de Copenhaga, estando já a sofrer com as consequências dos conflitos recentes. Votarei contra este texto inaceitável e controverso.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A estabilidade regional e a integração na UE dos países da região dos Balcãs Ocidentais foram desde sempre uma das prioridades da UE. Neste difícil processo existem países dessa região que têm registado uma mais rápida aproximação à UE, o caso da Sérvia, da ex-República Jugoslava da Macedónia e do Montenegro. Por variados motivos, o Kosovo tem vindo a fazer a sua aproximação à UE de forma mais lenta, não podendo ainda os seus cidadãos viajar para o espaço da UE sem um visto. Urge

ultrapassar essa situação rapidamente, dependendo desse esforço única e exclusivamente do Kosovo, que terá de aplicar as reformas necessárias para o efeito.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei contra esta resolução sobre o Kosovo porque encoraja os cinco Estados-Membros que não reconheceram a independência unilateral do Kosovo a fazê-lo. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde sempre foi contra a declaração unilateral de independência do Kosovo porque representa um acto que é contrário ao direito internacional. Mantemo-nos, pelo contrário, empenhados em garantir que o diálogo seja retomado de uma forma satisfatória para ambas as partes, com base na Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, respeitando o direito internacional, como a única forma possível de atingir a paz e a estabilidade na região.

Francisco José Millán Mon e José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE), *por escrito*. – (ES) Em nome da delegação espanhola do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), devo declarar que o motivo do nosso voto sobre a resolução sobre o processo de integração europeia do Kosovo é que esta resolução trata o Kosovo como se fosse um Estado independente em situação totalmente normal, sem ter em conta o facto de o estatuto deste território continuar a ser muito controverso na comunidade internacional – está também pendente um parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça – e de o Kosovo não ter sido reconhecido por cinco Estados-Membros da União Europeia, incluindo Espanha.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) O Parlamento Europeu emitiu hoje um claro sinal de que o futuro do Kosovo independente reside na integração na UE. Trata-se de um sinal de encorajamento para o Governo, assim como para os cidadãos do Kosovo. Além disso, constitui um claro pedido para que os cinco Estados-Membros da UE que ainda não reconheceram o Kosovo como um Estado o façam prontamente, para aumentar a eficácia do nosso apoio. Uma clara maioria dos deputados ao Parlamento Europeu rejeitou a continuação do debate da questão do estatuto do Kosovo, tendo em conta que está previsto um parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) para Julho. Com esta resolução, o Parlamento favorece o início das conversações sobre a liberalização de vistos assim que possível. O povo do Kosovo não deve continuar a ser privado da liberdade de viajar, que a UE concederá provavelmente aos outros Estados da região no final do ano. A minha resolução insta a que esta medida necessária seja executada urgentemente para libertar os kosovares do seu isolamento regional e internacional.

Proposta de resolução: Albânia (B7-0408/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O Partido Comunista Grego votou contra a proposta de resolução porque é contra a adesão da Albânia à UE, pelas mesmas razões que é contra a adesão e permanência da Grécia nesta união internacional imperialista. A adesão será em prol da unificação europeia e do capital albanês, especialmente no domínio da energia, extracção de minério e transportes, e dos planos agressivos imperialistas da UE e da NATO, e prejudicará os trabalhadores, os agricultores pobres e as pequenas e médias empresas.

Esta proposta de resolução insta a que o pacote de reestruturações capitalistas imposto pelo sistema político indigno e antipopular dos partidos burgueses do país, em cooperação com a UE, seja aumentado e promovido. Este ataque antipopular, que causou revoltas populares na década de 1990, está a resultar em privatizações, desemprego em massa, migrações, abandono das zonas rurais e um aumento da exploração, do crime e da corrupção. Procura uma intervenção explícita, sem precedentes, nos assuntos internos do país e no sistema de oposição política, e insta à criação de normas antidemocráticas no funcionamento dos partidos políticos e do parlamento. A política da UE e das potências burguesas na Albânia no sentido da adesão está a exacerbar os problemas de desenvolvimento do país, a situação dos trabalhadores, a fuga de capitais e os fluxos migratórios, e acarreta enormes riscos para a segurança na região.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Ao votar a favor deste projecto de resolução sobre o processo de inclusão da Albânia na UE, decidi apoiar as suas duas ideias principais. Por um lado, concedo o meu apoio à ideia da inclusão a longo prazo deste país, que se justifica em especial pelos grandes esforços e avanços já realizados. Com efeito, foram tomadas medidas positivas para combater a corrupção e para reforçar o quadro democrático da Albânia. Por outro lado, ainda será preciso avançar muito no domínio da consolidação da democracia e até mesmo do desenvolvimento sustentável do país. A crise política que se seguiu às eleições legislativas de Junho de 2009 na Albânia demonstrou a todos nós que este país ainda pode sucumbir devido a dificuldades graves. É por isso que necessitará de todo o nosso apoio.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) Este relatório demonstra o que a propaganda europeia pode criar quando deseja ignorar os erros do passado; é verdade que o relatório do senhor deputado Chountis destaca

os problemas na Albânia, mas ao mesmo tempo quase parece dizer que somos obrigados a incluir os países dos Balcãs na União, como se esse facto estivesse predestinado e ninguém se lhe pudesse opor. Discordo plenamente. A Albânia tem hoje problemas claríssimos no que respeita à sua estabilidade política interna e um nível de corrupção muito elevado. A sua adesão causaria ainda mais problemas, para além dos que a União já teve de enfrentar e continua a enfrentar presentemente na sequência de um grande alargamento que duplicou praticamente o número de Estados-Membros. Não há qualquer razão, à excepção da sede de poder e centralismo dos burocratas da UE, para insistir na adesão da Albânia à UE; face à situação actual no seio desta república dos Balcãs, não vejo qual seria o eventual contributo da sua adesão para a causa da integração europeia.

Mário David (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente esta Resolução, pois entendo que a Albânia deve prosseguir o seu caminho com vista a uma possível integração na UE. A União deve prosseguir a sua estratégia de alargamento numa forma gradual e rigorosa. Deverá ainda funcionar como elemento impulsionador de importantes reformas nos países candidatos ou potencialmente candidatos ao estatuto de Membros da União. Contudo, todos sabemos que o caminho para a pertença à União é bastante exigente. As regras que levam os países à UE são claras e conhecidas, mas nem sempre fáceis de cumprir. No caso da Albânia, e como é bem evidenciado por este Relatório, ainda existe um longo caminho a percorrer. E, desde logo, o cumprimento dos critérios de Copenhaga, incluindo o processo de estabilização das instituições democráticas. Nesse sentido quero sublinhar e apoiar os esforços do Primeiro-Ministro Sali Berisha para encontrar uma saída eficaz para a actual crise política e, simultaneamente, criticar o ignóbil comportamento da oposição socialista. A cadência em que cada país avança no seu caminho para a União Europeia é, por isso, determinada pelo próprio país candidato ou potencialmente candidato. Espero que a Albânia prossiga o seu caminho em direcção à União de forma determinada e sem hesitações.

Bairbre de Brún (GUE/NGL), *por escrito*. – (GA) Apesar de ter votado a favor deste relatório, na minha opinião o povo da Albânia deve decidir se deseja fazer parte da UE.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A Albânia não foge à regra da instabilidade nos Balcãs Ocidentais e conhece uma crise política que ameaça pôr em causa as reformas entretanto empreendidas e que visavam em boa medida uma aproximação crescente à União Europeia. Se já vão longínquos os tempos da ditadura de Hoxha, é forçoso reconhecer que a Albânia oferece poucas garantias de que possa perseverar no caminho empreendido e eleve os seus níveis de desenvolvimento e o respeito pelo Estado de Direito e pelas liberdades individuais a níveis aceitáveis à luz dos padrões europeus. Se um passo importante foi dado com a adesão à NATO, este é ainda insuficiente para que a União Europeia possa ver na Albânia um forte candidato à adesão.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Apesar de a resolução reconhecer os progressos realizados pela Albânia no processo de reformas, sublinha que são necessários importantes esforços suplementares para consolidar a democracia e o Estado de Direito e para assegurar o desenvolvimento sustentável do país. Considero que a perspectiva de integração na União Europeia dinamiza várias reformas na região dos Balcãs Ocidentais e deve desempenhar um papel positivo na capacidade de reforço da paz, da estabilidade e da prevenção de conflitos na região, reforçando as boas relações de vizinhança e respondendo às necessidades económicas e sociais através do desenvolvimento sustentável. A progressão de cada país na via da adesão à União Europeia depende, contudo, dos esforços que realiza para satisfazer os critérios de Copenhaga e as condições estabelecidas no Processo de Estabilização e de Associação, que espero que sejam atingidos com êxito por este país.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Foi por amizade aos albaneses que votei contra este texto. Como podemos querer que adiram a uma União Europeia que promove os interesses das suas elites financeiras, excluindo todos os outros? Não é concebível qualquer alargamento enquanto a UE defender a concorrência entre povos e a defesa dos interesses dos privilegiados. Além disso, a Albânia pós-comunista demonstrou uma capacidade muito limitada para combater o crime organizado, que abunda nesse país. Votei contra este texto.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A estabilidade regional e a integração na UE dos países da região dos Balcãs Ocidentais foram desde sempre uma das prioridades da UE. Assim sendo, a perspectiva de integração na UE leva os países dessa região a um esforço suplementar na implementação das reformas necessárias para que consigam atingir as metas propostas, o que lhes permitirá serem membros da UE de pleno direito. São de salientar os esforços desses países no reforço da paz, da estabilidade e da prevenção de conflitos na região, reforçando as boas relações de vizinhança. A Albânia encontra-se num processo adiantado de integração, tendo inclusive já respondido ao questionário da Comissão para elaboração do parecer relativo ao pedido de adesão da Albânia à União Europeia.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução sobre a Albânia porque confirma o apoio do Parlamento às perspectivas europeias da Albânia, quando o país atingir um nível de estabilidade e fiabilidade política e os critérios de Copenhaga forem plenamente cumpridos. Refere o progresso efectuado no processo de reforma, salientando serem necessários mais esforços substanciais no domínio da consolidação da democracia e do Estado de direito, assim como do desenvolvimento sustentável do país. Esta resolução defende a adopção da proposta sobre a liberalização de vistos e insta à introdução de uma isenção de visto para os cidadãos albaneses até ao final de 2010. Salienta a importância da separação de poderes e do respeito por um sistema judicial independente, instando a que se efectue um progresso específico neste domínio. Das situações sobre as quais o relatório assume uma posição, as questões da corrupção e do crime organizado, assim como do tráfico de seres humanos, estão entre as mais preocupantes no país. O relatório também trata os direitos das minorias, a comunidade Roma, os direitos sindicais e a situação social, os direitos das mulheres e a consulta do Governo à sociedade civil sobre os projectos de lei e as reformas efectuadas. Encoraja o desenvolvimento e utilização de energia de fontes renováveis, de transportes públicos e a legislação relativa ao ambiente.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Saúdo a adopção desta resolução, especialmente porque se congratula com os progressos realizados no âmbito do sistema judicial, mas sublinha que a aplicação das reformas está apenas numa fase inicial; considera que a reforma judicial, assim como a execução das decisões dos tribunais, é uma condição fundamental do processo de integração da Albânia na União Europeia e sublinha a importância da separação de poderes numa sociedade democrática; salienta que um sistema judicial transparente, imparcial e eficiente, independente de quaisquer pressões ou controlos, políticos ou outros, é crucial para o estabelecimento de um Estado de direito e solicita a adopção urgente de uma estratégia global e de longo prazo neste domínio, bem como de um roteiro para a adopção da legislação necessária e das medidas para a sua execução; convida a oposição a participar na sua elaboração e a apoiar inteiramente a reforma judicial; sublinha, além disso, que o sistema judicial deverá beneficiar de financiamento suficiente a fim de funcionar eficazmente em todo o país; aguarda novas iniciativas de assistência por parte da Comissão Europeia e congratula-se, neste contexto, com a recente inauguração em Tirana de um tribunal encarregue de julgar crimes graves.

Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL), *por escrito*. – (DA) Votei a favor desta resolução porque contém vários apelos adequados para melhorias na Albânia. No entanto, o meu “sim” não deve em circunstância alguma ser interpretado como um apelo directo ou indirecto a que o povo albanês adira à UE. Esta questão é da inteira responsabilidade do povo albanês.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Apesar de ter votado a favor deste relatório, tenho a firme convicção de que o povo da Albânia devia decidir se deseja aderir à UE.

Propostas de resolução: Kosovo (B7-0409/2010) e Albânia (B7-0408/2010)

Justas Vincas Paleckis (S&D), *por escrito*. – (LT) A Albânia e o Kosovo fizeram progressos na execução de reformas democráticas para reforçar o Estado de direito e garantir o desenvolvimento sustentável do país. Contudo, temos de continuar a lutar pelos objectivos, especialmente na luta contra a corrupção e o crime organizado, fortalecendo a capacidade administrativa das instituições estatais e garantindo o primado do direito. Na Albânia, a tensão política devida aos resultados da eleição parlamentar, que subsiste há um ano, está a prejudicar os esforços do país para se tornar um Estado-Membro da UE. As forças políticas da Albânia têm de iniciar um diálogo construtivo para obter um acordo sobre os resultados e uma lei eleitoral que garanta um novo processo eleitoral totalmente transparente. Votei a favor das resoluções porque também instam os Estados-Membros a procurarem novas formas de interacção com estes países dos Balcãs. Uma dessas medidas é a promoção de contactos interpessoais através de intercâmbios académicos de alunos e cientistas.

Ernst Strasser (PPE), *por escrito*. – (DE) Gostaríamos de efectuar os seguintes comentários a propósito da questão da liberalização de vistos abordada nesta resolução. Devíamos, em princípio, apoiar a isenção de visto para os países dos Balcãs Ocidentais. Contudo, para isso é necessário que todas as condições impostas sejam plenamente cumpridas.

Proposta de resolução: Situação no Quirguizistão (B7-0419/2010)

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da proposta de resolução comum apresentada por vários grupos políticos. Esta resolução confirma a necessidade de desbloquear um montante superior ao já concedido ao Quirguizistão especificamente para responder ao pedido de urgência da ONU, que tenciona

reunir 71 milhões de dólares em ajuda de emergência. Além disso, considero necessário fornecer não só ajuda de emergência a este país, mas também os instrumentos necessários para estabilizar a sua situação e garantir que este tipo de acontecimentos não se repita. Deste modo, devem ser criados instrumentos que ajudem a reestabelecer a segurança no Quirguizistão.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Não obstante os sucessos no plano político formal, o Quirguizistão continua mergulhado na instabilidade e no conflito e não dá sinais de que a situação possa estabilizar brevemente. Este país, que atingiu a independência após o esboroar do império soviético, tem-se mostrado incapaz de adoptar os melhores padrões no tocante aos direitos humanos e ao respeito pelas liberdades individuais.

Creio que a União Europeia poderá assumir um papel de estabilizador e de mediador e que, numa situação de efectivo pós-conflito, deverá contribuir activamente para a difícil tarefa de efectiva pacificação e democratização de um país que tem a Rússia e a China por vizinhos.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A presente resolução manifesta a sua mais viva preocupação face aos confrontos trágicos e violentos que eclodiram no Quirguizistão recentemente e apresenta as suas condolências às famílias de todas as vítimas. Sublinho o pedido desta resolução para que se envidem todos os esforços para que a situação volte à normalidade e se criem as condições necessárias para que os refugiados e os deslocados internos possam retornar aos seus lares voluntariamente, com segurança e dignidade. Solicita-se ainda à Comissão que reforce a assistência humanitária, em cooperação com organizações internacionais, e que dê início a programas de curto e médio prazo visando a reconstrução das casas destruídas e a substituição dos bens perdidos, bem como a projectos de reabilitação, em colaboração com as autoridades do Quirguizistão e outros doadores, para criar condições favoráveis ao regresso dos refugiados e dos deslocados internos.

Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE), *por escrito*. – (PL) No que diz respeito aos distúrbios e confrontos que ocorreram em 11 de Junho no sul do Quirguizistão, e em particular nas cidades de Osh e Jalal-Abad, em que morreram cerca de 300 pessoas e mais de 2 000 ficaram feridas, considero que o Parlamento Europeu, enquanto guardião da democracia, da lei e da ordem e do respeito pelos direitos humanos, devia reagir com determinação a todas estas ocorrências, tentando impedir processos de destabilização como os que se estão a verificar actualmente no Quirguizistão. Assim, gostaria de manifestar a minha solidariedade e apoio à nação do Quirguizistão ao apoiar esta resolução e ao votar a favor da sua adopção.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Vejo com grande preocupação os violentos confrontos que se verificaram, recentemente, nas cidades de Osh e Jalal-Abad, no Sul do Quirguizistão. Assim, e considerando os compromissos assumidos pela UE para aquela região, nomeadamente através da sua Estratégia para a Ásia Central, temos que assumir um compromisso forte na ajuda ao Quirguizistão. Face à gravidade da situação, é necessário um aumento substancial da ajuda humanitária prestada pela UE, destinada a todos aqueles que foram afectados pelos graves confrontos.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Congratulo-me pela adopção desta resolução, principalmente porque solicita um aumento substancial da ajuda humanitária da UE destinada às pessoas afectadas pela recente violência no sul do Quirguizistão, bem como um amplo recurso ao Instrumento de Estabilidade, e porque salienta a nossa convicção de que será também necessário um novo nível de compromisso da UE no sul do Quirguizistão, inclusive a longo prazo; reitera o seu apelo à Comissão para elaborar propostas de redistribuição de fundos no âmbito do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, tendo em vista colocar a UE em melhor posição para dar uma resposta sustentada à nova situação no Quirguizistão; e insiste na importância de a política da UE para a Ásia Central se centrar na segurança humana.

Proposta de resolução: O VIH/SIDA tendo em vista a XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA (Viena, 18-23 Julho 2010) (RC-B7-0412/2010)

John Attard-Montalto, Louis Grech e Edward Scicluna (S&D), *por escrito*. – (EN) A delegação trabalhista maltesa votou a favor da proposta de resolução comum sobre a resposta da UE ao VIH/SIDA, especialmente porque trata questões e prioridades fundamentais no que respeita a um problema global e trágico que afecta – em grande medida – a vida de muitas pessoas, especialmente mulheres e crianças em regiões assoladas pela pobreza como a África subsariana, onde vivem 22,4 milhões de pessoas com VIH/SIDA. Apesar de – *prima facie* – parecer que não existe qualquer referência directa à promoção do aborto na resolução, a minha delegação não apoia cláusulas que possam perdoar o aborto.

Carlo Casini (PPE), *por escrito*. – (IT) Uma vez mais estamos na situação lamentável de aplicar argumentos que propõem soluções injustas para a questão do direito à vida na discussão de um problema real e grave (neste caso o combate ao VIH), impossibilitando assim que vote a favor. A utilização das palavras “saúde sexual e reprodutiva” tornou-se agora a forma de convencer os parlamentos a promoverem o aborto. Não nos podemos deixar enganar.

Todos, começando por mim, temos de promover a saúde sexual e reprodutiva, mas quando essas palavras indicam uma situação diferente e, de facto, contraditória (em que matar um ser humano é entendido como o direito à liberdade individual da mulher), torna-se então necessário desmascarar o artifício. O aborto no mundo é uma verdadeira tragédia, mas também é uma verdadeira tragédia na Europa! A minha intenção ao votar contra a resolução não é prejudicar os esforços amplos para combater a SIDA, mas opor-me ao método e ao conteúdo que mencionei.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução sobre VIH/SIDA tendo em vista a XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA, porque é necessário intensificar esforços para uma abordagem ao VIH/SIDA enquanto prioridade da saúde pública mundial e facilitar o acesso universal aos cuidados de saúde, à educação e ao emprego das pessoas afectadas por este vírus. É fundamental combater a estigmatização e a discriminação dos portadores do VIH/SIDA e garantir a protecção dos seus direitos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Uma matéria como a presente deveria ser objecto de amplo consenso entre os grupos políticos, que deveriam ter-se absterido de procurar utilizá-la em favor desta ou daquela agenda. Ao verificar a existência de uma proposta de resolução comum apenas subscrita por partidos da esquerda e extrema-esquerda parlamentar, facilmente se compreende que este objectivo foi lamentavelmente posto em causa. São as pessoas, a sua doença e o sofrimento que dela advém e o impacto que tem nas sociedades, em particular nas menos desenvolvidas, o que deveria estar em causa. É para elas que deveremos trabalhar para encontrar as melhores soluções para combater este flagelo e minorar os seus efeitos.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O flagelo da sida continua a ser um grave problema humanitário, de dimensão global, e que por isso exige uma resposta integrada e de alcance mundial, que mobilize os Estados, as instituições e as sociedades das diferentes regiões e continentes. A estigmatização social que continua a imperar nesta questão e a contínua propagação da doença, com um elevado índice de mortandade, com efeitos particularmente devastadores nos países subdesenvolvidos e com maiores carências humanitárias, têm obrigatoriamente de mobilizar a preocupação e o empenho das instituições da UE e dos Estados-Membros, no sentido de disponibilizar recursos efectivos para uma resposta global e eficaz, capaz de assegurar a necessária conciliação de políticas de prevenção e de promoção do adequado tratamento da doença. Não concordo, porém, com a associação entre uma questão sensível como o aborto e o combate ao VIH.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A Resolução faz uma abordagem abrangente, suportada por dados actuais, à problemática do VIH/SIDA. São colocadas questões essenciais, que naturalmente apoiamos, como sejam, entre muitas outras, as seguintes: - A defesa da universalidade do acesso aos cuidados de saúde e a exigência de que os governos cumpram a sua obrigação, disponibilizando um serviço de saúde pública para todos; - A necessidade de promover, proteger e respeitar os direitos humanos, nomeadamente os direitos de saúde sexual e reprodutiva, dos portadores do VIH/SIDA; - A chamada de atenção para os entraves económicos, jurídicos, sociais e técnicos, bem como a legislação e as medidas punitivas que impedem respostas eficazes ao VIH; - A necessidade de um financiamento justo e flexível à investigação sobre novas tecnologias preventivas, incluindo vacinas e microbicidas; - O apelo aos Estados-Membros e à Comissão para que invertam o preocupante declínio verificado no financiamento destinado à promoção da saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos nos países em desenvolvimento.

Nathalie Griesbeck (ALDE), *por escrito*. – (FR) Foi com empenho e convicção que votei a favor desta resolução que exige que os Estados-Membros da União Europeia, em vésperas da próxima conferência internacional sobre a SIDA em Viena, aprovelem novas leis para facultar medicamentos acessíveis e eficazes contra o VIH, para encorajar mais campanhas de consciencialização nos países em desenvolvimento, para financiar a investigação de novas vacinas e microbicidas e para combater a discriminação de doentes. Mais de 33 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com SIDA, com acesso muito limitado a medicamentos anti-retrovirais, e espero que este pequeno conjunto de recomendações seja seguido na conferência internacional da próxima semana.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) A pouco tempo da próxima Conferência Internacional sobre SIDA, a realizar em Viena no mês de Julho, afigurava-se essencial que nós, deputados ao Parlamento Europeu, enviássemos uma mensagem forte aos governos. Consequentemente, votei a favor desta resolução, que insta

a Comissão e o Conselho a redobrar os seus esforços para tratar o VIH/SIDA como uma prioridade de saúde pública mundial ao posicionar os direitos humanos no cerne da prevenção, do tratamento e do apoio.

A proporção dos portadores do vírus que recebem actualmente tratamento ainda é demasiado pequena e são necessárias leis para providenciar medicamentos contra o VIH eficazes e a preços acessíveis. Condeno fortemente os acordos comerciais bilaterais que continuam a sobrepor interesses comerciais à saúde, violando um acordo assinado com a Organização Mundial de Comércio. Além disso, como salienta a resolução, temos de combater toda a legislação que criminalize a transmissão do VIH e encoraje a estigmatização e a discriminação dos seus portadores.

Por último, as estatísticas sobre a proporção de mulheres e raparigas contagiadas demonstraram o fracasso das actuais políticas de prevenção e, na minha opinião, é por isso que se torna essencial adoptar uma abordagem de facto realista, ao aumentar o financiamento da investigação de novas vacinas e microbicidas.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O VIH/SIDA continua a ser uma das causas principais de morte a nível mundial, vitimando 2 milhões de pessoas em 2008, e, de acordo com as previsões, continuará a ser uma causa incontornável de mortalidade prematura a nível mundial nas próximas décadas. O número de novas infecções continua a ser superior à expansão do tratamento, quando dois terços das pessoas que necessitavam de tratamento, em 2009, ainda não o receberam, o que significa que 10 milhões de pessoas necessitadas não tiveram acesso ao necessário tratamento efectivo. Por isso defendo que a UE deve conjugar todos os esforços para que se invista mais na área da investigação, tratamento e educação, de forma a melhorar todo este cenário. Deve ser ainda promovido o fim da estigmatização e da discriminação dos portadores de VIH/SIDA. Defendo ainda que a UE deve ter uma sensibilidade especial em relação ao problema na África subsariana, onde 22,4 milhões de pessoas são seropositivas, continuando a ser a região mais afectada.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei a favor da resolução comum de todos os grupos do Parlamento sobre o VIH/SIDA, pois trata elementos importantes deste problema, nomeadamente, a defesa da universalidade no acesso aos serviços de saúde pública para todos os cidadãos. A resolução também exige que os governos cumpram a sua obrigação de disponibilizar um serviço de saúde público a todos os cidadãos. A resolução protege igualmente a saúde sexual e os direitos reprodutivos dos portadores do VIH. Salienta ainda a necessidade de financiamento que está em consonância com os requisitos da investigação de novas medidas preventivas, incluindo de vacinas.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Até ao momento, o VIH/SIDA continua a ser uma praga mundial que é quase impossível enfrentar. Os países em desenvolvimento, em particular, continuam a ter uma taxa elevada de novas infecções e, em resultado, uma taxa de mortalidade elevada. No entanto, também no seio da União Europeia estão a registar-se cada vez mais pessoas infectadas, e o número de casos não registados pode ser muito superior. O medo de descobrir que se sofre desta doença e de ter de viver com o estigma ainda está muito disseminado. Está a ser feita muita investigação para controlar a doença, incluindo na UE. Uma vez que a investigação no domínio do VIH/SIDA é essencial, votei a favor da resolução.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE), *por escrito*. – (FR) Em vésperas da próxima conferência internacional sobre SIDA, que ocorrerá em Viena entre 18 e 23 de Julho de 2010, tenho de manifestar o meu apoio à resolução hoje adoptada ao enviar uma forte mensagem aos governos nacionais. De facto, é essencial criar uma nova legislação para a disponibilização de medicamentos contra o VIH eficazes e a preços acessíveis, incluindo anti-retrovirais e outros medicamentos seguros e eficazes. Tenho de salientar que apenas 23% dos portadores do VIH estão cientes dos tratamentos anti-retrovirais disponíveis na Europa e na Ásia Central. Por exemplo, os Estados do Báltico são os países da União Europeia que mais necessitam de executar políticas de prevenção da SIDA. Assim, apelo à Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia que reúna mais dados sobre a situação das pessoas infectadas com VIH/SIDA e garanta que esses portadores mantêm o direito a uma vida social, sexual e reprodutiva plena.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apresento esta declaração de voto porque, apesar de ter votado a maioria dos pontos positivamente, quero sublinhar a minha abstenção no ponto 17. Abstive-me, apenas porque a versão francesa – ao contrário da portuguesa – indicava a possibilidade de saúde sexual e reprodutiva poder incluir a aceitação do aborto como meio de promoção da mesma. Como defensor do direito à vida, não podia em consciência votar positivamente. Sublinho que o uso da linguagem *saúde sexual e reprodutiva* não se pode tornar uma maneira de persuadir os parlamentos a promover o aborto. Reitero, no entanto, todo o meu empenho no combate à SIDA/VIH.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) A resolução comum foi adoptada na sua versão negociada com 400 votos a favor e 166 contra, apesar de o Grupo PPE ter solicitado, como sempre, uma votação por partes sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Também demonstra que o Grupo PPE está dividido no que respeita a esta questão. Congratulo-me com o resultado, especialmente porque todas as nossas considerações em matéria dos direitos sexuais e reprodutivos foram incluídas.

Joanna Senyszyn (S&D), *por escrito*. – (PL) As infecções com VIH/SIDA são um fenómeno mundial e em nada se relacionam com os chamados grupos de risco ou com regiões específicas. Não é, actualmente, um problema de toxicodependentes ou homossexuais, mas de todos. Os jovens, as pessoas com mais formação, os brancos e as pessoas que trabalham em grandes empresas são quem corre mais riscos.

Quase metade dos portadores de VIH são mulheres. São mais susceptíveis à infecção, porque o vírus se transmite muito mais facilmente de homens para mulheres do que vice-versa. A XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA, a realizar em Viena de 18 a 23 de Julho deste ano, destacará a necessidade de intensificar a campanha de informação destinada às mulheres e aos jovens. As mulheres têm de ter um acesso fácil e universal a informação sobre aspectos de saúde sexual, da reprodução e dos serviços médicos. É igualmente essencial a distribuição gratuita de medicamentos contra o VIH a grávidas, para impedir a transmissão da doença de mães para filhos. Os programas de educação escolar sobre os direitos sexuais e reprodutivos são essenciais para a prevenção do VIH/SIDA.

Os efeitos mais visíveis da falta de educação sexual nas escolas são os casos de infecções de VIH e de outras doenças sexualmente transmissíveis entre jovens, assim como as incidências de gravidez não planeada neste grupo etário. A epidemia de VIH/SIDA, devido à sua abrangência, ao seu perigo mortal e à grande percentagem de casos entre jovens, devia ser razão suficiente para instituir uma educação sexual adequada nas escolas. Foi por este motivo que votei a favor da adopção da resolução sobre VIH/SIDA no contexto da XVIII Conferência Internacional sobre a SIDA.

Charles Tannock (ECR), *por escrito*. – (EN) O Grupo ECR apoia convictamente os direitos humanos para todos, independentemente da raça, do género ou da orientação sexual. Apoiamos plenamente a oferta de tratamento, prevenção e acesso a cuidados de saúde para todos, assim como a promoção da consciencialização e da educação no combate ao VIH e à SIDA.

No entanto, consideramos que os direitos reprodutivos, nomeadamente o aborto, são uma questão de consciência individual e que as propostas desta resolução interferem demasiado com o direito de um Estado soberano estabelecer a sua própria política em matéria de saúde e de aborto.

Por estes motivos, o Grupo ECR decidiu abster-se na votação desta resolução.

Proposta de resolução: Entrada em vigor em 1 de Agosto de 2010 da Convenção sobre as Munições de Fragmentação e o papel da União Europeia (RC-B7-0413/2010)

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) A Convenção sobre as Munições de Fragmentação destina-se a proibir a utilização, produção, armazenagem e transferência desta categoria de armamento e prevê a sua remoção e destruição. Apoiei esta proposta de resolução comum, que insta todos os Estados-Membros a ratificar esta Convenção e assim permitir a adesão da União Europeia. Deste modo, é essencial tomar as medidas necessárias para que os países que ainda não ratificaram a Convenção o façam. No caso dos Estados-Membros que já a assinaram, a entrada em vigor constitui uma oportunidade para efectuar as medidas necessárias à execução da Convenção, ao destruir reservas, ao eliminar restos de armamento, ao prestar auxílio a vítimas, etc.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Subscrevi e votei a favor da proposta de resolução relativa à entrada em vigor da Convenção sobre as Munições de Fragmentação e o papel da UE, não só por se tratar de uma questão da maior importância, mas também porque a Grécia é, infelizmente, um dos países que nem sequer assinaram esta Convenção. Esta Convenção tem de ser aplicada imediatamente por todos os Estados. As munições de fragmentação tendem a gerar uma taxa de mortalidade elevada e graves riscos para os cidadãos, especialmente quando utilizadas junto a zonas residenciais. Continuam a ter consequências trágicas, mesmo depois de o conflito ter terminado, pois a utilização destas munições causa muitos ferimentos e mortes entre a população civil, dado que as munições não deflagradas e abandonadas são muitas vezes encontradas por crianças ou outras pessoas inocentes e desconhecedoras do perigo.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Todos os países que ainda tenham memória de participação em guerras conhecem as consequências devastadoras das munições de fragmentação. O apoio do Parlamento Europeu

à sua proibição e erradicação justifica-se plenamente. Temo, não obstante, que a disposição dos políticos e a ratificação da Convenção por alguns Estados possam não ser suficientes para que se alcancem prontamente os resultados desejados.

Dito isto, este é inegavelmente um passo importante na direcção certa, que a União Europeia e os Estados que a integram têm o dever de apoiar.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Considerando o inalienável papel da União Europeia na defesa da paz, segurança, respeito pela liberdade, pela vida e pelos Direitos do Homem e qualidade de vida das populações, apoio esta resolução, vincando a necessidade de uma resposta positiva e célere de todos os Estados-Membros ao apelo para que assinem e ratifiquem *sem demora* a Convenção sobre as Munições de Fragmentação. Vinco o facto de as munições de fragmentação terem um amplo efeito mortífero e constituírem um grave risco para a população civil, incluindo em períodos pós-conflito. Lamentavelmente, as crianças são das principais vítimas deste tipo de material explosivo. Defendo o empenhamento da Europa na luta contra a proliferação de armas que matam indiscriminadamente, e espero que Estados-Membros e instituições da UE assumam uma actuação coerente e determinada na relação com países terceiros nesta matéria.

Paweł Robert Kowal (ECR), *por escrito*. – (PL) A nossa proposta de resolução é equilibrada. Congratula-se com as medidas dos Estados-Membros que assinaram e ratificaram a Convenção sobre as Munições de Fragmentação, mas também reconhece que alguns Estados-Membros, face à sua situação, não poderão assinar a Convenção neste momento. O nosso texto insta esses países (nomeadamente a Polónia) a tomarem medidas para cumprir determinadas condições (como a redução significativa do número de munições não deflagradas e das zonas por onde se encontram dispersas) que, por conseguinte, reduzem as possíveis baixas nas populações civis – como parte de um Protocolo Adicional à Convenção de Genebra sobre a Proibição de Certas Armas Convencionais. Esta via foi a escolhida pela Polónia e por outros Estados-Membros da UE, nomeadamente a Finlândia, a Letónia, a Estónia, a Roménia e a Eslováquia, assim como pelos EUA.

Sabine Lösing e Sabine Wils (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Infelizmente, os considerandos da resolução comum incluem uma referência positiva à Estratégia Europeia de Segurança (EES) e à Política Comum de Segurança e Defesa, que eu e o meu grupo rejeitamos. Mas, devido à extrema importância da Convenção sobre as Munições de Fragmentação (CCM) adoptada por 107 países, eu e o Grupo GUE/NGL assinámos a resolução comum sobre a entrada em vigor da CCM e o papel da UE, pois esta resolução comum tem de ser vista como um grande sucesso no caminho para a proibição das munições de fragmentação.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A assinatura da Convenção sobre as Munições de Fragmentação por parte de 20 Estados-Membros demonstra bem o empenho da UE na luta contra a proliferação de armas que matam indiscriminadamente. Não nos podemos esquecer de que este tipo de armas é o principal responsável pela morte de milhares de civis, matando indiscriminadamente, nomeadamente crianças, ou outras pessoas inocentes e desconhecidas do perigo.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Infelizmente, a resolução comum contém referências positivas à Estratégia Europeia de Segurança e à Política Comum de Segurança e Defesa, que eu e o meu grupo rejeitamos. Contudo, devido à extrema importância da Convenção sobre as Munições de Fragmentação (CCM) adoptada por 107 países, eu e o meu grupo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, também apoiamos a resolução comum sobre a entrada em vigor desta Convenção e o papel desempenhado pela União Europeia. Considero que a resolução comum pode ser vista como um progresso no sentido da proibição das bombas de fragmentação, pelo que votei a favor.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) As munições de fragmentação estão entre as armas mais perversas, uma vez que quando são utilizadas matam principalmente pessoas inocentes. Acima de tudo, as crianças correm o risco de fazer explodir acidentalmente armamento não deflagrado, o que lhes pode causar ferimentos graves. A Convenção sobre as Munições de Fragmentação (CCM), assinada por 20 Estados-Membros, proíbe a utilização desse armamento e exige que os países que o mantêm no seu arsenal o destruam. Concordei com a resolução porque a CCM é a primeira medida na direcção certa da proibição permanente deste armamento mortífero. Votei contra a resolução porque não considero que o acordo possa forçar os países a proibir as munições de fragmentação.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Com a aprovação desta resolução por esmagadora maioria, o Parlamento Europeu assume uma posição de clara oposição a esta pérfida ameaça para os seres humanos em zonas de guerra e de crise. Milhares de pessoas continuam a ser afectadas por munições de fragmentação: quase exclusivamente civis e, frequentemente, crianças, que confundem as pequenas bombas

com bolas e brinquedos. Por esta razão, o Parlamento Europeu adoptou a única posição possível face a uma categoria de armamento desumana e que mata indiscriminadamente: um ‘não’ unânime às munições de fragmentação na Europa e no mundo. O Parlamento Europeu insta todos os Estados-Membros e países candidatos que ainda não tenham assinado e ratificado a convenção que proíbe as munições de fragmentação a fazerem-no o mais rapidamente possível, de preferência até ao final do ano. Nós, os Verdes, vimos atendida a nossa exigência de que os países que ainda não o fizeram fossem identificados publicamente – permitindo à sociedade civil exercer pressão onde ela é mais necessária. A Estónia, a Finlândia, a Grécia, a Letónia, a Polónia, a Roménia, a Eslováquia e a Turquia ainda não assinaram nem ratificaram a convenção. A Bulgária, Chipre, a República Checa, a Hungria, a Itália, a Lituânia, os Países Baixos, a Suécia e Portugal já a assinaram mas terão ainda de a ratificar nos respectivos parlamentos.

Geoffrey Van Orden (ECR), *por escrito*. – (EN) O Grupo ECR apoia todos os esforços para minimizar o sofrimento de militares e civis, razão por que votámos a favor desta resolução. No entanto, consideramos que a eficácia operacional e a segurança das nossas forças armadas não podem ser postas em causa. Gostaríamos, assim, que ficasse bem claro que as “munições de fragmentação”, conforme a definição da Convenção sobre as Munições de Fragmentação (CMF), não incluem as munições que se autodestroem ou desactivam: por outras palavras, as que as forças armadas responsáveis dos nossos países irão utilizar.

Pessoalmente, desaprovo o texto do n.º 10 em que é solicitado à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que desenvolva todos os esforços para “assegurar a adesão da União à CMF”. Uma das muitas consequências infelizes do Tratado de Lisboa é que a própria UE pode agora aderir a convenções internacionais. Isto deveria ser prerrogativa de Estados soberanos e não de uma organização como a UE, embora seja evidente que, lamentavelmente, haja quem procure transformar a UE num Estado soberano.

Relatório: George Lyon (A7-0204/2010)

Roberta Angelilli (PPE), *por escrito*. – (IT) A política agrícola comum (PAC) é uma das políticas mais importantes da União Europeia e, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a reforma da PAC, tal como qualquer nova legislação no domínio da agricultura, não pode ser aprovada sem o consentimento do Parlamento Europeu.

Os agricultores produzem bens para consumo de toda a sociedade, mas a PAC não diz respeito apenas aos agricultores dado que há uma relação entre a agricultura, o ambiente, a biodiversidade, as alterações climáticas e a gestão sustentável de recursos naturais como a água e os solos; existe também uma clara ligação entre a agricultura e o adequado desenvolvimento económico e social das vastas zonas rurais da UE. Além disso, os agricultores são responsáveis pelo fornecimento de alimentos, de que necessitamos para viver.

Esta resolução inicial sobre o futuro da PAC representa o contributo dos deputados ao Parlamento Europeu para o debate sobre a reforma da PAC – que ocorrerá em paralelo com a introdução, em 2013, do novo orçamento plurianual – e para a definição dos princípios básicos que deverão orientar o processo de criação de uma nova política agrícola comum. Com esta votação, a atenção do Parlamento centrou-se na forma como iremos fazer face aos novos desafios, como o combate às alterações climáticas, a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos, a competitividade das explorações agrícolas e a rentabilidade dos agricultores.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O relatório sobre o futuro da PAC após 2013 promove a política euro-unificadora de aniquilação dos pequenos e médios agricultores e de reforço da produção agrícola do grande capitalismo. A PAC, as reformas do ‘Exame de Saúde’ e as decisões da OMC têm tido um impacto dramático nas explorações agrícolas de pequena e média dimensão. Antes de aderir à CEE/UE, a Grécia exportava produtos agrícolas; hoje o país gasta 2,5 mil milhões de euros na importação de produtos que pode produzir. Anualmente são eliminados vinte mil postos de trabalho no sector, a produção está em queda, as receitas diminuíram 20% entre 2000 e 2008 e 75% das explorações agrícolas têm receitas brutas anuais entre 1 200 e 9 600 euros.

O relatório considera um êxito as penosas consequências das políticas até aqui seguidas para as explorações de pequena e média dimensão. O objectivo do relatório é adaptar a PAC à estratégia do capital monopolista na economia agrícola, como é expresso na Estratégia UE 2020: “agricultura competitiva”, grandes propriedades corporativas que irão concentrar a terra e os subsídios da Comunidade em detrimento das explorações de pequena e média dimensão, desencadeando uma competição feroz por uma quota nos mercados euro-unificadores e globais. A decisão da Comissão de suspender ou abolir os subsídios/apoios comunitários ao sector agrícola nos Estados-Membros que não cumpram as exigências de disciplina financeira do Pacto de Estabilidade aponta no mesmo sentido.

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Actualmente, os sectores da agricultura, da silvicultura e da pesca empregam directamente 13,6 milhões de cidadãos nos Estados-Membros da UE, sendo a indústria agro-alimentar responsável por mais 5 milhões de postos de trabalho. Estas indústrias geram, ao nível da União, uma produção anual superior a 337 mil milhões de euros.

Tendo em conta a necessidade da UE de garantir a segurança alimentar dos seus cidadãos e o desenvolvimento a longo prazo do sector agrícola, a agricultura terá de sofrer mudanças significativas para assegurar a manutenção da produtividade, e, simultaneamente, de se adaptar a restrições ambientais mais rigorosas do que aquelas que estão em prática actualmente.

As políticas de redução do cultivo para combater as alterações climáticas irão limitar a extensão das zonas cultivadas e impor condições adicionais à produção agrícola com o objectivo de reduzir o impacto da actividade no ambiente e no clima. Além disso, a política agrícola comum da UE terá de se adaptar a um novo clima socioeconómico a nível local e regional, que será condicionado pelo aumento dos custos energéticos.

Este relatório identificou correctamente os problemas fundamentais a que a política agrícola comum terá de dar resposta a partir de 2013, razão pela qual votei a favor.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) O relatório do senhor deputado George Lyon visa assegurar e melhorar o futuro da política agrícola comum (CAP) após 2013, não ignorando o contexto de crise económica e de graves dificuldades financeiras que os Estados-Membros, contribuintes, agricultores e consumidores enfrentam. Deste modo, a União Europeia terá de reagir a uma pressão demográfica crescente e a um crescimento da procura do mercado interno. No entanto, como é expresso no relatório, que votei favoravelmente, não se trata apenas de intensificar a produção. O desafio que se coloca à PAC e aos nossos agricultores é essencialmente de produzir mais alimentos com menos terra, menos água e menos energia. Várias alterações tinham sido propostas em sessão plenária. Votei, em particular, a favor da alteração 1, que insiste no elevado valor nutricional dos produtos agrícolas. Não obstante, votei contra a alteração 2, que defendia a eliminação da estrutura de dois pilares da PAC.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (LT) Votei a favor deste relatório. Esta reforma da política agrícola comum tem como pano de fundo uma época de crise económica e de graves dificuldades financeiras para os Estados-Membros, contribuintes, agricultores e consumidores. A nova PAC terá de adaptar-se a uma Europa e a um contexto global em mudança e fazer frente a muitos desafios. A agricultura europeia terá de garantir a segurança alimentar dos consumidores da União e contribuir para a alimentação de uma população mundial que cresce a um ritmo constante. Isso será muito difícil porque a crise energética, o constante aumento do custo da energia e a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa condicionarão o aumento da produção. Além disso, devido ao impacto das alterações climáticas, a afectação adicional de vastas extensões de terra à produção agrícola não será possível, pelo que agricultura ao nível da UE e do planeta terá de produzir mais alimentos com menos terra, menos água e menos energia. Penso que o principal objectivo da PAC deve continuar a ser assegurar a competitividade da agricultura europeia face a parceiros comerciais com fortes apoios estatais como os EUA, o Japão, a Suíça ou a Noruega, proporcionando condições de concorrência leal aos agricultores da UE. A PAC deverá também continuar a apoiar a actividade agrícola em toda a Europa com vista a assegurar a produção local de alimentos e um desenvolvimento territorial equilibrado.

Bastiaan Belder (EFD), *por escrito*. – (NL) O relatório de iniciativa do senhor deputado George Lyon é importante. Com este documento, a Comissão Europeia fica a saber qual é a posição do Parlamento Europeu relativamente a este dossier e terá de ter em conta quando apresentar novas propostas. Para o meu partido, a política agrícola comum (PAC) deverá manter-se após 2013. A agricultura é importante para os nossos cidadãos. O sector pode dar um contributo significativo para causas como a segurança alimentar, a preservação da paisagem e do ambiente, o bem-estar dos animais, o combate às alterações climáticas, etc. Porém, uma política firme exigirá recursos financeiros adequados. Para além dos desafios que já foram mencionados, surgirão novos desafios com que teremos de nos confrontar. Neste momento a União é composta por um grande número de Estados-Membros. Apoio este relatório porque defende que no orçamento pós 2013 sejam previstos fundos comparáveis aos actuais para o sector agrícola. No entanto, será necessário fazer algumas reformulações. Em primeiro lugar, necessitamos de simplificar os regimes e de diminuir a burocracia. Além disso, teremos de evoluir de um modelo em que nem todos os agricultores recebem subsídios para um em que os apoios se baseiem na superfície cultivada. Para isso será muito importante o estabelecimento de um período de transição que permita avançar com precaução.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) Com a programação financeira para o período de 2007-2013 concluída, a nova política agrícola comum terá agora de responder a um importante desafio em benefício dos nossos agricultores: o de garantir pelo menos o mesmo nível de recursos financeiros que até aqui têm sido atribuídos ao sector e de os distribuir equitativamente entre os Estados-Membros antigos e novos, com base não só no número de hectares, mas também noutros critérios de avaliação objectivos. Votei a favor do relatório do senhor deputado Lyon porque apoia inteiramente os objectivos de regionalização e a intenção de manter os apoios a zonas e sectores agrícolas vulneráveis sob a forma de pagamentos associados que aí são expressos. Acredito também na importância da política de promoção das indicações geográficas, na simplificação, no cumprimento das normas da UE no que respeita às importações de países terceiros e no reforço da posição dos diversos actores da cadeia alimentar.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Este relatório coloca a política agrícola num papel estratégico em termos de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de tecnologias verdes no domínio agrícola tem um elevado potencial para a criação de emprego e essas tecnologias contribuirão de uma forma decisiva para os objectivos da Estratégia UE 2020. Neste relatório o Parlamento Europeu definiu a sua posição sobre a reforma e o financiamento da PAC pós-2013. O relatório aborda ainda as interligações entre a política agrícola e a luta contra as alterações climáticas.

Ole Christensen, Dan Jørgensen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (S&D), *por escrito*. – (DA) Relatório na globalidade: “Nós, os sociais-democratas dinamarqueses, optámos por votar contra o relatório sobre o futuro da política agrícola comum após 2013 por considerarmos que não expressa a intenção de realização de uma verdadeira reforma que é, de facto, tão necessária. Gostaríamos de ter visto a UE dar o primeiro passo e acabar com as subvenções à exportação o mais tardar até 2013 – independentemente das iniciativas tomadas pelos outros parceiros comerciais na OMC. Esta intenção não é manifestada no relatório. No que respeita à concessão de subsídios gostaríamos de ver fixados requisitos mais ambiciosos em matéria de protecção do ambiente, de combate às alterações climáticas e de sustentabilidade do que os modestos requisitos exigidos actualmente. Isso não é mencionado no relatório. Gostaríamos de ver também uma redução significativa da proporção dos recursos do orçamento da UE que são afectados aos apoios à agricultura. Isso também não foi incluído. Por tudo isto, nós, os sociais-democratas dinamarqueses, não podemos dar o nosso apoio ao relatório final sobre a Política Agrícola Comum após 2013.”

Alteração 3: “Nós, os sociais-democratas dinamarqueses, defendemos a abolição dos subsídios comunitários da política agrícola europeia. Defendemos uma agricultura baseada na sustentabilidade que tenha por princípio orientador o comércio livre e justo. Votámos contra esta alteração, pois consideramos que é contraditória em si mesma: preconiza a concessão de subsídios pela UE sem distorção das condições de mercado. No entanto, é precisamente isso que os esquemas de apoio da UE estão a fazer actualmente: a distorcer o comércio livre e justo.”

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei sem hesitação a favor da distribuição equitativa dos apoios à agricultura entre os agricultores dos novos e dos antigos Estados-Membros, no âmbito da política agrícola comum após 2013, o que contribuirá para corrigir uma injustiça para os Estados-Membros que aderiram recentemente à União, incluindo a Roménia.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) O momento em que nos encontramos, de definição da futura reforma da política agrícola comum, é decisivo. É uma matéria que diz respeito aos europeus, naturalmente, mas que afecta também os cidadãos de todo o mundo. Por esta razão, esta reforma não devia ser um assunto de especialistas, mas de agricultores e de consumidores. Temos de repensar os objectivos gerais de uma nova política agrícola comum. Os europeus têm novas expectativas em termos de produção e de abastecimento de alimentos. Querem uma agricultura que respeite o ambiente e que satisfaça normas rigorosas em termos de qualidade, de rastreabilidade, de segurança e de pegada de carbono dos produtos alimentares. Esta nova política deve também inserir-se numa visão global, atendendo a um desafio fundamental: ser capaz de responder à duplicação da procura em matéria de produção e de abastecimento de alimentos que se irá verificar até 2050, num contexto de escassez de recursos hídricos, redução da terra arável e de um novo acordo energético ditado pelo combate às alterações climáticas. A organização global dos mercados agrícolas tem de ser repensada tendo em conta as duas principais inspirações de uma política agrícola comum: garantir a segurança alimentar e assegurar a sobrevivência dos pequenos agricultores e das suas famílias, tanto ao nível da União Europeia como dos países mais pobres do mundo.

Diane Dodds (NI), *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório, mas devo sublinhar que só manterei o meu apoio se a Comissão tiver em conta e assegurar o cumprimento de alguns objectivos:

1. Temos de ter um orçamento da PAC com capacidade para proporcionar aos nossos agricultores um rendimento viável e seguro e garantir a segurança alimentar dos consumidores.
2. Temos de manter os pagamentos ao abrigo do primeiro pilar, recompensando os agricultores pelo seu trabalho, estabilizando o sector através de pagamentos directos.
3. Temos de definir o que consideramos uma distribuição equitativa da PAC e analisar os custos de produção. A atribuição dos subsídios com base na superfície, que terá como consequência a redução do nível dos apoios concedidos à Irlanda do Norte, irá destruir uma indústria já no limite da viabilidade. A diversificação regional é vital.
4. Temos de manter medidas de controlo de mercado que contribuam para prevenir a volatilidade dos preços e assegurar a rentabilidade.

Leonidas Donskis (ALDE), *por escrito*. – (LT) A resolução do Parlamento Europeu sobre a política agrícola comum é a expressão de uma reforma ambiciosa e orientada para objectivos. Tem o meu voto bem como o do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa. O mais importante é que reconhece a injustiça que foi feita aos agricultores dos novos Estados-Membros. Esta resolução insta a União Europeia a responder às expectativas dos 12 novos Estados-Membros que aderiram após 2004 e a dar-lhes um tratamento equitativo no que respeita à distribuição do dinheiro da União Europeia. Atendendo a que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os poderes do Parlamento Europeu nesta matéria foram reforçados, espero que o Conselho não recue, mantendo as disparidades nos pagamentos directos aos agricultores dos novos e dos antigos Estados-Membros e que não aprove nenhum financiamento geral adicional que possa prejudicar a concorrência leal no mercado único da UE. A nova PAC deve assegurar a concessão de apoios aos agricultores eficazes e orientados para objectivos específicos, que deverão beneficiar a sociedade em geral, em especial os consumidores. O relatório chama a atenção para a importância da segurança alimentar e do fornecimento de produtos de elevada qualidade a preços moderados. Como liberal, o meu apoio ao actual orçamento da PAC só se justifica pela expectativa que tenho de uma nova política agrícola comum que fomente a criação de valor acrescentado, em vez de distorcer o mercado, que promova a competitividade da UE face aos seus parceiros comerciais, que crie postos de trabalho e que incentive o desenvolvimento equilibrado da agricultura e das zonas rurais, preservando o ambiente e a paisagem. As reformas propostas pelo Parlamento Europeu são um passo positivo que eu e a Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa acolhemos com satisfação e cuja concretização aguardamos com expectativa.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre o futuro da PAC após 2013, porque é necessário reforçar as políticas da PAC e garantir um orçamento adequado, de modo a responder aos desafios que a agricultura europeia enfrenta, tais como as alterações climáticas, a segurança e a qualidade alimentar e a competitividade do sector.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Votei contra a alteração 69 da presente proposta pelo facto de a mesma pôr em causa a construção global da PAC e prejudicar os interesses da agricultura portuguesa, porquanto propõe eliminar verbas destinadas a medidas estruturais, não garantindo que as mesmas venham a ser compensadas pelas alterações no primeiro pilar. Acresce implicar tal proposta uma maior dificuldade procedimental na futura distribuição de fundos comunitários aos agricultores, sendo certo que o actual sistema, só por si, necessita de maior simplificação, e não do seu contrário. Sublinhe-se ainda o facto de, infelizmente, o Estado português ter vindo a desperdiçar centenas de milhões de euros de verbas oriundas do primeiro pilar. Com a supressão do segundo pilar, e com a transferência de algumas medidas do segundo para o primeiro, muitas medidas hoje apoiadas deixariam de o ser, nomeadamente devido a óbvia impossibilidade orçamental, dando origem a um enfraquecimento da política agrícola comum. Na verdade, não se compreende a vantagem da eventual transferência de verbas da PAC para outras políticas. Pelo contrário, defendemos medidas que assegurem aquela que é a única política verdadeiramente comum que existe na UE.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A PAC aumentou a produtividade, garantiu a segurança do abastecimento e forneceu aos consumidores alimentos de qualidade a preços razoáveis. A nova PAC terá de enfrentar novos e inadiáveis desafios, devendo fornecer um quadro para o futuro com base na estabilidade, previsibilidade e flexibilidade em tempo de crise.

A reforma da PAC deve ser revista num contexto de crise económica e de combate às alterações climáticas, mantendo a sua competitividade no contexto mundial. Espera-se que o sector agrícola esteja em condições de dar um importante contributo para a realização das prioridades da nova estratégia *Europa 2020* em matéria de luta contra as alterações climáticas, de inovação e de criação de novos empregos graças ao crescimento

verde, continuando a garantir a segurança do abastecimento alimentar dos consumidores europeus mediante a produção de géneros alimentícios seguros e de grande qualidade.

No entanto, considero que a PAC deve ter como prioridade a produção dos denominados bens públicos de primeira geração e como princípio orientador a soberania alimentar, de modo a que os Estados-Membros sejam auto-suficientes. Defendo ainda a regulação do mercado do sector do leite desde a produção até à comercialização. Neste âmbito considero fundamental a manutenção das quotas leiteiras.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A profunda modificação que urge fazer da Política Agrícola Comum deverá, entre outros aspectos, instaurar o princípio do direito à alimentação e à soberania alimentar, conferir prioridade à auto-suficiência alimentar e à capacidade dos países e regiões de desenvolverem a sua produção para satisfazer as necessidades alimentares nacionais ou regionais; apoiar actividades que promovem a produção local e respeitam o ambiente local, que protegem os solos e a água, aumentam a produção de alimentos sem OGM e promovem a biodiversidade de sementes para os agricultores e a diversidade de espécies de gado doméstico. Foi este o teor de uma das várias alterações que apresentámos ao relatório em discussão.

A rejeição desta alteração e dos princípios nela contidos pelos principais grupos políticos deste parlamento é elucidativa do caminho que pretendem seguir. Caminho que o relatório aponta igualmente. Não obstante defender aspectos importantes – como sejam a rejeição da renacionalização da PAC, a rejeição da diminuição do seu orçamento global e a defesa de uma mais justa redistribuição das ajudas, entre países e produtores –, o relatório mantém a visão que presidiu a anteriores reformas da PAC: a da liberalização total dos mercados agrícolas e sujeição da PAC aos interesses que a UE negocia no âmbito da OMC. Visão, para nós, inaceitável.

Anne E. Jensen (ALDE), *por escrito*. – (DA) Os três membros dinamarqueses do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa votaram hoje a favor do relatório sobre o futuro da Política Agrícola Comum após 2013. O relatório põe a tónica na modernização e no aumento da eficiência da agricultura, assegurando melhorias nos domínios da preservação do ambiente e do bem-estar dos animais, a contribuição da agricultura para as políticas energéticas e climáticas, e regras mais simples para o sector. Há alguns pontos do relatório relativos ao orçamento da UE para a agricultura com os quais não concordamos e continuaremos a lutar pela abolição gradual dos subsídios da UE à agricultura. No entanto, em termos gerais, o relatório representa a consolidação e o aperfeiçoamento das reformas da política agrícola da UE que têm sido conduzidas ao longo dos últimos anos.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) A nova política agrícola comum (PAC) deverá entrar em vigor a partir de 2014. O relatório elaborado pelo senhor deputado Lyon representa o prelúdio das intensas negociações que irão ter lugar nos próximos três anos sobre a PAC após 2013. Pela primeira vez na história, o Parlamento Europeu tem plenos poderes de co-decisão no que respeita à reforma da política agrícola da UE e assumirá um importante papel de negociador entre os Estados-Membros, o Conselho e a Comissão Europeia. Com estas primeiras propostas do relatório do senhor deputado Lyon, o Parlamento Europeu traça um rumo muito claro: um forte empenho na política agrícola comum com os seus dois pilares, os pagamentos directos e o desenvolvimento rural, que merecem também ser salvaguardados no modelo de política agrícola após 2013. Apenas a PAC, cujo financiamento deverá manter-se pelo menos ao nível do orçamento para o período 2007-2013, pode garantir a existência de uma agricultura multifuncional em toda a Europa, e, por conseguinte, o abastecimento de alimentos de elevada qualidade. Será necessário encontrar um modelo adequado nomeadamente para o meu país, a Áustria – um modelo que salvaguarde as estruturas de pequena dimensão e que proporcione um equilíbrio viável para as zonas montanhosas. Para além da produção de alimentos, a agricultura também contribui significativamente para a preservação da paisagem cultural. Apoio o relatório do senhor deputado Lyon visto que inclui a alteração que eu tinha proposto, respeitante à salvaguarda da agricultura em toda a União Europeia e nas regiões montanhosas, a qual irá proporcionar perspectivas de futuro estáveis aos jovens agricultores.

Giovanni La Via (PPE), *por escrito*. – (IT) Penso que a agricultura europeia necessita de uma política comum que permaneça como tal a fim de prevenir o desenvolvimento de inevitáveis disparidades entre os Estados-Membros e de garantir que a política agrícola comum (PAC) seja inteiramente financiada, e justamente, pelo orçamento da União Europeia. Por conseguinte, votei contra a renacionalização da PAC, tanto mais que a nova política, à luz dos grandes desafios que o sector, que é crucial para a segurança alimentar da UE, terá de enfrentar nos próximos anos, exige um financiamento adequado. Com efeito, a segurança alimentar é um direito dos consumidores que deve ser salvaguardado, o mesmo se aplicando aos bens públicos “de segunda geração” como o ambiente, o desenvolvimento regional e o bem-estar animal.

Marine Le Pen (NI), *por escrito*. – (FR) Apesar de me congratular com este relatório, que revela preocupação com o futuro da agricultura, não partilho da opinião de que a política agrícola comum tenha logrado atingir os objectivos de assegurar um nível de vida justo, de estabilizar os mercados, de produzir alimentos de elevada qualidade a preços razoáveis, de desenvolver a actividade económica nas zonas rurais e de garantir a nossa segurança e soberania alimentar. A realidade é bastante diferente. Basta ver o estado a que chegou uma grande nação agrícola como a França, que registou um decréscimo de 34% nas receitas do sector.

À semelhança do que tem acontecido até aqui, a PAC após 2013 será incapaz de proteger os nossos agricultores de especuladores e de uma concorrência global selvagem ou de compensar os excessos das multinacionais da indústria agro-alimentar e da grande distribuição. A PAC após 2013 continuará encurralada entre a lógica de mercado ultraliberal e internacionalista da Comissão Europeia e uma futura PAC “verde”, servindo, na realidade, os neocapitalistas do negócio ecológico. Essa lógica sacrifica a nossa ruralidade, e não em benefício dos países pobres ou das zonas menos favorecidas ou desertificadas da Europa, e justifica que se renacionalize a PAC o mais rapidamente possível.

Petru Constantin Luhan (PPE), *por escrito*. – (RO) A agricultura é e continuará a ser um sector estratégico para a economia da União Europeia, que terá de enfrentar com firmeza os desafios futuros e garantir a independência e a segurança alimentar dos europeus através da sua política comum. Votei a favor deste relatório, de particular importância, porque acredito que no próximo período de programação financeira a política agrícola comum necessitará do apoio de um orçamento consolidado e bem estruturado, à altura dos desafios que nos esperam. Penso que deverá ser estabelecida uma estreita coordenação entre a política de desenvolvimento rural e a política regional para assegurar a coerência das intervenções da mesma natureza a nível regional, fomentando, assim, também, a coesão territorial ao nível da União Europeia. Considero também que é essencial atender às características territoriais e às prioridades das regiões. Devemos promover normas e objectivos comuns, tendo em atenção a natureza específica de cada região. Desse modo, lograremos desenvolver uma agricultura europeia dinâmica, multifuncional e sustentável.

Astrid Lulling (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório sobre a política agrícola comum após 2013 porque considero que o Parlamento Europeu, dotado de novos poderes desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, demonstra claramente, através deste excelente documento, que está a assumir as suas novas responsabilidades.

O Parlamento é a favor da manutenção de uma política agrícola comum digna desse nome, inclusive após 2013, com um orçamento pelo menos ao nível do actual, para garantir uma produção de elevada qualidade e o abastecimento alimentar dos 27 Estados-Membros. Estou muito satisfeita com o facto de no relatório terem sido consideradas as alterações que propus.

O meu pedido de que mantivéssemos certas medidas de controlo de mercado que servissem de rede de segurança para os agricultores e para os preços dos seus produtos recebeu igualmente um apoio generalizado. Devemos ser capazes de evitar as crises de superprodução, entre outras, para salvaguardar a actividade agrícola em todas as regiões da Europa. Além disso, é aconselhável que conservemos instrumentos específicos para gerir o potencial de produção de que beneficiam alguns sectores.

Véronique Mathieu (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do senhor deputado Lyon sobre o futuro da PAC, em particular por defender a manutenção dos dois pilares. A votação do relatório que hoje tem lugar na sessão plenária é muito importante e simbólica, uma vez que os deputados ao Parlamento Europeu são os primeiros a assumir uma posição e a apresentar a sua proposta para a PAC após 2013. Estou confiante de que o senhor Comissário Ciolos terá em conta os resultados desta votação nas propostas que a Comissão Europeia apresentará em Novembro.

As principais prioridades da agricultura europeia, como sejam a segurança alimentar, a regulação do mercado e o planeamento territorial, são claramente reafirmadas, bem como as decorrentes necessidades orçamentais, que deverão estar de acordo com as ambições da PAC. As medidas de apoio à biodiversidade não deverão ser esquecidas. A biodiversidade deverá estar no centro das medidas da PAC, uma vez que a sua protecção, com vista à conservação de espécies e de habitats, deixou de ser um luxo.

Erminia Mazzoni (PPE), *por escrito*. – (IT) A crise de 2009 revelou a fragilidade do sistema de medidas de apoio à agricultura. Os seus efeitos foram sentidos nos rendimentos dos agricultores, já inferiores à média da União Europeia em 50%, que sofreram uma redução de 12%. O plano estratégico para o período pós-2013 deverá estar à altura da importância do sector, que emprega cerca de 30 milhões de pessoas. Deverá passar pelo reforço da política agrícola comum, por uma política fiscal adequada e pela manutenção do orçamento, tendo em conta os múltiplos efeitos benéficos da agricultura em matéria de ambiente, de saúde e de combate

às alterações climáticas. É importante garantir preços razoáveis para os consumidores e uma remuneração justa para os agricultores através do recurso a ajudas específicas. A agricultura deverá desempenhar um papel mais importante na Estratégia UE 2020 e deverão definir-se planos para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A instabilidade dos mercados aumenta com a intensificação de medidas para garantir a segurança e a sustentabilidade dos produtos, porque esta situação coloca os produtores europeus em desvantagem competitiva relativamente às importações. Será difícil garantir preços ao consumidor razoáveis e uma remuneração justa dos agricultores, se não forem introduzidas normas mais estritas para assegurar o respeito do princípio da “preferência europeia”.

Mairead McGuinness (PPE), *por escrito*. – (EN) Ao abrigo do Tratado de Lisboa, os poderes do Parlamento Europeu, especificamente em matéria de política agrícola, aumentaram. Mais poder significa mais responsabilidade, e o apoio dado ao relatório do senhor deputado Lyon sobre o futuro da política agrícola comum (PAC) após 2013 demonstra que o Parlamento está a assumir seriamente as suas responsabilidades. Reconhecemos que a PAC deve ser mantida, que deve ser dotada de um orçamento adequado e que a produção alimentar faz parte do conjunto de ‘bens públicos’ que os agricultores fornecem, devendo estes ser recompensados por isso. Votámos pela manutenção da estrutura de dois pilares. As medidas de apoio ao mercado são reconhecidamente uma parte importante da PAC. Rejeitamos quaisquer tentativas de renacionalizar a política. O relatório defende a abolição gradual do histórico sistema de pagamentos até 2020, solicitando a substituição do actual regime por critérios objectivos e baseados na superfície. A Comissão deve apresentar propostas neste sentido – embora seja necessária prudência. O relatório do senhor deputado Lyon admite que os Estados-Membros tenham flexibilidade para alinhar a PAC com a satisfação das necessidades locais, regionais e nacionais, incluindo a opção de reassociação dos pagamentos por razões específicas. A nossa primeira prioridade é salvaguardar o orçamento – quando isso for assegurado, poderemos então começar a debater verdadeiramente os pormenores.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Este texto tem o mérito de reconhecer a existências de falhas no mercado e de defender medidas de combate às alterações climáticas. O seu mérito acaba aí. Apesar de reconhecer certas falhas, o documento promove a liberalização dos mercados, a adaptação dos agricultores aos sinais do mercado, a competitividade da agricultura europeia ao nível dos mercados internacionais e regionais, e o capitalismo “verde”. Este quadro não é mais favorável ao combate às alterações climáticas do que o mercado de carbono, os biocombustíveis e os OGM que o documento exalta. Pelo contrário, fomenta o produtivismo e a destruição das culturas locais na Europa e no mundo.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Votei contra a alteração 69 da presente proposta pelo facto de a mesma pôr em causa a construção global da PAC e prejudicar os interesses da agricultura portuguesa, porquanto propõe eliminar verbas destinadas a medidas estruturais, não garantindo que as mesmas venham a ser compensadas pelas alterações no primeiro pilar. Acresce implicar tal proposta uma maior dificuldade procedimental na futura distribuição de fundos comunitários aos agricultores, sendo certo que o actual sistema, só por si, necessita de maior simplificação, e não do seu contrário. Sublinhe-se ainda o facto de, infelizmente, o Estado português ter vindo a desperdiçar centenas de milhões de euros de verbas oriundas do primeiro pilar. Com a supressão do segundo pilar, e com a transferência de algumas medidas do segundo para o primeiro, muitas medidas hoje apoiadas deixariam de o ser, nomeadamente devido a óbvia impossibilidade orçamental, dando origem a um enfraquecimento da política agrícola comum. Na verdade, não se compreende a vantagem da eventual transferência de verbas da PAC para outras políticas. Pelo contrário, defendemos medidas que assegurem aquela que é a única política verdadeiramente comum que existe na UE.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) A actual política agrícola comum (PAC) favorece um sistema de produção industrial deslocalizado e especulativo, que beneficia a grande produção agrícola em detrimento dos pequenos produtores. A dissociação da ajuda favorece os grandes proprietários, constituindo uma ameaça para a pequena produção e para as explorações de gestão familiar. Apesar do fracasso da Estratégia de Lisboa, a UE não alterou a sua política económica. Esta não se centra na segurança alimentar, mas na competitividade, o que só favorece as grandes multinacionais. Sou de opinião de que o sector agrícola tem de ser encarado como um sector estratégico ao nível da União Europeia. Por conseguinte, considero ser necessária uma reforma fundamental da PAC, para assegurar o acesso dos pequenos produtores ao apoio financeiro, terra, sementes e água, apoiando, assim, um modelo agrícola social, produtivo e sustentável.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) As últimas décadas têm sido marcadas por uma enorme redução do cultivo em toda a UE. A política agrícola comum tem sido objecto de inúmeras reformas que conduziram a regras cada vez mais complicadas em matéria de apoio à agricultura e ao aumento das despesas com burocracia. Atendendo a isto, é também preocupante que a UE imponha normas elevadas em matéria de qualidade, da protecção do ambiente e do bem-estar animal, mas que ao mesmo tempo permita a importação

de produtos de países onde estas regras não se aplicam e onde os custos de produção são, naturalmente, significativamente mais baixos. Para garantir a segurança e a auto-suficiência alimentar da UE, pelo menos em parte, é essencial assegurar a sobrevivência das pequenas estruturas de produção e da agricultura em regiões remotas. Uma simplificação da PAC que seja acompanhada por uma reestruturação que force cada vez mais os agricultores a praticar a actividade de forma acessória ou até mesmo a encerrarem as suas explorações, e que apresse a morte da agricultura, não faz sentido. A simplificação preconizada no relatório irá certamente contribuir para facilitar a vida dos agricultores, razão por que dei o meu apoio ao documento.

Alfredo Pallone (PPE), *por escrito*. – (IT) Apoio a estrutura e a abordagem defendidas no relatório do senhor deputado Lyon. Este relatório de iniciativa constitui uma base de partida importante para a definição das linhas de orientação que o Parlamento Europeu pretende seguir relativamente à futura política agrícola, enquanto se aguarda a comunicação da Comissão cuja publicação está prevista para o final do ano. Pela primeira vez, portanto, o Parlamento traça, no que representa uma posição comum, um caminho para um diálogo construtivo sobre o conteúdo e as prioridades que deverão ser tidos em conta com vista a assegurar uma produção agro-alimentar competitiva e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais. A agricultura europeia enfrenta muitos desafios, que têm um impacto significativo nas economias de vários Estados-Membros. Esses desafios deverão também estar no centro do debate sobre o orçamento da política agrícola comum, uma vez que o objectivo é transformá-los numa oportunidade de crescimento para o sector agrícola e numa oportunidade de desenvolvimento para muitos agricultores europeus.

Maria do Céu Patrão Neves (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com a aprovação do relatório Lyon pelo Parlamento Europeu, que resulta do excelente trabalho do seu relator, coadjuvado pelos relatores sombra e também com o contributo de todos os colegas que apresentaram alterações, participaram no debate e se empenharam em construir consensos. Este relatório reflecte efectivamente os consensos possíveis entre os deputados dos 27 Estados-Membros e de diferentes famílias políticas, o que tem um peso significativo por si só, e maior ainda no contexto dos novos poderes de co-decisão do PE. O relatório, resultado final de várias rondas de negociações, assume posições estruturantes para a futura PAC, que consideramos fundamentais: a não redução do orçamento, a não renacionalização da PAC, a manutenção dos dois pilares da PAC, a implementação de um novo sistema de repartição das ajudas, a divisão entre bens públicos de primeira e segunda geração, a não inviabilização de a decisão sobre o desmantelamento das quotas leiteiras vir a ser revogada pelo Conselho, a necessidade de uma rede de segurança, o aumento da transparência da cadeia alimentar e a necessidade de simplificação da PAC. Importa agora continuar a acompanhar os trabalhos internos da Comissão Europeia, até à publicação da comunicação final no mês de Novembro.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o presente relatório, mas faço a presente declaração de voto para sublinhar que, no ponto 44, relativo à gestão do mercado, votei negativamente a primeira parte do parágrafo proposto pelo relator e favoravelmente a segunda parte do mesmo parágrafo condicionando de forma decisiva a decisão do Parlamento Europeu no sentido dos interesses estratégicos de Portugal. De facto, a versão proposta pelo relator criava a possibilidade, ainda que numa interpretação extensiva, de se antecipar o desmantelamento das quotas leiteiras. Conheço e apoio a posição do sector agrícola português, que tem reiterado a sua convicção de que o fim do sistema das quotas leiteiras poderá ser fortemente penalizador para os produtores portugueses. De facto, 93 % do leite produzido na UE é comercializado no mercado europeu e assume um peso elevado nas receitas das empresas lácteas da UE. As quotas leiteiras permitiram a manutenção e o desenvolvimento sustentado da produção leiteira nos 27 Estados-Membros, contribuindo para a adequação da oferta à procura (europeia e internacional) no sector lácteo e permitindo a estabilização dos preços e a sustentabilidade dos rendimentos. O desmantelamento deste sistema sem uma proposta alternativa conduzirá ao abandono da produção nos países em que esta é menos competitiva, categoria onde Portugal se enquadra.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Os Verdes/ALE viram incluídas no relatório várias alterações que tinham proposto e que se centravam nos condicionalismos sociais e ambientais dos pagamentos directos, nas medidas de combate às alterações climáticas, numa abordagem mais vasta e inclusiva do desenvolvimento territorial das zonas rurais e numa remuneração justa para os agricultores. Também conseguimos que fosse estabelecida uma clara distinção entre diferentes níveis de concorrência na produção e na comercialização de produtos alimentares e apoiámos uma declaração clara a favor da substituição dos critérios de produção e de rendimento históricos que servem actualmente de base aos pagamentos, pela inclusão do princípio dos 'bens públicos' no cálculo dos pagamentos directos. Estamos, portanto, muito satisfeitos, com a aprovação deste relatório.

Olga Sehnalová (S&D), *por escrito*. – (CS) Votei a favor deste relatório porque acredito que a política agrícola comum da União Europeia deve permanecer uma política agrícola comum e que não deverá haver nenhuma

renacionalização nesta área. Um dos principais objectivos da política agrícola comum deverá ser assegurar a igualdade de condições para os agricultores da União Europeia, especialmente no que respeita aos pagamentos directos.

Brian Simpson (S&D), *por escrito*. – (EN) O Parlamento Europeu mais uma vez não esteve à altura das suas responsabilidades, não promovendo uma verdadeira reforma da PAC. Penso que este relatório deveria intitular-se relatório sobre o aumento de subsídios a agricultores incapazes. Por que razão deverá o dinheiro dos contribuintes ser utilizado para estabilizar os mercados, para manter os preços artificialmente elevados e para apoiar a agricultura em tempos economicamente difíceis quando os agricultores já recebem outros subsídios pagos através do dinheiro dos contribuintes? Eu e o Partido Trabalhista no Parlamento Europeu acreditamos que este relatório está muito longe de incentivar uma mudança ambiciosa. Penaliza o agricultor eficiente e apoia o agricultor inapto. Penaliza os países em desenvolvimento, ao solicitar um adiamento da supressão gradual das restituições à exportação, naquilo que constitui uma forma evidente e lamentável de protecção. Não consegue resolver o grave problema da sustentabilidade rural mantendo-se colado a um sistema de pagamentos directos, que funciona como um travão à promoção da diversidade e à protecção do espaço rural. Vamos votar contra este relatório fraudulento na esperança de que um dia a agricultura eficiente seja recompensada, que a importância da gestão do espaço rural seja reconhecida, que os consumidores não sejam prejudicados por preços artificialmente elevados e que os países em desenvolvimento tenham condições justas. Era nisto que a reforma da PAC deveria consistir.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – Dei o meu apoio a este relatório por constituir um elemento estratégico para países como Portugal, e para as regiões ultraperiféricas europeias, tendo sido notório um esforço por parte do Parlamento no sentido de o votar neste primeiro ano de legislatura.

A Política Agrícola Comum constitui uma parte fundamental do enquadramento financeiro e orçamental da União Europeia para o período pós-2013 e merece uma análise detalhada. A produção agrícola interna, que em muito pode contribuir para a diminuição dos défices comerciais dos Estados-Membros, a segurança alimentar e o comércio com países terceiros são aspectos fundamentais desta política.

Os produtores agrícolas europeus produzem bens alimentares com elevada segurança e qualidade, respeitando cláusulas exigentes no que diz respeito à protecção ambiental e dos animais, devendo ser premiados e não prejudicados por isto. Para isso deve ser garantida a imposição de condições a países terceiros com os quais a União tem acordos comerciais que sejam semelhantes às impostas aos produtores do mercado interno europeu.

Parece-me ainda necessário um orçamento agrícola que adjudique os seus fundos de forma justa e com especial atenção para regiões como a Madeira e os Açores, que enfrentam constrangimentos permanentes devido à sua perifericidade, insularidade, superfície reduzida, clima e situação geográfica adversos e que, por isso, devem receber apoios permanentes.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (SK) Uma boa política agrícola é aquela que se baseia nas necessidades do consumidor, e não nas pretensões do produtor. Apenas 5% dos habitantes da UE, Eslováquia incluída, trabalham na agricultura, mas todos nós – 100% – somos consumidores de produtos agrícolas. O que interessa ao consumidor é a qualidade e o preço. Isto não se aplica apenas aos carros e às televisões, mas também ao pão, aos vegetais, à carne e ao leite. No entanto, a política agrícola comum vira tudo do avesso ao basear-se naquilo que os agricultores necessitam. O relatório apresentado, no espírito da tradicional abordagem da UE, dá demasiada atenção aos efeitos e ignora as causas. Um exemplo é suficiente para justificar esta afirmação: o relatório pretende que, através da concessão de incentivos e de subsídios, se aumente o já elevado grau desinteresse dos jovens pelo trabalho e pela vida do campo. No entanto, um mercado funcional e um ambiente competitivo resolveriam naturalmente esse problema. Talvez o único aspecto positivo, pelo menos em parte, do relatório seja exigir justiça, o que é particularmente importante para a Eslováquia e para os novos Estados-Membros. Se a UE decidir continuar após 2013 com a sua antiga política de apoio aos agricultores onerosa e ineficaz, deverá aplicar as mesmas regras a todos os Estados-Membros.

Relatório: Alain Cadec (A7-0207/2010)

Roberta Angelilli (PPE), *por escrito*. – (IT) As pescas representam um recurso estratégico da UE em termos de abastecimento alimentar da população, para além de que o sector dá um contributo importante para o desenvolvimento local, para o emprego e para a preservação das tradições culturais das comunidades costeiras. Infelizmente, nos últimos anos temos vindo a assistir a uma gradual redução da produção, que se deve em particular a determinadas disposições da UE para proteger o ecossistema marinho, como é o caso do

Regulamento para o Mediterrâneo, destinado a promover uma pesca mais sustentável, mas que, na realidade, deixou todo um sector de rastos. Os nossos pescadores estão a ser forçados a pescar menos, mas a procura está a aumentar e, conseqüentemente, também as importações de países terceiros. Para evitarmos uma concorrência desleal e para protegermos os consumidores, os produtos importados têm de observar os mesmos requisitos que os produtos da UE. De facto, os produtos importados são muitas vezes mais baratos, mas têm uma qualidade inferior e não oferecem garantias de segurança. Por conseguinte, é importante reforçar o comércio leal, transparente e sustentável no sector, incluindo a introdução de critérios rigorosos de etiquetagem e de certificação no que respeita à qualidade e à rastreabilidade dos produtos da pesca e da aquicultura.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Este relatório de iniciativa que se centra no regime de importação na UE dos produtos da pesca e da aquicultura, tem por objectivo proteger sectores da pesca e da aquicultura da União Europeia responsáveis no longo prazo em matéria de protecção do ambiente e economicamente viáveis. No fundo, estamos a testemunhar um aumento da importação de produtos de pesca e aquicultura, em detrimento da nossa produção comunitária. Tal como é defendido pelo relator, parece-me essencial restabelecermos os níveis de produção ao nível da União. No entanto, temos consciência, como é referido no relatório, de que isso tem de ser feito no quadro de uma gestão sustentável; por exemplo, a quantidade de peixe capturado deve ser limitada com vista a garantirmos a sustentabilidade dos nossos recursos naturais. Além disso, considero necessário promover um consumo responsável, que dê primazia à qualidade e à viabilidade da produção.

Bastiaan Belder (EFD), *por escrito*. – (NL) O relatório elaborado pelo senhor deputado Cadec surge num momento oportuno. Surge após as consultas sobre o Livro Verde sobre a reforma da política agrícola comum (PAC) e bastante à frente das novas propostas de legislação da Comissão Europeia. As importações de produtos da pesca e da aquicultura registaram um aumento enorme, mas esse aumento tem sido necessário. O consumo de peixe continua a crescer na Europa e a produção europeia não é suficiente para satisfazer esse aumento da procura, nem através do aumento da quantidade de peixe capturado, nem através da aquicultura. No entanto, devo salientar a importância de os produtos importados cumprirem os mesmos requisitos do que os produtos da pesca e da aquicultura europeus, e não podemos limitar essa equivalência às normas de segurança alimentar. Na minha opinião, as dimensões ambiental e social também têm de ser tidas em conta. As importações são necessárias. Não sou a favor do protecçãoismo indirecto, mas é necessário impedir uma concorrência desleal. A produção europeia, tanto ao nível da pesca como da aquicultura, está a ser ameaçada pela grande quantidade de peixe importado barato que entra no mercado. Por esta razão, votarei a favor deste relatório de iniciativa.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Cadec. Num momento histórico como aquele que estamos a atravessar, penso que a questão do regime de importação na UE dos produtos da pesca e da aquicultura ou, antes, o problema da definição das condições em que os produtos provenientes de países terceiros devem ser colocados no mercado único europeu, é crucial. Atendendo a que, actualmente, 60% da procura interna é satisfeita pelas exportações e que se prevê que esta aumente significativamente até 2030, a Europa tem de dar resposta às questões e às preocupações legítimas dos diferentes operadores do sector. Partilho, portanto, da opinião do senhor deputado Cadec: a investigação e o controlo são necessários para que o desenvolvimento da política da UE nesta área não dê origem a diferenças de tratamento entre os produtores dos Estados-Membros e os produtores de países terceiros.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O relatório versa as importações de produtos da pesca e da aquicultura pela UE e as condições em que as mesmas se devem realizar. Os produtos importados devem satisfazer os mesmos critérios de qualidade que os produzidos na UE. O relatório apela à criação de um selo ecológico para os produtos da pesca. Assim, os consumidores teriam a informação da origem do produto e das condições sanitárias, sociais e ambientais em que o produto foi pescado.

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), *por escrito*. – (RO) Considerando a importância estratégica do sector da pesca em termos de abastecimento da população e de equilíbrio alimentar dos vários Estados-Membros e da UE como um todo, penso que, tal como o sector agrícola, o sector da pesca e da aquicultura é um sector de importância estratégica que depende da preservação e da exploração sustentável dos recursos naturais.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) Visto que a agricultura, a pesca e a aquicultura não se prestam a uma abordagem puramente livre-cambista, a produção da UE não está a conseguir satisfazer a procura europeia, como o demonstra o facto de, actualmente, 60% da procura ser coberta por produtos importados. Devemos, portanto, assegurar-nos de que os futuros regimes de importação da UE permitam um justo equilíbrio, para que a produção europeia, já em crise, não sofra uma concorrência desleal de países terceiros.

Nas negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC), os produtos da pesca e aquicultura deveriam ser tratados como 'produtos sensíveis', como acontece com certos produtos agrícolas, pois isso facilitaria a manutenção de taxas aduaneiras sobre as importações de países terceiros. Deste modo, os pescadores europeus ficariam protegidos por uma pauta aduaneira razoável e flexível e por um rótulo ecológico. Por outro lado, os países em desenvolvimento (PED) necessitam de ter condições para poderem desenvolver a sua própria pesca. Neste contexto, devemos questionar-nos sobre a pertinência de acordos internacionais que permitem a compra de licenças de pesca em países em desenvolvimento, abrindo caminho às frotas de países terceiros para praticar pesca industrial ao longo das suas costas, e privando, assim, os PED de uma enorme parte dos seus recursos naturais.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre o regime de importação para a UE de produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da PCP, pois considero que as questões relativas às importações de produtos da pesca e da aquicultura pela UE devem ser objecto de uma atenção muito particular no âmbito das reformas em curso da Política Comum das Pescas.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Depois de, na passada sessão, termos votado o relatório de Guido Milana sobre um novo ímpeto para a estratégia de desenvolvimento sustentável da aquicultura europeia, somos agora chamados a votar um outro sobre o regime de importação dos produtos da pesca e da aquicultura.

Segundo dados do relatório, a Europa importa hoje 60 % do pescado que consome. Para além disso, até 2030 prevê-se um crescimento do consumo, o qual será, na quase totalidade, coberto pelo aumento das importações.

Não se pretendendo que a produção europeia possa dar resposta às nossas necessidades de procura (o que seria impossível, tanto agora como no futuro), a verdade é que a futura reforma da PCP não poderá deixar de olhar para a questão das importações e de procurar dar-lhe a resposta mais adequada, seja aumentando a produção europeia (não apenas pela via do aumento da captura, mas também pela aposta na aquicultura), seja pela exigência de que o peixe importado respeite os mesmos normativos que aquele que é capturado ou produzido na União, seja, ainda, pela adequada informação ao consumidor relativa à origem do pescado. Esta é uma questão que, como bem defende o relator, terá que merecer séria reflexão na reforma da PCP.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O mercado da UE, de cerca de 12 milhões de toneladas e 55 mil milhões de euros em 2007, é o primeiro mercado do mundo para os produtos da pesca e da aquicultura (PPA), à frente dos do Japão e dos Estados Unidos. Em forte crescimento desde 2005, este mercado encontra-se cada vez mais dependente das importações, a tal ponto que a taxa de cobertura do consumo pela produção comunitária é hoje inferior a 40 %, ou seja, uma taxa de dependência das importações de mais de 60 %. As previsões de consumo indicam que a procura poderá ainda aumentar aproximadamente 1 500 000 toneladas até 2030 e que esse aumento deverá ser coberto quase totalmente por importações suplementares.

Tal como defendi na sessão plenária de Junho, defendo uma proposta de regulamento que consolide, num único texto, todas as disposições comunitárias que regulam o sector da aquicultura. Neste contexto, e tendo em conta que Portugal é o maior consumidor de pescado *per capita* da Europa, defendo que a aquicultura se assuma como uma prioridade estratégica da UE. Congratulo-me por isso especialmente com a defesa de uma política de aquicultura sustentável, para reduzir a dependência das importações no sector dos PPA.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O trabalho de colecção e sistematização de dados que a elaboração deste relatório possibilitou deve ser valorizado, pois ajuda-nos a ter um retrato actualizado de uma situação que é, sob vários pontos de vista, preocupante – como justamente reconhece o relatório.

A existência nos países da UE de sectores das pescas e da aquicultura sustentáveis do ponto de vista económico, ambiental e social é incompatível com a política comercial que tem vindo a ser conduzida pela UE. Desregulando e liberalizando o comércio internacional, orientando-o para uma lógica competitiva e não para uma lógica de complementaridade – que o deveria nortear – favorecem-se interesses de importadores e distribuidores, mas ao mesmo tempo condenam-se à ruína e ao abandono da actividade milhares de produtores, aumentam-se défices das balanças alimentares, e colocam-se em causa elementares critérios de qualidade e segurança alimentar e ambiental.

Os sectores da pesca e da aquicultura (como o da agricultura) são sectores estratégicos de importância vital, que não se compadecem com uma abordagem mercantilista, pelo que se exige uma regulação do comércio, que inclua a possibilidade de utilização de instrumentos de defesa comercial, como sugerido no relatório. Destacamos ainda a defesa de uma reforma urgente da OCM dos produtos da pesca, que igualmente apoiamos.

Christofer Fjellner (PPE), *por escrito*. – (SV) Votei hoje contra o relatório de iniciativa sobre o regime de importação na UE dos produtos da pesca e da aquicultura. Estou inteiramente de acordo com a necessidade de mudar e de revitalizar o sector das pescas e da aquicultura na UE. Contudo, o relatório parte do princípio de que os problemas podem, em certa medida, ser resolvidos pela protecção contra a concorrência do exterior. O sector da pesca europeu não sobreviverá no longo prazo com protecção e subsídios. Os problemas do sector da pesca e da aquicultura da UE devem ser resolvidos no contexto da próxima revisão da política comum das pescas.

Elisabetta Gardini (PPE), *por escrito*. – (IT) É tempo de remediar as subavaliações e os atrasos do passado. A pesca é um sector chave do nosso sistema económico e social e deve ser respeitada como tal. Encarando a reforma da política comum das pescas numa perspectiva de futuro, temos o dever de tomar medidas firmes para garantir os rendimentos, a estabilidade dos mercados e uma melhor comercialização dos produtos, incluindo dos produtos de aquicultura. Além disso, devemos dar mais atenção a aspectos relacionados com a segurança alimentar, de forma a proteger os consumidores.

Votei, por conseguinte, a favor desta resolução; considerando o impacto negativo da liberalização dos mercados nas economias locais, salienta a importância estratégica de uma protecção aduaneira razoável. Efectivamente, temos de limitar a concorrência dos produtos de baixo custo importados do exterior, que muitas vezes não cumprem as normas ambientais, sociais, de saúde e de qualidade.

Devemos igualmente introduzir critérios rigorosos para a certificação e a etiquetagem em termos de rastreabilidade dos produtos, para que os consumidores sejam informados sobre a origem geográfica dos produtos à venda, sobre as condições em que foram produzidos ou capturados e, sobretudo, sobre a sua qualidade. Por último, gostaria de destacar que, num mercado que depende grandemente das importações, as operações de retirada de produtos do mercado para serem destruídos já não são justificáveis. O dinheiro assim poupado poderia ser disponibilizado para programas conduzidos por organizações de produtores.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) O desenvolvimento sustentável da aquicultura, da piscicultura e da aquicultura tradicional natural e o estabelecimento de um quadro mais favorável são essenciais para a competitividade da indústria pesqueira europeia. Neste contexto, a qualidade dos produtos da pesca e da aquicultura importados é extremamente importante. Face ao aumento contínuo das importações de países terceiros, é essencial que asseguremos que os produtos importados cumpram as normas europeias. O sector das pescas europeu caracteriza-se pela observância de elevadas normas de qualidade e por um grau significativo de conhecimento especializado, que constituem marcas de qualidade que devemos continuar a proteger. Neste contexto, congratulo-me com a Directiva INN para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada que entrou em vigor em Janeiro. Trata-se de um passo importante no sentido da prevenção de distorções de concorrência a nível mundial e do apoio a pescadores honestos, cumpridores da lei. Apoio o relatório do senhor deputado Cadec, que chama a atenção para um aspecto transversal e de fundo da indústria das pescas europeia.

Giovanni La Via (PPE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório sobre o regime de importação na UE dos produtos da pesca e da aquicultura na perspectiva da futura reforma da PCP, porque penso que é essencial estabelecer regras que atendam às necessidades do sector. A União Europeia é o maior mercado a nível mundial de produtos da pesca e da aquicultura e todos sabemos que a produção da UE, por si própria, não consegue satisfazer a procura interna. A prioridade é, por conseguinte, assegurar que as importações de países terceiros cumpram as normas ambientais, sociais, de saúde e de qualidade impostas pela UE, a fim de impedir a concorrência desleal dos países exportadores sob a forma de produtos baratos e de fraca qualidade. O relatório hoje aprovado pelo Parlamento insiste também na aplicação de critérios mais rigorosos e transparentes no que respeita à qualidade, rastreabilidade e etiquetagem dos produtos da pesca e da aquicultura.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Sendo o importador mundial mais importante de produtos da pesca, o mercado da UE é politicamente responsável, juntamente com os outros grandes países importadores de produtos da pesca, por garantir que as regras comerciais estipuladas pela OMC estejam em conformidade com as normas globais em matéria de conservação e gestão das pescas. A UE tem de conjugar esforços para aumentar de forma sustentável a produção de pescado em aquicultura, de forma a reduzir as importações de pescado no sector dos PPA. Preocupo-me sobretudo com a possibilidade da importação e comercialização de pescado geneticamente modificado, que, a meu ver, deve ser impedido de ser comercializado na UE. Por isso, defendo uma política rigorosa de certificação que possa eficazmente controlar estes problemas. Subscrevo também a ideia de que se aposte fortemente na investigação e desenvolvimento no domínio da aquicultura europeia, pois representa apenas 2 % da produção mundial.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A manutenção da auto-suficiência alimentar é essencial para a sobrevivência de qualquer Estado. O sector das pescas é importante porque fornece alimentos e porque, além disso, garante emprego a muitas pessoas. Como acontece na agricultura, estamos a impor aos pescadores da UE normas rigorosas nos domínios da protecção ambiental, do bem-estar animal e da qualidade, que naturalmente se reflectem nos preços. Contudo, no que respeita aos produtos importados, praticamente não controlamos o cumprimento dessas normas. É, por isso, da maior relevância, que estabeleçamos regras claras para as importações nesta matéria, e bem assim ao nível da etiquetagem e da qualidade dos produtos, e que não encorajemos a sua concorrência com a economia interna. Devemos também preocupar-nos em não actuar em nosso prejuízo no domínio da aquicultura, aumentando a pressão sobre os ecossistemas ou condenando os pescadores da União ao desemprego, em vez velar pela protecção ambiental. As medidas propostas constituem um passo na direcção certa, pelo que votei a favor do relatório.

Alfredo Pallone (PPE), *por escrito*. – (IT) A questão do regime de importação na UE para os produtos da pesca e da aquicultura e, em particular, das condições em que os produtos oriundos de países terceiros são admitidos na UE – juntamente ou em concorrência com os produtos da pesca e da aquicultura europeus – é da maior importância e qualquer análise a estes sectores da economia europeia tem necessariamente de a abordar. A regulação destes aspectos é essencial num contexto em que o nível de auto-suficiência da União se apresenta muito baixo, com as importações a cobrirem mais de 60% da procura.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Este relatório constituiu, inicialmente, uma defesa de uma posição proteccionista relativamente às importações, baseando-se sobretudo na crença de que os pescadores da UE devem ter acesso preferencial ao mercado da UE, excepto quando não conseguem capturar quantidades suficientes e, nesse caso, os transformadores devem poder importar. Dado que consideramos que o comércio internacional excessivo resulta na sobreexploração e no esgotamento das populações de peixes à medida que os países procuram aumentar as suas exportações, havia uma boa base para se chegar a um entendimento. Efectivamente, conseguimos que um grande número das alterações por nós propostas fossem adoptadas, sendo que a mais importante salienta que, mesmo que o comércio internacional de produtos da pesca possa conduzir a uma maior segurança alimentar nos países em desenvolvimento, também originou um aumento das capturas a fim de abastecer o mercado da exportação, o que pode agravar a depauperação das unidades populacionais. Outras alterações salientaram a necessidade de consolidar a gestão dos recursos e a vigilância das actividades de pesca, bem como a necessidade de promover um consumo responsável, tendo igualmente observado que a oferta de peixe provém de um recurso natural selvagem disponível em quantidade limitada, o que significa que há um limite para a quantidade de peixe que pode ser capturada, exportada e consumida.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – Foi recentemente aprovada a estratégia comunitária para o desenvolvimento sustentável da aquicultura. Naturalmente, urge agora regular a questão das importações de produtos da pesca e aquicultura, uma vez que a UE é actualmente o maior mercado mundial de PPA, mas não tem produção suficiente para fazer face à procura, estando por isso dependente destas importações. Assim, é necessário regulamentar o modo como as mesmas são feitas, de forma a garantir que a qualidade e boas práticas exigidas aos produtores comunitários também o serão para países terceiros.

Concordo com o relator quanto à questão da protecção aduaneira. Não me parece exequível, sobretudo no período que vivemos, que se possam abolir tarifas e ainda assim esperar que os nossos produtores possam subsistir e ser competitivos face a terceiros.

Como já referi anteriormente, a questão das pescas e aquicultura é uma das prioridades estabelecidas pela Madeira no PDES em vigor, pelo que a Região está num processo de promoção da competitividade do sector através de uma gestão sustentável dos recursos, de uma diversificação da produção de pescado, de uma valorização dos produtos numa perspectiva de qualidade e de uma qualificação dos activos da pesca no sentido do aumento da produtividade.

Por estas razões, o presente relatório contou com o meu voto positivo.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE), *por escrito*. – (PL) Hoje, apoiei o relatório do Senhor Deputado Cadec, que aborda muitos aspectos importantes da protecção do mercado da UE no que respeita aos produtos da aquicultura no contexto da reforma da Política Comum das Pescas. Apoiei o relatório porque gostaria de salientar, em especial, uma das ameaças que refere: a inexistência de informações fiáveis e exaustivas ao dispor dos consumidores no que respeita às propriedades relativas à saúde, bem como à composição e à origem de determinadas espécies de peixe. Quando os consumidores não estão bem informados, o preço transforma-se no único argumento do mercado. Os produtores europeus comercializam produtos que,

frequentemente, têm uma qualidade muito superior à dos produtos importados, mas numa luta desigual estão condenados a perder. É, por conseguinte, necessário aumentar o rigor da legislação relativa à identificação. Obrigado.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 14H10, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: Diana WALLIS

Vice-presidente

10. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

11. Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito

11.1. Zimbabué: o caso de Farai Maguwu

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate de sete propostas de resolução sobre o Zimbabué, nomeadamente o caso de Farai Maguwu⁽¹⁾.

Anneli Jäätteenmäki, autora. – (FI) Senhora Presidente, as violações dos direitos humanos no Zimbabué já foram debatidas anteriormente por esta Assembleia. Infelizmente, somos obrigados a abordá-las uma vez mais. Desta vez trata-se do caso do activista dos direitos humanos, Farai Maguwu. É simplesmente um prisioneiro de consciência. Foi detido e encarcerado por defender os direitos humanos de terceiros e por, depois, transmitir aos meios de comunicação social informações sobre os direitos humanos no seu país.

O Parlamento Europeu apela à sua libertação e à investigação de todas as violações dos direitos humanos no Zimbabué, bem como, evidentemente, ao fim das mesmas. Este caso é especialmente flagrante e, por isso, é particularmente desagradável que alguém que defende os direitos humanos de terceiros tenha de sofrer pessoalmente.

Véronique De Keyser, autora. – (FR) Senhora Presidente, por trás do caso de Farai Maguwu está toda a questão da extracção de diamantes.

O Zimbabué é membro voluntário do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, que permite aos membros a venda de diamantes brutos no mercado legal internacional desde que o respectivo comércio não financie conflitos armados. Contudo, durante a reunião do Processo de Kimberley que teve lugar em Tel-Aviv, em 20 e 21 de Junho, os participantes não lograram alcançar um consenso no que respeita à seguinte questão: não deveriam os direitos humanos ser igualmente incluídos no Processo de Kimberley? Várias ONG internacionais condenaram as violações de direitos humanos nas minas de diamantes do Zimbabué, violações essas que foram perpetradas por membros das forças de segurança. Um dos seus informadores era Farai Maguwu, director do Centro de Investigação e Desenvolvimento no domínio dos direitos humanos, com sede em Manicaland. Foi por esse motivo que o Sr. Maguwu foi preso em 3 de Junho e que, desde então, se encontra detido em condições precárias por, alegadamente, ter violado disposições de segurança do Estado. Isto é claramente inaceitável.

Com esta resolução, apelamos à libertação imediata do prisioneiro, à desmilitarização da extracção mineira, à inclusão de cláusulas relativas aos direitos humanos no Processo de Kimberley, e à redistribuição da riqueza procedente da extracção de diamantes pelo povo, nomeadamente através da criação de um fundo soberano exclusivamente para esse efeito.

Apelamos igualmente à Comissão e ao Conselho que estejam extremamente atentos no que respeita a questões de boa governação e democracia no Zimbabué, e ao diálogo que estabelecemos com este país, que se tem caracterizado por progressos insuficientes.

(1) Ver Acta.

Judith Sargentini, *autora*. – (NL) Senhora Presidente, neste caso, estamos a abordar duas questões ou, para ser mais precisa, uma pessoa e uma questão. Em primeiro lugar, estamos a debater o caso de Farai Maguwu, um ser humano e um activista dos direitos humanos que foi detido no Zimbabué e depois sofreu graves maus-tratos na prisão. Em segundo lugar, estamos a debater o estranho papel desempenhado pelo observador do Processo de Kimberley. É suposto este observador supervisionar a situação no Zimbabué e, contudo, estabeleceu efectivamente contactos com o Governo do Zimbabué e usou informações que lhe foram transmitidas pelo Sr. Maguwu, tendo por isso colocado o Sr. Maguwu numa posição delicada. Assim, em última análise, estamos igualmente a debater o próprio Processo de Kimberley.

Nas funções que exerci anteriormente em grupos de pressão em prol de organizações de apoio ao desenvolvimento, participei nas negociações que visavam introduzir este sistema. Provou-se ser um sistema de sucesso. Cortou ou reduziu o nível de financiamento atribuído às guerras no Congo, em Angola, na Serra Leoa e na Libéria que foram financiadas através da venda de diamantes. Contudo, agora corremos o risco de o Processo de Kimberley ser usado para legitimar outra prática – a da violação dos direitos humanos por parte dos regimes. Não são abrangidos por esta resolução e é por isso que exigimos uma alteração. Esta resolução do Parlamento transmite a mensagem de que os “diamantes de conflito”, ou “diamantes de sangue”, são a única questão. Afinal, toda a extracção de diamantes é feita em condições terríveis. Isso constituiria um enorme avanço, dado que nos permitiria denunciar não só a situação no Zimbabué, mas igualmente as violações dos direitos humanos perpetradas desde há já longa data pelo regime angolano contra a região de Lunda. Até agora, não tivemos qualquer êxito nesse âmbito, porque o Processo de Kimberley consiste num conjunto de países que encaram negativamente o facto de outros países interferirem nos seus assuntos internos. Contudo, este sinal da parte do Parlamento Europeu pode ser o primeiro de uma série de sinais que contribuam para uma mudança na região.

Alain Cadec, *autor*. – (FR) Senhora Presidente, em primeiro lugar, permita-me observar que, comparativamente a esta manhã, há finalmente alguma paz e tranquilidade nesta Assembleia!

Senhoras e Senhores deputados, apoiei a resolução sobre a situação dos direitos humanos no Zimbabué e, nomeadamente, o caso de Farai Maguwu, porque o nosso Parlamento não pode ficar em silêncio face às violações de direitos humanos e liberdades fundamentais perpetradas no Zimbabué há já várias décadas.

O director do Centro de Investigação e Desenvolvimento, Farai Maguwu, foi detido pelas autoridades do seu país depois de condenar as violações dos direitos humanos nas jazidas de diamantes. Ao fazê-lo, estava apenas a exercer o seu direito à liberdade de expressão e o seu direito à recolha de informação sobre direitos humanos e liberdades fundamentais como um todo. O Parlamento Europeu apela à sua libertação, bem como a que o Zimbabué respeite os direitos políticos e as liberdades fundamentais, de modo a permitir que a sociedade civil se exprima sem medo.

Além disso, o Zimbabué tem de cumprir escrupulosamente os compromissos assumidos no que respeita à produção de diamantes no contexto do Processo de Kimberley, de modo a sair do círculo vicioso de financiamento do conflito armado.

Marie-Christine Vergiat, *autora*. – (FR) Senhora Presidente, o Hemiciclo está calmo, diria até que talvez esteja demasiado calmo, e, pessoalmente, lamento que não haja mais de entre nós interessados nestas questões. Dizer que a situação no Zimbabué é trágica é, infelizmente, um eufemismo. É trágica no que respeita à economia, à sociedade e, acima de tudo, à democracia, ao Estado de direito e ao respeito pelos direitos humanos. As últimas eleições decorreram num clima de medo. A detenção de Farai Maguwu, director do Centro de Investigação e Desenvolvimento, na sequência de uma entrevista com o Sr. Chikane, um observador do Processo de Kimberley, é, por isso e lamentavelmente, apenas mais um episódio a acrescentar à longa lista de violações dos direitos humanos perpetradas nesse país.

As condições em que a extracção é realizada nas jazidas de diamantes de Marange são particularmente horríveis: trabalhos forçados, tortura, contrabando e até assassínios; tudo está sujeito a controlo militar e é feito em benefício dos amigos do Sr. Mugabe. Estas condições foram repetidamente condenadas pelas ONG, incluindo pela do Sr. Maguwu. Por isso é tão surpreendente que o Sr. Chikane tenha apresentado um relatório positivo, que conclui que a extracção nas jazidas cumpre os requisitos previstos no Processo de Kimberley. A reunião intercalar do Processo de Kimberley, que teve lugar em Tel-Aviv, não logrou alcançar uma decisão no que respeita ao seguimento deste relatório. Senhora Comissária, pode confirmar-nos se, na ausência de um consenso entre os Estados-Membros, a União Europeia se opôs realmente ao restabelecimento das exportações legais de diamantes do Zimbabué; que continuará a fazê-lo na conferência de São Petersburgo; que irá pugnar pelo alargamento do Processo de Kimberley para que inclua o respeito por todos os direitos

humanos; e que fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para impedir a importação de diamantes do Zimbabué, enquanto esta situação se mantiver no país? Pode ajudar-nos a perceber o raciocínio subjacente à decisão tomada pelo Sr. Chikane no sentido de dar a sua aprovação, quando parece que algumas das notas constantes dos seus processos foram apreendidas por agentes dos serviços secretos?

A União Europeia é o principal contribuinte de ajuda humanitária ao Zimbabué. Consequentemente, tem de ter uma atitude exemplar no que respeita a esta questão. Tem de manter as posições assumidas. Pode dizer-nos que posição irá a União Europeia assumir em São Petersburgo?

Geoffrey Van Orden, autor. – (EN) Senhora Presidente, desde que fui eleito em 1999, envidei todos os esforços no sentido de galvanizar a oposição deste Parlamento ao enorme catálogo de injustiças que Mugabe e os seus “homens de mão” infligiram ao povo do Zimbabué. Devo dizer que se trata de uma questão em que esta Assembleia fala a uma só voz.

Hoje estamos a debater os abusos sistemáticos sofridos pelos trabalhadores das jazidas de diamantes do Zimbabué e perpetrados pelas forças de segurança do governo. O Zimbabué é membro de pleno direito do Processo de Kimberley, o órgão informal que rege o comércio global de diamantes brutos e que, até à data, poucas medidas tomou no sentido de travar esses abusos. Exorto o Processo de Kimberley a considerar a adopção de medidas rigorosas contra o Zimbabué, por incumprimento, e associo-me à condenação da recente detenção de Farai Maguwu, um homem de consciência, que teve a coragem de expor a violência perpetrada pelas forças de segurança do Zimbabué em Chiadzwa.

O governo do Zimbabué tem de libertar imediatamente o Sr. Maguwu, bem como todos os outros prisioneiros políticos, e devemos relembrar que o direito à liberdade de expressão foi um dos principais compromissos assumidos por todas as partes no acordo político global do ano passado. Neste momento, as necessidades básicas de medicamentos e alimentos de grande parte da população do Zimbabué são colmatadas pelas organizações de ajuda internacional. O governo do Zimbabué deve utilizar as receitas substanciais eventualmente procedentes da extracção de diamantes para criar um “Diamond Trust Fund” destinado a regenerar a economia e a propiciar o financiamento dos sistemas de saúde, educação e social, actualmente fornecido por doadores internacionais.

Infelizmente, o Zimbabué ainda tem um longo caminho a percorrer antes de podermos afirmar que o seu povo vive em liberdade e democracia, bem como num Estado de direito respeitado. É altura de uma mudança drástica e a UE e os países da África Austral devem exercer maior pressão para promover uma boa governação no Zimbabué.

Michael Gahler, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, o facto de Farai Maguwu ter sido detido devido à publicação de informações sobre as condições nas jazidas de diamantes de Marange demonstra quem detém o verdadeiro poder e onde estão actualmente os verdadeiros detentores de poder no Zimbabué, demonstrando igualmente que o Governo de Unidade Nacional, o governo de coligação forçada, na verdade apenas exerce o seu poder na parte antiga da região, nomeadamente na zona onde vivem aqueles que têm o apoio do Sr. Mugabe.

Por este motivo, considero ser importante que continuemos a denunciar estas condições e, enquanto União Europeia, continuemos a elaborar a lista negra daqueles que continuam a oprimir o povo do Zimbabué.

Porque são os responsáveis pela detenção de Farai Maguwu que, ao mesmo tempo, lucram com a extracção de diamantes e embolsam as receitas das vendas, não as partilhando com o povo através do orçamento do país. Assim, espero que denunciemos esta situação, com uma vasta maioria, e que tanto a UE como a África Austral exijam, finalmente, que se ponha fim a estas condições.

Michael Cashman, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhora Presidente, embora a situação no Zimbabué tenha melhorado, infelizmente não melhorou o suficiente. Testemunhámos a repressão do Sr. Maguwu e de outros defensores dos direitos humanos. Testemunhámos igualmente o encarceramento e a detenção de lésbicas, homossexuais e bissexuais envolvidos em acções de prevenção e aconselhamento relativas ao VIH.

Se eu tomar uma posição e falar enquanto inglês, ignorar-me-ão. Se o fizermos enquanto europeus, ignorar-nos-ão. Mas permitam-me que diga aos países africanos aquilo que é evidente: sabem que o que está a acontecer no Zimbabué é errado. A menos que façam alguma coisa para resolver a situação, de forma colectiva, perderão qualquer autoridade moral que tenham no continente africano e no mundo. Falamos do facto de África estar nas nossas mãos, de o futuro de África estar nas nossas mãos. Distanciar-se e não fazer

nada, enquanto pessoas são presas por tentarem expor violações dos direitos humanos e defender homens e mulheres comuns, não fazer nada, África, é ser cúmplice.

Paweł Robert Kowal, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhora Presidente, procuramos constantemente formas eficazes de influenciar países que não pertencem à União Europeia – uma influência tendente a provocar uma mudança e uma decisão de respeitar os direitos humanos. Embora isso nunca deva afectar a população ou a ajuda humanitária, temos de procurar uma forma inteligente de pressionar o regime do Presidente Mugabe, de modo a que situações como a de Farai Maguwu nunca mais se repitam.

No que respeita à protecção dos direitos humanos, está em causa a nossa credibilidade fundamental. Neste caso, temos de dizer claramente “Sim, sim; Não, não”. Ou os direitos humanos são respeitados ou não são. Não podemos contentar-nos com pequenos avanços. Tenho a impressão que, em algumas das intervenções, houve um elemento de satisfação com os pequenos avanços. Já o dissemos claramente: o governo do Presidente Mugabe não tem qualquer legitimidade e as suas acções são condenáveis – e devemos dizê-lo mais explicitamente.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Desejo também associar-me àqueles que, nesta Assembleia, apelaram à libertação imediata de Farai Maguwu. Temos de condenar as condições de detenção a que foi sujeito, bem como o desrespeito pelos seus direitos humanos básicos durante os procedimentos penais.

Como sabem, o papel das organizações da sociedade civil é fundamental, não só para garantir o sucesso do Processo de Kimberley, como também para salvaguardar a democracia no Zimbabué em geral.

Contudo, este país não pode alcançar progressos na via para a democracia se os activistas dos direitos humanos forem obrigados a permanecer em silêncio quando os meios de comunicação internacionais também salientam as violações que foram cometidas.

Gostaria igualmente de salientar que as autoridades do Zimbabué têm o dever de investigar com imparcialidade as violações de direitos humanos cometidas nas jazidas de diamantes e de levar perante a justiça os responsáveis por essas acções. A palavra-chave, neste caso, é transparência. Os cidadãos do Zimbabué têm direito à informação, o que significa que as autoridades têm de cumprir os compromissos que assumiram voluntariamente no âmbito do Processo de Kimberley.

Ana Gomes (S&D). - O caso de Farai Maguwu ilustra a brutal repressão no Zimbabué, mas também a necessidade de alargar o âmbito do Processo de Kimberley. Os diamantes não devem ser somente certificados como limpos de crimes de guerra, mas também de violações de direitos humanos, incluindo as cometidas pelos Estados e companhias exploradoras.

A exploração de diamantes é relevante no combate à pobreza e na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Segundo a *Global Witness*, em 2008 África exportou 393 000 milhões de dólares em petróleo e minerais, o que corresponde a nove vezes o total da ajuda que o Continente recebeu. Uma justa exploração dos recursos naturais em benefício das populações locais pode ser assim crucial no reforço do Estado de direito, na promoção da responsabilidade social das empresas e, portanto, na garantia dos direitos humanos.

Nesse sentido é fundamental que a União Europeia adote mecanismos para combater a corrupção na exploração de minerais, como vários deputados têm vindo a defender, nomeadamente através da petição disponível em www.stopcorruption.eu, que convido todos a assinar.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, estou extremamente satisfeito por o caso Maguwu ter sido debatido hoje, dado que é apenas a ponta do icebergue e, como tão bem dizemos: a podridão começa no topo. Robert Mugabe, que em tempos foi um defensor politicamente competente dos direitos da população negra, é hoje um ditador brutal, responsável pelo colapso da economia, pela fome e pelo terrorismo político no seu país.

A sua reforma agrária, que começou de forma caótica, acabou por atingir o auge com a expropriação dos agricultores brancos, os país tornou-se num deserto e 94% da população está desempregada. Em última análise, presentemente, qualquer pessoa que detenha activistas como o Sr. Maguwu, que os ameace com encarceramento e tortura e que também ameace as suas famílias, não cumpre os critérios que têm igualmente de ser cumpridos no âmbito do Processo de Kimberley.

Concordo com o orador anterior quanto ao facto de ser igualmente necessário consagramos a protecção dos direitos humanos no Processo de Kimberley. Em lugar de fazermos exigências e de nos limitarmos a

reclamar, devíamos agir de forma consistente e apoiar os outros Estados, bem como impor sanções que visem pressionar o Zimbabué, ao ponto de o excluir do Processo de Kimberley.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhora Presidente, todos sabemos que os diamantes podem ser uma bênção, mas podem igualmente ser uma maldição. Desejamos todo o sucesso ao Zimbabué e ao seu povo, e queremos que as mudanças no Zimbabué conduzam, um dia, a uma transformação plena e construtiva. Hoje, contudo, estamos a falar de alguém para quem os diamantes se podem tornar uma maldição. Farai Maguwu foi detido sob acusações de publicar informação prejudicial para o Estado. Na verdade, isto acontece frequentemente – as autoridades de alguns países não percebem que a sua reputação é lesada e degradada pelas acções daqueles que violam os direitos humanos, e não por aqueles que expõem e publicam essas violações. Consequentemente, a libertação de Farai Maguwu é do interesse do próprio Zimbabué e espero que as autoridades oiçam o nosso apelo no que a isto respeita.

Conhecemos exemplos construtivos da utilização de diamantes para acções de desenvolvimento adequadas. O Botswana é um desses exemplos. Assim, o nosso apelo para que as receitas procedentes da extracção de diamantes sejam aplicadas nos sistemas de saúde, educação e social, é simultaneamente justificado e exequível.

Corina Crețu (S&D). – (RO) O caso que hoje debatemos, relativo à detenção e ao encarceramento de Farai Maguwu há já bem mais de um mês, reflecte a ausência de progressos no Zimbabué a nível do respeito pelos direitos humanos. Chama igualmente a atenção para a grave situação nas jazidas de diamantes da região oriental do país, onde o exército é frequentemente acusado de cometer crimes, actos de violência e abusos graves.

Durante os últimos 30 anos, o regime de Mugabe levou o Zimbabué à falência e transformou o país num desastre humanitário. Os diamantes de sangue são prova do cinismo de que dão provas os círculos governativos que não têm escrúpulos nem respeitam os seus cidadãos.

O Zimbabué está a violar a normas previstas no Sistema de Certificação do Processo de Kimberley relativamente à venda de diamantes brutos. Creio ser dever da União Europeia apoiar mais activamente este órgão de cooperação de modo a consolidar o aspecto moral do comércio de diamantes, num esforço para eliminar o tráfico de diamantes que financia conflitos e grupos armados e que resulta de uma exploração bárbara.

Exigimos a libertação imediata de Farai Maguwu e apelamos à diplomacia europeia que considere a adopção de sanções rigorosas contra o regime de Harare, no sentido de o obrigar a cessar os maus-tratos infligidos aos activistas dos direitos humanos e a pôr fim à escravatura sanguínea nas jazidas de diamantes.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhora Presidente, passaram pouco menos de cinco semanas desde que Farai Maguwu foi detido pelas autoridades do Zimbabué. Desde então, mantiveram-no encarcerado em condições desconhecidas e privaram-no dos seus direitos pessoais.

Apraz-me que este Parlamento esteja unido no apelo à sua libertação imediata, mas preocupa-me que a sua detenção possa constituir um retrocesso no que respeita aos resultados da reunião realizada em Tel-Aviv e ao Processo de Kimberley.

Como o senhor Deputado Van Orden afirmou, há abusos sistemáticos dos trabalhadores das minas de diamantes, e a situação no Zimbabué é muito típica, já que as receitas substanciais procedentes das exportações de minerais não se reflectem nas condições de vida da população, que continua na pobreza e é afectada por doenças. Concordo igualmente que os Estados africanos têm um papel importante a desempenhar no que respeita ao melhoramento das condições nesse país. Apoio o diálogo com o Zimbabué, por parte da Comissão Europeia, na condição de o Sr. Maguwu ser libertado e de o Processo de Kimberley ser abordado pelas autoridades do Zimbabué.

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhora Presidente, nos 30 anos desde que Mugabe tomou o poder, o Zimbabué passou de cesto do pão a tigela de mendigo da África Austral. A última década naquele país tem sido caracterizada pelo empobrecimento sistemático e deliberado da maioria dos seus 12 milhões de cidadãos. Contudo, alguns dos acólitos de Mugabe, em particular os chefes militares, enriqueceram despidoradamente graças ao controlo dos terrenos agrícolas apropriados e dos recursos minerais.

Farai Maguwu tem procurado, com coragem, tornar públicas as execuções extrajudiciais e os abusos dos direitos humanos levados a cabo pelo exército, que controla muitas das minas de diamantes do Zimbabué. Inevitavelmente, a riqueza dessas minas está actualmente a financiar os carrascos de Mugabe. Tendo em conta tudo isto, o Zimbabué deveria ver recusada a sua readmissão no Processo de Kimberley. A UE deveria

ainda procurar aumentar o rigor e o alcance das sanções direccionadas àqueles que no Zimbabué enriqueceram à custa do comércio dos chamados diamantes de sangue. E, naturalmente, Farai Maguwu, que exerceu apenas o direito fundamental da liberdade de expressão, deve ser libertado imediatamente.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE). – (PL) Senhora Presidente, as decisões tomadas em 2000 e aprovadas pelos Governos dos Estados interessados e pela indústria internacional de diamantes em Kimberley, em 2003, foram motivadas pela ideia louvável de travar o comércio de diamantes de sangue. Foi alcançado um acordo relativo a movimentos rebeldes que utilizavam dinheiro resultante da venda de diamantes para financiar acções militares ilegais com o objectivo de derrubar autoridades nacionais legitimamente eleitas. Movimentos desse tipo são a causa da desestabilização e dos conflitos internos que se verificam actualmente em muitos países africanos.

Portanto, ficamos inquietos com os relatos de violações dos direitos humanos e da morte de muitos civis depois de o exército e a polícia terem assumido o controlo da mina de diamantes em Marange. Exortamos o Governo do Zimbabué a tomar todas as medidas necessárias, em conformidade com o Processo de Kimberley, para restaurar a laboração normal da mina. Além disso, condenamos as detenções ilegais que se têm registado e exigimos a libertação de Farai Maguwu.

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Processo de Kimberley é uma iniciativa lançada por representantes de governos, da indústria dos diamantes e da sociedade civil com o objectivo de finalmente pôr cobro ao comércio internacional dos chamados diamantes de sangue.

Em 2008, já tinham sido detectados indícios de infracções graves às regras do Processo de Kimberley na jazida de diamantes de Marange, no Zimbabué. Farai Maguwu é um dos corajosos activistas dos direitos humanos que documentam casos de trabalhos forçados, tortura e violência no seu país. O Governo do Zimbabué ingressou voluntariamente no Processo de Kimberley; devemos insistir no cumprimento das obrigações associadas a esse compromisso.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me com o debate que está a ter lugar nesta assembleia.

A reunião intercalar do Processo de Kimberley, realizada em Telavive de 21 a 24 de Junho, ficou fortemente ensombrada pela detenção do senhor Farai Maguwu. A Comissão partilha das preocupações do Parlamento Europeu e tem exigido que o legítimo direito de defesa do senhor Maguwu seja respeitado. A delegação da UE está a acompanhar a situação muito de perto. Mantém o contacto com os advogados do senhor Maguwu, o que reflecte a nossa estratégia local para apoiar os defensores dos direitos humanos e para reforçar a sua protecção.

Também exortámos o Zimbabué a reafirmar o seu compromisso com o papel da sociedade civil no Processo de Kimberley. Embora o mandato do Processo de Kimberley se concentre na prevenção do comércio de diamantes que financiam conflitos, é evidente que este processo não pode operar num vácuo e ignorar as preocupações em matéria de direitos humanos. A mensagem enviada hoje neste hemiciclo é muito veemente – e tem ainda mais força se reconhecermos que o respeito pelos direitos humanos é um princípio subjacente aos próprios objectivos do Processo de Kimberley.

No que se refere à reunião de Telavive, a UE apoiou o prosseguimento da execução da Decisão de Swakopmund e o plano de trabalho conjunto, com o objectivo de tornar a extracção de diamantes em Marange consentânea com o Processo de Kimberley, nomeadamente através da aplicação do chamado mecanismo de supervisão das exportações. Consideramos que novas conversações com o Zimbabué no quadro do Processo de Kimberley oferecem melhores oportunidades, não só de garantir a observância técnica do Processo de Kimberley na zona da jazida de Marange, mas também de assegurar a melhoria da governação neste sector crítico da economia e, em última análise, de melhorar a situação dos direitos humanos em Marange.

Foi por estes motivos que a UE exortou o Zimbabué a manter um compromisso forte com o Processo de Kimberley e com o plano de trabalho conjunto, de modo a que os diamantes de Marange possam, na altura própria, contribuir para o desenvolvimento económico do país. Temos por objectivo que os participantes no Processo de Kimberley e o Zimbabué intensifiquem os seus esforços com vista à criação de um consenso nesta difícil questão, no espírito do diálogo e da cooperação que sempre presidiu ao processo em apreço.

Finalmente, é importante que o Parlamento seja informado de que, numa reunião com Ministros zimbabueanos em representação do Governo de Unidade Nacional, realizada em 2 de Julho, a senhora Baronesa Ashton, Alta Representante e Vice-Presidente, recordou que a aplicação do acordo político, que reflecte as nossas

preocupações em matéria de direitos humanos, de Estado de direito e de princípios democráticos, é decisiva para a normalização das relações com a UE.

Como já aqui foi afirmado, atribuímos grande importância ao respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos por parte do Zimbabué. É uma questão que levantámos em várias ocasiões e em diversos fóruns. A Comissão financia, e vai continuar a financiar, uma vasta gama de actividades no Zimbabué, em colaboração com organizações da sociedade civil. Vamos continuar a procurar e a apoiar vias para a criação e a manutenção de um ambiente político aberto, no qual os direitos humanos e as liberdades sejam integralmente respeitados.

No que respeita à posição da Comissão em matéria de comércio de diamantes com o Zimbabué, solicitámos uma auditoria da actual reserva de diamantes antes de avançarmos com qualquer discussão sobre o reatamento limitado das exportações. A UE foi convidada para a sessão à porta fechada com as principais partes interessadas, convocada pelo presidente do Processo de Kimberley à margem da reunião do Conselho Mundial do Diamante, que terá lugar em São Petersburgo no dia 14 de Julho, ocasião em que realizaremos novas conversações sobre a matéria.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar dentro de instantes.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Monica Luisa Macovei (PPE), por escrito. – (EN) Junto a minha voz à daqueles que exigem a libertação de Farai Maguwu. Foi detido por fornecer informações ao Processo de Kimberley. Entregou-se à polícia depois de familiares seus terem sido espancados e detidos e de funcionários da sua organização terem ido para a clandestinidade. A detenção arbitrária do senhor Maguwu é uma mensagem de intimidação que o Governo do Zimbabué envia aos defensores dos direitos humanos e aos cidadãos livres daquele país com o fim de evitar que relatem as realidades de Marange. Farai Maguwu deve ser imediatamente libertado da prisão. O Governo deve devolver todos os computadores, arquivos e materiais confiscados à organização, deve cessar a perseguição aos seus funcionários e deve criar as condições para a realização de um inquérito independente às circunstâncias que levaram à detenção do senhor Maguwu. A Comissão e o Conselho devem dirigir urgentemente esta exigência ao Governo do Zimbabué e sublinhar que ela não é negociável.

11.2. Venezuela: o caso de Maria Lourdes Afiuni

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate de sete propostas de resolução relativas à Venezuela, nomeadamente o caso de María Lourdes Afiuni⁽²⁾.

Santiago Fisas Ayxela, autor. – (ES) Senhora Presidente, a juíza Afiuni concedeu a liberdade condicional a Eligio Cedeño, agindo ao abrigo das leis venezuelanas e com base num parecer do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária. Isso resultou na sua detenção numa prisão de segurança máxima, sujeita a condições que colocam a sua vida em perigo. O Presidente Chávez convidou publicamente o Procurador-Geral a aplicar a pena máxima e apelou à Assembleia Nacional para que promulgasse uma lei que agravasse a pena, que deverá ser aplicada com efeitos retroactivos.

A Amnistia Internacional e o Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas têm manifestado grande apreensão relativamente a este caso.

Não se trata de um caso isolado, Senhoras e Senhores Deputados. Pelo contrário, é a demonstração da deriva autocrática e autoritária de um regime que, a par de eleições aparentemente democráticas, encerra meios de comunicação social conotados com a oposição, ordena confiscações e detém opositores políticos, revelando total ausência de respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito.

Exigimos, portanto, que a juíza Afiuni seja libertada de imediato.

Renate Weber, autora. – (EN) Senhora Presidente, mais uma vez estamos a debater neste Parlamento a situação na Venezuela – não porque o desejemos, mas porque é necessário.

A situação não melhorou desde a nossa última resolução – antes pelo contrário. A própria ideia do Estado de direito está a desaparecer sob a enorme pressão que é exercida sobre os juízes e o poder judiciário, com

(2) Ver Acta.

consequências para o exercício de uma série de direitos humanos, desde a liberdade de expressão – sobretudo a liberdade dos meios de comunicação social – à propriedade privada.

O artigo 26.º da Constituição da Venezuela é muito claro, prevê a independência da justiça e prevê ainda que o Presidente é o garante dessa independência. Porém, cada vez mais, o Presidente Hugo Chávez dita através de discursos públicos o modo como os procuradores e os juizes devem actuar e decidir.

Vários juizes foram vítimas desse comportamento do Presidente. Alguns foram destituídos, ao passo que outros optaram pelo exílio. O caso da juíza María Lourdes Afiuni é apenas o mais recente e o de maior relevo por se tratar do encarceramento de uma magistrada em virtude de uma decisão que tomou no exercício das suas funções. Como podem os juizes que vão julgar o seu caso actuar com independência quando o Presidente do país, em vez de esperar pelo julgamento e pelos trâmites legais, se refere publicamente à juíza Afiuni como uma bandida e pede a pena máxima?

María Lourdes Afiuni passou os últimos sete meses num local onde a sua integridade física e até a sua vida correm perigo. Está detida com mais de 20 reclusas que condenou ao longo dos anos por crimes muito graves. Não há dúvida de que esta medida foi tomada para a humilhar e assustar.

Dado que não espero muito dos tribunais venezuelanos, atrevo-me a pedir ao Presidente Chávez a sua libertação.

(ES) Senhor Presidente Chávez, a juíza Afiuni deve ser libertada imediatamente. É necessário que se realize sem demora um julgamento justo, com todas as garantias de defesa face às acusações que lhe são feitas. Isto não só seria justo da sua parte, Senhor Presidente, como constituiria um notável gesto humanitário.

Véronique De Keyser, autora. – (FR) Senhora Presidente, no caso de María Lourdes Afiuni, na Venezuela, o que está em jogo é o combate à corrupção, de acordo com a versão oficial, ou a perseguição de um opositor político, que é a versão apresentada pelo *New York Times* tal como é relatada pelo seu correspondente Simon Romero?

É uma pergunta que vale a pena fazer, pois ambas as combinações são típicas dos regimes de linha dura. Contudo, o meu grupo retirou a sua assinatura do compromisso e está pronto para apresentar uma resolução em nome próprio. Penso, caros Colegas, que quiseram forçar a nota, e não quero utilizar este caso, que considero que deve ser clarificado, para criticar todo o regime venezuelano, como é o vosso objectivo.

O que está em causa? Utilizando uma medida excepcional, a juíza Afiuni pôs em liberdade um banqueiro acusado de roubar 27 milhões de dólares a uma agência do Estado com um contrato de importação falso. A juíza foi detida na sequência dessa libertação e permanece presa. É verdade que as condições em que está detida são terríveis, como em todos os estabelecimentos prisionais venezuelanos. Todavia, não estamos a realizar um debate urgente sobre prisões. Isso não faz da juíza uma activista dos direitos humanos – ela nunca se expressou sobre essa matéria.

Tal como vós, exijo um julgamento justo e célere, com todas as garantias de defesa, bem como a continuação da luta contra a corrupção existente no seio do aparelho judiciário e a estrita separação entre a política e a justiça. Concordo convosco neste ponto, mas não posso concordar com o resto.

Raül Romeva i Rueda, autor. – (ES) Senhora Presidente, partilho da opinião da senhora deputada De Keyser. Quando há poucos dias nos foi solicitado que debatêssemos esta questão com carácter de urgência, manifestei que o caso específico da juíza Afiuni merecia atenção. Talvez não na forma de resolução de urgência. Talvez na forma de uma carta assinada por diferentes deputados e deputadas, demonstrando a nossa preocupação e expondo o pedido que queríamos fazer ou que deveríamos fazer e que temos ainda de fazer ao Presidente venezuelano para que se observem as garantias judiciais de qualquer processo, nomeadamente o da juíza Afiuni.

Essa era a intenção, e foi igualmente com essa intenção que o nosso Grupo também apresentou uma proposta de resolução na qual expusemos vários pontos coincidentes com algumas das opiniões aqui expressadas e que penso que é importante recordar.

No entanto, o que descobrimos no decorrer deste processo é que, mais do que uma resolução sobre um caso específico de violação dos direitos humanos ou sobre a situação particular que vive a juíza, se produziram alegações do ponto de vista da oposição venezuelana.

Não terá passado despercebido a ninguém que se vão realizar eleições dentro de pouco tempo. E não terá passado despercebido a ninguém que esta resolução terá uma utilização política – política! – na Venezuela.

Não tenho qualquer afinidade com o senhor Chávez nem tenho simpatia política por ele – de todo. Contudo, também não quero que este Parlamento seja usado para fazer campanha pela oposição, que, neste momento, está a utilizar um caso particular para desprestigiar toda uma política, com a qual se pode estar mais ou menos de acordo, mas que, em todo o caso, se deve debater politicamente. Esse não é o debate que estamos a realizar hoje e que deveria ter tido lugar noutra contexto, mas não hoje, nem aqui, nem agora.

As resoluções sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito têm um mandato muito específico e uma finalidade muito bem definida, e os meus caros colegas utilizaram este espaço, durante muito tempo, para outros fins que nada têm que ver com a denúncia específica de violações dos direitos humanos. Considero que há algum tempo que esta questão merece uma reflexão de todo o Parlamento e de todos os Grupos, acima de tudo a bem dos direitos humanos.

Charles Tannock, *autor*. – (EN) Senhora Presidente, a pura demagogia do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, não parece conhecer limites. Chávez identificou agora a independência do sistema judiciário como o obstáculo seguinte a ultrapassar para assumir o poder absoluto. A detenção da juíza María Lourdes Afiuni Mora representa a sua tentativa mais audaciosa e descarada de silenciar a dissidência e de comprometer a separação de poderes e o Estado de direito.

Não faço ideia como esta juíza pode ter esperança num julgamento justo. Chávez já a rotulou como bandida, acusou-a de aceitar um suborno e afirmou que ela devia ser encarcerada durante 30 anos. Disse ainda que Simón Bolívar a teria mandado fuzilar, numa declaração extremamente inflamatória do regime cada vez mais ditatorial de Chávez e que, na minha opinião, é um impudente incitamento à violência.

Porém, este comportamento de Chávez fica impune, em grande medida, porque continua a ser um crítico histórico dos Estados Unidos e, como tal, é popular junto de muita da esquerda na Europa e neste Parlamento. Este paradoxo continua a prejudicar os esforços colectivos da UE para denunciar a alarmante tendência totalitária que se verifica na Venezuela.

(Aplausos)

Bernd Posselt (PPE). – (DE) (Pergunta segundo o procedimento “cartão azul” nos termos do n.º 8 do artigo 149.º do Regimento, dirigida ao deputado Romeva i Rueda) Senhora Presidente, gostaria de perguntar ao senhor deputado Romeva se tem conhecimento de que o Regimento menciona os direitos humanos e que a democracia e o Estado de direito também são objecto deste debate. Além disso, sabe que o Presidente Chávez representa um perigo para a democracia e o Estado de direito?

Raül Romeva i Rueda, *autor*. – (ES) Senhor Deputado Posselt, é uma questão de prioridades. Há dois meses, debatíamos aqui precisamente esta questão, no contexto de uma resolução de urgência sobre a Venezuela. O que estou justamente a dizer é que devemos ter claro o que é importante e definir as prioridades. Se na Comissão dos Assuntos Externos tivermos de levar a cabo um debate sobre a Venezuela, façamo-lo, mas não utilizemos esta sessão para fazer algo que não está relacionado com a denúncia fundamental, concreta e pontual de violações dos direitos humanos.

Joe Higgins, *autor*. – (EN) Senhora Presidente, esta resolução, que pretende ser sobre os direitos humanos na Venezuela, põe a nu a enorme hipocrisia dos partidos de direita representados neste Parlamento. O verdadeiro intuito não é defender os direitos humanos, mas efectivamente promover o derrube do Governo de Hugo Chávez na Venezuela e socorrer a oposição de direita defensora dos interesses do grande capital daquele país, que ainda controla grandes faixas dos meios de comunicação social, da indústria e dos latifúndios e que inclui aqueles que tentaram um golpe de Estado há menos de 10 anos.

O Governo Chávez pôs em prática determinadas medidas progressistas, que melhoraram as condições de vida dos sectores mais pobres da sociedade, mas, para isso, Chávez teve de se opor às políticas económicas neoliberais que a União Europeia e os Estados Unidos têm imposto a muitos países da América Latina – nomeadamente a desregulamentação, a liberalização e a privatização das suas economias – e que beneficiam acima de tudo as grandes corporações transnacionais com sede na UE e nos Estados Unidos. É esse o motivo desta campanha caluniosa.

Exijo que a juíza Afiuni e todos os detidos na Venezuela sejam tratados com dignidade e que lhes seja concedido um julgamento rigorosamente justo. Tanto eu como os meus camaradas socialistas da Venezuela, nomeadamente do Socialismo Revolucionário, estamos em desacordo com alguns aspectos das políticas de

Chávez: uma tendência crescente para a burocratização e uma propensão de tipo estalinista para tentar caluniar e desacreditar a oposição de esquerda e do movimento sindical. Queremos ver os grandes recursos da Venezuela nacionalizados, mas sob um regime efectivo de controlo e gestão democráticos pelos trabalhadores, constituindo a base para a criação de riqueza e de serviços capazes de transformarem a vida da grande maioria do povo venezuelano, pondo cobro a problemas terríveis como a pobreza e o crime e, ao mesmo tempo, garantindo plenos direitos democráticos sociais e humanos para todos.

Bogusław Sonik, em nome do Grupo PPE. – (PL) Senhora Presidente, neste hemiciclo, pomos muitas vezes a nós próprios uma pergunta que nos fazemos nos nossos círculos eleitorais: “Que eficácia tem o vosso trabalho em matéria de defesa dos direitos humanos?” Ao ouvir o meu colega comunista afirmar que os discursos aqui proferidos podem resultar no derrube de um regime, congratulo-me, porque gostaria que os regimes ditatoriais da Bielorrússia, do Zimbabué e de todos os países onde as pessoas são vítimas desses governos caíssem em virtude do que é dito neste Parlamento.

Também me entristece a atitude da senhora deputada De Keyser e do senhor deputado Romeva i Rueda. Há dois meses, afirmaram o mesmo – que este não é o fórum indicado e que este não é o momento certo para falarmos sobre a Venezuela. No entanto, este é o momento e este é o lugar, e devemos proteger aquelas pessoas, independentemente das nossas simpatias políticas antagónicas. O Presidente Chávez e o aparelho que ele controla cometem constantemente actos de perseguição política e hostilização dos representantes da oposição democrática. Neste contexto, exijo a libertação da juíza Afiuni e exorto a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança a enviar – e estou a concluir – uma petição às autoridades venezuelanas expressando os receios da União Europeia no que se refere à violação de direitos humanos, dos princípios democráticos e da lei e ordem na Venezuela.

Anneli Jäätteenmäki, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me por o Parlamento Europeu ter incluído o caso da juíza Afiuni na agenda e por erguer a sua voz contra as violações dos direitos humanos na Venezuela.

Mais do que isso, insto o Governo venezuelano a respeitar o povo da Venezuela e as cartas internacionais dos direitos humanos, bem como a dar passos genuínos rumo a uma verdadeira democracia, na qual os direitos humanos e o Estado de direito sejam respeitados no presente e no futuro.

O caso da juíza Afiuni vem recordar-nos sombriamente a atitude negativa da Venezuela face aos direitos humanos. A detenção da juíza Afiuni é uma violação dos seus direitos fundamentais enquanto pessoa e é uma ameaça muito grave à independência do poder judiciário.

Eija-Riitta Korhola (PPE). - (FI) Senhora Presidente, há seis meses, debatemos aqui a erosão persistente da democracia na Venezuela. Um novo facto visível e particularmente alarmante é o caso dos ataques do Governo à imprensa e à liberdade da Internet, bem como o encerramento de jornais, de rádios, de sítios Web e de estações de televisão. Provavelmente, não conhecemos todos os factos, mas, não obstante, temos de analisar os problemas e os princípios associados à presente situação. Na perseguição pública que moveu à juíza Afiuni, o Presidente Chávez assumiu um papel em que ataca a independência do poder judiciário, quando devia ser o seu primeiro defensor.

A separação de poderes é a base da democracia e do Estado constitucional, e a liberdade dos meios de comunicação social é essencial para a democracia e para o respeito das liberdades fundamentais. A livre expressão pública de opinião e de ideias é uma garantia de participação no processo democrático e torna possíveis as eleições livres e justas e a boa governação. Espero que nenhum dos presentes defenda o contrário.

Monica Luisa Macovei (PPE). - (EN) Senhora Presidente, a democracia na Venezuela corre perigo, e gostaria de apontar outro caso relacionado com os limites que o Governo está a impor à liberdade de expressão e com o controlo que exerce sobre a sociedade civil.

Uma situação recente com implicações em toda a região foi a tentativa da Venezuela, em Junho de 2010, de alterar um projecto de resolução sobre a participação da sociedade civil na Organização dos Estados Americanos. A Venezuela queria sujeitar a participação da sociedade civil à lei doméstica. É um mau precedente. Uma cláusula semelhante incluída no tratado sobre a aplicação da Convenção Interamericana contra a Corrupção foi utilizada pela Venezuela para impedir as ONG de relatarem casos de corrupção naquele país.

A Comissão e o Conselho devem apoiar forte e abertamente a sociedade civil da Venezuela e acompanhar atentamente as próximas eleições legislativas. A legitimidade do próximo Parlamento é crucial num momento

em que a democracia sofre uma deterioração. A concluir, gostaria de juntar a minha voz à daqueles que exigiram a libertação da juíza Afiuni.

Corina Crețu (S&D). – (RO) Gostaria de reiterar que a defesa dos direitos humanos sempre foi e continua a ser uma prioridade para nós. Logo, é natural que nos preocupemos com as condições em que os julgamentos estão a ser realizados e com o regime de detenção.

Considero que devemos zelar por que o julgamento seja justo, transparente e observante das normas fundamentais do Estado de direito. Todavia, e pela mesma ordem de ideias, não me parece apropriado que utilizemos casos como este, com os quais nem sempre estamos familiarizados, como pretexto para lutas políticas internas.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Estou indignado com a forma como o Presidente Chávez está a governar a Venezuela. O seu estilo de governação esquerdista é remanescente dos piores Governos comunistas da Europa Oriental e Central no período que antecedeu a queda do Muro de Berlim.

María Lourdes Afiuni foi detida indevidamente e sofreu uma violação dos seus direitos mais básicos, bem como da sua liberdade de decidir enquanto juíza. Ficou claro neste caso que o sistema judiciário não é independente e que a Venezuela e Chávez achincalham a democracia.

Gabriel Mato Adrover (PPE). – (ES) Senhora Presidente, não é a primeira vez que intervenho a propósito da Venezuela e da violação de direitos que se verifica naquele bonito país, e receio que não seja a última.

Na minha intervenção anterior referi-me aos jornalistas. Hoje, chamo a atenção para os magistrados como a juíza Afiuni e, como sempre, para os cidadãos, que, como os milhares de canários que ali habitam, apenas querem viver em paz e liberdade. Aquelas pessoas aspiram a conservar as suas terras e os seus proventos sem uma permanente incerteza quanto ao dia de amanhã.

A Venezuela foi para muitos uma terra de acolhimento. Hoje, infelizmente, é um país onde a liberdade de expressão e outras liberdades e direitos não passam de recordações. Hoje, estamos aqui a falar de direitos humanos e daqueles que os violam. Manifestamos daqui o nosso apoio à juíza Afiuni e a todos os que vivem na Venezuela, bem como a nossa esperança de que as liberdades políticas voltem a ser uma realidade.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, a UE está a acompanhar atentamente a situação na Venezuela. A este respeito, gostaria de salientar que partilhamos das preocupações aqui expressas sobre as circunstâncias da detenção da juíza María Lourdes Afiuni e as posteriores declarações proferidas pelas autoridades venezuelanas sobre essa detenção.

É importante sublinhar que o Relator Especial da ONU sobre a Independência dos Juízes e Advogados e o Grupo de Trabalho da ONU sobre a Detenção Arbitrária qualificou a detenção da juíza María Lourdes Afiuni como um revés profundamente inquietante para a independência da justiça. Os peritos da ONU foram mais longe, afirmando que as represálias pelo exercício de funções consagradas na Constituição e a criação de um clima de medo junto dos juízes e dos advogados serve apenas o propósito de enfraquecer o Estado de direito e de obstruir a justiça, e defendendo que é imperativa a libertação imediata e incondicional da juíza Afiuni. A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos emitiu uma medida de protecção a favor da juíza María Lourdes Afiuni, frisando que o Estado tem a responsabilidade de proteger a sua vida e integridade física e ainda de a transferir para local seguro. Embora as autoridades venezuelanas tenham informado que a juíza tem estado separada da população geral do estabelecimento prisional, como aqui foi referido, ela permanece atrás das grades no Instituto Nacional de Orientação Feminina, onde se encontrarão possivelmente, entre as reclusas, pessoas que ela condenou.

No contexto do nosso diálogo com as autoridades venezuelanas, sempre salientámos a importância do respeito pleno das obrigações internacionais e dos compromissos em matéria de direitos humanos, nomeadamente a liberdade de expressão, o respeito pelo Estado de direito e, especialmente, o respeito pela independência da justiça. Estas questões foram levantadas com firmeza no âmbito do nosso diálogo com as autoridades venezuelanas e, embora essas autoridades tenham argumentado que a detenção em apreço está em conformidade com a legislação do país, é uma situação que nos causa profunda apreensão, tendo em conta o parecer da ONU e da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, bem como a nossa própria avaliação.

Acompanhamos com preocupação o novo aprofundamento da polarização política no país. As eleições legislativas de Setembro são amplamente consideradas um marco para o futuro do país e este é o momento oportuno para a UE sublinhar a importância da realização de eleições num clima pacífico, transparente e

totalmente democrático. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para salientar que a UE insta todos os intervenientes a participarem no processo eleitoral com um espírito de tolerância, civismo e respeito pelo pluralismo de opiniões.

Vamos continuar a acompanhar de perto a evolução da situação na Venezuela no âmbito do nosso compromisso de apoiar e reforçar a democracia e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todo o mundo, nomeadamente naquele país da América Latina.

(Aplausos)

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar dentro de instantes.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Cristian Dan Preda (PPE), por escrito. – (RO) O caso de María Lourdes Afiuni é chocante para todos aqueles que defendem os valores democráticos. Vem realçar o facto de que o Estado de direito não passa de um conceito desprovido de significado na Venezuela. A politização da justiça aumentou desde que Hugo Chávez chegou ao poder. A magistratura geralmente não se atreve a falar contra o Governo. Quando isso acontece, as consequências são dramáticas. É inaceitável que uma juíza que se limita a cumprir o seu dever ao garantir os direitos fundamentais dos cidadãos seja sujeita a semelhantes represálias. O Governo venezuelano deve libertar a juíza Afiuni rapidamente e deve pôr termo aos ataques à independência da justiça.

Ao mesmo tempo, devemos enquadrar este caso no contexto das eleições legislativas de Setembro. A criminalização dos actos dos críticos do Governo deve acabar, tal como as tentativas de limitar a liberdade de expressão e de imprensa. A tendência autoritária do regime de Chávez é extremamente preocupante, e penso que não devemos ter receio de o afirmar.

11.3. Coreia do Norte

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate de sete propostas de resolução relativas à Coreia do Norte⁽³⁾.

Bastiaan Belder, autor. – (NL) Senhora Presidente, a repressão de qualquer crítica potencial à ordem estabelecida na Coreia do Norte é de tal modo rigorosa que não chega ao domínio público a mínima informação sobre casos individuais de dissidência ou activismo. Esta é a pungente conclusão de uma carta aberta que no dia 14 de Junho cinco organizações de defesa dos direitos humanos endereçaram aos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia. Dá-nos também uma ideia da gravidade da situação no império faminto de Kim Jong-il. Não dispomos de nomes de quaisquer dissidentes ou activistas no território da Coreia do Norte. É necessário que essa informação passe pelo crivo e chegue até nós. A situação naquele país não tem sequer paralelo com o que se passava na antiga União Soviética ou na Roménia de Ceausescu.

A carta aberta de 14 de Junho exorta os governantes europeus a fazerem bastante mais em resposta às violações sistemáticas dos direitos fundamentais dos cidadãos da Coreia do Norte, tanto no seu território como no exterior. Na resolução conjunta do Parlamento Europeu podem ser encontradas recomendações concretas a este respeito. Congratulo-me com isso! Continuemos, por exemplo, a lembrar a China, a todos os níveis da política europeia, das responsabilidades a que se encontra vinculada por tratado em relação aos refugiados da Coreia do Norte.

Apoio também fortemente o n.º 14 da resolução. A Comissão protege os direitos dos trabalhadores norte-coreanos do Complexo Industrial de Kaesong ao incluir uma cláusula inequívoca sobre esta matéria no Acordo de Comércio Livre com a Coreia do Sul.

Senhora Presidente, oficialmente, a Coreia do Norte declara que garante a liberdade religiosa dos seus 24 milhões de habitantes. Na prática, porém, quem for descoberto a distribuir Bíblias ou a participar em reuniões de oração arrisca-se a ser enviado para um campo de trabalhos forçados ou mesmo a ser executado, segundo o testemunho de refugiados. No início do mês corrente, soubemos que Son Jong Nam foi torturado até à morte numa prisão da Coreia do Norte por espalhar o Evangelho, a Boa Nova, pelos seus compatriotas.

(3) Ver Acta.

As provas do seu delito: 20 Bíblias e 10 cassetes com hinos. Aparentemente, é disto que as autoridades norte-coreanas têm literalmente um medo de morte.

Gerald Häfner, *autor.* – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é positivo que hoje tenhamos aproveitado a oportunidade para debater a situação na Coreia do Norte, um país que se escudou de tal forma do escrutínio internacional que no exterior apenas um punhado de pessoas sabe o que lá se passa, e a sua população, basicamente, não sabe o que se passa no resto do mundo.

Gostaria de salientar dois pontos. O primeiro é a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, onde as pessoas desaparecem na rua e passam o resto da vida em campos de concentração; onde, por vezes, uma segunda geração não conhece outra coisa senão o cativeiro em virtude dos alegados crimes dos pais; onde as pessoas são executadas perante um público que é obrigado a comparecer; e onde acontecem muitas outras atrocidades. Consideramos que é tempo de a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte ser investigada por uma comissão independente, como propomos no presente relatório conjunto.

Há um segundo ponto que gostaria de referir. É absurdamente difícil abandonar aquele país, ou seja, fugir. Escolher onde viver e circular livremente deveria ser um dos direitos mais fundamentais e evidentes. No entanto, actualmente verifica-se que aqueles que conseguem abandonar a Coreia do Norte frequentemente não são acolhidos noutra país e muitos são repatriados.

Gostaria, portanto, acima de tudo e com carácter de urgência, de apelar às embaixadas da UE para que acolham as pessoas que conseguirem refugiar-se nelas e que as ajudem a chegar a países mais seguros, onde deverão encontrar o apoio necessário para iniciarem uma nova vida. Isso é muito importante, se considerarmos a situação em que essas pessoas se encontram. O que está a acontecer actualmente é pavoroso.

Miroslav Mikolášik, *autor.* – (EN) Senhora Presidente, a República Popular Democrática da Coreia é tudo menos democrática, pois tem um dos piores históricos do mundo em matéria de violação dos direitos humanos. Na realidade, a reunião que tive com representantes da sociedade civil na Península Coreana proporcionou-me novas provas dolorosas das gravíssimas e perturbantes violações dos direitos humanos que se verificam naquele país. Estou profundamente decepcionado por a situação dos direitos humanos na RPDC não ter melhorado mas, antes, se ter deteriorado desde a última resolução do Parlamento Europeu. Mais de 150 000 presos políticos continuam detidos em campos de concentração, sujeitos a trabalhos forçados e condenados deliberadamente a passar fome. Além disso, estou chocado com a prática de culpa por associação que resulta no encarceramento de famílias inteiras, incluindo crianças. Por isso, a UE e os seus Estados-Membros devem combinar esforços e exercer mais pressão diplomática e política sobre o Governo da RPDC para que este respeite os direitos humanos dos seus cidadãos.

Permitam-me que conclua com um pensamento. Paralelamente, devemos evitar sanções bilaterais e multilaterais que tenham um impacto muito negativo sobre os cidadãos empobrecidos da Coreia do Norte, que já são vítimas de inanição e opressão sistemáticas.

(Aplausos)

Janusz Wojciechowski, *autor.* – (PL) Senhora Presidente, é muito positivo que o Parlamento se interesse pela situação na Coreia do Norte, porque é causa da maior ansiedade nas nossas sociedades.

Recentemente, tivemos a oportunidade de ver futebolistas da Coreia do Norte a jogar no Mundial da FIFA. Ficámos especialmente impressionados com o primeiro jogo, em que se bateram de igual para igual num encontro muito disputado com o Brasil. Nos jogos seguintes, o desempenho não foi tão bom. Por que motivo me refiro a este acontecimento desportivo? Bem, há relatos de que na anterior presença da Coreia do Norte na fase final do Mundial de Futebol, há 40 anos, em que a selecção alcançou grande êxito, o seu desempenho não satisfez, ainda assim, o regime coreano. Mais tarde, os jogadores foram alvo de repressão e foram detidos em campos de trabalhos forçados. Chamo a atenção para este facto para que olhemos atentamente para a situação actual e nos esforcemos para que isso não se repita. Necessitamos de um apelo das autoridades desportivas, que têm a possibilidade de exercer pressão sobre os responsáveis coreanos, para que não ocorra algo semelhante. Estamos muito preocupados quanto ao que vai acontecer a este grupo de futebolistas.

Jaromír Kohlíček, *Autor.* – (CS) A República Popular Democrática da Coreia é apresentada há muitos anos como o país onde ocorrem as piores violações dos direitos humanos. Temos de concordar plenamente com o projecto de resolução nos pontos que exigem o fim das execuções públicas, a abolição da pena de morte, o fim da tortura e a libertação dos presos políticos.

Mas, por outro lado, o apelo a que se assegure alimentação e ajuda humanitária a todos os cidadãos carenciados é, na minha opinião, uma hipocrisia. É amplamente conhecido que a Coreia do Norte tem há muito dificuldade em garantir a produção de quantidades suficientes de géneros alimentícios e, a menos que esteja equivocado, muitos países na África e na Ásia têm problemas semelhantes, e no entanto o Parlamento Europeu não aprova apelos do mesmo tipo aos Governos desses países.

Isso não altera o facto de que existe uma carência de alimentos e de que essa carência é, objectivamente, um problema de enorme dimensão, que causa desnutrição e problemas de saúde associados. A situação é incontestavelmente grave e não estou nada certo de que umas quantas propostas numa resolução produzirão melhorias significativas. As críticas feitas pelos autores, que também as dirigiram à China, são um exemplo clássico de como sacudir a água do capote e revelam a política de dois pesos e duas medidas por eles adoptada. Exorta-se os países da União Europeia a acolherem refugiados da Coreia do Norte, enquanto, ao mesmo tempo, a União Europeia aplica acordos de readmissão no que se refere a todos os seus vizinhos do sul. Se isto não é um exemplo da utilização de dois pesos e duas medidas, não sei que chamar a estes enunciados hipócritas.

Em todo o texto da resolução não se encontram vestígios de uma tentativa de reduzir a tensão e desmilitarizar a Península Coreana – mais concretamente, não se dão os passos necessários no rumo certo. Nenhum dos deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde pode votar a favor de uma resolução elaborada desta forma.

Kristian Vigenin, *autor*. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de salientar que há um amplo consenso neste Parlamento relativamente à situação na Coreia do Norte. Foi muito fácil chegarmos a uma resolução conjunta e, como vê, não há alterações a esta resolução, ou seja, estamos unidos em torno dela.

Por outro lado, gostaria de levantar uma questão que ontem também foi debatida no meu Grupo: utilizar o processo de urgência em matérias como esta não é talvez o melhor caminho, dado que nada realmente urgente aconteceu na Coreia do Norte. Talvez mereçamos um pouco mais de tempo para preparar uma resolução mais exaustiva e para prolongar o debate sobre possíveis recomendações e soluções mais complexas que poderíamos propor.

Não quero repetir o que já ficou expresso na resolução sobre as graves violações dos direitos humanos na Coreia do Norte. Trata-se de um país que talvez não tenha paralelo no mundo, hoje em dia. Gostaria, no entanto, de sublinhar que, de todas as violações praticadas, as execuções públicas na presença de crianças são talvez as mais chocantes e, embora considere que não devemos atribuir uma ordem especial a estas violações, estas destacam-se pelo seu carácter aberrante.

Felizmente, na nossa resolução, reconhecemos que a China tem um papel a desempenhar. As mudanças verificadas na China, nomeadamente no domínio dos direitos humanos, podem não ser suficientes para nós, mas constituem um bom exemplo, e talvez a China possa utilizar as relações que mantém com a Coreia do Norte para promover algumas mudanças naquele país. Este deverá ser um dos temas em debate por ocasião do nosso diálogo bilateral com a China.

A concluir, gostaria de dizer que a nomeação de um representante especial da UE para a Coreia do Norte poderia ser um passo muito positivo com vista à promoção de uma abordagem mais complexa de toda esta matéria.

Monica Luisa Macovei, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhora Presidente, o tráfico de seres humanos na Coreia do Norte mantém-se um problema grave. De acordo com os dados disponíveis, 80% dos norte-coreanos que vão para a China acabam por ser vítimas desse tráfico. As mulheres são particularmente vulneráveis à prostituição, à violação, ao casamento forçado e ao tráfico de noivas. Muitas vítimas de tráfico não falam os idiomas chineses e vivem, na prática, como prisioneiras.

O estatuto jurídico dos norte-coreanos e a política praticada pelo Governo chinês de detenção e repatriamento dos refugiados para a Coreia do Norte aumenta a vulnerabilidade desses refugiados ao tráfico que visa os trabalhos forçados e a exploração sexual. Não são protegidos pelas autoridades na China nem na Coreia do Norte, e a sua difícil situação tem um reconhecimento reduzido junto da comunidade internacional. A China deve alterar a sua lei a fim de proteger as vítimas de tráfico, em vez de as reenviar para a Coreia do Norte. A finalizar, quando as pessoas são mortas, torturadas ou detidas ilegalmente, trata-se de uma questão urgente todos os dias.

David Martin, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhora Presidente, existe quase um consenso total neste Parlamento de que a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte é pavorosa. Portanto, não vou abordar aquilo que os meus colegas já disseram.

A questão, de facto, é: que podemos nós fazer? Lá porque a Coreia do Norte decidiu ser a Greta Garbo da comunidade internacional e dizer “Quero estar sozinha” não significa que a deixemos sozinha. Há 24 milhões de pessoas na Coreia do Norte que necessitam da nossa ajuda. Em conformidade com o espírito da resolução, gostaria de sugerir quatro medidas que poderíamos tomar.

Em primeiro lugar, devemos continuar a fornecer ajuda humanitária, mas temos de velar por que a ajuda chegue à população e que não vá, de uma maneira ou de outra, reforçar o regime. Em segundo lugar, devemos continuar a aumentar o financiamento de ONG que tentam fazer chegar ajuda à Coreia do Norte e, em especial, das ONG que tentam fazer chegar informação àquele país. A oferta de um rádio num país onde não há circulação de informação é a oferta de um instrumento vital. Em terceiro lugar, deveríamos solicitar a Catherine Ashton a nomeação de um representante especial para iniciar um diálogo com a China, a Rússia e as Nações Unidas com o objectivo de manter a pressão sobre a Coreia do Norte. E por fim, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar os refugiados. Tal como outros colegas afirmaram, as pessoas fogem da Coreia do Norte e não recebem a ajuda que merecem.

Marek Henryk Migalski, em nome do Grupo ECR. – (PL) Infelizmente, a situação não é como os senhores deputados Vigenin e Martin afirmaram. Lamentavelmente, não é verdade que o Parlamento esteja de acordo sobre esta matéria, porque ainda há pouco ouvimos um deputado comunista dizer que eles têm algumas reservas quanto à nossa posição. É de lastimar, porque nesta matéria deveríamos estar unidos.

Nasci num país que foi governado por um regime comunista. Enquanto jovem adulto, vi aquilo de que o comunismo é capaz e lembro-me da esperança com que aguardávamos a voz do mundo livre, do mundo ocidental. Por vezes, atribuíamos um valor exagerado ao seu significado, mas aguardávamos com grande alegria, na esperança de que alguém defendesse os nossos direitos, e considero que nós, o mundo livre, devemos garantir que essa voz se faça ouvir hoje. Basta essa razão, tal como o senhor deputado Häfner afirmou, para ser nosso dever garantir a existência de meios de comunicação social livres e, pelo menos, o acesso a esses meios na Coreia do Norte. Devemos esforçar-nos por concretizá-lo, trabalhando, naturalmente, em conjunto com os Estados Unidos, porque só através da cooperação poderemos assegurar que os norte-coreanos tenham acesso a meios de comunicação social livres. E devemos assegurá-lo.

Thomas Mann (PPE). – (DE) Senhora Presidente, nós, os adeptos de futebol, estamos actualmente a viver o que o desporto tem de bom: o espírito de equipa, a alegria de ganhar e, como aconteceu ontem à noite, o respeito pelo adversário. Contudo, também vimos futebolistas serem responsabilizados pessoalmente pela derrota.

Corre um boato insistente de que, após a eliminação do Mundial, os jogadores da selecção da Coreia do Norte foram condenados a trabalhos forçados – o que espero que seja uma informação incorrecta. Exorto o Governo da Coreia do Norte a informar-nos do paradeiro dos futebolistas. O facto de estarmos preocupados com eles não é surpreendente, porque se trata de um país onde a chefia do Estado pune a crítica, onde dez mil pessoas são torturadas e maltratadas e onde um número incontável de pessoas padece de subnutrição.

A UE deve continuar de forma persistente o diálogo sério com o chamado Querido Líder da República Popular da Coreia. É tempo de se pôr cobro aos trabalhos forçados e à tortura e de abolir a pena de morte e as execuções públicas. Nem mesmo as vitórias potenciais no futebol podem disfarçar a realidade da situação. A Coreia do Norte continua a ter lacunas em todos os domínios: direitos humanos, esperança de vida e respeito pelo indivíduo.

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhora Presidente, o isolamento da RPDC é tal, que não podemos fazer mais do que tentar adivinhar o alcance das violações dos direitos humanos naquele país. Chegam-nos notícias ocasionais, através de desertores, e a realidade é realmente hedionda. Campos de trabalhos forçados, raptos, detenções arbitrárias e tortura parecem ser o timbre do regime tirânico de Kim Jong-il. A pena capital é aplicada com regularidade, sem qualquer respeito pelo Estado de direito.

Estamos todos extremamente preocupados com a Coreia do Norte. Não só por causa da situação interna, mas também em virtude do comportamento beligerante, impulsivo e até paranóico daquele país a nível internacional. Infelizmente, Pyongyang possui armas nucleares e procura colaborar com outros regimes iníquos do mundo, como o Irão. Além disso, o recente afundamento de um vaso de guerra sul-coreano resultou, sem dúvida, de um ataque deliberado do Norte.

A propósito deste caso, a China deve assumir a sua responsabilidade enquanto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e exercer pressão sobre a Coreia do Norte. Porém, penso que uma melhoria duradoura na situação dos direitos humanos na Coreia do Norte só será possível com a mudança do regime e a democratização e, oxalá, através da reunificação com o Sul democrático.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE). – (PL) Senhora Presidente, tenho um nome complicado e já me acostumei ao facto de as pessoas terem dificuldade em pronunciar-lo.

A história diz-nos que em países governados por regimes totalitários as violações dos direitos humanos são diárias, mas a situação na Coreia do Norte é aterradora. O Governo da República Popular da Coreia nega a existência de violações dos direitos humanos. No entanto, isso choca de modo flagrante com os relatos de refugiados e desertores que foram testemunhas oculares. Existem campos de trabalho que são palco de tortura, de escravidão e de fome para muitos milhares de cidadãos coreanos que se atreveram a criticar o sistema totalitário ou que são politicamente “perigosos”. Na Coreia, uma pessoa é reduzida à condição de objecto, sem livre arbítrio ou sem a possibilidade de expressar abertamente a sua vontade. Chegaram ao nosso conhecimento, por exemplo, relatos de casais que foram obrigados a divorciar-se por pertencerem a classes diferentes.

Por estes motivos, insto todos os países com laços económicos com a Coreia do Norte a pressionarem o Governo daquele país, de modo a demonstrar que o mundo não está indiferente à situação de muitos milhares de coreanos e que esta questão não se manterá apenas no foro interno da Coreia do Norte.

Jacek Protasiewicz, (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a Coreia do Norte e Cuba são os últimos vestígios do comunismo no mundo. Infelizmente, é trágico que 20 anos após a queda desse sistema criminoso na Europa, ainda subsistam países onde, em nome dessa ideologia doentia, as pessoas morram de fome, sejam torturadas, sejam condenadas a trabalhos forçados ou encarceradas em campos de concentração.

O sonho de muitos norte-coreanos é simplesmente fugir do seu país. Como cidadãos do mundo livre, estamos obrigados – sobretudo nas relações com a República Popular da China, uma vez que se estão a desenvolver – a assegurar que esses refugiados não sejam reconduzidos às autoridades coreanas, porque para eles isso significa uma severa pena de prisão ou muito simplesmente a morte. Decidi concentrar-me neste aspecto da nossa resolução porque não acredito na eficácia dos apelos do nosso Parlamento ou dos apelos do mundo livre para pôr fim às violações dos direitos humanos na Coreia do Norte. Portanto, dado que não podemos produzir uma melhoria efectiva da situação na Coreia, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que aqueles que conseguiram fugir daquela autêntica prisão possam aspirar a uma vida melhor – mesmo na China, que, como todos sabemos, enquanto Estado, está muito longe dos padrões europeus de liberdade, democracia e respeito dos direitos humanos. Todavia, a vida é melhor aí que na Coreia do Norte.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) A situação dos direitos humanos na Coreia do Norte é de uma gravidade preocupante. A liderança daquele país proíbe qualquer forma de oposição política, eleições democráticas, liberdade de imprensa ou liberdade religiosa.

Não podemos ficar indiferentes ao sofrimento da população da Coreia do Norte, que não dispõe de bens alimentares essenciais ou ajuda humanitária. Preocupa-me em especial a situação das mulheres e das crianças na Coreia do Norte, pois mais de um terço deste grupo sofre de subnutrição.

Segundo os relatos disponíveis, mais de 150 000 norte-coreanos continuam detidos em seis campos de concentração. Não têm quaisquer cuidados médicos e recebem muito pouca comida. Aliás, a reforma monetária de Novembro de 2009 foi um fracasso e produziu o aprofundamento da pobreza da população.

Considero que a União Europeia deve apoiar a criação de uma comissão de inquérito da ONU que possa comprovar a violação dos direitos humanos na Coreia do Norte.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D). – (PL) Senhora Presidente, as Nações Unidas e numerosas organizações não-governamentais fornecem continuamente informação à comunidade internacional sobre a repressão que vitima dezenas de milhares de norte-coreanos. A tortura e a condenação a trabalhos forçados, muitas vezes em virtude de opiniões políticas, são uma ocorrência diária. Uma parte significativa da população sofre de subnutrição e ausência de cuidados médicos adequados, e o Governo da Coreia do Norte recusa todas as formas de cooperação com os organismos da ONU, o que impossibilita que o povo da Coreia do Norte tenha acesso a qualquer tipo de ajuda humanitária internacional.

Considero que o Parlamento Europeu tem uma obrigação moral de exortar as autoridades da República Popular Democrática da Coreia a porem urgentemente fim a essas práticas. Paralelamente, tendo em conta

a enorme influência da República Popular da China nas políticas de Pyongyang, a Comissão Europeia deveria levantar estas questões no diálogo da União Europeia com as autoridades chinesas. No intuito de coordenarmos melhor a nossa acção, seria positivo nomear-se um representante especial da União Europeia para a Coreia do Norte.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) A República Popular Democrática da Coreia é talvez a última relíquia sobrevivente da Segunda Guerra Mundial. As divergências ideológicas e os interesses de poder dividiram a nação coreana em dois Estados, cujos chefes mantêm uma contenda sobre direitos e perspectivas filosóficas do mundo.

O norte da Península Coreana é um enorme gueto onde estão encarcerados milhões de coreanos, que, governados por um regime militarista, não podem fazer mais do que sonhar com uma vida livre.

A liderança norte-coreana, sob o pretexto de que o país se encontra em estado de guerra, continua a subjugar os seus cidadãos com esse regime militarista. Como podemos ajudar os coreanos nesta situação?

Através de uma abordagem conjunta activa das grandes potências. Foram as grandes potências que dividiram os coreanos e, portanto, agora devem trabalhar em conjunto para exercer uma pressão firme sobre as chefias da Coreia do Norte, nomeadamente através da ameaça de procedimento penal por crimes contra a humanidade, com vista a libertar o povo norte-coreano.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Há tantas violações dos direitos humanos na Coreia do Norte, que não podemos enunciá-las todas. A mais grave é possivelmente a sujeição da população à fome e a diferenciação na distribuição de géneros alimentícios entre aqueles que são próximos do regime e do Governo e aqueles que não são.

Segundo a Amnistia Internacional, no ano passado, cerca de 9 milhões de cidadãos norte-coreanos – mais de um terço da população – sofreram de fome.

Também considero profundamente preocupante a situação relativa às punições colectivas, que por vezes resultam no encarceramento de três gerações de uma família em sistemas prisionais dominados pela tortura, pelos trabalhos forçados e pelas execuções públicas, como também foi referido pelo senhor deputado Tannock. A maioria das pessoas enviadas para esses campos já não será libertada. Se tiverem filhos, estes podem passar toda a sua vida em cativeiro.

Gostaria de concluir dizendo que, embora o Governo norte-coreano tenha aceite participar no Exame Periódico Universal realizado pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, é deplorável que até agora não tenha aceite qualquer das recomendações que, nesse quadro, lhe foram feitas.

Tadeusz Zwiefka (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a esta lista de histórias profundamente dramáticas sobre a Coreia do Norte temos de juntar mais um ponto. Refiro-me à chantagem nuclear que tem sido utilizada por Kim Jong-il e que, de certa forma, paralisou o mundo. Embora talvez com relutância, o Ocidente desviou demasiadas vezes a sua atenção da Península Coreana. Portanto, devemos debater especificamente os crimes que estão a ser cometidos e devemos renovar os nossos apelos. A comunidade internacional deve procurar sanções que tenham o mínimo impacto possível sobre os próprios norte-coreanos. Contudo, não devemos iludir-nos: todas as sanções que atingirem o regime deixarão inevitavelmente marcas na sociedade.

Assim, considero que, actualmente, a única medida eficaz poderá ser a cooperação com os vizinhos mais próximos da Coreia do Norte, em especial em matéria de ajuda aos refugiados, porque só quando tivermos conhecimento aprofundado da situação que se vive sob o regime comunista poderemos agir eficazmente em defesa de pessoas que hoje não têm escolha possível.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de felicitar o Parlamento por ter realizado este debate. Se me permite, gostaria de chamar a atenção para o jovem que está atrás do lugar n.º 582, porque o futuro da Coreia do Norte é relevante para o futuro dos nossos filhos.

É lamentável registar que nos últimos sete anos, desde a aprovação da primeira resolução no contexto da ONU condenando a situação deplorável dos direitos humanos na Coreia do Norte, muito poucos ou mesmo nenhuns progressos foram alcançados. A Comissão partilha inteiramente das preocupações relativas à necessidade de enfrentarmos a gravíssima situação dos direitos humanos naquele país, tal como está expresso na proposta de resolução conjunta que estamos hoje a debater.

A UE tem trabalhado para conseguir alcançar progressos na cena internacional desde 2003, quando promoveu na Comissão dos Direitos Humanos de Genebra a primeira resolução condenando a situação da República Popular Democrática da Coreia, que, tal como muitos dos oradores já referiram, não é muito democrática. Paralelamente, a UE continua a levantar a questão dos direitos humanos no seu diálogo político bilateral com a Coreia do Norte. Também abordámos o tema nas nossas conversações com a China e, especificamente, a questão do regresso forçado à Coreia do Norte de cidadãos norte-coreanos que entraram na China ilegalmente. Vamos continuar a fazê-lo. Aquelas pessoas não podem simplesmente ser consideradas “migrantes económicos”.

Muitos dos pontos incluídos na proposta de resolução já fazem parte da actual política da UE em matéria de direitos humanos no que se refere à Coreia do Norte. Congratulamo-nos com a convergência de opiniões entre os senhores deputados e entre os senhores deputados e a Comissão. Estamos totalmente de acordo sobre o que deve ser feito, nomeadamente no ponto defendido por muitos oradores de que é necessário manter os programas existentes para ajudar a população mais vulnerável da Coreia do Norte, que enfrenta enormes dificuldades. Não devemos castigar essas pessoas pelos pecados dos seus governantes.

Concordamos, em traços largos, sobre o modo como isso deve ser efectuado, mas há três pontos específicos em que a Comissão tem uma perspectiva algo diferente – e gostaria de explicar quais são e o motivo das divergências.

O primeiro é a proposta de inclusão no Acordo de Comércio Livre UE/Coreia do Sul de uma cláusula que preveja a monitorização de trabalhadores norte-coreanos em serviço no Complexo Industrial de Kaesong. O texto negociado deste acordo de comércio livre prevê a possibilidade da designação de zonas de aperfeiçoamento passivo. Ambas as partes reconhecem que essas zonas poderiam promover a paz na península; no entanto, para que uma zona possa ser reconhecida nessa capacidade ao abrigo do acordo de comércio livre, deve ser proposta por uma das partes e avaliada por uma comissão especial de representantes de ambas as partes. Na situação política actual, é pouco provável que semelhante proposta seja efectuada a curto prazo quando o acordo de comércio livre entrar em vigor. Contudo, quero assegurar-vos que a Comissão aproveitará as amplas oportunidades de tratar esta questão numa fase posterior.

A segunda proposta incluída na proposta de resolução diz respeito à possível nomeação de um enviado especial da UE à Coreia do Norte, que hoje foi defendida por vários oradores. A UE está empenhada em aprofundar o seu contributo para a coordenação internacional, e a Alta Representante/Vice-Presidente está seriamente interessada em prosseguir essa via. Todavia, neste momento está a ponderar as opções que tem num contexto em que se destacam duas situações. Uma é a revisão do mandato de todos os representantes especiais da UE e a outra é a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa. Seria neste contexto que a Alta Representante/Vice-Presidente procuraria uma participação mais aprofundada da UE na coordenação internacional.

O terceiro ponto que referi é uma proposta de pressão para a criação de uma comissão de inquérito na ONU. A Comissão Europeia compreende perfeitamente a lógica desta proposta incluída na proposta de resolução. Mas, por outro lado, consideramos que seria prudente nesta fase empenharmos todos os nossos esforços no apoio ao novo Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, o senhor Marzuki Darusman, que foi recentemente mandatado pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU para trabalhar na questão dos direitos humanos na Coreia do Norte. Tendo isto em conta, devemos assegurar ao Relator Especial todo o apoio necessário para que ele realize a sua missão. Na óptica da Comissão, este é, hoje, o melhor caminho a seguir.

(Aplausos)

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar dentro de instantes.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

George Sabin Cutaş (S&D), por escrito. – (RO) A situação dos direitos humanos e da ajuda humanitária na Coreia do Norte continua a ser uma matéria delicada, de grande interesse para a União Europeia enquanto actor internacional que promove os direitos humanos a nível mundial. Por outro lado, nas Nações Unidas, a resolução de 25 de Março de 2010 expressou preocupação relativamente às graves violações dos direitos cívicos, políticos, económicos, sociais e culturais na República Popular Democrática da Coreia. É lamentável que o Governo da Coreia do Norte tenha decidido recusar cooperar com a ONU através dos mecanismos

para a promoção dos direitos humanos, nomeadamente o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte.

A UE tem o dever de exortar a Coreia do Norte a respeitar os direitos humanos. A UE deve actuar independentemente para ajudar a população daquele país através da continuidade dos programas de ajuda humanitária, da manutenção de canais de comunicação com o interior do país e da concessão de asilo a refugiados norte-coreanos acolhidos nos Estados-Membros.

A nomeação de um representante especial da União Europeia para a Coreia do Norte permitir-nos-ia acompanhar mais de perto a situação dos direitos humanos naquele país e proporcionaria uma melhor coordenação das respostas dos Estados-Membros a esta questão.

12. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta.)

12.1. Zimbabué: o caso de Farai Maguwu (B7-0415/2010) (votação)

– *Antes da votação da alteração 6:*

Ana Gomes (S&D). - *(EN)* Senhora Presidente, proponho que, no ponto em que fazemos referência à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, em vez de dizermos “de que o Zimbabué é membro de pleno direito” devemos dizer “que o Zimbabué ratificou”.

(O Parlamento aprova a alteração oral.)

12.2. Venezuela: o caso de Maria Lourdes Afiuni (B7-0414/2010) (votação)

12.3. Coreia do Norte (B7-0416/2010) (votação)

13. Correções e intenções de voto: ver Acta

14. Composição das comissões: ver Acta

15. Pedido de levantamento da imunidade parlamentar: Ver Acta

16. Composição do Parlamento: Ver Acta

17. Verificação de poderes : Ver Acta

18. Decisões sobre determinados documentos: ver acta

19. Declarações escritas inscritas no registo (artigo 123.º do Regimento): Ver Acta

20. Transmissão dos textos aprovados na presente sessão : Ver Acta

21. Calendário das próximas sessões: ver Acta

22. Interrupção da sessão

Presidente. – Dou por interrompida a sessão do Parlamento Europeu.

(A sessão é suspensa às 16H35.)

ANEXO (Respostas escritas)

PERGUNTAS AO CONSELHO (Estas respostas são da exclusiva responsabilidade da Presidência em exercício do Conselho da União Europeia)

Pergunta nº 1 de Mairead McGuinness (H-0303/10)

Assunto: Cadeia de abastecimento alimentar

Poderá o Conselho dar a conhecer os planos de que dispõe, se for esse o caso, para abordar a questão da transparência na cadeia de abastecimento alimentar, em particular, o papel e o poder das grandes cadeias de supermercados na UE?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho tem pleno conhecimento da necessidade de encontrar soluções satisfatórias e eficazes para a questão da melhoria do funcionamento da cadeia alimentar, sendo uma dessas soluções a tomada de medidas que aumentem a transparência no sistema.

A volatilidade dos preços observada na cadeia de abastecimento alimentar ocupa há já alguns anos um dos lugares cimeiros da agenda política das instituições da UE. O Conselho acompanha atentamente as consequências do desequilíbrio existente no seio da cadeia alimentar, onde um pequeno número de distribuidores passou a ser o único parceiro de milhões de agricultores.

Nas suas reuniões de 18 de Janeiro e 29 de Março, o Conselho apresentou o seu veredicto sobre a necessidade de assegurar o estabelecimento de uma relação equilibrada e sustentável entre agricultores e grandes distribuidores. O Conselho já se apercebeu de que a transparência em toda a cadeia alimentar era considerada factor fundamental para incentivar a concorrência e combater a volatilidade dos preços.

No que respeita a medidas específicas, nas Conclusões da Presidência de 29 de Março de 2010 sobre a comunicação da Comissão intitulada "Melhor funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa", a Presidência convidou a Comissão a propor medidas adequadas para aumentar a transparência na cadeia alimentar. As medidas incluíam, nomeadamente, um aumento do controlo da fixação de preços através de uma análise de custos, mecanismos e valor acrescentado, em conformidade com o direito da concorrência e a protecção de segredos comerciais. A Presidência frisou a importância de utilizar da melhor maneira possível os dados estatísticos já existentes em vez de impor obrigações novas e dispendiosas em matéria de comunicação de informações, de modo a evitar custos administrativos injustificados.

Estas propostas de medidas específicas, se forem apresentadas pela Comissão, serão analisadas pelo Conselho em tempo oportuno.

*
* *

Pergunta nº 2 de Bernd Posselt (H-0307/10)

Assunto: Situação na Chechénia

Como avalia o Conselho a situação observada na Chechénia nos planos político e dos direitos humanos? Considera o Conselho ser possível um processo de paz e de democratização acompanhado pela comunidade internacional na região?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho partilha das preocupações do senhor deputado acerca da situação política e dos direitos humanos na região do Norte do Cáucaso, e em particular na Chechénia, e continua a acompanhar atentamente a situação. Como parte do seu diálogo político e em matéria de direitos humanos, de que o exemplo mais recente foi a Cimeira UE-Rússia, realizada em 31 de Maio e 1 de Junho em Rostov-do-Don, a UE e a Rússia ocupam-se regularmente da questão da importância de contribuir para o desanuviamento do conflito na região, promover o desenvolvimento socioeconómico, combater a impunidade e respeitar os direitos humanos, o que inclui a protecção de jornalistas e de activistas dos direitos humanos.

Vários projectos de auxílio comunitários na Rússia incidem sobre a recuperação socioeconómica de toda a região do Norte do Cáucaso, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento da sociedade civil. Até à data, a Rússia não solicitou nenhuma ajuda internacional para um processo específico de paz e de democratização na Chechénia, como o senhor deputado sugere.

*
* *

Pergunta nº 3 de Marian Harkin (H-0310/10)

Assunto: Prioridades da Presidência belga

Qual é a posição da Presidência belga relativamente às negociações com o Mercosul, tendo em conta que nove Estados Membros já expressaram as suas preocupações no que se refere ao relançamento desta negociação?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) Como deverá ser do conhecimento da senhora deputada, há mais de 6 anos que as negociações entre a União Europeia e o Mercosul se encontram num impasse. No entanto, em 2009 foram retomados os contactos informais a nível técnico. À luz dos resultados deste diálogo informal, nomeadamente das duas últimas reuniões, que se realizaram nos dias 18 e 19 de Março de 2010 em Buenos Aires e em 26 e 27 de Abril de 2010 em Bruxelas, no dia 4 de Maio a Comissão decidiu reabrir as negociações com o Mercosul. Na sexta Cimeira UE-América Latina, realizada em Madrid, os Chefes de Estado ou de Governo da União Europeia e da América Latina recordaram a importância das negociações que tinham acabado de ser relançadas.

A Presidência belga deu a conhecer as suas principais prioridades nesta área no programa de 18 meses do Conselho para as Presidências espanhola, belga e húngara. De acordo com este programa, "Será dado um forte destaque à conclusão e assinatura dos Acordos de Associação com a América Central e à assinatura do Acordo Multilateral com a Comunidade Andina, bem como ao reatamento e avanço das negociações do Acordo de Associação com o Mercosul."⁽⁴⁾ A Presidência belga tem pleno conhecimento das preocupações expressas relativamente à decisão da Comissão de reabrir as negociações. Como refere na sua pergunta, na reunião de Maio do Conselho "Agricultura" nove Estados-Membros apresentaram um documento conjunto que recebeu o apoio de vários outros Estados-Membros durante a reunião e no qual manifestam as suas preocupações acerca de um acordo UE-Mercosul para a agricultura europeia. Também temos pleno conhecimento dos pareceres expressos em sede de Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu na sua reunião de 1 de Junho.

Ao mesmo tempo gostaria de assinalar que, no caso das negociações com o Mercosul, a Comissão está sujeita ao mandato de negociação que foi aprovado em 1999. Como o Senhor Presidente Barroso declarou em 4 de Maio, a decisão de reatar as negociações surge associada a diversas condições, em especial nas áreas do desenvolvimento sustentável, da propriedade intelectual e das indicações geográficas. Serão igualmente introduzidas medidas específicas caso haja um impacto negativo em determinados sectores, nomeadamente no sector agrícola.

Na realidade, como sabemos, o Senhor Comissário Ciolos admitiu que estas eram negociações delicadas para o sector agrícola da UE.

⁽⁴⁾ Doc. 16771/09 POLGEN 219.

Registámos devidamente o compromisso assumido pela Comissão de respeitar o mandato estabelecido em 1999 e de se manter atenta a qualquer impacto negativo que o acordo possa ter, nomeadamente no que respeita aos produtos mais vulneráveis.

No que respeita às vantagens globais de qualquer acordo de comércio livre com o Mercosul, é óbvio que a UE não celebraria um acordo que fosse contra os seus interesses económicos gerais ou que pusesse em perigo o progresso das negociações da Ronda de Doha para o Desenvolvimento na OMC.

Tal como acontece com outras negociações no domínio do comércio, o Conselho acompanhará atentamente a evolução destas negociações, com base nos relatórios da Comissão, e garantirá o cumprimento das condições estabelecidas nas suas directivas de negociação. Para se saldarem por um êxito, as negociações entre a UE e o Mercosul têm de ter como objectivo ocupar-se de todos os aspectos, em particular das áreas-chave, que são as seguintes: bens industriais, serviços e agricultura, bem como a protecção dos direitos de propriedade intelectual, incluindo indicações geográficas e contratos públicos.

*
* *

Pergunta nº 4 de Georgios Papanikolaou (H-0312/10)

Assunto: Facilitação do acesso dos jovens empresários ao mercado financeiro

A União Europeia adoptou uma série de medidas para apoiar o empreendedorismo dos jovens tais como, por exemplo, o programa Erasmus para os jovens empresários. Contudo, a crise económica que afecta muitos Estados-Membros cria novos desafios tais como, por exemplo, a necessidade de incentivos e de apoio financeiro aos jovens que desejam criar a sua própria empresa.

Está o Conselho disposto a tomar iniciativas para promover a cooperação e coordenação entre os Estados Membros para facilitar o acesso dos jovens empresários ao sistema de financeiro em toda a União?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho não recebeu nenhuma proposta ou recomendação da Comissão sugerindo que se deva conceder aos jovens acesso preferencial a financiamento para criarem empresas.

Todavia, em aplicação da Decisão n.º 1639/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 2006, que institui um Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (2007-2013), foram adoptados vários mecanismos a nível da União a fim de facilitar a concessão de dotações a PME já existentes para iniciativas que aumentem a sua competitividade e o seu potencial de crescimento.

É de referir, em primeiro lugar, o Programa Empreendedorismo e Inovação, que faz parte do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (2007-2013). A abordagem deste programa consiste no apoio às empresas mais inovadoras ("gazelles") que demonstrem excelência e sejam mais susceptíveis de ter êxito e conseguir crescer rapidamente.

O programa "Erasmus para Jovens Empresários" e outras iniciativas semelhantes estão perfeitamente estabelecidos no sentido de dotarem os jovens das competências e da experiência prévias de que necessitam para estarem em condições de criar a sua própria empresa e terem, assim, maiores possibilidades de êxito.

Além disso, o Instrumento Europeu de Microfinanciamento "Progress" fornece microcrédito a pequenas empresas, bem como a pessoas que perderam o emprego e querem criar a sua própria empresa. Com um orçamento inicial de 100 milhões de euros, este instrumento deverá mobilizar 500 milhões de euros sob a forma de empréstimos, em colaboração com instituições financeiras internacionais, como o Banco Europeu de Investimento.

*
* *

Pergunta nº 5 de Vilija Blinkevičiūtė (H-0315/10)**Assunto: Necessidade de um quadro legislativo na UE no tocante às pessoas com deficiência e à luta contra a discriminação**

Actualmente, um certo número de Estados-Membros da União Europeia não aprova a Directiva do Conselho que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual (COM (2008)0426) (Directiva sobre a luta contra a discriminação). Em Abril do ano passado, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução legislativa sobre a proposta de directiva sobre a luta contra a discriminação, mas esta directiva deve ser aprovada por unanimidade pelos 27 Estados-Membros da UE-27. A discriminação é um fenómeno complexo que deve ser equacionado a diferentes níveis, sendo necessário que, em sintonia com este facto, os governos nacionais respeitem, protejam e apliquem o direito das pessoas à não discriminação.

Dado que a Europa conta já mais de 65 milhões de pessoas com deficiência, não considera o Conselho que é necessário acelerar a adopção desta directiva em todos os Estados-Membros da UE a fim de assegurar que as pessoas portadoras de deficiência vivam como cidadãos de pleno direito? Qual é a posição do Conselho sobre a adopção de um instrumento normativo específico para as pessoas com deficiência, uma vez que, não obstante os direitos desta categoria de pessoas ficarem protegidos ao abrigo da directiva sobre a luta contra a discriminação, continuará a ser necessário um quadro legislativo específico da UE para os direitos das pessoas com deficiência?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho está consciente da importância fundamental das questões levantadas pela senhora deputada. Já adoptou uma directiva que proíbe a discriminação por razões diversas, incluindo a deficiência, no domínio do emprego e do mercado de trabalho.

Além disso, em 26 de Novembro de 2009, o Conselho adoptou a sua decisão relativamente à celebração da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Alguns Estados-Membros não ratificaram ainda a Convenção. Por isso, a nova estratégia para pessoas com deficiência, que está a ser elaborada pela Comissão, vai desempenhar um papel crucial na aplicação da Convenção.

Na resolução adoptada em 7 de Junho de 2010, o Conselho e os seus Estados-Membros convidam os Estados-Membros e a Comissão, no âmbito das respectivas competências, "a promoverem a ratificação e aplicação da Convenção das Nações Unidas, prosseguirem os esforços para aprovar um Código de Conduta e adaptarem a legislação comunitária e nacional, sempre que necessário, às disposições da Convenção".

Gostaria de informar também que as instâncias do Conselho ainda estão a analisar a proposta da Comissão de uma directiva sobre a luta contra a discriminação, que a senhora deputada refere na sua pergunta. Como a senhora deputada salienta, a directiva não pode entrar em vigor enquanto não for aprovada por unanimidade em sede de Conselho. Por isso o Conselho não pode prever o resultado nem a duração das negociações.

Por último, no que respeita, em particular, à ideia de um acto jurídico especificamente destinado a proteger os direitos de pessoas com deficiência, é importante salientar que o Conselho apenas pode actuar como legislador com base numa proposta da Comissão. De momento, a Comissão não apresentou nenhuma proposta sobre este assunto.

*
* *

Pergunta nº 6 de Jim Higgins (H-0319/10)**Assunto: O euro**

Persistem receios de contágio da dívida da zona euro, à medida que a moeda única continua a desvalorizar-se. A inacção do BCE não alimentou senão o temor de que a dívida grega acabe por desestabilizar todo o sector bancário. Poderá o Conselho esclarecer que medidas vão ser tomadas a nível europeu para aumentar a confiança na nossa moeda?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) Nos termos do artigo 127.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a política monetária é da responsabilidade do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), constituído pelo Banco Central Europeu e pelos bancos centrais nacionais. O objectivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais é a manutenção da estabilidade dos preços e a protecção do valor do euro. O Conselho tem conhecimento das preocupações ligadas à estabilidade financeira da zona do euro e continua a acompanhar de perto as políticas orçamentais dos Estados-Membros ao abrigo do procedimento relativo aos défices excessivos, a fim de garantir a viabilidade das respectivas finanças públicas. A consolidação orçamental a curto e médio prazo tem de ser atingida por meio de estratégias que promovam o crescimento e se centrem na contenção das despesas, e tem de ser acompanhada pela aplicação de políticas a longo prazo destinadas a eliminar quaisquer obstáculos ao crescimento.

Num esforço para manter a estabilidade financeira na zona do euro, foram introduzidos nestes últimos meses vários instrumentos para ajudar Estados-Membros da zona do euro que estejam a enfrentar dificuldades. Entre esses instrumentos contam-se o instrumento de apoio à estabilidade para a Grécia, o Mecanismo Europeu de Estabilização e o Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira.

Embora o instrumento de apoio à estabilidade para a Grécia e o Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira sejam ambos mecanismos temporários para tratar da situação actual, prevê-se que as políticas económicas da zona do euro e da UE como um todo fiquem mais harmonizadas. Para este fim, o grupo de trabalho criado pelo Conselho Europeu de Março está neste momento a elaborar as medidas necessárias para atingir o objectivo de um quadro melhorado para a resolução da crise e de um reforço da disciplina orçamental, e apresentará um relatório final em Outubro.

Neste contexto, o grupo de trabalho já decidiu reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento melhorando a fiscalização orçamental a montante, focalizada na prevenção e num leque de sanções mais eficazes para o incumprimento do Pacto, e reforçando o acompanhamento do nível e do rácio da dívida pública. Também se chegou a acordo sobre a necessidade de um acompanhamento acrescido dos desequilíbrios macroeconómicos.

O grupo projecta realizar uma análise mais detalhada destes aspectos até Outubro, a fim de elaborar algumas medidas específicas, e projecta igualmente discutir a possibilidade de criar um mecanismo permanente de gestão da crise e de reforçar a governação.

O Conselho Europeu de Junho congratulou-se com o relatório intercalar sobre governação económica redigido pelo Presidente do grupo de trabalho e chegou a acordo sobre um conjunto inicial de orientações: reforçar os aspectos preventivos e correctivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, combinando, se for necessário, o processo de estabilização com o objectivo a médio prazo da aplicação de sanções. Convidou o grupo de trabalho e a Comissão a aperfeiçoar e aplicar estas orientações sem demora.

*
* *

Pergunta nº 7 de Seán Kelly (H-0321/10)

Assunto: Proposta relativa aos direitos dos doentes no quadro de uma prestação de cuidados de saúde transfronteiras

Poderá o Conselho dar informações actualizadas ao Parlamento sobre os progressos eventualmente alcançados nas negociações que decorrem em sede do próprio Conselho sobre a proposta relativa à aplicação dos direitos dos doentes no quadro de uma prestação de cuidados de saúde transfronteiras?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho tomou devidamente em conta a aprovação pelo vosso Parlamento da resolução de 24 de Abril de 2009, na qual se apoia o sistema de autorização prévia como instrumento de planeamento e gestão, desde que esse sistema seja transparente, previsível, não discriminatório e que os doentes recebam informações claras a seu respeito. No que diz respeito ao estado das discussões no seio do Conselho sobre a proposta relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, foi adoptado por maioria qualificada um acordo político na reunião do Conselho de 8 de Junho de 2010.

Este acordo contém alguns elementos novos respeitantes, nomeadamente, à dupla base jurídica da proposta de directiva (artigos 114.º e 168.º do TFUE), ao âmbito de aplicação da directiva e às excepções relativas à sua aplicação, a disposições em matéria de qualidade e segurança, ao cálculo dos custos reais, aos termos do sistema de autorização prévia, ao reembolso dos custos de tratamento prestado por prestadores de cuidados de saúde extracontratuais, à cobertura para os custos dos cuidados de saúde de pensionistas residentes no estrangeiro e à cooperação entre Estados-Membros no domínio, por exemplo, dos cuidados de saúde electrónicos.

O texto do acordo político é agora objecto de um processo de controlo jurídico em matéria linguística que permita ao Conselho elaborar a sua posição em primeira leitura e a sua exposição de motivos. Seguir-se-á a apresentação formal ao Parlamento Europeu em Setembro de 2010 e as negociações com vista à celebração de um acordo em segunda leitura terão lugar no semestre da Presidência belga.

*
* *

Pergunta nº 8 de Jürgen Klute (H-0323/10)

Assunto: Escândalo envolvendo os serviços secretos colombianos (DAS)

A imprensa internacional deu ampla cobertura à chamada «Operação Europa», que revelou que o «sistema judicial europeu», a «Subcomissão dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu», o «Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos» e os Governos europeus tinham sido alvo de uma campanha de «difamação», «neutralização» e «guerra judicial» levada a cabo pelos serviços secretos colombianos (DAS), sob a autoridade directa do Presidente da Colômbia, Alvaro Uribe. Esta informação corrobora outras revelações de que terá havido múltiplas actividades dirigidas contra organizações e cidadãos europeus, não só em solo colombiano, mas também em território europeu: fotografias, acções de vigilância, infiltrações em eventos da sociedade civil, etc.. As campanhas de difamação de indivíduos e organizações não governamentais europeias à conta do trabalho que desenvolvem em prol dos Direitos Humanos na Colômbia têm sido coordenadas e apoiadas pelos serviços secretos deste país (DAS).

Como reagiu o Conselho à «Operação Europa», realizada em solo europeu?

Poderá o Conselho revelar quais foram os serviços secretos europeus que ajudaram os seus homólogos colombianos (DAS) a levar a cabo a referida operação na Europa?

Será que o Conselho continua a considerar o Governo colombiano como um parceiro íntegro para a celebração de um acordo de comércio livre?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho leva muito a sério as alegações referidas na pergunta do senhor deputado e acompanha de perto este assunto, prestando-lhe toda a atenção que merece, em especial com base nas informações transmitidas pela delegação da UE e pelas embaixadas dos Estados-Membros presentes no terreno. O Conselho congratula-se com as decisões mais recentes do Governo colombiano nesta matéria, nomeadamente no que se refere ao novo mandato atribuído ao DAS, à sua nova estrutura e às modificações organizativas no seio desse organismo. O Conselho também foi informado de que foram accionados mecanismos legais contra vários antigos funcionários do DAS.

A UE faz questão de expressar regularmente as suas preocupações sobre todas as questões relativas ao respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no contexto do seu diálogo semestral com as autoridades colombianas sobre direitos humanos.

O Conselho também acompanha atentamente as informações sobre a alegada "Operação Europa" do DAS, a que o senhor deputado se refere. No entanto, não adoptou até agora uma posição formal sobre este assunto. No que respeita à questão levantada pelo senhor deputado relativa ao alegado envolvimento de serviços secretos de Estados-Membros, o Conselho não tem conhecimento dessas alegações. É de notar que esta questão não está sujeita à jurisdição do Conselho, pelo que esta Instituição não pode dar o seu veredicto sobre estas questões, que são da exclusiva responsabilidade dos Estados-Membros.

Por último, no que respeita à pergunta final do senhor deputado, gostaria de assinalar que, na altura própria, será pedido ao Conselho que dê o seu parecer sobre o projecto de acordo negociado pela Comissão, uma vez recebida a correspondente proposta de decisão sobre a celebração do mesmo. O Conselho, como é evidente, reflectirá sobre todos os factores pertinentes neste contexto, a fim de chegar a uma decisão sobre este projecto de acordo.

O Conselho chama a atenção para o facto de que, neste contexto, também será solicitado ao Parlamento que adopte uma posição sobre este assunto, em conformidade com o disposto no Tratado.

*
* *

Pergunta nº 9 de Gay Mitchell (H-0328/10)

Assunto: Derrame de petróleo na Europa

Os Estados Unidos sofreram recentemente um dos piores desastres ambientais da sua história com o derrame de petróleo que ocorreu no Golfo do México.

Dada a inevitável natureza internacional de qualquer eventual derrame dessa natureza ao largo da costa europeia, que iniciativas tem o Conselho em curso para garantir que os Estados-Membros tomem todas as precauções para evitar uma catástrofe análoga e sejam capazes de dar uma resposta rápida, coordenada e eficaz, caso uma situação desse género venha a ocorrer?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(EN) Embora os Estados-Membros sejam os primeiros responsáveis pela sua política de prevenção, o Conselho considera que poderia ser desejável, num espírito de solidariedade, implementar uma acção comunitária complementar de apoio às acções empreendidas a nível nacional, regional e local para a prevenção de catástrofes. Nas conclusões relativas a um quadro comunitário para a prevenção de catástrofes na UE que adoptou em Novembro de 2009⁽⁵⁾, o Conselho solicitou à Comissão que tomasse um conjunto inicial de medidas, em colaboração com os Estados-Membros, para reforçar a política de prevenção. No quadro destas medidas propõe-se, nomeadamente, o seguinte: até finais de 2010, a elaboração de orientações comunitárias sobre avaliação de riscos e cartografia dos riscos; até ao fim de 2012, o estabelecimento de um quadro trans-sectorial global dos principais riscos, de origem natural ou humana, que a União poderá eventualmente ter de enfrentar no futuro; e a definição de orientações para as normas mínimas específicas para cada eventualidade no contexto da protecção de catástrofes, em especial para tipos de riscos que sejam comuns a vários Estados-Membros ou a regiões de mais de um Estado-Membro.

No caso de um derrame de petróleo que afecte as costas da UE, a União tem ao seu dispor diversos mecanismos que podem contribuir para assegurar uma resposta rápida, coordenada e eficaz a um acidente.

Uma das responsabilidades da Agência Europeia da Segurança Marítima (AESM) é, assim, fornecer recursos adicionais que apoiem os mecanismos de resposta à disposição dos Estados-Membros em caso de poluição, se estes o solicitarem. A AESM, que pode recorrer aos serviços de uma frota de embarcações de reserva para a recuperação de produtos do petróleo, sob contrato em toda a UE, pode complementar os recursos dos Estados-Membros no combate à poluição marinha.

Além disso, ao abrigo do mecanismo comunitário de protecção civil, que cobre a poluição marinha accidental, a Comissão pode auxiliar os Estados-Membros através do seu Centro de Informação e Vigilância (CIV) em

⁽⁵⁾ Doc. 15394/09.

casos de grande emergência que ocorram dentro ou fora da União. Este mecanismo foi activado a pedido das autoridades dos EUA na sequência do derrame de petróleo no Golfo do México.

Por último, na sua reunião de 31 de Maio de 2010, a Comissão informou o Conselho de que os seus serviços tinham dado início a uma análise da legislação comunitária em vigor sobre este assunto, com vista a assegurar que a mesma possa minimizar os riscos de ocorrência de uma catástrofe semelhante à que ocorreu no Golfo do México.

*
* *

Pergunta nº 10 de Liam Aylward (H-0333/10)

Assunto: Apoiar a indústria do turismo

O turismo é uma componente essencial da economia europeia, representando mais de 5 % do PIB da UE e empregando cerca de 5,2 % da força de trabalho da Europa. Dado o actual clima económico, é fundamental que este sector seja apoiado e promovido.

O Tratado de Lisboa refere especificamente o turismo e estabelece como objectivo a promoção da UE como um dos principais destinos turísticos do mundo. Nesta perspectiva, confere à União competências específicas neste domínio e prevê a adopção de decisões por maioria qualificada. Em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, "A União completa a acção dos Estados-Membros no sector do turismo, nomeadamente através da promoção da competitividade das empresas da União neste sector" (Título XXII, O Turismo, artigo 195.º).

Que medidas foram tomadas até à data para apoiar a indústria do turismo na UE, bem como para a desenvolver e promover a sua competitividade? Que medidas estão a ser tomadas a nível europeu para apoiar este sector durante a crise económica?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) Qualquer política de turismo comunitária deve ser complementar de políticas desenvolvidas nos Estados-Membros, uma vez que estes últimos são os principais responsáveis pela condução da política de turismo.

O âmbito de acção para apoiar o sector do turismo da UE e para dar continuidade ao seu desenvolvimento e à sua competitividade tem sido, até agora, limitado, porque a União não tinha poderes formais no domínio do turismo antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Todavia, em 2006 e 2007 a Comissão adoptou duas comunicações,⁽⁶⁾ cujo principal objectivo era melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhores postos de trabalho através do crescimento sustentável do turismo na Europa e a nível global.

No que respeita às medidas tomadas a nível da UE para apoiar o sector do turismo apesar da crise económica, poder-se-á referir a acção preparatória relativa ao turismo social, lançada em 2009 sob a designação de CALYPSO, com um orçamento de 1 milhão de euros para 2009 e uma duração mínima de três anos.

A "Enterprise Europe Network" (rede europeia de empresas) foi criada a nível europeu a fim de incrementar o sector do turismo e de reforçar as ligações com a indústria, organizações pertinentes, autoridades públicas, lugares de destino e o mundo académico.

Gostaria também de vos informar de que se realizou uma reunião informal dos Ministros do Turismo em 15 de Abril de 2010, tendo os referidos Ministros adoptado a "Declaração de Madrid" intitulada "Para um Modelo de Turismo Socialmente Responsável". Os Ministros sublinharam o seu interesse em desenvolver uma política de turismo consolidada a nível da UE, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, e o seu apoio à promoção de um turismo responsável e ético, que tenha em devida consideração a

(6) COM(2006) 134 final de 17.3.2006

COM(2007) 691 final de 23.10.2007

sustentabilidade social, ambiental, cultural e económica. Propuseram igualmente o uso de novos instrumentos e uma abordagem mais centrada no conhecimento e na inovação no domínio do turismo, nomeadamente através da utilização de novas tecnologias, conexão em rede e intercâmbio de melhores práticas.

*
* *

Pergunta nº 11 de Pat the Cope Gallagher (H-0337/10)

Assunto: Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Cancún

Que medidas específicas promoverá o Conselho nos próximos seis meses para garantir a adopção de um acordo global na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a realizar em Cancún?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho vai iniciar o trabalho sobre a posição da União Europeia antes da conferência de Cancún, que será precedida por duas reuniões preparatórias: em Bona, em Agosto de 2010 e na China, em Outubro de 2010.

Na sua reunião de 25-26 de Março de 2010, o Conselho Europeu chegou à conclusão de que a obtenção de um acordo jurídico mundial e abrangente continua a ser a única forma eficaz de alcançar o objectivo acordado no sentido de manter em menos de 2°C o aumento das temperaturas globais em relação aos níveis pré-industriais, e de que se torna agora necessário imprimir uma nova dinâmica ao processo de negociação internacional. Com este objectivo em vista, considerou que valerá a pena adoptar uma abordagem gradual, baseada no documento final de Copenhaga. O primeiro passo a dar consistirá em definir, nas próximas reuniões de Bona, o roteiro a cumprir para levar por diante as negociações. Em segundo lugar, da Conferência das Partes, a realizar em Cancún, deverão sair, pelo menos, decisões concretas que incorporem o documento final de Copenhaga no processo negocial conduzido ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e colmatem as lacunas

remanescentes, designadamente em relação à adaptação, às florestas, à tecnologia e à monitorização, à notificação e à verificação. A UE está preparada para dar a sua contribuição neste processo: A UE e os Estados-Membros honrarão o seu compromisso de disponibilizar 2,4 mil milhões de euros anuais, durante o período de 2010-2012.

No que diz respeito, mais especificamente, ao processo da CQNUAC, o Conselho Europeu continua firmemente empenhado nele e solicitou que este processo fosse complementado de forma útil e apoiado por debates noutras instâncias e em torno de questões específicas. Para garantir que assim seja, A UE intensificará a sua acção de sensibilização dos países terceiros. A Presidência e a Comissão desenvolverão um processo de activa consulta com outros parceiros e informarão sobre ele o Conselho. Neste contexto, a Presidência pode afirmar com certeza que as alterações climáticas continuarão a ser uma das questões-chave tratadas durante as reuniões da União Europeia com os seus principais parceiros ao longo dos próximos meses.

*
* *

Pergunta nº 12 de Brian Crowley (H-0339/10)

Assunto: Criação de uma patente comunitária

A criação de uma patente a nível da UE é um dos objectivos essenciais da estratégia da UE 2020. Será que a Presidência belga pretende conceder prioridade ao trabalho sobre este importante dossiê nos próximos seis meses?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Conselho tem conhecimento do facto de que melhorar o sistema de patentes na Europa é um pré-requisito para estimular o crescimento através da inovação e para ajudar as empresas europeias, em especial as PME, a fazer face à crise económica e à concorrência internacional. Um sistema de patentes melhorado deste tipo é visto como um elemento-chave do mercado interno e deverá assentar em dois pilares – a criação de uma patente da União Europeia (a seguir designada "patente da UE") e a implementação de um órgão jurisdicional integrado, consolidado e especializado, para a resolução de litígios em matéria de patentes – a fim de reforçar o direito de patentes e aumentar a segurança jurídica.

Infelizmente, 10 anos depois da proposta da Comissão, ainda não conseguimos criar o quadro jurídico necessário para atingir este objectivo.

Devo dizer, no entanto, que já não estamos longe de o fazer. No passado mês de Dezembro, conseguimos chegar a acordo sobre o texto do regulamento que cria a patente da UE e sobre diversas conclusões relativas a outras questões conexas.

De facto, como sabem, este regulamento é apenas um dos elementos necessários para criar a patente da UE. Para se poder criar uma patente da UE, as regras que regem as línguas deste documento ainda terão de ser estabelecidas pelo Conselho, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º do TFUE. Em 1 de Julho de 2010, a Comissão apresentou uma proposta sobre o uso das línguas. A Presidência belga esforçar-se-á para que as discussões avancem. Acresce que há outros aspectos de que ainda é necessário tratar, como sejam o nível adequado dos impostos anuais para patentes da UE e uma escala adequada para a repartição de parte dos impostos pelos institutos nacionais de patentes, sem esquecer a criação de um tribunal europeu de patentes nem as possíveis alterações a fazer à Convenção sobre a Patente Europeia.

Nos termos do Tratado de Lisboa, é conferido ao Parlamento Europeu o papel de co-legislador, algo com que nos congratulamos. Além disso, sobre este assunto, registámos devidamente a vossa resolução de 5 de Maio, que confirma o vosso parecer de 2002 como vossa posição em primeira leitura.

A Presidência belga tenciona intensificar os esforços em sede de Conselho para estabelecer um quadro jurídico adequado para a criação da patente da UE. Este objectivo é uma das prioridades da Presidência belga no que respeita ao mercado interno.

*
* *

Pergunta nº 13 de Ryszard Czarnecki (H-0341/10)

Assunto: Cooperação entre o Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho e o Presidente do Conselho Europeu

Como avalia o Conselho os primeiros seis meses de cooperação, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, entre o Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho (actualmente, a Espanha) e o Presidente do Conselho Europeu? É do conhecimento público que este período foi marcado por conflitos de competências em domínios nos quais as disposições do Tratado eram tudo menos claras. Que lições foram extraídas para a próxima Presidência belga?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) O Tratado define claramente os papéis do Conselho Europeu e do Conselho.

Portanto, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Tratado da União Europeia, o Conselho Europeu dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as orientações e prioridades políticas gerais da União. O Conselho Europeu não exerce função legislativa.

O n.º 1 do artigo 16.º do Tratado da União Europeia define o papel do Conselho da União Europeia nos seguintes termos: "O Conselho exerce, juntamente com o Parlamento Europeu, a função legislativa e a função orçamental. O Conselho exerce funções de definição das políticas e de coordenação em conformidade com as condições estabelecidas nos Tratados."

Além disso, o n.º 6 do artigo 16.º do Tratado da União Europeia declara que "O Conselho dos Assuntos Gerais assegura a coerência dos trabalhos das diferentes formações do Conselho. O Conselho dos Assuntos

Gerais prepara as reuniões do Conselho Europeu e assegura o seu seguimento, em articulação com o Presidente do Conselho Europeu e com a Comissão.”

Estas novas disposições foram aplicadas pela primeira vez no semestre da Presidência espanhola. Logo desde o início dessa Presidência, o Presidente do Conselho Europeu e a Presidência do Conselho desenvolveram uma estreita colaboração para assegurar a coerência no trabalho do Conselho Europeu e do Conselho.

Assim, em 8 de Janeiro, o Presidente do Conselho Europeu reuniu-se com o Primeiro-Ministro espanhol, José Luís Zapatero, em Madrid, para lançar as bases do seu trabalho conjunto, tendo ambos continuado a reunir-se com grande regularidade. O Presidente do Conselho Europeu também se reuniu com o Presidente do Conselho "Assuntos Gerais" pelo menos uma vez por mês e com os Presidentes de outras formações do Conselho, consoante as necessidades. Isto significava que o Conselho Europeu e o Conselho eram capazes de coordenar o seu trabalho e de colaborar na realização do mesmo.

A criação da nova Estratégia "Europa 2020" também ilustra de forma adequada esta excelente cooperação entre as duas Instituições, dado que a Presidência do Conselho assegurou sempre que as diferentes formações do Conselho implementassem as directrizes estabelecidas pelo Conselho Europeu em Fevereiro e Março.

Além do mais, o Conselho Europeu de Junho de 2010 conseguiu ultimar a nova estratégia graças ao importante trabalho efectuado durante a Presidência espanhola em apoio das diferentes formações do Conselho, nomeadamente o Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" e o Conselho "Educação, Juventude e Cultura".

Os mecanismos práticos postos em vigor durante a Presidência espanhola para otimizar esta cooperação manter-se-ão e desenvolver-se-ão, como é óbvio, no semestre da Presidência belga.

*
* *

Pergunta nº 14 de Richard Howitt (H-0346/10)

Assunto: Novas sanções adicionais da UE contra o Irão

Agora o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou um novo regime de sanções para o Irão, que debates e que planos está a ponderar o Conselho para que os Estados Membros da União Europeia imponham novas sanções adicionais contra o Irão?

Resposta

A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e que não vincula o Conselho nem os seus membros enquanto tais, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Julho de 2010, em Estrasburgo.

(FR) Na sua reunião de 17 de Junho, o Conselho Europeu sublinhou a sua preocupação cada vez mais profunda com o programa nuclear do Irão e congratulou-se com a adopção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), da Resolução 1929, que introduz novas medidas restritivas contra o Irão.

Reconhecendo a situação actual, o Conselho Europeu declarou que a introdução de novas medidas restritivas se tornara inevitável. O Conselho Europeu, recordando a sua declaração de 11 de Dezembro de 2009 e à luz dos trabalhos entretanto desenvolvidos pelo Conselho "Negócios Estrangeiros", convidou o Conselho "Negócios Estrangeiros" a adoptar, na sua próxima reunião, em 26 de Julho, medidas de execução das disposições constantes da Resolução 1929 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Convidou igualmente o Conselho a adoptar medidas de acompanhamento, tendo em vista apoiar, pela via da negociação, a resolução de todas as preocupações que ainda subsistem no que se refere ao desenvolvimento pelo Irão de tecnologias sensíveis de apoio aos seus programas nucleares e de mísseis. Essas medidas deverão aplicar-se às seguintes áreas:

ao sector do comércio, especialmente no que se refere aos bens de dupla utilização e às novas restrições aos seguros sobre as trocas comerciais; ao sector financeiro, incluindo o congelamento de activos de outros bancos iranianos e restrições à actividade bancária e de seguros;

ao sector dos transportes iraniano, especialmente no que se refere à Companhia Marítima da República Islâmica do Irão (Islamic Republic of Iran Shipping Line – IRISL) e às suas filiais, bem como aos serviços aéreos de carga;

a sectores-chave da indústria do gás e do petróleo, proibindo novos investimentos, assistência técnica e transferência de tecnologias, equipamentos e serviços relacionados com essas áreas, especialmente com a tecnologia de refinação, liquefação e GNL;

e a novas proibições de vistos e congelamento de bens, especialmente em relação ao Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica (CGRI).

A União Europeia está empenhada em contribuir para uma solução diplomática da questão do programa nuclear do Irão. Insta o Irão a demonstrar que está disposto a estabelecer a confiança da comunidade internacional e a responder ao convite para reatar negociações, e reafirma que continuam válidas as propostas feitas ao Irão em Junho de 2008.

O que é necessário é uma negociação séria sobre o programa nuclear do Irão e outras questões de interesse mútuo. O Conselho Europeu sublinhou que a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança está disposta a reatar as conversações a este respeito.

*
* *

PERGUNTAS À COMISSÃO

Pergunta nº 24 de Sarah Ludford (H-0336/10)

Assunto: Acordo de Estabilização e Associação UE-Sérvia

O Conselho desbloqueou recentemente o processo de ratificação do Acordo de Estabilização e de Associação entre a UE e a Sérvia. Este processo encontrava-se num impasse, em parte devido ao fracasso da Sérvia em entregar fuggitivos suspeitos de crimes de guerra ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPIJ).

A eventual integração da Sérvia na UE é um objectivo essencial. No entanto, dado que os acusados Ratko Mladic e Goran Hadzic ainda estão foragidos, que meios pretende a Comissão agora empregar para garantir não só a continuação da plena cooperação da Sérvia com o TPIJ mas também a detenção dos restantes acusados de crimes de guerra?

Resposta

(EN) A decisão de iniciar o processo de ratificação do Acordo de Estabilização e de Associação (AEA) com a Sérvia foi um desenvolvimento muito positivo. Um AEA integral em vigor significa que a Sérvia continuará a aproximar-se de todas as políticas comunitárias através de um acordo juridicamente vinculativo. A Comissão faz agora votos de que o processo de ratificação seja rápido e tranquilo.

No que diz respeito à cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPIJ), essa condição manter-se-á ao longo de todo o percurso da Sérvia para a integração na UE. A total cooperação com o TPIJ é um elemento essencial do Acordo de Estabilização e Associação e a UE pode suspender o Acordo em qualquer altura se a Sérvia não cumprir os elementos essenciais.

Serge Brammertz informou pessoalmente o Conselho "Negócios Estrangeiros" em 14 de Junho de 2010. É necessário envidar mais esforços na vertente operacional e a Comissão conta que as autoridades sérvias levem plenamente em conta as recomendações de Serge Brammertz a fim de se obterem mais resultados positivos.

A Comissão continuará a acompanhar atentamente a cooperação da Sérvia com o TPIJ e a exortar as autoridades sérvias a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance até que os dois fuggitivos ao TPIJ que continuam foragidos – a saber, Ratko Mladic e Goran Hadzic – sejam apanhados e transferidos para Haia.

Por último, a Comissão continuará, em particular, a ocupar-se dessas questões no quadro do seu diálogo estrutural com as autoridades sérvias e bem assim no seu relatório anual a publicar em Novembro de 2010.

*
* *

Pergunta nº 38 de Charalampos Angourakis (H-0314/10)**Assunto: Levantamento das restrições em matéria de cabotagem marítima para os navios de cruzeiro**

Ultimamente, está a decorrer na Grécia uma importante mobilização dos trabalhadores do mar contra os projectos do Governo do PASOK de levantamento das restrições em matéria de cabotagem para os navios de cruzeiro de países terceiros não comunitários. Segundo dados de 2008 do Conselho Europeu dos Cruzeiros este sector ocupa mais de 50.000 trabalhadores na Europa. Os argumentos de que a "leal concorrência" iria supostamente beneficiar o desenvolvimento do turismo, são rebatidos pelos números que demonstram que a maioria dos navios de cruzeiros estão registados sob pavilhões de conveniência, em registos de Estados Membros da União e de países terceiros, com condições de exploração selvagem dos trabalhadores. 83% desta frota é propriedade de 5 grupos armadores monopolistas.

Considera a Comissão que o levantamento das restrições em matéria de cabotagem para os navios de cruzeiro beneficia os grupos monopolistas do sector que tiram enormes lucros da dura exploração dos trabalhadores do mar? Irá continuar com mais intensidade a perseguição em massa dos trabalhadores gregos dos navios de cruzeiro?

Resposta

(EN) Tal como foi anteriormente referido pela Comissão na sua resposta à pergunta oral H-0227/10, a legislação comunitária estipula que os Estados-Membros abram a cabotagem marítima, incluindo os cruzeiros, a navios de bandeiras comunitárias, mas não também a navios que não sejam de bandeiras comunitárias. Ainda assim, os Estados-Membros são livres de o fazer. A Comissão não tenciona interferir na decisão da Grécia de abrir cruzeiros de cabotagem a navios de bandeiras de países terceiros nem especular sobre os benefícios económicos dessa opção.

As regras sociais da UE aplicáveis a navios de outros Estados-Membros são as mesmas que as aplicadas a bordo de navios de bandeira grega. Essas regras asseguram um conjunto adequado de requisitos mínimos que impedem que as condições de trabalho sejam "de exploração selvagem", como afirmou o senhor deputado.

Para além disso, a Comissão gostaria de realçar que a Directiva 1999/63/CE⁽⁷⁾, que implementa o acordo relativo à organização do tempo de trabalho dos marítimos celebrado pelos parceiros sociais, se aplica aos marítimos a bordo de qualquer navio de mar, de propriedade pública ou privada, registado no território de qualquer Estado-Membro e que esteja normalmente afecto a operações marítimas comerciais. Este instrumento jurídico estabelece prescrições mínimas relativas às condições de trabalho dos marítimos, nomeadamente ao número máximo de horas de trabalho semanais, à idade mínima para trabalhar de noite a bordo de um navio, às férias anuais remuneradas... Além disso, a Directiva 1999/95/CE⁽⁸⁾ proporciona um mecanismo para verificar o cumprimento e fazer aplicar, relativamente aos navios que utilizam os portos dos Estados-Membros, a Directiva 1999/63/CE, de modo a melhorar a segurança marítima, as condições de trabalho e a saúde e segurança dos marítimos a bordo de navios. Assim sendo, esta directiva aplica-se a todos os navios que utilizam os portos de um Estado-Membro independentemente do local de registo.

Prevê-se que o mesmo mecanismo faça aplicar a Directiva 2009/13/CE⁽⁹⁾ e garanta a aplicação das normas relativas ao trabalho marítimo por ela estabelecidas a bordo dos navios da UE que escalam os portos da União quando estiver em vigor a Convenção sobre Trabalho Marítimo.

*

* *

(7) Directiva 1999/63/CE do Conselho de 21 de Junho de 1999 respeitante ao acordo relativo à organização do tempo de trabalho dos marítimos celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação dos Sindicatos dos Transportes da União Europeia (FST), JO L 167 de 2.7.1999

(8) Directiva 1999/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 1999, relativa à aplicação das disposições relativas ao período de trabalho dos marítimos a bordo dos navios que utilizam os portos da Comunidade, JO L 14 de 20.1.2000.

(9) Directiva 2009/13/CE do Conselho de 16 de Fevereiro de 2009 que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006, e que altera a Directiva 1999/63/CE, JO L 124 de 20.5.2009

Pergunta nº 39 de Vilija Blinkevičiūtė (H-0316/10)**Assunto: Concessão de microcréditos**

Em Março do ano em curso, foi aprovada uma Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a concessão de microcréditos no âmbito do instrumento Progress. A Comissão prometeu que esta decisão entraria em vigor neste Verão, e que, a partir do início do próximo ano, os fornecedores de crédito nacionais poderiam começar a conceder créditos, uma vez recebidos os fundos do Fundo Europeu de Investimento. A Comissão está já a negociar há algum tempo com o FEI (Fundo Europeu de Investimento) as condições concretas de transferência de fundos (artigo 5.º, n.º 2, da decisão), mas ignora-se ainda quando terminarão as negociações, embora a Comissão se comprometa a informar o Conselho sobre o andamento das negociações. Poderia a Comissão comunicar quanto tempo durarão ainda as negociações com o FEI e para quando está prevista a sua conclusão?

Resposta

(EN) A Comissão tem o prazer de informar a senhora deputada de que os recursos do Instrumento Europeu de Microfinanciamento "Progress" (EPMF) serão atribuídos em duas vertentes:

Garantias relativas a empréstimos de microcréditos (até 25 000 euros) concedidos a beneficiários finais;

Empréstimos e capital a intermediários financeiros a fim de aumentar as suas possibilidades de concederem microcréditos a beneficiários finais.

A negociação com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) sobre a implementação da vertente das garantias do EPMF já está concluída. A seguir à assinatura de um acordo-quadro, o FEI lançará um convite à manifestação de interesse para intermediários nas primeiras semanas de Julho. O convite será aberto a intermediários financeiros de todos os Estados-Membros e publicado no sítio Web do FEI (<http://www.eif.org>)

). Daí resultará a disponibilização de empréstimos que serão garantidos pelos recursos da UE. A esta vertente das garantias serão destinados 25 milhões de euros da contribuição da União para o EPMF.

A negociação para a segunda vertente decorre neste momento. Esta negociação exige a criação de um veículo de investimento especial conjuntamente pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), o FEI e a Comissão. Prevê-se que esta segunda vertente do EPMF seja lançada até finais de 2010. O remanescente da contribuição da União (75 milhões de euros) será investido neste veículo especial que vai ser criado no Outono. Prevê-se que o Banco Europeu de Investimento junte à contribuição da União um montante que pode chegar aos 100 milhões de euros.

Mais informações sobre o EPMF disponíveis em: <http://www.ec.europa.eu/epmf>

*
* *

Pergunta nº 40 de Salvatore Iacolino (H-0317/10)**Assunto: Apoio financeiro em prol das políticas migratórias na região euro-mediterrânica**

A União para o Mediterrâneo voltou a imprimir um novo impulso às suas actividades com a criação de um secretariado que garantirá um apoio operacional à realização de grandes projectos estratégicos regionais. Ademais, consta que a Comissão e o Banco Europeu de Investimento assegurarão, nos próximos anos, uma cobertura financeira adequada aos sectores energético e hídrico, às infra-estruturas e aos transportes, bem como ao desenvolvimento das empresas. Em contrapartida, afigurar-se-ia que, tal como ocorreu com as políticas migratórias da União Europeia, também a União para o Mediterrâneo se mostrou pouco eficaz nesta matéria.

Poderia a Comissão esclarecer quais foram as medidas tomadas para melhorar a cooperação com os países terceiros no âmbito da gestão dos fluxos migratórios?

Além disso, dado que as perspectivas financeiras para o período de 2014-2020 irão ser delineadas dentro em breve, que iniciativas se propõe a Comissão levar a cabo para garantir que sejam disponibilizados os recursos financeiros suficientes para apoiar políticas migratórias equitativas na região euro-mediterrânica?

Resposta

(EN) A Comissão está empenhada em concretizar os objectivos ambiciosos estabelecidos pelo programa de Estocolmo. Este programa, no domínio da migração, prevê o lançamento e a execução de várias novas iniciativas tanto no domínio da migração legal como na luta contra a migração irregular e no reforço das fronteiras externas. A recente proposta da Comissão⁽¹⁰⁾ sobre o reforço das capacidades da Frontex e as propostas que vão ser adoptadas em breve sobre trabalhadores sazonais e transferidos entre empresas inscrevem-se nestes objectivos.

Em relação a países terceiros, o programa de Estocolmo defende a continuação do desenvolvimento da cooperação com países de origem e de trânsito da migração, em sintonia com a abordagem global da migração. Neste contexto, a Comissão considera da máxima importância a gestão dos fluxos migratórios na região do Mediterrâneo e dedicou a este assunto uma atenção prioritária.

Os esforços envidados pela Comissão têm-se traduzido num diálogo e numa cooperação acrescidos, tanto de carácter bilateral como regional, com os países do Norte de África e da África Subsariana, de onde são originários os fluxos migratórios que se dirigem para o Mediterrâneo. Além disso, a Comissão tem financiado projectos destinados a promover uma melhor gestão da migração, incluindo projectos que visam combater a migração irregular, facilitar a utilização de canais legais para a migração, as ligações entre migração e desenvolvimento, promover os direitos dos migrantes e apoiar o respeito dos direitos dos refugiados.

As iniciativas da UE apoiadas pela Comissão no domínio da migração nos países do Mediterrâneo não pertencentes à União têm sido financiadas tanto através do instrumento financeiro da UE concebido para servir a cooperação com regiões específicas (o programa MEDA até 2006 e o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria desde 2007) como através do instrumento financeiro da UE concebido para servir a cooperação da UE com países terceiros no domínio da migração (o Programa Aeneas até 2006 e agora o Programa Temático).

Sem querer formar um juízo prematuro sobre o resultado das discussões relativas ao futuro quadro financeiro 2014-20, a Comissão considera que será de crucial importância para a UE dispor de meios financeiros adequados para responder, de uma forma integrada e equilibrada, aos desafios que enfrenta no domínio da migração e para lhe permitir desenvolver uma cooperação robusta com todos os seus parceiros, em particular no Mediterrâneo.

*
* *

Pergunta nº 42 de Seán Kelly (H-0322/10)

Assunto: Turismo e comércio internacional

O turismo é o terceiro maior sector económico da União Europeia em volume de negócios e em emprego, representando 5% do PIB comunitário, com quase 2 milhões de empresas, na maioria PME, que empregam 9,7 milhões de pessoas em toda a UE.

Com base neste pressuposto, terá a Comissão delineado quaisquer estratégias tendentes a promover o turismo da UE no mercado mundial, em particular, no grupo de países conhecido sob a designação de BRIC, cujo crescimento em termos de riqueza e de nível de vida deverá proporcionar um significativo potencial de incremento do volume de negócios do sector do turismo na UE?

Resposta

(FR) A União Europeia continua a ser o primeiro destino turístico do mundo, com 370 milhões de chegadas de turistas internacionais, ou seja, 40% das chegadas em todo o mundo⁽¹¹⁾, 7,6 milhões das quais provenientes do grupo de países conhecido sob a designação de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), um aumento considerável relativamente aos 4,2 milhões em 2004. A China é um exemplo particularmente bom, pois, apesar da crise económica, o número de turistas chineses que viaja no estrangeiro aumentou 5,2%, totalizando 42,2 milhões em 2009, em comparação com 7 milhões em 2001. Registou-se um aumento

⁽¹⁰⁾ COM(2010) 61 final

⁽¹¹⁾ World Tourism Barometer (Barómetro do Turismo Mundial) da OMT, volume 8, Janeiro de 2010 – dados de 2008

ainda maior nos montantes que gastam, que subiram 16%, para cerca de 42 mil milhões de dólares entre 2008 e 2009, por exemplo.

De acordo com estimativas apresentadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), as chegadas de turistas internacionais à Europa deverão registar um aumento considerável nos próximos anos. No entanto, a indústria europeia do turismo enfrenta uma concorrência internacional crescente, dado que os países emergentes ou em desenvolvimento, apesar do seu potencial como fontes de turismo para a Europa, atraem um número cada vez maior de turistas.

Face a esta concorrência, a Europa tem de oferecer um turismo sustentável e de alta qualidade e de desenvolver uma estratégia comum, a fim de consolidar a imagem e a visibilidade da Europa como conjunto de destinos turísticos entre países terceiros, em especial os países designados BRIC, dado o grande potencial dos mesmos como fonte de turismo. Para o fazer, a Europa terá de explorar a competitividade e a sustentabilidade do turismo europeu⁽¹²⁾. Além disso, será igualmente vital reforçar a cooperação com os países cuja população possa proporcionar uma importante fonte de visitantes para destinos europeus à medida que o seu nível de vida for aumentando.

Dada a intensidade da concorrência internacional, mas também o potencial de diversos países terceiros como fontes de turismo na Europa, é essencial empreender medidas que tenham por objectivo estimular a procura da Europa para fins turísticos.

Num esforço para atingir esse objectivo, a nova comunicação intitulada "Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu", adoptada em 30 de Junho, traça uma estratégia para consolidar a imagem e a visibilidade da Europa como um conjunto de destinos sustentáveis e de qualidade⁽¹³⁾:

- criar, em cooperação com os Estados-Membros, uma verdadeira "marca Europa", que possa complementar os esforços promocionais ao nível nacional e regional e ajude os destinos europeus a destacar-se dos restantes destinos internacionais.

- promover o portal "visiteurope.com" a fim de apresentar uma Europa cada vez mais atraente enquanto conjunto de destinos turísticos sustentáveis e de qualidade, em especial, junto dos países emergentes

- favorecer as acções comuns de promoção por ocasião de grandes acontecimentos internacionais ou de grandes feiras e mostras turísticas

- reforçar a participação da União Europeia nas instâncias internacionais, nomeadamente no contexto da Organização Mundial do Turismo, OCDE, T20 e EuroMed

- promover a imagem e a visibilidade da Europa como um conjunto de destinos turísticos sustentáveis e de qualidade no mercado mundial, em particular nos países designados BRIC (mas também nos Estados Unidos e no Japão), através de iniciativas comuns com os Estados-Membros e a indústria europeia.

*
* *

Pergunta nº 43 de Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (H-0324/10)

Assunto: Iniciativas no domínio da cultura ao abrigo da Estratégia Europa 2020

No contexto da Estratégia Europa 2020, a Comissão propôs objectivos inequívocos no que diz respeito ao combate ao desemprego, ao financiamento da investigação e à luta contra as alterações climáticas, mas negligenciou o papel desempenhado pela cultura, em sentido lato, na melhoria do bem-estar na Europa. De acordo com o relatório da Comissão de Julho de 2009, o sector cultural da União Europeia gerou rendimentos na ordem dos 654 mil milhões de euros em 2003, o que equivale a 2,6% do PIB comunitário. Os museus de Paris, por exemplo, geram entre 1,84 e 2,64 mil milhões de euros anuais para a economia e garantem cerca

(12) Estudo sobre a Competitividade da indústria do turismo da UE, Setembro de 2009 (cf. http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/document.cfm?action=display&doc_id=5257&userservice_id=1&request.id=0)

(13) As outras acções prioritárias são: estimular a competitividade do sector turístico na Europa; promover o desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e de qualidade; e maximizar o potencial das políticas e dos instrumentos financeiros da UE para o desenvolvimento do turismo.

de 43000 postos de trabalho. A influência da cultura no desenvolvimento económico está hoje acima de qualquer dúvida. A cultura cria emprego e ajuda as regiões a atrair mais turistas.

Como tenciona a Comissão aprofundar o potencial da cultura e das indústrias criativas no âmbito da Estratégia Europa 2020? Por que motivo o projecto de Estratégia não incluiu qualquer prioridade específica no domínio da cultura? Será que o apoio à digitalização constitui a única iniciativa da Comissão neste domínio? Por que motivo ignorou a Comissão, na sua Comunicação, questões prioritárias como a defesa do património na União Europeia?

Resposta

(EN) A Comissão partilha da opinião da senhora deputada de que a cultura e as indústrias a ela ligadas constituem importantes motores para a economia europeia, nomeadamente para a consecução dos principais objectivos da Estratégia Europa 2020. Se não estão explicitamente referidas no documento da Comissão é porque a Estratégia Europa 2020 não é uma estratégia sectorial. A cultura, bem como as indústrias culturais e criativas têm, contudo, um claro papel a desempenhar em pelo menos quatro das iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020: "Uma União da Inovação", "Agenda Digital para a Europa", "Uma política industrial para a era da globalização" e "Agenda para novas qualificações e novos empregos".

A consulta pública sobre o Livro Verde "Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas", adoptado em 27 de Abril de 2010, ajudará a Comissão a assegurar um ambiente que apoie estas indústrias e incentive a sua contribuição para as iniciativas supramencionadas. A Comissão fará uso dos contributos recebidos para retirar conclusões operacionais, que serão aplicadas utilizando instrumentos comunitários já existentes ou como parte das próximas perspectivas financeiras. O objectivo é fazer com que os programas e as políticas da UE exerçam impacto nas indústrias culturais e criativas adequadas ao fim a que se destinam – mas também sobre o sector cultural no seu todo.

Neste cenário, a Comissão irá lançar diferentes iniciativas já em 2010 e 2011 em apoio das indústrias criativas. O programa MEDIA criará um fundo de garantia para a produção audiovisual e instaurará um apoio para a digitalização do cinema. A Aliança Europeia das Indústrias Criativas (ECIA) terá como objectivo, no contexto do Programa-Quadro Competitividade e Inovação, mobilizar mais e melhor apoio para a inovação, com vista à continuação do desenvolvimento das indústrias criativas, através da aprendizagem mútua e de acções-piloto.

A Comissão está plenamente de acordo em que o património cultural europeu tem um importante papel a desempenhar não só nos domínios cultural e social, mas também como recurso essencial para o desenvolvimento económico e territorial. A Comissão promove activamente este papel como parte da Agenda Europeia para a Cultura, através do Programa Cultura da União Europeia 2007-2013 e de outros programas de financiamento da UE, nomeadamente os fundos estruturais da Política de Coesão. Mais ainda, estão a surgir novos instrumentos. A Comissão adoptou recentemente uma proposta de criação, pela União Europeia, de uma Marca do Património Europeu. Esta proposta foi logo uma das primeiras a serem adoptadas pela nova Comissão, imediatamente a seguir a entrar em funções, e visa destacar sítios que celebram e simbolizam a integração europeia, assim como os ideais e a história da Europa. A Comissão está firmemente convencida de que a Marca tem o potencial para se converter numa iniciativa de grande visibilidade e valor para a União Europeia.

*
* *

Pergunta nº 44 de Bendt Bendtsen (H-0332/10)

Assunto: Liberdade de movimento obrigatória para as porcas a partir de 2013

A Directiva 2001/88/CE do Conselho de 23 de Outubro de 2001 (codificada na Directiva 2008/120/CE do Conselho) prevê que, a partir de 2013, todas as porcas tenham liberdade de movimento. A partir de 2013, os Estados-Membros disporão de doze anos para se adaptarem.

Neste contexto, reconhece a Comissão que, no momento actual, um eventual abandono ou revisão das disposições atrás referidas implicaria uma distorção da concorrência e prejudicaria os países que, para dar aplicação a estas disposições, realizaram importantes reformas?

Pode a Comissão fornecer e/ou recolher dados que indiquem a percentagem de porcas que têm liberdade de movimento em cada Estado Membro e a evolução registada desde a adopção da Directiva?

Existem disposições de transição para os países que celebraram um acordo de cooperação com a UE após a adopção das disposições atrás referidas?

Que medidas tenciona a Comissão tomar para garantir o respeito das disposições? Que sanções pode aplicar?

Resposta

(EN) A Comissão concorda com o senhor deputado que prorrogar o prazo de 1 de Janeiro de 2013 estabelecido na Directiva 2008/120/CE do Conselho⁽¹⁴⁾ para o agrupamento de porcas e marrãs colocaria numa situação de desvantagem concorrencial os produtores que fizeram investimentos para cumprir este prazo.

A Comissão não dispõe de dados sobre a proporção de porcas e marrãs que estão neste momento alojadas em grupo na UE. Relatórios do serviço de inspecção da Direcção-Geral Saúde e Consumidores, DG SANCO, da Comissão (SAV – Serviço Alimentar e Veterinário, situado em Grange, na Irlanda) demonstram que alguns Estados-Membros estão mais bem preparados do que outros para cumprir o prazo de 1 de Janeiro de 2013.

Todos os novos Estados-Membros tinham conhecimento do prazo de 1 de Janeiro de 2013. Além disso, os programas de financiamento da UE ofereciam aos países candidatos possibilidades de modernizar estas instalações em conformidade com o estabelecido.

Os Estados-Membros são os primeiros responsáveis pela execução da Directiva 2008/120/CE. A Comissão, na sua qualidade de guardiã dos Tratados, tem de assegurar que os Estados-Membros aplicam a legislação comunitária. Para esse efeito, o SAV realiza periodicamente auditorias in loco nos Estados-Membros. Durante essas auditorias, os estabelecimentos suinícolas são inspeccionados e é avaliado o sistema de controlo posto em vigor pelos Estados-Membros para garantir a aplicação da legislação comunitária.

Se houver provas suficientes que demonstrem que a prática administrativa num determinado Estado-Membro não cumpre, de uma maneira geral e sistemática, as disposições da Directiva, a Comissão poderá considerar a possibilidade de accionar um processo por infracção contra o Estado-Membro em questão nos termos do artigo 258.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

*
* *

Pergunta nº 45 de Ivo Belet (H-0335/10)

Assunto: Taxa sobre os bilhetes de avião internacionais

Depois da França, do Reino Unido e da Irlanda, também a Alemanha decidiu instaurar uma taxa sobre os bilhetes de avião internacionais. O montante da taxa variará em função de diversos critérios, como o preço, o ruído e o consumo de carburante.

Este tipo de taxas dá lugar a condições desiguais entre os vários aeroportos europeus.

Tenciona a Comissão tomar medidas para coordenar essas taxas a nível europeu?

Tenciona a Comissão rever o regime de IVA para o sector do transporte aéreo, dado que estas taxas compensam em parte o facto de não ser cobrado IVA sobre os bilhetes de avião internacionais?

Resposta

(EN) A Comissão aborda com rigor a questão de assegurar que as taxas cobradas sobre os transportes aéreos nos Estados-Membros não constituam obstáculos à eficiência do mercado interno para os serviços de aviação.

Por este motivo, a Comissão analisou diversas taxas introduzidas nos últimos anos por Estados-Membros para assegurar que as mesmas não levantem obstáculos ao mercado interno dificultando desproporcionadamente o funcionamento dos serviços de transporte aéreo transfronteiras em comparação com serviços que operam no território de um Estado-Membro.

No entanto, os aeroportos e os serviços que operam a partir deles funcionam dentro de um quadro de políticas regido em parte por regulamentos europeus e em parte por regulamentos nacionais ou regionais. Ademais, o facto de haver regimes de tributação diferentes em vigor nos Estados-Membros para tarifas e taxas aéreas não constitui em si mesmo um obstáculo à concorrência leal entre aeroportos.

(14) JO L 47 de 18.2.2009, p. 5.

No que respeita à tributação de tarifas/taxas aéreas, há que ter em conta também o n.º 3 do artigo 1.º da Directiva 2008/118/CE relativa ao regime geral dos impostos especiais de consumo e que revoga a Directiva 92/12/CEE⁽¹⁵⁾, que prevê que os Estados-Membros podem lançar impostos indirectos sobre serviços (como tarifas/taxas aéreas) desde que aqueles não possam ser considerados impostos sobre o volume de negócios e não originem formalidades ligadas à passagem de fronteiras.

A Comissão gostaria também de remeter para o seu documento de trabalho de 1 de Setembro de 2005⁽¹⁶⁾ que contém uma análise de como uma contribuição de solidariedade sobre bilhetes de avião poderia ser utilizada por Estados-Membros da UE como fonte de ajuda ao desenvolvimento a fim de contribuir para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Este documento foi discutido no Conselho ECOFIN que, no entanto, não se deteve sobre esta possibilidade.

A Comissão tenciona ocupar-se das insuficiências do actual sistema do IVA, a fim de, entre outras coisas, criar um mercado único mais eficaz, prevenir e combater a fraude, reforçar a cobrança do IVA e contribuir para que as empresas se tornem mais competitivas. Para tal, a Comissão tenciona apresentar um Livro Verde em finais do ano. A este Livro Verde seguir-se-á provavelmente uma reunião de alto nível com os Estados-Membros. Procurar-se-ão também as opiniões do público, das empresas e de especialistas no domínio do IVA por meio de uma consulta pública e de uma conferência. O resultado será uma Comunicação emitida em 2011 definindo novas prioridades em matéria de IVA.

*

* *

Pergunta nº 46 de Kathleen Van Brempt (H-0343/10)

Assunto: Actividades dos serviços de informação colombianos e acordo de comércio livre com a Colômbia

A imprensa colombiana e internacional trouxe recentemente a lume a "Operação Europa" dos serviços de informação da Colômbia. Esta tinha por objectivo desprestigiar e debilitar "o sistema jurídico europeu", a Subcomissão dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas", bem como diversos governos, várias ONG e cidadãos europeus.

Tinha a Comissão conhecimento de que determinados serviços oficiais da República da Colômbia tentam activamente minar e desacreditar as instituições europeias? Que consequências terão estas revelações para a celebração de um acordo de comércio livre entre a UE e a Colômbia?

Resposta

(EN) A Comissão tem conhecimento destas alegações e leva-as muito a sério. Por isso abordou repetidamente este assunto no seu diálogo com o Governo da Colômbia, entre outras ocasiões durante a visita do Director do Departamento Administrativo da Segurança (DAS), Felipe Muñoz, à Comissão, em Março, mas também através de contactos entre a nossa Delegação junto do DAS e outros departamentos governamentais.

No entender da Comissão, as investigações destes casos – e ficheiros pertinentes sobre actividades ilegais de fiscalização – foram entregues ao gabinete do Procurador-Geral (Fiscalía) para investigação criminal. Esta investigação está a decorrer e já conduziu à detenção e/ou ao despedimento de numerosos funcionários do DAS e à instauração de processos penais ou disciplinares contra alguns deles.

A Comissão julga saber também que foram iniciadas diversas reformas internas para evitar a repetição do escândalo, das quais fazem parte a liquidação do DAS, a criação de um novo serviço, que vai ser submetido a supervisão parlamentar, e a completa limpeza dos arquivos do DAS. A pedido expresso do Governo colombiano, este processo está a ser acompanhado pelo gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Bogotá.

Na opinião da Comissão, em parte baseada em experiências anteriores, o Governo da Colômbia está disposto a contribuir para esclarecer os factos ligados a estes acontecimentos e está aberto à troca de opiniões sobre medidas que possam ser tomadas para tentar resolvê-los. A Comissão também regista que o Embaixador da Colômbia, numa reunião conjunta da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países da

⁽¹⁵⁾ JO L 9 de 14.1.2009, p. 12.

⁽¹⁶⁾ SEC(2005) 1067

Comunidade Andina e da Subcomissão do Parlamento Europeu para os Direitos do Homem, em 27 de Abril de 2010, informou que o Governo da Colômbia estaria disposto a enviar o Director do DAS, Felipe Muñoz, a Bruxelas para uma troca de impressões mais aprofundada com o Parlamento Europeu.

*
* *

Pergunta n.º 47 de Georgios Toussas (H-0345/10)

Assunto: Exploração dos trabalhadores marítimos pelos grupos monopolistas do sector da navegação

A exploração dos trabalhadores marítimos pelos grupos monopolistas do sector da navegação generaliza-se. Caso exemplar desta situação é o dos navios "ROPAX 1" e "ROPAX 2", sob pavilhão britânico, propriedade da empresa naval "V - SHIPS"/"Adriatic Lines & Spa" com sede declarada em Itália, que efectuem a ligação regular Corinto (Grécia) - Ravena (Itália). A sua tripulação é constituída respectivamente por 33 e 29 marítimos (segundo a legislação deveriam ser pelo menos 48), todos romenos, não segurados e com salários de fome, que trabalham sob o regime de terror dos armadores e das agências escravagistas. Esta situação tem como resultado a intensificação do trabalho dos marítimos, em violação da Convenção internacional 180 sobre a organização do tempo de trabalho, o que põe em risco a segurança da vida humana no mar. A empresa proprietária não só infringe a deficiente legislação em vigor como recorre judicialmente contra as justas lutas dos marítimos.

Qual a posição da Comissão face à exploração dos trabalhadores pela empresa proprietária dos supramencionados navios? Beneficia esta empresa de subvenções comunitárias por efectuar as supracitadas ligações com os navios "ROPAX 1" e "ROPAX 2"? Condena a Comissão esta acção da empresa contra os marítimos?

Resposta

(EN) A Comissão não tem conhecimento da situação específica descrita pelo senhor deputado.

A Comissão sublinha que a Directiva 1999/63/CE⁽¹⁷⁾ estabelece normas mínimas claras relativas ao tempo de trabalho e de descanso a bordo de qualquer navio de mar registado no território de qualquer Estado-Membro, que esteja normalmente afecto a operações marítimas comerciais. Todos os Estados-Membros transpuseram essa directiva para a sua ordem jurídica. Nos termos do artigo 3.º da Directiva, os Estados-Membros "devem tomar todas as medidas adequadas para, em qualquer momento, poderem garantir os resultados impostos pela presente directiva". A Directiva 1999/63/CE adopta a nível da UE as mesmas medidas que estão contidas na Convenção 180 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Comissão recorda que, ao abrigo do direito comunitário, os Estados-Membros são responsáveis por assegurar a aplicação correcta e efectiva da legislação nacional que executa as directivas da UE.

Em conformidade com o artigo 153.º do TFUE, a UE não tem competência no domínio das remunerações. No entanto, são aplicáveis as disposições do direito comunitário em matéria de livre circulação de trabalhadores, que proíbe a discriminação com base na nacionalidade.

Se acaso se confirmar a situação descrita pelo senhor deputado, a Comissão convidaria as partes interessadas a procurar obter reparação, utilizando, inclusivamente, se for necessário, os procedimentos extrajudiciais ou judiciais nacionais.

No que respeita a financiamento, esta empresa não recebe apoios dos fundos directamente geridos pelos serviços da Comissão.

*
* *

⁽¹⁷⁾ Directiva 1999/63/CE do Conselho, de 21 de Junho de 1999, respeitante ao acordo relativo à organização do tempo de trabalho dos marítimos celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação dos Sindicatos dos Transportes da União Europeia (FST) - Anexo: Acordo Europeu relativo à organização do tempo de trabalho dos marítimos JO L 167 de 2.7.1999

Pergunta nº 48 de Konrad Szymański (H-0349/10)**Assunto: Parceria para a modernização e Parceria Oriental**

A União Europeia propõe à Rússia uma "parceria para a modernização", no intuito de reforçar a Parceria Oriental.

Em que medida é que os objectivos da "parceria para a modernização" reforçam a coerência da política da União no perímetro da Parceria Oriental?

Em que medida é que a "parceria para a modernização" prevê a aplicação do princípio da condicionalidade no aprofundamento das relações económicas e a observância dos Direitos Humanos, incluindo a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa?

Pretende a União Europeia defender o princípio da proporcionalidade em relação à supressão de vistos, no que diz respeito aos cidadãos da Federação Russa e dos países associados no âmbito da Parceria Oriental?

Resposta

(EN) A Parceria Oriental visa promover a associação política e a integração económica entre os seis países das regiões vizinhas orientais e a UE. Tal como a Parceria para a Modernização com a Rússia, a Parceria Oriental procura essencialmente apoiar esforços abrangentes de reforma interna. Assim sendo, ambas as iniciativas são mutuamente coerentes e apoiam-se mutuamente.

Para serem bem sucedidos, qualquer reforma e quaisquer esforços de modernização têm de assentar no primado do direito, nos valores democráticos e no respeito pelos direitos dos cidadãos, e têm de envolver a participação activa da sociedade civil. É por isso que o funcionamento eficaz do poder judicial, o reforço da luta contra a corrupção e a intensificação do diálogo com a sociedade civil são áreas prioritárias da Parceria para a Modernização entre a UE e a Rússia.

No que diz respeito à liberalização dos vistos, esse é um objectivo a longo prazo para a UE no que se refere à Rússia e aos países da Parceria Oriental. Se bem que a coerência regional seja de facto um elemento importante da nossa política de vistos, a concretização do objectivo da liberalização dos vistos depende sobretudo de serem postas em vigor em cada um dos países condições para uma mobilidade bem gerida e segura.

No que se refere ao caminho que vamos seguir, acordámos recentemente com a Ucrânia passar a uma fase plenamente operacional no Diálogo sobre Vistos e trabalhar para a elaboração de um Plano de Acção que defina todas as condições técnicas a preencher pela Ucrânia antes da possível criação de um regime de viagens sem necessidade de vistos. No que se refere à Rússia, procuramos avançar gradualmente, com base numa abordagem orientada para os resultados. Com respeito a outros países da Parceria Oriental são igualmente tomadas medidas graduais de apoio à mobilidade dos cidadãos e de liberalização dos vistos como objectivo a longo prazo.

*
* *

Pergunta nº 49 de Saïd El Khadraoui (H-0350/10)**Assunto: Aplicação iPhone para a programação de itinerários em linha dos caminhos-de-ferro belgas (SNCB/NMBS)**

Vieram lume na imprensa belga diversas informações relativas a um cidadão que criou uma aplicação de programação de itinerários móvel e em linha para os passageiros dos caminhos-de-ferro. Este cidadão propõe gratuitamente esta aplicação no sítio web www.irail.be. Ora, os caminhos de ferro belgas (SNCB/NMBS) desenvolverem também uma aplicação similar, alegando que os seus direitos de propriedade intelectual foram violados no caso vertente, bem como os direitos de autor e o direito relativo à protecção das bases de dados.

Partindo do princípio que o objectivo a atingir consiste numa rede de transportes europeus sustentável e integrada, reconhecerá a Comissão que todas as eventuais informações destinadas aos passageiros devem ser de livre acesso, mesmo que tal não envolva canais de comunicação oficiais? Considera a Comissão que este género de aplicação deve precisamente ser encorajada a fim de criar um sistema de informação e de emissão de bilhetes integrado para todos os modos de transporte?

Resposta

(EN) A Comissão não tem conhecimento dos factos exactos do caso referido na pergunta. Embora seja verdade que determinadas bases de dados, por causa do investimento feito para a obtenção das informações nelas contidas, merecem protecção de direitos de autor, a protecção é habitualmente negada se os dados não forem obtidos a partir de uma diversidade de fontes independentes. Por isso, uma das perguntas cruciais a fazer é se o operador dos caminhos-de-ferro publica os seus próprios dados ou dados coligidos de uma diversidade de outras fontes (ver *British Horseracing Board v William Hill*, 9 de Novembro de 2004, processo C-302/02).

No que respeita à pergunta sobre livre acesso às informações destinadas aos passageiros, o artigo 10.º e o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2007 relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários contém disposições relativas a mecanismos de reservas para viagens ferroviárias transeuropeias que têm por objectivo uma melhoria da coordenação e normalização entre sistemas de reserva de operadores de comboios em diferentes Estados-Membros. Será exigido às empresas ferroviárias e aos vendedores de bilhetes que façam uso de um Sistema Informatizado de Informação e de Reserva para os Transportes Ferroviários, como consta do artigo 10.º do Regulamento.

A consecução de um sistema integrado de informação e emissão de bilhetes para todos os modos de transporte seria um importante passo em frente na construção de um espaço de transporte europeu único e na oferta, aos cidadãos e aos clientes das empresas, de serviços de transporte eficientes, sustentáveis e fiáveis. No seu Plano de Acção para a Mobilidade Urbana⁽¹⁸⁾ a Comissão estabeleceu o objectivo último de proporcionar aos utilizadores um portal único na Internet de viagens em transportes públicos a nível da UE, dando especial relevo aos principais nós na rede RTE-T. Em conformidade com isso, a Comissão está a apoiar de forma muito activa a investigação, o desenvolvimento e a implantação de sistemas integrados de informações sobre viagens e emissão de bilhetes.

Há diversos projectos de I&D promissores nesta área (por exemplo, iTravel, WISETRIP, LINK) e ela constitui uma prioridade específica no Plano de Acção STI e proposta de Directiva STI. No âmbito do Plano de Acção STI, dá-se especial relevo à facilidade de acesso e ao intercâmbio de dados em matéria de tráfego e viagens com o objectivo de prestar serviços porta-a-porta aos viajantes. Serão publicados em breve no sítio Web EUROPA os trabalhos de um workshop especificamente dedicado a este assunto a partir de 21 de Junho de 2010 (ver Transport/Intelligent Transport Systems/Road/ITS Action Plan). Uma vez adoptada a Directiva STI (COD/2008/0263), a Comissão elaborará especificações vinculativas para informações sobre viagens multimodais.

A Comissão tenciona igualmente adoptar em 2011 uma norma comum específica para transportes ferroviários (conhecida como "Aplicações Telemáticas para Passageiros – Especificações Técnicas de Interoperabilidade") incluindo ligações com outros modos de transporte⁽¹⁹⁾, que constitui um primeiro passo para atingir este objectivo. Permitir o desenvolvimento de aplicações móveis para os transportes em conformidade com esta norma será benéfico para a mobilidade dos cidadãos. Disponibilizar dados em tempo real e precisos é uma questão-chave neste processo. A Comissão vai reflectir sobre maneiras de tentar atingir este objectivo.

*
* *

(18) COM (2009) 490

(19) Ver também a pergunta escrita E-5674/09 de Brian Simpson, <http://www.europarl.europa.eu/QP-WEB/home.jsp>